

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Ana Paula Dutra Bôscaro**

**ESCRAVIDÃO E PEQUENA PROPRIEDADE EM MINAS GERAIS  
– SÉCULO XIX**

JUIZ DE FORA

2016

ANA PAULA DUTRA BÔSCARO

ESCRAVIDÃO E PEQUENA PROPRIEDADE EM MINAS GERAIS  
– SÉCULO XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Mestre em História. Linha de pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Mônica Ribeiro de Oliveira

JUIZ DE FORA

2016

ANA PAULA DUTRA BÔSCARO

Escravidão e pequena propriedade em Minas Gerais – Século XIX

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof(a). Orientadora: Dr(a) Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara (UFJF)

Prof. Dr. Jonis Freire (UFF)

JUIZ DE FORA, 2016.

Dedico esse trabalho aos meus pais, Rosana e Pedro,  
meus maiores exemplos de amor, força e dignidade.  
Amo muito vocês!

## **Agradecimentos:**

É difícil expressar em palavras a gratidão que sinto por todos aqueles que, de uma forma ou outra, contribuíram para a realização deste trabalho. Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder saúde e sempre iluminar o meu caminho. Agradeço a Universidade Federal de Juiz de Fora, a CAPES, e a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História, essenciais para minha formação e aprendizado. Agradeço ao Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) pela oportunidade de trabalhar com pessoas incríveis e por me proporcionar o meu primeiro contato com fontes primárias, a partir das quais a presente pesquisa pôde ser realizada.

Em especial, agradeço a minha orientadora Dr(a) Mônica Ribeiro de Oliveira, uma das melhores pessoas que tive a sorte de conhecer ainda no terceiro período da graduação, e que acompanha minha trajetória desde então. Obrigada por aceitar o meu trabalho, pelas fontes disponibilizadas, pela orientação, incentivo, revisões, e por todos os esclarecimentos. Obrigada pelas boas conversas, pelas ótimas viagens, e principalmente, pela sua atenção, carinho e disponibilidade. Agradeço também aos professores Dr Ângelo Alves Carrara e Jonis Freire por terem aceitado participar da banca de defesa, pelas dicas, e pelas valiosas contribuições que forneceram a esse trabalho. Muito obrigada!

Sou imensamente grata a minha família, em especial, aos meus pais Rosana e Pedro, por serem o meu esteio, meu maior exemplo de vida e também a minha maior fonte de motivação. Obrigada pela paciência, por sempre compreenderem os meus momentos de estresse e as longas horas de “reclusão” no quarto trabalhando. Obrigada pelo amor infinito e incondicional, pela amizade, incentivo, apoio e confiança que sempre depositaram em mim. Vocês são essenciais na minha vida, sempre! Devo um agradecimento especial aos meus avós Nair e José Bôscaró. À minha avó, pelo contato diário, pela alegria, cafunés, e principalmente por me ensinar, mesmo sem perceber, o verdadeiro valor do amor e da dedicação. Ao meu avô, no tempo em que esteve presente, por todo o seu carinho, zelo, cuidado, amor e incentivo. Você faz muita falta na minha vida!

Agradeço ao Pedro, meu grande amor e melhor amigo, pela paciência, incentivo, ajuda com os gráficos, e por sempre estar ao meu lado. Seu amor, amizade, alegria, confiança e dedicação foram essenciais em todos os momentos. Agradeço também a minha segunda família, Rose, Alvano, Matheus e Daniel, por me proporcionarem incontáveis momentos de alegria e amor. Amo muito todos vocês! Sou imensamente grata a Júlia, Mari, Carol, Felipi, Dudu, Breno, Getúlio e Thiago, os melhores amigos que eu poderia ter nessa vida! Obrigada

pelo apoio, incentivo, torcida, e principalmente, por me proporcionarem sempre as melhores risadas, as melhores viagens e os melhores momentos de descontração! Vocês foram e sempre serão essenciais na minha vida!

Agradeço também aos amigos da faculdade, em especial, aos “Jovens e Infinitos”, os mais incríveis, engraçados, e companheiros que eu já conheci! As amigas Mariana, Mariane, Clara e Laíz, por estarem comigo desde o início da graduação dividindo bons e maus momentos. Obrigada pelas risadas, cervejas, conselhos pessoais e profissionais, e por compartilharem das minhas alegrias, conquistas, medos e estresses. Um obrigado especial aos amigos Pedro, Thiago e Gasparetto. Ao Pedro, pelas ideias, longas horas de conversa acadêmica e pelo banco de dados que, apesar de não ter sido utilizado para confecção deste trabalho, irá me proporcionar muitos artigos e reflexões futuras. Ao Thiago, por ser meu amigo desde o início da graduação, pelas boas ideias, revisões, incentivo, pela enorme paciência e por sempre me ajudar com a confecção de gráficos e cruzamentos de fontes. E ao Gasparetto, que além de professor, se tornou um grande amigo. Obrigada pelas dicas e pelo apoio, pelas longas horas de conversa, ensinamentos e incentivo constante.

Enfim, agradeço a todos aqueles que fizeram e fazem parte da minha vida, e que, de certa forma, foram essenciais e muito contribuíram para a realização deste trabalho. A todos vocês, o meu muito obrigado!

**RESUMO:**

A presente pesquisa tem como principal objetivo analisar as pequenas propriedades de escravos que se encontravam presentes nas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, na primeira metade do século XIX. Nesse sentido, através de uma análise sistemática das Listas Nominativas de Habitantes, procuramos examinar os pequenos proprietários de escravos, bem como os cativos que se encontravam sob a posse desses homens e mulheres no ano de 1831. Além disso, nos dedicamos a investigar as relações de compadrio que foram estabelecidas entre senhores e escravos, averiguando como se deram as alianças e os laços espirituais que uniram os indivíduos nessas pequenas unidades produtivas.

Palavras-chave: escravidão, pequena propriedade, século XIX.

**ABSTRACT:**

This research aims to analyze the small farms of slaves who were present in the towns of Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, in the first half of the nineteenth century. In this sense, through a systematic analysis of Nominal Lists of Inhabitants, we seek to examine the small slave owners and the slaves who were under the ownership of these men and women in 1831. In addition, we are dedicated to investigate the relations of cronyism that were established between masters and slaves, checking how to have alliances and spiritual bonds that united individuals in these small production units.

Keywords: slavery, small property, nineteenth century.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES:

1. Áreas geográficas dos Sertões da Mantiqueira..... 37
2. Lista Nominativa de Habitantes – 1831..... 51

## LISTA DE QUADROS:

1. Crescimento da população total e % de escravos da Capitania de Minas Gerais por Comarca (1767-1821)..... 46
2. População livre – 1831..... 54
3. Indivíduos Brancos e Livres de cor – 1831..... 56
4. Indivíduos Livres de cor – 1831..... 58
5. Número de Escravos – 1831..... 62
6. Ibertioga – Posse de escravos/ Chefes Brancos e Livres de cor – 1831..... 63
7. Origem da População cativa – 1831..... 66
8. Crianças cativas: nacionais e africanas – 1831..... 69
9. Estrutura de Posse cativa – 1831..... 72
10. Estrutura de posse cativa / Proprietários Brancos -1831..... 75
11. Estrutura de posse cativa/ Proprietários Livres de cor – 1831..... 76
12. Chefes de domicílio: sexo e estado conjugal – 1831..... 86
13. Chefes brancos e livres de cor – 1831..... 91
14. Chefes homens brancos e livres de cor: número de escravos por propriedade – 1831..... 92
15. Perfil dos escravos dos pequenos proprietários homens brancos – 1831..... 93
16. Perfil dos escravos dos pequenos proprietários homens livres de cor – 1831..... 94
17. Chefes mulheres brancas e livres de cor: número de escravos por propriedade – 1831..... 95
18. Perfil dos escravos das pequenas proprietárias mulheres brancas – 1831..... 97
19. Perfil dos escravos das pequenas proprietárias mulheres livres de cor – 1831..... 97
20. Escravos dos pequenos proprietários: origem e razão de sexo – 1831..... 100
21. Faixa etária dos escravos – 1831..... 101
22. Estado conjugal: escravos africanos – 1831..... 105
23. Estado conjugal: escravos nacionais – 1831..... 106

## LISTA DE GRÁFICOS:

1. Escravos Africanos (Sexo) – 1831.....	67
2. Escravos Nacionais (Sexo) – 1831.....	68
3. Pirâmide etária dos escravos – 1831.....	70
4. Estrutura de posse cativa – 1831.....	71
5. Estrutura de posse cativa – 1831.....	72
6. Atividades de ocupação: chefes de domicílio (Santana do Garambéu) – 1831.....	117
7. Atividades de ocupação: escravos (Santana do Garambéu) – 1831.....	119
8. Crianças ilegítimas batizadas na Serra da Mantiqueira (1708-1898).....	140
9. Padrinhos de crianças escravas batizadas na Serra da Mantiqueira (1708-1898).....	141
10. Padrinhos de escravos adultos batizados na Serra da Mantiqueira (1708-1898).....	141

## LISTA DE ABREVIATURAS:

1. LAHES – Laboratório de História Economia e Social.....	21
2. OB P – Observações pai.....	127
3. OB M – Observações mãe.....	127
4. OB P/M - Observações padrinho e madrinha.....	127

## SUMÁRIO:

<b>Introdução</b> .....	12
-------------------------	----

### **Capítulo 1: A Serra da Mantiqueira: formação e composição sociodemográfica**

1.1 Às margens do Caminho Novo.....	29
1.2 A origem das terras da Borda do Campo.....	35
1.3 O processo de ocupação da Serra da Mantiqueira.....	44
1.4 A composição sociodemográfica de cinco localidades que compunham a Serra da Mantiqueira.....	50
1.4.1 A população livre.....	54
1.4.2 A população escrava.....	61
1.4.3 A estrutura de posse cativa.....	70

### **Capítulo 2: Senhores de poucos escravos: por dentro das pequenas propriedades da Serra da Mantiqueira**

2.1 Os senhores, os escravos, a família e a propriedade.....	80
2.1.1 Os pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira.....	83
2.1.2 Os escravos das pequenas propriedades da Serra da Mantiqueira.....	98
2.1.3 A família e a propriedade.....	110

### **Capítulo 3: Batismo e Compadrio: laços espirituais, sociais e políticos na Serra da Mantiqueira**

3.1 As relações de compadrio.....	129
3.1.1 As relações de compadrio estabelecidas entre os escravos das pequenas propriedades da Serra da Mantiqueira.....	142
3.1.2 – As relações de compadrio estabelecidas entre os pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira.....	151

<b>Considerações Finais.....</b>	<b>156</b>
<b>Referências.....</b>	<b>161</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>176</b>

## INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, os debates historiográficos foram marcados pela ideia de que o sistema econômico colonial brasileiro caracterizava-se por ser uma grande estrutura agroexportadora, marcada principalmente pela articulação de três elementos básicos: a grande propriedade (*plantation*), o monocultivo e o trabalho escravo<sup>1</sup>. Nesse sentido, do ponto de vista social e político, a colônia era formada por dois principais agentes, os grandes proprietários e seus escravos. Nas palavras de Caio Prado Junior:

“Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. Aqueles dois grupos são os dos bem classificados da hierarquia e na estrutura social da Colônia: os primeiros são dirigentes da colonização nos seus vários setores; os outros, a massa trabalhadora. Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e incapacitados”<sup>2</sup>.

Os chamados “homens livres e pobres” foram, durante muito tempo, negligenciados das análises históricas<sup>3</sup>. Na concepção de Caio Prado Júnior, essa parcela da população era vista como socialmente dependente dos grandes proprietários, ou economicamente marginal à grande *plantation* escravista. Essa massa de homens e mulheres, constituída principalmente por mestiços de índios e brancos degenerados, chegou a representar cerca de 50% da população existente no Império e caracterizava-se por praticar uma agricultura rudimentar e marcada pelo baixo nível de produção. No entanto, de acordo com o autor, esses indivíduos fizeram-se representar somente nas regiões onde não havia a presença de grandes lavouras escravistas, estabelecendo-se, comumente, em locais mais distantes e interiorizados do país<sup>4</sup>.

Segundo as análises de Celso Furtado, tais homens livres e pobres chegaram à colônia como “artesãos, soldados ou simples aventureiros”, e acabaram por se tornar dependentes da classe dos grandes proprietários escravistas. Na visão do estudioso, esses indivíduos dedicavam-se a realizar uma agricultura de subsistência, com baixa produtividade, técnicas

---

<sup>1</sup> Nesse sentido, ver: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976; PRADO, Caio Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

<sup>2</sup> PRADO, Caio Júnior. Op. cit., 1977. p. 281.

<sup>3</sup> De acordo com a historiografia tradicional, a categoria social “*homens livres e pobres*” foi apresentada inicialmente por Joaquim Nabuco em 1883. Para Nabuco, esse grupo de indivíduos era constituído por milhões de homens e mulheres e caracterizava-se principalmente pela sua situação intermediária, uma vez que não eram considerados como escravos e menos ainda como cidadãos. Para maiores informações, ver: NABUCO, Joaquim. Apud. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 16 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

<sup>4</sup> PRADO, Caio Júnior. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978. p. 42 e 141.

bastante rudimentares e o mínimo de investimento capital<sup>5</sup>. Essa parcela da população vivia à margem da sociedade e apresentou expressivo peso demográfico em algumas regiões brasileiras, como, por exemplo, em Minas Gerais<sup>6</sup>.

Assim, embora fossem numericamente expressivos, durante muito tempo esses indivíduos foram considerados como um objeto de estudo irrelevante, visto que a sociedade encontrava-se fundamentada em duas figuras principais, isto é, os senhores escravistas e os escravizados. Para Afonso Alencastro, o interesse dos pesquisadores em abordar essa parcela da população foi drasticamente afetado pela visão que se tinha acerca da sociedade colonial, fazendo com que poucos estudos se dedicassem a analisar mais detidamente os homens e as mulheres livres e pobres<sup>7</sup>. Dessa forma, enquadrados no universo dos “*desclassificados sociais, inúteis e inadaptados*”<sup>8</sup>, esses indivíduos acabaram por ocupar uma zona indefinida entre as duas categorias já cristalizadas pela colonização, sendo-lhes impossível encontrar sustento e funcionalidade em uma economia agroexportadora<sup>9</sup>.

Para que as pesquisas alusivas a esses sujeitos históricos pudessem vir a florescer, fez-se necessária a reformulação da visão até então preponderante na historiografia, ou seja, a de uma sociedade agroexportadora, marcada pela existência de um mercado interno incipiente e a presença absoluta de grandes latifúndios. Assim, no início da década de 1970, novas teorias começaram a ser elaboradas, e, aos poucos, uma nova concepção acerca da economia colonial brasileira começou a despontar.

Em meio a esse contexto de mudanças, Ciro Cardoso formulou críticas ferrenhas ao sistema até então vigente. De acordo com o autor, a sociedade brasileira era formada pela existência de dois setores agrícolas bastante distintos, um voltado para exportação e o outro destinado ao mercado interno<sup>10</sup>. Ao destacar que a sociedade colonial possuía uma lógica que não se reduzia exclusivamente à sua ligação com a metrópole, Cardoso abriu espaço para novas discussões, fazendo com que os pesquisadores comesçassem a perceber a verdadeira

---

<sup>5</sup> FURTADO, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 85 – 86.

<sup>6</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, 1976. p. 84-85.

<sup>7</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, 1730-1850. In: *II Colóquio em História Agrária*, 2007, Juiz de Fora. Campos e disputa: história agrária e companhia. São Paulo: Annablume, 2007. p. 127-152. p. 129.

<sup>8</sup> PRADO, Caio Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 1977. p.285 .

<sup>9</sup> NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). Ed. 6ª. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 110.

<sup>10</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. As concepções acerca do “Sistema Econômico Mundial e do Antigo sistema Colonial”; a preocupação obsessiva com a “Extração de excedente”. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 127-129.

complexidade e a heterogeneidade das situações e dos agentes que compunham a sociedade brasileira<sup>11</sup>.

Como consequência, desde o início da década de 1970, os chamados “homens livres e pobres” começaram a aparecer nas análises de forma mais recorrente. Emilio Willems, um dos primeiros estudiosos que se dedicou a analisar essa parcela da população, abordou esse grupo sob a tradição da “cultura caipira”. Assim, ao analisar a comunidade caipira da cidade de Cunha, em São Paulo, Willems abriu espaço para novas pesquisas, e muitos foram os trabalhos que se dedicaram a analisar e melhor conhecer esses indivíduos<sup>12</sup>. A tradição da “cultura caipira” se fez presente também no trabalho de Antônio Candido, que, ao analisar os homens livres e pobres de São Paulo, chamou atenção para a submissão dos caipiras ao domínio dos grandes senhores escravistas, destacando que aqueles se caracterizavam principalmente pelo isolamento, a posse de pequenas porções de terra e a realização do trabalho doméstico<sup>13</sup>.

Em trabalho pioneiro, Maria Sylvania Carvalho Franco buscou melhor caracterizar os “homens livres e pobres” da sociedade brasileira no século XIX. Diferentemente dos autores supracitados, Carvalho Franco classificou como homens livres e pobres diversas categorias sociais, como por exemplo: tropeiros, vendeiros, sitiantes, agregados e camaradas. De acordo com a autora, apesar de serem indivíduos que englobavam diferentes categorias sociais, um elemento específico era o grande responsável por homogeneizar esse grupo: a dependência pessoal em relação aos grandes proprietários escravistas. Na visão da autora, a dependência pessoal, mais do que a pobreza que lhes era inerente, constituía-se como a principal característica daqueles sujeitos<sup>14</sup>.

Nesse sentido, ainda que o trabalho de Carvalho Franco rompesse com a dicotomia social anteriormente existente entre senhores e escravos, para a autora, essa parcela da população continuava a ser caracterizada pela incapacidade de ação, sendo constantemente

---

<sup>11</sup> Nesse sentido ver: FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1992; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação - O abastecimento da Corte na formação política do Brasil -1808-1842*. 2 ed. São Paulo: Edições Símbolo, 1993; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1780*. (Dissertação de Mestrado). UFF – Niterói, 1994; ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A enxada complexa: Roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. (Dissertação de Mestrado). FAFICH/ UFMG. Belo Horizonte, 1995; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, 2007*, dentre outros.

<sup>12</sup> WILLEMS, Emilio. *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1947.

<sup>13</sup> CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 4 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

<sup>14</sup> FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 81.

conceituada como “*uma ralé que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade*”<sup>15</sup>.

Hebe Mattos, além de criticar os estudos que conceberam essa parcela da população sob o estigma da marginalidade e incapacidade produtiva, discordou veementemente das classificações adotadas pela autora supracitada. Na visão de Mattos, as categorias nas quais Maria Sylvia Franco englobou os chamados “homens livres e pobres” eram bastante diversas, e nem sempre identificadas pelo signo da pobreza<sup>16</sup>. Para a autora, os tropeiros dificilmente poderiam ser classificados como homens livres e pobres, pois as atividades exercidas por esses indivíduos poderia fazer com que viessem a alcançar certa proeminência política e econômica ao longo de suas vidas. Esse termo também não deveria englobar sitiantes, agregados e camaradas em uma mesma classificação, visto que esses três indivíduos por si só já possuíam características bastante díspares. Segundo a autora, os sitiantes definiam-se, *a priori*, pela dependência econômica e política em relação aos grandes proprietários; já os agregados e camaradas caracterizavam-se pela grande mobilidade espacial que possuíam, e justamente por isso não estavam vinculados a um único sujeito<sup>17</sup>.

Além disso, de acordo com Mattos, entre os homens livres e pobres também não havia espaço para os vendeiros, uma vez que estes não possuíam vínculos de dependência com grandes proprietários escravistas. Na perspectiva da autora, os chamados “homens livres e pobres” caracterizavam-se por possuir uma lógica diferenciada e ritmos próprios de trabalho, representando a tão conhecida “pobreza agrícola”. Esses sujeitos apenas tangencialmente utilizavam-se do trabalho escravo, e suas lavouras e criações não eram voltadas para a produção de excedentes comerciais, visto que se dedicavam a realizar, principalmente, uma agricultura de subsistência<sup>18</sup>.

A classificação adotada por Laura de Mello e Souza muito se distancia da concepção estabelecida por Hebe Mattos. Para Mello, assim como para Maria Sylvia Carvalho Franco, esses sujeitos eram vistos como “desclassificados sociais”, frequentemente miseráveis e normalmente sem a posse de cativos. Dessa forma, ao analisar a situação dos homens e mulheres livres e pobres que viviam nas regiões auríferas de Minas Gerais no século XVIII,

---

<sup>15</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*, 1997. p. 14.

<sup>16</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 76.

<sup>17</sup> MATTOS, Hebe Maria. Op. cit., 1987. p.76- 80.

<sup>18</sup> Idem, p. 76.

Mello pôde constatar que essa parcela da população nada possuía, fazendo com que a região mineira fosse constituída, mormente, por homens e mulheres pobres, miseráveis e famintos<sup>19</sup>.

Ao longo dos anos, esses indivíduos foram vistos, entendidos e classificados de diversas maneiras e, em muitos casos, foram enquadrados também sob a designação de camponês<sup>20</sup>. Decerto, a discussão acerca da existência de um campesinato no Brasil é uma questão ainda muito discutida, e o conceito de “camponês”, em vez de possuir uma unanimidade entre os pesquisadores, suscita ainda hoje opiniões altamente conflitantes<sup>21</sup>.

Na concepção de Ciro Cardoso, apesar de o conceito “camponês” ser de difícil definição, a estrutura econômica camponesa poderia ser caracterizada por meio de quatro traços básicos: o acesso a terra; a utilização predominante do trabalho familiar, ainda que a utilização da mão de obra familiar não excluísse necessariamente a possibilidade de se ter uma força de trabalho adicional e externa ao núcleo da família, como por exemplo, o escravo; a economia fundamental de subsistência, o que também não eliminava uma eventual vinculação com o mercado; e o grau de economia na gestão das atividades agrícolas<sup>22</sup>.

Valendo-se das prerrogativas acima mencionadas, Hebe Mattos buscou comprovar a existência de uma economia camponesa no Sudeste brasileiro. Ao analisar a província do Rio de Janeiro, a autora percebeu que o acesso a terra e o predomínio do trabalho familiar, ainda que associados ao trabalho cativo, traços básicos capazes de definir uma unidade produtiva como camponesa, estavam presentes na maior parte das propriedades analisadas<sup>23</sup>. Tais

---

<sup>19</sup> SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 78-81.

<sup>20</sup> Uma das definições clássicas e mais utilizadas para a análise e discussão acerca do campesinato foi proposta por Alexander Chayanov. Para ele, o modelo camponês era definido por três principais características. A primeira era a existência de uma inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; a segunda define-se pela utilização da mão de obra familiar, a qual não deveria ser analisada em termos de lucro, pois essa forma de trabalho não era quantificável; e a terceira caracterizava-se pela produção de bens de consumo destinados a subsistência. Chayanov tratou o campesinato como um grupo diferenciado e com uma dinâmica específica. De acordo com o autor, o campesinato levava em conta a sobrevivência da família, ou seja, a existência do equilíbrio entre as necessidades de consumo e capacidade de produção. Nessa perspectiva, após ser satisfeita a necessidade da família, o volume de trabalho poderia vir a diminuir, pois o objetivo principal do camponês não era o acúmulo de capital, mas sim a manutenção de sua unidade familiar. Ver: CHAYANOV, Alexander. *La Organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

<sup>21</sup> Nesse sentido ver: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979; ABRAMOVAY, Ricardo. Duas Visões do Campesinato. In: *Revista de Estudos Econômicos*, n.2, v.20, 1990, p. 306-322; MATTOS, Hebe Maria. Campesinato e escravidão. In: Mattos, Hebe Maria; FRAGOSO, João Luís; SILVA, F. C. T. (Org.) *Escritos sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/ Faperj, 2001; OLIVEIRA, Luís Henrique. *Nas malhas da incerteza: comportamento camponês e estratégias camponesas na freguesia de Guarapiranga (1750-1820)*. UFJF. Juiz de Fora. 2006; CARRARA, Ângelo Alves. Camponês: uma controvérsia conceitual. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de. (Org.). *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2009, p. 17-40, dentre outros.

<sup>22</sup> CARDOSO, Ciro F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*, 1979. p. 52.

<sup>23</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Campesinato e escravidão*, 2001.

constatações foram ratificadas por João Fragoso que, ao analisar a estrutura econômica existente em Minas Gerais, pôde constatar que o modo de produção camponês encontrava-se presente também entre as unidades produtivas que compunham aquela região<sup>24</sup>.

Não obstante, torna-se necessário ressaltar que, para os três autores acima mencionados, a utilização do trabalho escravo não alterava a condição de camponês do indivíduo, uma vez que a lide familiar continuava a ser extremamente necessária para sobrevivência e manutenção da unidade produtiva. Tal concepção muito se difere da apresentada por Márcia Menendes Motta, visto que, para essa pesquisadora, a figura do camponês era definida, única e exclusivamente, pela ausência do elemento cativo. Dessa forma, de acordo com Motta, todas as propriedades que contassem com a presença de um ou mais escravos em sua composição social não poderiam ser classificadas como camponesas<sup>25</sup>.

Já para Luiz Henrique de Oliveira, poderiam ser considerados como camponeses todos aqueles indivíduos que possuíssem escravos, terras próprias, e que lançassem mão de estratégias de sobrevivência. Assim, ao analisar o perfil dos proprietários livres e pobres de Guarapiranga, uma das freguesias que pertencia ao Termo de Mariana, Minas Gerais, Oliveira valeu-se do critério de seleção de inventários *post-mortem* de homens e mulheres que contassem com a posse de até cinco escravos, pois, de acordo com as concepções do autor, a utilização da mão de obra cativa não anulava a condição de camponês do indivíduo, visto que o trabalho familiar continuava a ser a força motriz da unidade produtiva<sup>26</sup>.

Estamos cientes de que os debates que envolvem o conceito de “camponês” evocam inúmeras discussões e pontos de vista bastante antagônicos. Leandro Braga Andrade, ao analisar as propriedades existentes em duas localidades que pertenciam ao Termo de Mariana, Minas Gerais, identificou uma verdadeira fluidez e indistinção entre as camadas pobres e médias que viviam naquela sociedade. De acordo com Braga, esses indivíduos, muitas das vezes classificados como sitiantes, roceiros, homens livres e pobres, pequenos proprietários e até mesmo como camponeses, não tinham uma identificação social uniforme, e suas características demográficas e econômicas variaram de acordo com o tempo e o espaço<sup>27</sup>.

Tais argumentos muito coadunam com as constatações apresentadas por Edna Maria Rezende, que, ao examinar os homens livres e pobres que se encontravam em São João del

---

<sup>24</sup> FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura*, 1998. p. 131.

<sup>25</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas bandas d'além: fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região de policultura*. Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado, 1989. p. 11-12.

<sup>26</sup> OLIVEIRA, Luís Henrique. *Nas malhas da incerteza*, 2006. p. 64.

<sup>27</sup> ANDRADE, Leandro Braga. *Senhor ou Camponês? Economia e Estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1821-1850*. (Dissertação de Mestrado). PPGH/ FAFICH- UFMG – Belo Horizonte, 2007. p. 32 e 124.

Rei no século XIX, percebeu que o lugar social e as denominações utilizadas para classificar essa parcela da população podiam variar conforme a região e a temporalidade analisada<sup>28</sup>.

Dessa forma, com o intuito de melhor conhecer esses indivíduos, o presente trabalho se propõe a analisar as pequenas propriedades de escravos presentes em cinco localidades em específico, a saber: Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, na primeira metade do século XIX. Tais localidades estavam situadas na Serra da Mantiqueira, Minas Gerais, região que foi genericamente denominada como Borda do Campo<sup>29</sup>. O principal objetivo desta pesquisa consiste em analisar os pequenos proprietários de escravos das cinco localidades supracitadas, bem como examinar o perfil dos cativos que se encontravam sob a posse desses homens e mulheres. Além disso, propomo-nos a analisar as relações de compadrio que foram estabelecidas entre senhores e escravos, averiguando como se deram as alianças e os laços espirituais que uniram os indivíduos nas pequenas propriedades.

No entanto, importa-nos ressaltar que, devido à complexidade que envolve a discussão acima mencionada, optamos por não classificar os indivíduos aqui analisados sob o conceito de “camponês”. Também não iremos designá-los como “homens livres e pobres”, pois, como muitos estudos já demonstraram, a noção de riqueza e pobreza ia muito além de fatores puramente econômicos<sup>30</sup>. Para identificar esses homens e mulheres, especificamente, adotamos as expressões “pequenos proprietários” e/ou “pequenos produtores”<sup>31</sup>, termos que, além de muito bem representar os indivíduos por nós analisados, afasta-nos de possíveis problemas e controvérsias conceituais.

---

<sup>28</sup> RESENDE, Edna Maria. *Flagrantes do cotidiano: um olhar sobre o universo cultural dos homens livres pobres em São João del-Rei, 1840-1860*. In: *II Simpósio Escravidão e Mestiçagem: Histórias comparadas- ANPUH*, 2006. p. 110.

<sup>29</sup> MASSENA, Nestor apud OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870*. (Tese de Doutorado em História). Rio de Janeiro: Niterói, Universidade Fluminense, 1999. p. 95.

<sup>30</sup> Para maiores informações, ver: BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987; BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material Economia e Capitalismo, Séculos XV- XVIII*. 1ª ed. (Tradução Telma Costa) São Paulo: Martins Fontes, 1995; DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985; DAUMARD, Adeline. *Os Burgueses e a burguesia na França*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

<sup>31</sup> De acordo com Stuart Schwartz, os pequenos proprietários representaram uma “classe rural” bastante diversificada, cujo surgimento abarcou a passagem do século XVIII para o século XIX. Sua gênese esteve ligada a uma série de fatores como: a enorme demanda por gêneros alimentícios advindas dos mercados consumidores e dos centros de garimpo, a ocupação de terras livres para a produção de alimentos no interior da colônia, e também o crescimento da população rural do país. No entanto, de acordo com o autor, um dos maiores problemas referentes à classificação desses sujeitos foi a atração que agricultura comercial e o uso do trabalho cativo exerceram sobre esses pequenos produtores, tornando imprecisos os limites existentes entre as formas de produção de caráter familiar e as formas escravistas. Nesse sentido, ver: SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p.126.

Em Minas Gerais, além da presença preponderante de pequenas unidades produtivas, houve também a supremacia da figura do pequeno proprietário, que se caracterizava, comumente, pela ausência da mão de obra cativa e/ou pela presença de um número reduzido de mancipios em suas escravarias. Carlos Magno Guimarães e Liana Reis foram os primeiros autores a destacar a relevância das pequenas propriedades na Capitania. Ao analisar as pequenas unidades produtivas mineiras, os pesquisadores perceberam a diversidade dos ofícios, as atividades produtivas, e as diferentes possibilidades de aplicação do trabalho escravo em economias não exportadoras<sup>32</sup>. Como resultado, essas pesquisas começaram a destacar a complementariedade existente entre o trabalho familiar e o trabalho cativo, destacando este atributo como uma das principais características das pequenas unidades produtivas que se encontravam presentes nas Gerais<sup>33</sup>.

A presença de pequenas unidades produtivas pôde ser observada também por Roberto Martins que, ao analisar a paisagem mineira no século XIX, constatou que essa região era composta, majoritariamente, por pequenas propriedades sustentadas tanto pela utilização da mão de obra familiar, quanto pela força de trabalho de alguns poucos mancipios<sup>34</sup>. Os argumentos de Martins foram ratificados por Douglas Libby e também por João Fragoso, tendo em vista que ambos os autores destacaram a supremacia de pequenas propriedades, além da integração existente entre o trabalho familiar e a utilização da mão de obra escrava<sup>35</sup>.

Obviamente que a posse de um ou mais cativos não esteve ao alcance de todos, e muitos foram aqueles homens e mulheres que se dedicaram a manter suas unidades produtivas apenas com a utilização do trabalho familiar<sup>36</sup>. Não obstante, muitos desses indivíduos conseguiram obter, por meio de heranças, dotes e/ou acúmulo de capital, a aquisição de um ou mais mancipios. Contudo, será que dentre as localidades que compunham a Serra da Mantiqueira também houve o predomínio de pequenas unidades produtivas? Qual seria o

---

<sup>32</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. Agricultura e Caminhos de Minas (1700-1750). In: *Revista do Departamento de História da FAFICH/UFMG*. 2 (1986): 7-36. p. 24.

<sup>33</sup> Para maiores informações, ver: LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais (1718). In: BARRETO, A.E.M. et al. *História Econômica: Ensaios*, São Paulo, IPE/USP, p. 25-41, 1982; 1987; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; ALMEIDA, Carla Carvalho. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. In: *Locus* (Juiz de Fora), v. 11, p. 137-160, 2006; LIBBY, Douglas. C. As Populações Escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar. In: RESENDE, Maria. E. L.; VILLALTA, L. C. *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 01*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, dentre outros.

<sup>34</sup> MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. p. 53.

<sup>35</sup> Nesse sentido, ver: LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, 1988, p. 123-125; FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura*, 1998. p. 113.

<sup>36</sup> Para maiores informações, ver: COSTA, Iraci. *Arraia Miúda: um estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP editores, 1992.

perfil dos escravos que se encontravam sob a posse desses pequenos proprietários? Qual seria o perfil desses homens e mulheres chefes de domicílio? Como seriam as relações de compadrio que foram estabelecidas nessas pequenas propriedades?

Nossa pesquisa procura responder a essas questões a partir do estudo das pequenas propriedades de escravos, conforme já dissemos, nas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, na primeira metade do século XIX. O primeiro capítulo, intitulado “A Serra da Mantiqueira: formação e composição sociodemográfica”, teve como principal objetivo apresentar a região por nós analisada. Nesse sentido, começamos por demonstrar como a abertura do Caminho Novo influenciou a ocupação da Freguesia da Borda do Campo e, conseqüentemente, a ocupação das cinco localidades que compunham a Serra da Mantiqueira. A posteriori, além de explicar o contexto no qual se deu o pico de ocupação das localidades supracitadas, dedicamo-nos a apresentar as principais características da população livre e cativa que se encontrava naquele espaço no ano de 1831.

Ao analisar a estrutura de posse cativa das localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, foi-nos possível constatar a supremacia de pequenas propriedades, em especial, daqueles domicílios que contavam com a presença de um até três escravos em sua composição. Dessa forma, o segundo capítulo, nomeado “Senhores de poucos escravos: por dentro das pequenas propriedades da Serra da Mantiqueira”, teve como foco principal a investigação e a análise das pequenas unidades produtivas. Inicialmente, dedicamo-nos à apresentação das principais características dos pequenos proprietários de escravos presentes nas localidades supracitadas no ano de 1831. Em seguida, propusemos a análise do perfil dos escravos que compunham essas pequenas propriedades, averiguando a origem, sexo, idade, estado conjugal e o ofício que era desempenhado por esses mancípios. Por fim, buscamos discorrer acerca da complementariedade existente entre a mão de obra familiar e o trabalho cativo, ambos essenciais para a manutenção e sobrevivência das propriedades que contavam com a presença de um até três escravos.

No último capítulo, definido como “Batismo e Compadrio: laços espirituais, sociais e políticos na Serra da Mantiqueira”, abordamos as relações de compadrio que foram estabelecidas naquelas propriedades que contavam com a presença de um até três cativos em sua composição. Dessa forma, com o intuito de analisar os laços espirituais que foram firmados, tanto entre os pequenos proprietários, quanto entre os cativos que se encontravam

sob a posse desses indivíduos, procuramos investigar, primeiramente, as relações de compadrio que foram constituídas entre os escravos. Posteriormente, analisamos as relações espirituais, sociais e políticas que foram instituídas entre os pequenos proprietários e os demais homens e mulheres livres que se encontravam presentes nas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, na primeira metade do século XIX.

Para a realização da presente pesquisa, utilizamo-nos de duas fontes documentais bastante diversificadas e plurais: as Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 e os Registros Paroquiais de Batismo. As Listas Nominativas, referentes às localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, encontram-se atualmente transcritas e digitalizadas, sendo disponibilizadas pelo Cedeplar<sup>37</sup>. Os Registros de Batismo, coletados na Cúria Metropolitana de Juiz de Fora e no Arquivo da Arquidiocese de Mariana, além de transcritos e digitalizados, compõem um extenso banco de dados que abriga cerca de 9.000 Registros Paroquiais de Batismo. Esse banco de dados, elaborado pela professora doutora Mônica Ribeiro de Oliveira e pelos demais integrantes do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) da Universidade Federal de Juiz de Fora, traz informações referentes às cerimônias de batismos que ocorreram nas localidades que compunham a Serra da Mantiqueira entre os anos de 1708 e 1898, permitindo-nos averiguar uma série de informações, tais como: o nome dos pais e dos padrinhos do batizando, a condição desses sujeitos, isto é, se livres ou escravos, o local e o ano em que foram realizadas as consagrações, dentre outros diversos elementos.

Em Minas Gerais, as Listas Nominativas de Habitantes começaram a ser confeccionadas após a independência de Portugal, momento no qual ocorreu a efetiva preocupação do Estado Nacional brasileiro com sua organização administrativa<sup>38</sup>. A Lista Nominativa, também conhecida como Censo ou Recenseamento Demográfico, é um documento que se propõe a descrever os domicílios existentes em uma determinada localidade de forma isolada, apresentando-nos informações como: o nome, idade, cor/qualidade, estado conjugal e também o ofício que era desempenhado pelos chefes de domicílio, seus respectivos cônjuges, filhos, agregados e escravos que porventura fizessem parte da propriedade.

---

<sup>37</sup> Nesse sentido, ver: <<https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>>. Acessado em: 15/05/2014.

<sup>38</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Família escrava em Catas Altas do Mato Dentro (MG) no século XVIII. In: *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba: 2003. p. 8.

Essa fonte documental, apesar de ser rica em detalhes e extremamente importante para as análises históricas, apresenta certas limitações e problemas, os quais foram detalhadamente explicados ao longo do trabalho. Não obstante, a título de exemplo, podemos ressaltar que os Recenseamentos Demográficos nos fornecem uma visão estática do número de filhos, agregados e também da condição de posse do senhor, ou seja, retratam as características da propriedade em um determinado tempo e espaço de análise. Dessa forma, de acordo com Marcos Andrade, é importante considerar que tais fontes nos permitem contemplar apenas um retrato parcial e circunstancial da vida material do proprietário, pois “*a situação poderia inverter-se dali a cinco, dez ou vinte anos*”<sup>39</sup>. Todavia, ainda assim, as Listas Nominativas de Habitantes foram extremamente úteis à nossa pesquisa, visto que por meio desses documentos conseguimos ter acesso às principais características da população livre e cativa das localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, no ano de 1831.

Como bem se sabe, o batismo era um dos acontecimentos mais importantes na vida de um indivíduo, fosse ele livre ou escravo. A amplitude do ritual de batismo ultrapassava o limite religioso, consolidando-se como um importante instrumento para formação de laços de solidariedades e parentelas. Os assentos paroquiais de batismo foram os registros mais difundidos da sociedade escravista e podem nos fornecer valiosas informações acerca das relações espirituais, sociais e políticas que foram estabelecidas entre a população livre e escrava em uma determinada sociedade. Dessa forma, levando-se em consideração que o batismo era um rito de passagem essencial a todos os indivíduos, independentemente de sua cor, origem ou condição social, os Registros Paroquiais de Batismo nos possibilitou compreender um pouco mais acerca das relações que foram estabelecidas entre os pequenos proprietários locais, e entre os cativos que se encontravam sob a posse desses homens e mulheres.

Para confecção do primeiro capítulo, utilizamo-nos das Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831. A partir dos dados levantados, conseguimos ter acesso ao número de propriedades, número de escravos, porcentagem de indivíduos livres e livres de cor, estrutura de posse cativa, dentre outras diversas informações nos viabilizaram apresentar a composição sociodemográfica das localidades Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina no ano de 1831. O segundo capítulo também foi elaborado a partir da análise das Listas Nominativas

---

<sup>39</sup> ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p. 287.

de Habitantes, mas com uma metodologia diferente da que foi aplicada no capítulo anterior. No capítulo “Senhores de poucos escravos: por dentro das pequenas propriedades da Serra da Mantiqueira”, dedicamo-nos a analisar especificamente aqueles proprietários que contavam com a posse de um até três mancipios em suas unidades produtivas, uma vez que essa foi a estrutura de posse cativa mais recorrente entre as cinco localidades analisadas no primeiro capítulo. Nesse sentido, mais uma vez, foi-nos possível ter acesso ao número de propriedades, número de escravos, porcentagem de chefes de domicílio livres e livres de cor, homens e mulheres, dentre outras diversas informações que nos permitiram apresentar as principais características das pequenas propriedades de escravos que se encontravam na região no ano de 1831.

A metodologia adotada para a confecção do terceiro capítulo teve como base o nome dos pequenos proprietários de escravos que foram encontrados nas Listas Nominativas de 1831. Nesse sentido, buscamos realizar o cruzamento do nome dos 81 homens e mulheres que contavam com a posse de um até três cativos em suas unidades produtivas, com os nomes que pesquisados no banco de dados de batismo. No entanto, devido à opulência de informações que estavam reunidas no banco de dados, alguns procedimentos tiveram de ser adotados. A primeira precaução foi a de eliminar todos os nomes simples encontrados, englobando na análise somente aqueles homens e mulheres que possuíam mais de um sobrenome.

Além de realizar o cruzamento somente com aqueles indivíduos que possuíam um ou mais sobrenome, buscamos verificar também a existência de outros dados que apresentassem informações correspondentes com elementos presentes nas Listas de 1831. Por exemplo, quando o nome de um pequeno proprietário aparecia na coluna do pai do batizando, procuramos verificar também o nome do cônjuge, a fim de constatar se o nome da esposa era ou não condizente com o nome que estava presente no censo demográfico. O mesmo pôde ser feito com as pequenas proprietárias mulheres e com os escravos.

Tal como os nomes, as datas também exigiram demasiada cautela e atenção. Como no banco de dados de batismo o primeiro registro coletado refere-se ao ano de 1708 e o último ao ano de 1898, ao identificar o nome de um de nossos pequenos proprietários em algumas das colunas que compunham o banco de dados, fez-se necessário observar a data em que a cerimônia havia sido realizada. Após verificar a data em que o batismo havia sido celebrado, buscamos comparar essa data e a idade dos chefes de domicílio. Como as Listas Nominativas apresentaram a idade que esses proprietários tinham no ano 1831, calculamos a diferença entre ambas as datas, obtendo-se, assim, a idade dos indivíduos no momento em que havia

sido realizado o batismo. Obviamente, houve casos em que a data do batismo não era compatível com a idade dos homens e mulheres por nós selecionados, tratando-se de indivíduos muito jovens ou excessivamente idosos. Os registros em que a data da celebração do batismo não foi condizente com a idade dos pequenos proprietários foram automaticamente excluídos, pois claramente se referiam a outros indivíduos.

Por fim, após apresentar a estrutura dos capítulos e a metodologia que foi empregada na confecção de cada um deles, resta-nos concluir essa introdução destacando dois pontos principais. Em primeiro lugar, importa-nos esclarecer que os Registros Paroquiais de Batismo fazem referência as várias localidades que compunham a Serra da Mantiqueira, região que foi genericamente denominada como Borda do Campo<sup>40</sup>. Dessa forma, ao analisar os Registros Paroquiais de Batismo da Freguesia da Borda do Campo, atual cidade de Barbacena, cinco localidades emergiram dessa documentação: Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina. Portanto, torna-se importante mencionar que a presente pesquisa não tem a pretensão de analisar a Serra da Mantiqueira em sua totalidade, mas, sim, o intuito de melhor compreender e representar essa região através do estudo de cinco localidades em específico.

Ademais, cabe-nos ressaltar que como as Listas Nominativas de Habitantes são referentes ao ano de 1831, e todos os Registros de Batismo por nós selecionados enquadraram-se entre os anos de 1805 a 1850, adotamos como marco temporal do presente estudo a primeira metade do século XIX. Concluo essa introdução destacando que, para além de apresentar resultados numéricos de ordem demográfica, esta dissertação tem a pretensão de enriquecer a discussão acerca das pequenas propriedades escravistas existentes em Minas Gerais. Nesse sentido, mais do que a realização de análises puramente quantitativas, temos o objetivo de melhor conhecer esses pequenos proprietários, bem como de compreender e interpretar as relações que foram estabelecidas entre senhores e escravos nessas pequenas propriedades.

---

<sup>40</sup> MASSENA, Nestor apud OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família*, 1999. p. 95.

## CAPÍTULO 1: A SERRA DA MANTIQUEIRA: FORMAÇÃO E COMPOSIÇÃO SÓCIODEMOGRÁFICA

O principal objetivo desta pesquisa consiste em analisar as pequenas propriedades de escravos que se encontravam presentes em cinco localidades em específico: Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, no ano de 1831. Essas localidades estavam situadas na Serra da Mantiqueira, Minas Gerais, região que foi genericamente denominada como Borda do Campo<sup>41</sup>.

A análise dos registros paroquiais de batismo referentes à Freguesia da Borda do Campo possibilitou-nos a constituição de um extenso banco de dados, composto por cerca de 9000 mil registros de batismos que abarcam tanto o século XVIII quanto o século XIX<sup>42</sup>. Esse banco de dados foi confeccionado tendo como base o modelo metodológico proposto pela pesquisadora Maria Norberta Amorim, que desde 1971 elaborou um método próprio para a exploração dos registros paroquiais de batismo portugueses<sup>43</sup>. Também conhecido como *Reconstituição de Paróquias* (MRP), esse método de pesquisa procura identificar todos os indivíduos referidos nos registros paroquiais, relacionando-os com suas respectivas famílias<sup>44</sup>. Em síntese, esse modelo investigativo tem como princípio básico o cruzamento de informações nominais, isto é, o acompanhamento nominal dos indivíduos que eram batizados em uma determinada região ou comunidade, permitindo-nos reconstituir o percurso de vida desses personagens em encadeamento genealógico<sup>45</sup>.

Dessa forma, ao analisar os registros paroquiais de batismo da Freguesia da Borda do Campo, atual cidade de Barbacena, cinco localidades emergiram dessa documentação. Nesse sentido, com o intuito de melhor conhecer e compreender as principais características de algumas das localidades que se encontravam presentes na Serra da Mantiqueira, nos dedicaremos a analisar, por meio da Lista Nominativa de Habitantes para o ano de 1831, a composição sociodemográfica de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina. Assim, a partir dos

---

<sup>41</sup> MASSENA, Nestor apud OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família*, 1999, p. 95.

<sup>42</sup> Atualmente esse banco de dados encontra-se disponível do Laboratório de História Economia e Social (LAHES) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), cuja pesquisa é orientada pela Professora Doutora Mônica Ribeiro de Oliveira.

<sup>43</sup> AMORIM, M. Norberta B. *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias* - Braga, Universidade do Minho, 1991.

<sup>44</sup> Para maiores informações, ver: AMORIM, M. Norberta B. Op. cit., 1991.

<sup>45</sup> AMORIM, Maria Norberta. As diferenças de comportamento demográfico no Antigo Regime: o caso de Ronfe (Guimarães) e Poiares (Freixo). In: *Revista de Guimarães*, nº 103, 1993. p. 47- 63.

censos populacionais referentes a essas cinco localidades em específico, buscaremos identificar os principais aspectos da população livre e escrava que se encontravam presentes nessa região, bem como apresentar a estrutura de posse cativa que se configurou nesse espaço no ano de 1831.

Começaremos por relatar um pouco sobre a história de Minas Gerais, destacando os principais acontecimentos e transformações que ocorreram nessa região após os primeiros descobertos auríferos. Em seguida, além de apresentar a origem e o trajeto percorrido pelo Caminho Novo, nos dedicaremos a demonstrar também as mudanças que a abertura dessa passagem acarretou tanto para Minas Gerais, quanto para a ocupação da Freguesia da Borda do Campo, e conseqüentemente das cinco localidades por nós analisadas. Por último, buscaremos explicar o contexto no qual se deu o pico de ocupação dessas cinco localidades, bem como apresentar a composição sociodemográfica de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina no ano de 1831.

\*\*\*

Sabe-se hoje que a origem e a história de Minas Gerais encontram-se completamente atreladas à história da descoberta das primeiras jazidas de ouro e faiscação de diamantes nos córregos e ribeirões que cortavam a montanhosa região dos matos gerais dos índios cataguás. Já na segunda metade do século XVII, muitos eram os boatos e cartas sigilosas que chegavam a Lisboa conjecturando a existência de mateais preciosos como esmeraldas, prata e ouro na América portuguesa.

Certamente, tais especulações não se deram ao acaso, pois desde o início da ocupação da colônia pairava a expectativa de que, assim como na América espanhola, muitos eram os metais preciosos que se despontavam nas terras brasileiras<sup>46</sup>. Assim, no sentido de verificar essas constantes especulações, a Coroa ordenou aos principais sertanistas paulistas que se empenhassem na descoberta dos tão ambicionados metais preciosos. Nesse período, os paulistas eram considerados sertanistas muito hábeis, prudentes e valorosos, considerados pela Coroa como os homens que faziam das expedições aos sertões verdadeiros feitos de expansão do domínio luso<sup>47</sup>.

---

<sup>46</sup> Nesse sentido, ver: BUARQUE, Sérgio Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1977. p. 229-257; VASCONCELOS, Diogo. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999. p. 43.

<sup>47</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais: Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2008. p. 59.

A reputação alcançada pelos paulistas, proveniente da prática em desbravar os sertões, sobrevivendo às asperezas do ambiente natural e aos índios e feras presentes naquelas matas, fez com que a Coroa portuguesa se reportasse a Fernão Dias Paes Leme, um dos principais homens da Capitania de São Paulo, com objetivo de organizar e realizar uma expedição em direção a serra das Esmeraldas<sup>48</sup>. Assim, no último quartel do século XVII o sertanista Fernão Dias Paes partiu de São Paulo e seguiu sentido Norte, almejando encontrar as tão sonhadas esmeraldas. Não obstante, ao longo do caminho o sertanista deparou-se somente com turmalinas e outras pedras de menor valor, e o objetivo principal da viagem não foi alcançado. Todavia, ainda que sua jornada não tivesse atingido o desígnio esperado, ela foi a grande responsável por conduzi-lo aos primeiros descobertos auríferos, dando origem a própria Minas Gerais<sup>49</sup>.

Mas somente em 1693 deu-se, de fato, o primeiro registro oficial da descoberta de ouro na região, e tal achado foi manifestado por Antônio Rodrigues Arzão nos sertões do rio Casca. Contudo, cabe ressaltar que tal descoberta já havia sido feita previamente, sem declaração manifesta às autoridades, por Manuel de Borba Gato e também pelo mulato André João Antonil<sup>50</sup>. Após essas descobertas oficiais, muitas outras foram sendo oficializadas, sobretudo por paulistas<sup>51</sup>, fazendo com que Minas Gerais sofresse uma rápida e densa ocupação.

As notícias referentes às descobertas se espalharam velozmente, e a corrida pelo ouro atraiu o afluxo de milhares de pessoas vindas do Reino e também de outras partes da América portuguesa. Seduzidos pelas possibilidades de enriquecimento, oferecidas principalmente pelas facilidades na exploração do ouro de aluvião que não exigia grandes investimentos, entre os anos de 1721 e 1722 muitos imigrantes portugueses não hesitaram em deixar suas terras e se integrar as grandes levas populacionais vindas do Reino de Portugal<sup>52</sup>. Concomitante a este processo, muitos foram os nacionais paulistas e fluminenses que vieram

---

<sup>48</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais*, 2008. p. 60.

<sup>49</sup> RODRIGUES, André. F. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 46. p. 253-270, 2003. p. 254.

<sup>50</sup> Nesse sentido, ver: ROMEIRO, Adriana. A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas setecentistas*. v. 1, Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2007. p. 532; ZAMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: USP, 1990. p. 30-32.

<sup>51</sup> CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado, 1693-1737*. (Tese de Doutorado em História). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 46.

<sup>52</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 151.

para região das minas em busca de fortuna e riqueza, desencadeando o processo de ocupação dos “sertões dos Cataguás”<sup>53</sup>.

Assim, foram sendo fundados os primeiros núcleos de aldeamento, investindo-se também na abertura de novos caminhos. Gradualmente, esse espaço foi adquirindo um caráter mais estável e urbanizado, fazendo com que já no ano de 1714 fossem estabelecidas as três primeiras comarcas de Minas Gerais<sup>54</sup>, a saber: Comarca de Vila Rica (Ouro Preto), a Comarca do Rio das Velhas (Sabará), e a Comarca do Rio das Mortes (São João Del Rei)<sup>55</sup>.

No entanto, apesar dessa intensa aglomeração de pessoas, vale ressaltar que, chegar às minas nem sempre foi uma tarefa fácil; na ausência de estradas que levavam a região mineradora, alguns exploradores seguiram as trilhas abertas pelos próprios indígenas. Dessa forma, já no final dos seiscentos e início dos setecentos, três caminhos em especial se destacavam entre as rotas mais usadas pelos viajantes que desejavam chegar às minas: o primeiro era o Caminho do Rio São Francisco, que ligava a cidade da Bahia (Salvador) às minas do Rio das Velhas. O segundo era o Caminho Geral do Sertão, conhecido também como Caminho Velho, que partia da vila de São Paulo e se dirigia para Vila Rica. E o terceiro era o Caminho Novo dos Campos Gerais, posteriormente chamado apenas de Caminho Novo, que ligava as zonas auríferas ao Rio de Janeiro<sup>56</sup>.

Ao longo destes caminhos formaram-se os primeiros vilarejos e povoados. E como muitos eram os sertanistas e aventureiros que percorriam as estradas rumo as tão almeçadas minas de ouro, fez-se necessária a criação de roças e ranchos que, além de serem utilizados como ponto de parada de muitos viajantes, forneciam produtos capazes de reabastecer esses itinerantes, possibilitando-lhes percorrer longas distâncias. Essas roças e ranchos dedicavam-se à produção e ao escoamento de produtos agrícolas, pastoris e têxteis, que não só guarneciam sertanistas e aventureiros, mas também eram direcionados ao abastecimento interno da Capitania mineira.

Em virtude disso, a análise da construção e do percurso do Caminho Novo torna-se extremamente importante, tanto para a compreensão da origem e povoamento de Minas Gerais, quanto para o entendimento acerca da localização e formação da Borda do Campo,

---

<sup>53</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1982. p. 167.

<sup>54</sup> A Capitania e depois Província de Minas Gerais estava dividida em comarcas, que, por sua vez, eram compostas por Termos. A comarca era uma circunscrição judiciária que ficava sob jurisdição de um ou mais juízes de direito. Em cada Termo ou município havia uma sede jurídico-administrativa que se localizava no distrito mais importante. Nesse sentido, ver: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002. p. 48.

<sup>55</sup> LUNA, Francisco Vidal. *Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais, 1982*. p. 26.

<sup>56</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*, 1982. p. 181-184.

que teve seu provir concomitante a criação e desenvolvimento desta estrada que ligava a Capitania de Minas Gerais às Capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo. Todavia, cabe-nos acentuar que, embora busquemos exibir a localização da Borda do Campo no curso do Caminho Novo, nosso principal objetivo na seção que segue será o de apresentar a edificação e o trajeto dessa estrada, demonstrando também as transformações que foram acarretadas por sua construção.

### 1.1 - Às margens do Caminho Novo

Nos finais do século XVII, a notícia dos primeiros descobertos auríferos em Minas Gerais incentivou muitos viajantes e desbravadores a se lançarem em trilhas cobertas por matos inóspitos e montanhas até então intocadas. Em um primeiro momento, para que a cidade do Rio de Janeiro se comunicasse com os arraiais paulistas do Vale do Paraíba, foram aproveitadas antigas trilhas indígenas, as quais foram posteriormente transformadas no primeiro caminho entre São Paulo e o Rio de Janeiro. Essa estrada, quando percorrida em direção contrária, possibilitava também alcançar a região das minas após alguns meses de viagem, passando por Parati e tomando em Guaratinguetá a direção da Serra da Mantiqueira<sup>57</sup>.

Tal caminho recebeu o nome de Caminho Velho, também conhecido como Caminho Geral do Sertão. Esse trajeto que se estabeleceu sobre as primeiras rotas abertas pelos bandeirantes foi inicialmente usado pelos viajantes para a procura e aprisionamento de índios. Todavia, dado o processo de expansão e interiorização de Minas Gerais, esse percurso se estabeleceu como uma das principais vias de acesso às minas, promovendo o inicial povoamento no interior da região. A partir de 1696, passou a ser frequentado regularmente, tanto por sertanistas quanto por aventureiros que em busca de riquezas e metais preciosos se lançavam nas trilhas rumo as Gerais<sup>58</sup>.

No entanto, chegar às minas constituía-se em tarefa árdua e perigosa. Seguir o Caminho Velho rumo às Gerais significava também ter de enfrentar inúmeros percalços. Encoberta por matas virgens e frequentemente por densos nevoeiros, a passagem só podia ser feita à custa de grandes esforços. Além desses problemas, a viagem de setenta e quatro dias

---

<sup>57</sup> COSTA, Antônio. G. As Estradas Reais para as Minas na Cartografia Histórica do Brasil. In: *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. CALAES, Gilberto. D; FERREIRA, Gilson. E. (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, Lisboa: Kapa Editorial, 2005. p. 13.

<sup>58</sup> VENANCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. In: *Vária História*. Belo Horizonte, UFMG, n. 21, p.161-189, 1999. p.172.

entre o litoral e as minas era um percurso demasiado extenso e contava ainda com uma extrema falta de segurança, de modo que causava temor não somente nos viajantes, mas nas próprias autoridades administrativas da Coroa, que muitas vezes tinham de usar este trajeto para transportar o quinto do ouro exigido pelo rei<sup>59</sup>.

Fazia-se necessária, portanto, a existência de um percurso mais conveniente, menos extenso e mais seguro. Diante desta problemática, o bandeirante Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes Leme, por meio da carta dirigida ao governador-geral Artur de Sá e Menezes e enviada ao rei D. Pedro II, comprometia-se a iniciar em 1698 a abertura de um caminho partindo do Rio de Janeiro em direção as minas<sup>60</sup>. Esse acesso direto para a região das minas a partir da cidade do Rio de Janeiro tornou-se imprescindível, pois, além de reduzir o tempo da viagem para pouco mais de três semanas, facilitava a trajetória para os viajantes que seguiam rumo às minas recém-descobertas.

Diante dessa perspectiva, o Caminho Novo pode ser visto como o resultado da iniciativa de colonizadores paulistas, portugueses e também das autoridades, cuja preocupação em garantir e facilitar o abastecimento das minas levou à criação deste novo trajeto. Todavia, um estudo mais recente propõe uma nova abordagem sobre o assunto, uma vez que, para Renato Pinto Venâncio, a rota conhecida hoje como Caminho Novo não foi inventada pelos colonizadores acima mencionados.

Examinando e contrastando o itinerário do Caminho Novo descrito no Códice Costa Matoso com os dados relativos à paisagem florestal e hidrográfica de Minas Gerais, Renato Venâncio lançou mão de pesquisas arqueológicas e concluiu que a rota conhecida como Caminho Novo já era utilizada pelos índios há milhares de anos, sendo conquistada pelos colonizadores somente após estes vencerem as resistências indígenas no local<sup>61</sup>. Fruto do conhecimento indígena ou uma inovação efetivada pelos colonizadores, fato é que esta nova rota foi de fundamental importância para o início do povoamento da região, uma vez que facilitava o trajeto pelos sertões da Mantiqueira rumo às lavras de ouro recentemente descobertas no interior mineiro.

A historiografia tende a indicar o princípio da estrada do Caminho Novo ora na Borda do Campo, ora nas terras do bandeirante Garcia Rodrigues Paes, situadas às margens do rio

---

<sup>59</sup> Nesse sentido, ver: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*, 1982. p. 181-184; LAGUARDIA, Rafael Martins. *Dos Dízimos a Demarcação de Terras: Geoprocessamento aplicado aos Módulos Rurais* (Juiz de Fora, séculos XVIII-XIX). (Tese de Doutorado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, 2015. p. 60.

<sup>60</sup> Nesse sentido, ver: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*, 1982. p. 181-184; LAGUARDIA, Rafael Martins. *Dos Dízimos a Demarcação de Terras*, 2015. p. 62.

<sup>61</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Caminho Novo*. 1999. p. 181-189.

Paraíba em uma região conhecida como Ressaca dos Campos Gerais<sup>62</sup>. Embora as discussões sobre a construção e o ponto de partida do Caminho Novo sejam permeadas por controvérsias, Garcia Rodrigues Paes nos deixou importantes referências sobre o local inicial deste Caminho. Em carta datada de oito de junho de 1703, o bandeirante afirmava ser o Rio de Janeiro o local onde se iniciara a construção do trajeto que ligava a região fluminense às Minas:

“Senhor! Poderá Vossa Senhoria informar e certificar a Sua Majestade, a quem Deus Guarde, que seu muito leal e humilde vassalo Garcia Rodrigues Pais tem mudado sua casa e família de São Paulo sua pátria para esta cidade do Rio de Janeiro, só a fim de facilitar o caminho, que tem principiado para os campos gerais, e as minas de ouro do Sabarabuçú, o que para acomodar a dita sua família e preparar a sua jornada para as Minas se deteve até o mês de julho: e por causa de lhe fugirem quase todos os seus escravos, e por sua limitação não tem acabado o caminho”<sup>63</sup>.

Como podemos perceber pela afirmação do bandeirante, o Caminho Novo, assim denominado para se diferenciar da antiga rota usada pelos sertanistas e aventureiros, tinha seu prelúdio na cidade do Rio de Janeiro. Posto isso, torna-se necessário averiguar também até onde se estendia esse trajeto, já que ao longo do mesmo foram formados os primeiros vilarejos e povoados que mais tarde vieram a se tornar grandes vilas, e que, por sua vez, deram origem às cidades que hoje compõem a paisagem da região.

Segundo André Antonil, o novo Caminho que partia do Rio de Janeiro apresentava duas variantes. A primeira partia do Rio de Janeiro rumo a Irajá, da onde seguia posteriormente ao Porto de Nossa Senhora do Pilar, subindo pelo rio Marobaí e chegando ao pé da serra do Mar em uma lombada chamada Tinguá. Desta lombada subia ao Pouso Frio onde atingia a roça de alguns capitães, dentre elas a do bandeirante Garcia Rodrigues Paes nas duas margens do rio Paraíba, em um local chamado Registro do Paraíba. Neste ponto, o Caminho se encontrava com outra variante que subia ao vale do Piabanha<sup>64</sup>.

O outro desvio era o que corria pela serra da Estrela, subia o alto do Córrego Seco (atual cidade de Petrópolis), atingindo o Sumidouro onde se encontrava com o que vinha pelo lado esquerdo da serra. A partir daí, o Caminho Novo transpunha a serra da Mantiqueira, cruzava o Rio das Mortes em suas cabeceiras e pelos vales dos Rios Paraíba e Paraibuna chegava até a região da Borda do Campo e Registro<sup>65</sup>. Da Borda do Campo, o Caminho

---

<sup>62</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p. 34-35.

<sup>63</sup> BASTOS, Wilson de Lima. O Caminho Novo para os Campos Gerais. In: *Do Caminho Novo dos Campos Gerais à atual BR – 135*. Juiz de Fora: Imprensa Universitária da UFJF, 1975, p. 11-20. p. 11.

<sup>64</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*, 1982. p.184-186.

<sup>65</sup> ANTONIL, André João. Op. cit., p. 184-186.

continuava até à posterior Igreja Nova (atualmente localizada na cidade de Barbacena), seguindo posteriormente mais um longo trajeto até culminar em seu ponto de bifurcação. Neste ponto do Caminho, os viajantes seguiam pelo já conhecido Caminho Velho que os levavam tanto a Vila Rica (Ouro Preto), como a Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo (Mariana) e também ao Arraial do Rio das Mortes (São João Del Rey)<sup>66</sup>.

Segundo André Figueiredo Rodrigues, em virtude do estabelecimento de roças que o bandeirante Garcia Rodrigues Paes possuía naquela paragem, foi comum considerar ser a Borda do Campo o ponto final da ligação entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro<sup>67</sup>. Contudo, importa-nos destacar que o Caminho Novo não parava ou começava na região da Borda do Campo, pois o trajeto seguia percurso até se encontrar com a estrada vinda de São Paulo, ou seja, o Caminho Velho<sup>68</sup>. Ainda assim, torna-se importante perceber que a origem e ocupação da Borda do Campo, denominação genérica que foi dada a toda região do alto da Serra da Mantiqueira<sup>69</sup>, encontram-se completamente atreladas à construção e desenvolvimento desta estrada, pois como dito anteriormente, a edificação deste novo percurso possibilitou a formação das primeiras roças, pousos e vendas responsáveis pelo desenvolvimento das localidades estabelecidas no decorrer deste Caminho.

O período inicial de povoamento das localidades estabelecidas no decorrer do Caminho Novo foi orientado, sobretudo, pela atividade mineradora desenvolvida em torno do leito dos rios. Tal povoamento foi marcado por várias crises de fome entre os anos de 1697 a 1698 e 1700 a 1701, as quais acabaram por estimular o cultivo de roças próximas às datas de ouro ao longo deste trajeto<sup>70</sup>. Tais crises podem ser vistas como reflexo da má administração das terras e da população que, aos poucos, ia se fixando na estrada, visto que nos primeiros anos de ocupação das Gerais o Estado português não se preocupou em realizar uma ação político-administrativa eficaz.

Segundo Carla Anastasia, a Coroa demorou a perceber a dimensão e as mudanças que a descoberta do ouro havia fomentado na Capitania<sup>71</sup>. Em razão dessa negligência, frequentes eram as desordens que ocorriam na região das minas, ocasionadas tanto pelo fato de para lá se

---

<sup>66</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*, 1982. p. 184-186.

<sup>67</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. (Dissertação de Mestrado em História) – FFLCH, USP, São Paulo. 2002. p. 19.

<sup>68</sup> Para maiores informações acerca do percurso do Caminho Novo, ver: LAGUARDIA, Rafael Martins. *Dos Dízimos a Demarcação de Terras*, 2015.

<sup>69</sup> MASSENA, Nestor apud OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família*, 1999. p. 95.

<sup>70</sup> ANASTASIA, Carla; LEMOS, Carmen. Vila Rica: ocupação improvisada. In: *Oficina da Inconfidência, Ouro Preto*, v. 1, n. 0, p. 26-41. dez 1999. p. 33-34.

<sup>71</sup> ANASTASIA, Carla. Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas matas gerais da Mantiqueira (1783- 1786). In: PRIORE, Mary del (Org). *Revisão do paraíso*. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 115-138. p. 123.

dirigirem aventureiros ambiciosos, quanto pelo fato de esse espaço não estar sujeito às leis e as autoridades oficiais. Lutas contínuas culminaram na chamada Guerra dos Emboabas, conflito que marcou o cenário mineiro dentre os anos de 1701 a 1709<sup>72</sup>.

Esse episódio fez com que a Coroa percebesse a real necessidade de se impor a presença estatal como o meio de apaziguar os conflitos e a desorganização presentes em Minas. Dessa forma, no início do século XVIII a Coroa portuguesa introduziu uma série de medidas administrativas com vistas a deter a anarquia que caracterizava as zonas de mineração. Os três os principais propósitos dessas medidas eram: promover um governo eficiente no âmbito local e regional; administrar a justiça e aplicar a lei; e cumprir as obrigações reais de defensor da fé<sup>73</sup>.

Nesse sentido, uma das principais medidas adotadas pela Coroa foi a separação entre a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Assim, no ano de 1709 a Capitania de Minas Gerais passou a contar com um governo próprio e separado da administração do Rio de Janeiro. Além desta ação que buscava, sobretudo, a maior institucionalização política da Capitania, a Coroa portuguesa, devido aos constantes extravios e contrabandos que ocorriam nas trilhas e caminhos de Minas, proibiu a abertura de novas picadas e trajetos não oficiais<sup>74</sup>.

Contudo, mesmo com a criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, muitos problemas continuaram a afligir o governo, tornando-se necessária, então, a execução de uma medida mais eficiente. Assim, no ano de 1720 a Capitania de Minas Gerais passou a ser instituída como uma unidade autônoma, o que muito contribuiu para que houvesse um maior controle sob esse espaço e sob sua ocupação populacional. As melhorias administrativas empregadas pela Coroa fizeram-se refletir especialmente na região das minas, onde gradualmente foram surgindo as primeiras capelas, vendas e moradias mais fixas ao entorno

---

<sup>72</sup> A Guerra dos Emboabas foi um episódio ocorrido em Minas Gerais entre os anos de 1701 e 1709. Este confronto envolveu os paulistas e os emboabas, grupo bastante heterogêneo constituído tanto por portugueses quanto por migrantes das demais partes do Brasil. Os sertanistas paulistas, responsáveis pelas primeiras descobertas de ouro na região, reclamavam a exclusividade de exploração das minas e alegavam que as jazidas deveriam ser reservadas aos pioneiros, e não estar aberta aos demais forasteiros que adentravam nas Gerais dispostos a explorá-las. O confronto terminou por volta de 1709, com a vitória dos emboabas e a retirada dos paulistas. Para maiores informações ver: ALMEIDA, Carla Carvalho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Conquista do centro-sul: fundação da Colônia de Sacramento e o “achamento” das Minas. In: FRAGOSO, João Luís; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial, 1580-1720*. vol. 2. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 310-313.

<sup>73</sup> BETHELL, Leslie. *História da América Latina: América Latina Colonial*. vol. 2. Trad: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 484.

<sup>74</sup> As proibições realizadas pela Coroa tinham como objetivo impedir a circulação de pessoas nos caminhos ditos “não oficiais”, buscando conter os desvios e contrabandos tão constantes nestes trajetos. Tais proibições serão mais bem explicadas no tópico “Origens das terras da Borda do Campo”. Nesse sentido, ver: PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso. Ocupação do espaço, formas de produção e território: uma nota sobre a formação territorial de Minas Gerais. In: *Revista Científica da FAMINAS*. – v. 1, n. 2 (maio/agosto), 2005. p. 263.

das lavras. Com o maior controle administrativo empregado pela Coroa, muitos dos conglomerados populacionais estabelecidos nos descobertos auríferos deram origem a diversos arraiais. Estes contavam com uma estrutura inicial demasiadamente precária e eram geridos, mormente, pela atuação dos potentados ali estabelecidos<sup>75</sup>.

Em meio ao processo administrativo de consolidação política nas minas, no ano de 1725 o projeto do Caminho Novo foi concluído, passando então a ligar diversas regiões mineiras, como Vila Rica, Borda do Campo, Registro Velho, Matias Barbosa e Simão Pereira<sup>76</sup>. A construção da nova estrada viabilizou o abastecimento da região aurífera e desencadeou o processo de ocupação das terras as margens do Caminho Novo. Ao longo desse trajeto, novos ranchos foram sendo construídos e as atividades agropecuárias foram se desenvolvendo. As roças construídas ao longo do percurso foram de fundamental importância, porque nestas paragens os viajantes podiam descansar e comprar alimentos, sendo cobrado, em troca, apenas o pagamento para o pasto dos animais<sup>77</sup>.

Aos poucos, inúmeras pousadas e roças passaram a pontilhar o Caminho Novo, fazendo com que o governo metropolitano começasse a conceder sesmarias às margens da estrada, com o objetivo inicial de garantir a formação de lavouras para o suprimento dos viajantes. As roças que aí se desenvolveram impulsionaram, sobretudo, o desenvolvimento agrícola e pastoril, fazendo com que em Minas Gerais além da mineração diversas outras atividades econômicas ficassem responsáveis por articular a região das minas às áreas mais periféricas da Capitania<sup>78</sup>.

O estabelecimento dessa nova rota que ligava a região das minas ao Rio de Janeiro resultou no processo de expansão da mineração, fazendo com que a Capitania de Minas Gerais rapidamente passasse a concentrar um enorme contingente populacional. Assim, já nas décadas iniciais do século XVIII, os primeiros povoados que surgiram em torno da lide mineratória começaram a adquirir um caráter mais estável. As construções de madeira e sapé e a ausência de laços familiares entre os primeiros moradores deram lugar à construção de

---

<sup>75</sup> Segundo Carla Almeida e Mônica Ribeiro de Oliveira, a montagem da sociedade das minas e o estabelecimento da autoridade régia na região foram garantidos pelos potentados locais ali estabelecidos. Ou seja, de acordo com estas autoras, a presença da administração metropolitana se fez emergir através daqueles homens há muito fixados na localidade, e que contavam tanto com a posse de sesmarias concedidas pela Coroa, quanto com seus cabedais de escravos e clientes. Esses homens foram os grandes responsáveis pelo estabelecimento de um poder local mais eficaz, dando origem à tão conhecida “nobreza da terra” que por muito tempo reivindicou seus direitos de conquistadores, descobridores e primeiros povoadores. Nesse sentido, ver: ALMEIDA, Carla Carvalho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Conquista do centro-sul: fundação da Colônia de Sacramento e o “achamento” das Minas*, 2014. p. 301.

<sup>76</sup> Nesse sentido, ver: RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira* 2002. p. 78; LAGUARDIA, Rafael Martins. *Dos Dízimos a Demarcação de Terras*, 2015.

<sup>77</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Caminho Novo*, 1999. p. 184.

<sup>78</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. *Op. cit.*, p. 117.

capelas e moradias mais estruturadas, que ficavam concentradas em torno dos centros de mineração e também aleatoriamente ao longo das estradas e de suas bifurcações<sup>79</sup>.

O mercado de alimentos e abastecimento criados pelos centros de garimpos foram de vital importância para o desenvolvimento dos diversos arraiais que aos poucos foram se estruturando ao longo do Caminho Novo. A necessidade de provimento dos povoados permitiu que inúmeros proprietários rurais se estabelecessem ao longo deste trajeto, desenvolvendo atividades agrícolas e pastoris destinadas à manutenção e sobrevivência da população mineira que se tornava cada vez mais numerosa.

Assim como as atividades agropecuárias que foram se desenvolvendo nas roças e nos ranchos às margens do Caminho Novo, o comércio também exerceu papel fundamental para a consolidação dessa sociedade. Aos poucos, além do comércio ambulante inúmeras vendas e estabelecimentos comerciais surgiram nos centros auríferos e também nos aglomerados populacionais que iam se desenvolvendo nas áreas mais altas e distantes dessa região<sup>80</sup>. Com o avançar dos anos, a confluência entre comércio e atividades agropecuárias permitiu que muitos dos arraiais anteriormente estabelecidos ao entorno das minas se tornassem freguesias e, posteriormente, alcançassem a condição de vilas.

Nessas vilas foram criadas as primeiras instituições públicas, e as edificações religiosas ganharam prédios mais sólidos e elaborados. A presença de um corpo político e o progressivo desenvolvimento econômico fizeram com que, anos mais tarde, muitas dessas vilas dessem lugar as cidades que hoje conhecemos. Todavia, cabe-nos ressaltar que o gradativo processo de crescimento e desenvolvimento não se efetuou de forma homogênea por todo espaço mineiro, pois muitas das áreas mais distantes e periféricas de Minas Gerais continuaram incipientes e sem uma efetiva administração política.

## **1.2 – A origem das terras da Borda do Campo**

Como vimos, a notícia da descoberta do ouro em Minas Gerais desencadeou o processo de povoamento dessa região. Após os primeiros descobertos auríferos, a Capitania foi povoada de forma rápida e intensa por homens e mulheres das mais diversas origens, vindos tanto do Reino de Portugal quanto de outras partes da América portuguesa. Esses

---

<sup>79</sup> ANASTASIA, Carla; LEMOS, Carmen. Vila Rica: ocupação improvisada. 1999. p. 33-34.

<sup>80</sup> RESENDE, Edna. *Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)*. (Tese de Doutorado em História). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008. p. 60.

indivíduos, seduzidos pela possibilidade de enriquecimento fácil, vinham em busca de ouro e outras pedras preciosas, e, justamente por isso, o afluxo de pessoas que aqui chegavam seguia sentido às minas de ouro por meio de trilhas e caminhos que levavam as tão “famosas” regiões mineradoras.

Devido à constante chegada de homens e mulheres estrangeiros e nacionais, fez-se necessário que ao longo desses caminhos fossem formadas as primeiras roças, ranchos e paragens, os quais posteriormente deram origem aos primeiros arraiais, freguesias e vilas da nossa região. O rápido e intenso processo de ocupação das minas foi inicialmente marcado pela desordem e pela insegurança, uma vez que não havia um efetivo controle político por parte da Coroa portuguesa. Nos caminhos usados para chegar às minas, os saques e extravios de mercadorias eram constantes e acabavam por prejudicar diretamente os interesses da Coroa, pois, além da condução de diversos produtos, as estradas eram utilizadas também para o transporte do quinto do ouro exigido pelo rei.

Nessas áreas imperavam o medo e a desconfiança, pois, além dos índios Coroados, Caiapós e Puris, muitos eram os bandos de salteadores que se escondiam nas trilhas das matas, esperando a melhor oportunidade para assaltar os tropeiros e demais desbravadores que percorriam estes caminhos<sup>81</sup>. Assim, no ano de 1720, com intuito de coibir o frequente contrabando de ouro e demais mercadorias, foi imposta pela Coroa portuguesa a primeira ordem régia com a ordenação de que se cerrassem quaisquer trilhas e logradouros já construídos nas áreas de mineração. A abertura de novas estradas que permitissem desvios ao trajeto já estabelecido pelo Caminho Novo foram proibidas, sendo utilizados para o transporte de mercadorias somente os caminhos ditos “oficiais”.

Por conseguinte, as trilhas e trajetos não oficiais foram vetados e passaram a ser denominados como “áreas proibidas”<sup>82</sup>. Segundo Mônica Ribeiro de Oliveira, tais áreas correspondiam aos sertões do leste (atual Zona da Mata mineira) e da Mantiqueira (atual região das Vertentes)<sup>83</sup>, perfazendo a maior parte da jurisdição da Comarca do Rio das Mortes e da Comarca do Rio das Velhas. Estas áreas eram formadas por uma natureza densa, complexa e pouco conhecida que causava temor na maioria dos viajantes que se aventuravam

---

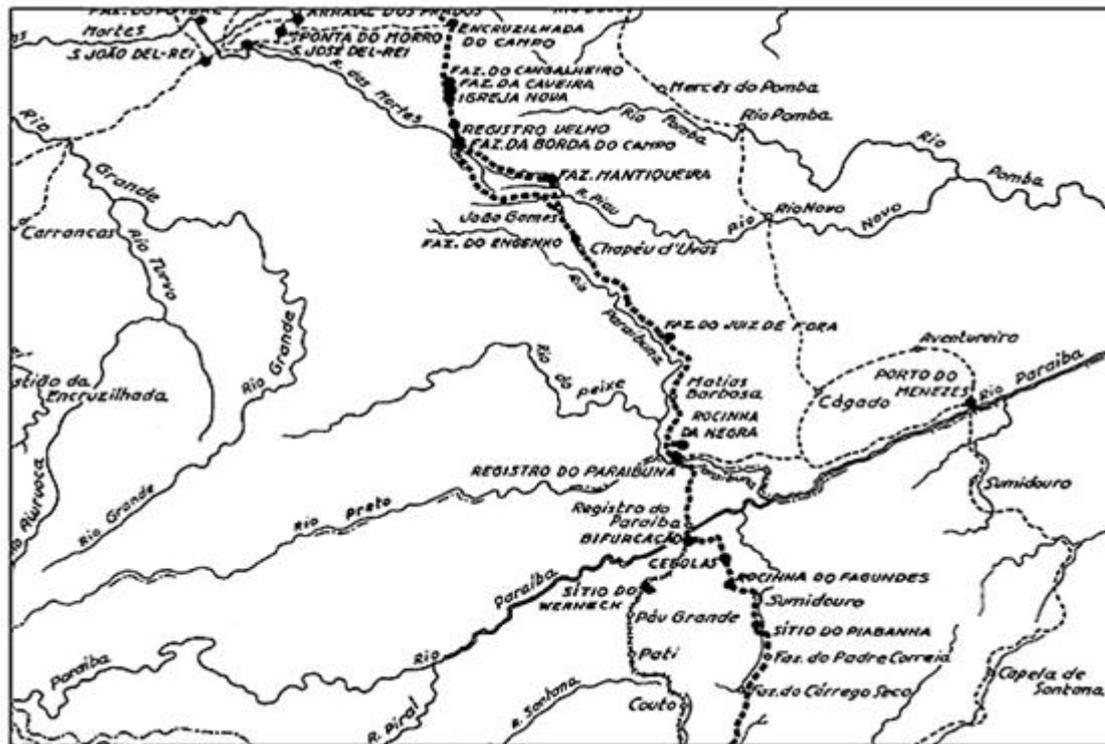
<sup>81</sup> OLIVEIRA, Mônica, Ribeiro. Famílias dos Sertões da Mantiqueira. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLVIII. p. 100-115, 2012. p. 102.

<sup>82</sup> O termo “áreas proibidas” foi designado em 1736 com objetivo de abranger todas aquelas regiões que se encontravam situadas nas extremidades mais despovoadas da Capitania. Estas áreas, embora apresentassem algumas riquezas caracterizavam-se principalmente por serem regiões periféricas, mais afastadas dos grandes núcleos mineradores do século XVIII, e de inserção econômica relativamente modesta. Nesse sentido, ver: RODRIGUES, André Figueiredo. *Os sertões proibidos da Mantiqueira*, 2003. p. 257.

<sup>83</sup> OLIVEIRA, Mônica, Ribeiro. *Famílias dos Sertões da Mantiqueira*, 2012. p. 102.

por ali passar. Por ser uma zona de fronteira erigida, com morros elevados e de vegetação bastante espessa, a região foi vista desde o início da exploração aurífera como uma das áreas mais propícias ao descaminho e contrabando de ouro e pedras preciosas.

**Figura 1: Área geográfica dos Sertões da Mantiqueira**



Fonte: Adaptado de Eduardo Canabrava Barreiros. “Área geográfica da inconfidência”. In: *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. 2.ed. vol. 3. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981.

Ao longo do Caminho Novo, muitas eram as regiões conhecidas como “áreas proibidas”, nas quais foram desautorizados a construção de sítios volantes e o trânsito de homens dispersos e sem ocupação definitiva, pois, de acordo com o decreto da Coroa somente os titulares das sesmarias que foram doadas ao longo do Caminho tinham autorização para se fixar nestas regiões. Todavia, embora a Coroa tivesse ordenado a não ocupação e travessia desses caminhos, havia muitos sertanistas, fazendeiros e comerciantes que se aventuravam a passar por estas áreas. Devido à dimensão territorial de nossa Capitania, a administração local não conseguia controlar e verificar toda a extensão desse espaço, fazendo com que, mesmo à revelia das proibições que se estenderam durante todo o ano de 1755, as “áreas proibidas” fossem aos poucos sendo ocupadas<sup>84</sup>.

<sup>84</sup> OLIVEIRA, Mônica, Ribeiro. *Famílias dos Sertões da Mantiqueira*, 2012. p. 103.

Por este motivo, a Coroa portuguesa, preocupada em garantir um maior controle e fiscalização também sob estas “áreas proibidas”, designou a construção de registros que foram estabelecidos preferencialmente nas proximidades do Caminho Novo<sup>85</sup>. O primeiro registro, também conhecido como Registro da Borda do Campo, deu origem ao Arraial da Igreja Nova de Campolide, região que ficou posteriormente conhecida como Freguesia da Borda do Campo. De acordo com Mônica Oliveira, o nome “Borda do Campo” foi atribuído a toda a região do alto da Serra da Mantiqueira<sup>86</sup>, fazendo com que essa freguesia fosse um ponto de parada obrigatório para todos os viajantes que optassem por percorrer os caminhos “não oficiais” com destino a Capitania do Rio de Janeiro.

O Registro da Borda do Campo tinha por objetivo evitar os desvios das riquezas minerais ao longo desses trajetos, e, justamente por isso, todo e qualquer carregamento que entrasse ou saísse de Minas Gerais passava obrigatoriamente por este posto de controle. Inicialmente, a região da Borda do Campo caracterizava-se pela ausência de moradias e demais estruturas comerciais, pois além de ser uma via de acesso ilegal, a fixação na área era restrita a somente alguns indivíduos. Todavia, com a criação do Registro da Borda, fez-se necessária a construção e organização, ainda que incipientes, de uma mínima infraestrutura.

O sertanista Garcia Rodrigues Paes foi o primeiro a tomar posse oficial das terras na região da Borda do Campo. Como as mercês eram distribuídas pela Coroa somente àqueles homens que comprovassem sua reputação e a prestação de bons e fiéis serviços, Garcia Rodrigues Paes, filho do sertanista Fernão Dias Paes Leme - o tão conhecido descobridor das esmeraldas e supostamente das Minas de ouro -, dirigiu-se à Coroa para reivindicar os títulos há muitos anos prometidos ao seu falecido pai<sup>87</sup>. Este sertanista foi amplamente remunerado pela Coroa portuguesa com títulos, cargos públicos, privilégios e grandes extensões terras, as quais estavam situadas na região da Borda do Campo.

Assim, entre os anos de 1701 e 1703, durante a construção do Caminho Novo, o sertanista Garcia Rodrigues Paes contou com a ajuda de seu primo e cunhado, o Coronel Domingos Rodrigues da Fonseca Lemes, o qual, com o auxílio de alguns moradores e parentes da região, edificou a primeira casa sede da fazenda da Borda do Campo, bem como a Capela de Nossa Senhora da Piedade no ano de 1711<sup>88</sup>. Nas proximidades da fazenda,

---

<sup>85</sup> Para maiores informações, ver: LAGUARDIA, Rafael Martins. *Dos Dízimos a Demarcação de Terras*, 2015. p. 14.

<sup>86</sup> MASSENA, Nestor apud OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família*, 1999. p. 95.

<sup>87</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais*, 2008. p. 77.

<sup>88</sup> As melhores referências sobre o coronel Domingos Rodrigues da Fonseca Leme podem ser encontradas em: SILVA, José Bonifácio de Andrada. Uma fazenda histórica – Borda do Campo. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 72, n. 120, p. 127-151, 1909. p. 129-130.

organizou-se, a partir de 1725, a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, transferida em 1730 para a chamada Igreja Nova da Borda do Campo, atual matriz da cidade de Barbacena.

Contudo, ainda no ano de 1713, o Coronel Domingos Rodrigues da Fonseca Lemes recebeu uma doação de sesmaria de uma légua para fazenda da Borda do Campo, podendo posteriormente requerer novas áreas e expandir seus domínios. Em meados de 1724, com o retorno de Domingos Rodrigues da Fonseca Lemes para Capitania de São Paulo, a posse da fazenda passou pelas mãos de diversos proprietários<sup>89</sup>. Matias Domingos e Francisco da Costa foram seus segundos donos. Porém, com a morte de Francisco da Costa, parte do domínio passou a pertencer à viúva deste indivíduo, ficando a outra parte sob os cuidados de Manoel Dias de Sá. Com a morte da viúva, a fazenda da Borda do Campo passou a ser propriedade exclusiva de Manuel Dias de Sá e sua família. A família de Sá, presente desde os primórdios do povoamento da região da Borda do Campo, aos poucos desenvolveu a estratégia de acumular sesmarias, uma prática que ao longo dos anos foi sendo adotada por vários integrantes desta e de outras famílias que tomaram posse da fazenda<sup>90</sup>.

Importa-nos ressaltar que as doações de sesmarias, embora tivessem dimensões definidas, não impedia a incorporação de mais terras pelo apossamento, tampouco a reunião de outras sesmarias por pessoas da mesma família. Assim, a posse de uma sesmaria poderia facilitar a ocupação de terras vizinhas, viabilizando a enorme concentração de terras nas mãos de um mesmo grupo familiar<sup>91</sup>. Este povoamento de caráter familiar fez-se refletir diretamente na ocupação das terras da Borda do Campo, caracterizada principalmente pelo perfil concentrador das terras que se encontravam sob a posse daquelas famílias que foram as pioneiras no processo de ocupação desta região.

Segundo Edna Resende, os primeiros habitantes da Borda do Campo empenharam-se em ocupar novas áreas desta localidade. Estas famílias incorporavam cada vez mais terras às sesmarias oficialmente concedidas pela Coroa, aumentando assim o limite de suas posses<sup>92</sup>. As expansões dos domínios territoriais eram feitas às margens do Caminho Novo, que, além ser um mecanismo de expansão, possibilitava um maior controle sob as terras e as rotas comerciais do mercado interno. Nesse sentido, os primeiros proprietários e suas famílias buscaram se estabelecer principalmente nas terras mais férteis e mais bem localizadas da

---

<sup>89</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*, 2002. p. 29.

<sup>90</sup> RESENDE, Edna. *Ecos do liberalismo*, 2008. p. 63.

<sup>91</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família*, 1999. p. 103-106.

<sup>92</sup> RESENDE, Edna. *Ecos do liberalismo*, 2008. p. 61.

estrada, artifício que ao longo dos anos acabou por consolidar a autonomia destes indivíduos na região<sup>93</sup>.

Como podemos perceber, o predomínio da ordem privada marcou o início do povoamento desta área. A concessão de sesmarias às margens do Caminho Novo ampliou as possibilidades de desenvolvimento das atividades agrícolas e pastoris, permitindo que aos poucos um forte e dinâmico mercado interno começasse a se desenvolver<sup>94</sup>. Todavia, importa-nos destacar que, para além dessas famílias e dos grandes potentados rurais que aos poucos iam se estabelecendo nesta região, a Borda do Campo abriu espaço também para fixação daqueles homens e mulheres livres e pobres que se encontravam presentes na nossa sociedade.

Inicialmente, os indivíduos mais pobres que se instalaram nos sertões da Borda do Campo foram excluídos do processo de repartição das terras, uma vez que não possuíam recursos para custear as despesas do processo de concessão, nem escravos que fornecessem a mão de obra necessária para o trabalho no solo, requisitos básicos para a obtenção de sesmarias<sup>95</sup>. Todavia, como muitos eram os homens e mulheres livres e pobres que se encontravam presentes na Borda do Campo, buscando evitar futuros alvoroços e desavenças, o governo determinou que fossem distribuídas, mediante requerimento, meia légua de terras de cultura a todos aqueles que comprovassem ter a capacidade de lavrá-las com seus próprios braços, podendo contar também com a ajuda de seus filhos, parentes e agregados<sup>96</sup>.

Esses moradores tentaram abrir estradas às suas próprias custas. Tais iniciativas tinham como principal objetivo facilitar o comércio e evitar a passagem pelos registros da Capitania, pois naqueles locais eram feitos o controle de entrada e saída de pessoas, mercadorias e também a cobrança de impostos. As ações realizadas por tais sujeitos permitiu-nos perceber que, embora as ordens régias tivessem proibido a circulação de determinados indivíduos e também a construção de picadas na região entre os anos de 1720 a 1755, esses decretos não surtiram o menor efeito, pois durante aquele período uma série de conglomerados populacionais foi sendo fundada nessas áreas<sup>97</sup>.

Ademais, como afirmou Mônica Ribeiro de Oliveira, a chegada como sesmeiro ou mesmo como posseiro em uma área pouco controlada pelas autoridades metropolitanas

---

<sup>93</sup> RESENDE, Edna. *Ecos do liberalismo*, 2008. p. 62.

<sup>94</sup> RESENDE, Edna. Op. cit., 2008. p. 67.

<sup>95</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. *Os sertões proibidos da Mantiqueira*, 2003. p. 258.

<sup>96</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. Op. cit., p. 258-259.

<sup>97</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família*, 1999. p. 106.

afigurava-se como uma excelente oportunidade<sup>98</sup>. Dessa forma, na região da Borda do Campo, além dos sesmeiros, que detinham a posse de alguns hectares de terras concedidos pela Coroa, houve espaço também para a instalação de inúmeros posseiros, isto é, aquele conjunto de homens e mulheres que juntamente com suas famílias se apossavam de pequenas áreas de terras. Certamente muitos fatores contribuíram para que esses indivíduos pudessem se inserir nesta região, entre eles o fato de os sertões da serra da Mantiqueira ser uma região de fronteira aberta e em constante alteração pela amplitude de suas explorações<sup>99</sup>.

A concessão de terras realizada pela Coroa aos indivíduos mais pobres, bem como a maior facilidade de fixação nestas áreas de fronteira aberta, refletiu-se claramente no perfil das propriedades encontradas nesta região. Houve o predomínio das pequenas e médias propriedades, embora fosse possível constatar também, ainda que em menor número, a presença de estabelecimentos de grande porte<sup>100</sup>. A Borda do Campo caracterizava-se justamente por ser um local extremamente heterogêneo, no qual se encontravam inseridos homens e mulheres das mais diversas origens e condições sociais.

Segundo Edna Resende, os primeiros habitantes da região eram provenientes das Capitânicas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Os paulistas, por meio da rota do Caminho Velho, foram os primeiros desbravadores dos caminhos para as minas e, conseqüentemente, os primeiros a se fixarem na região da Borda do Campo<sup>101</sup>. Mas além dos nacionais paulistas e fluminenses, havia também muitos indivíduos portugueses vindos da região norte de Portugal. Estes emigrados de Portugal, ao se fixarem na Borda do Campo, procuravam se reunir em torno de suas comunidades de origem, estabelecendo contato com parentes e conterrâneos. Tal prática certamente reforçava uma identidade comum, favorecendo não somente a formação de laços de parentesco, mas também promovendo um maior enraizamento na localidade<sup>102</sup>.

Os primeiros moradores da Borda, tanto os estrangeiros quanto os nacionais, certamente perceberam que a existência de roças e ranchos ao longo do Caminho seria essencial para o suprimento dos viajantes e tropeiros que circulavam pela região. Destarte,

---

<sup>98</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família*, 1999. p. 106.

<sup>99</sup> IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória política do Brasil: 1500 -1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 44-50.

<sup>100</sup> Para maiores informações, ver: TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, Sistema Econômico e Poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial, Barbacena, 1791/1822*. (Dissertação de Mestrado em História) Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

<sup>101</sup> RESENDE, Edna. Os senhores do Caminho Novo: notas sobre a ocupação da Borda do Campo no século XVIII. In: *Mal-Estar e Sociedade*, v. 1, p. 121-143, 2009. p. 135.

<sup>102</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em momento: família e fortuna no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 67.

esses sesmeiros e posseiros, buscando articular a produção de suas roças às necessidades de consumo e comércio das minas, passaram a se dedicar prioritariamente à agricultura e de forma secundária as atividades pecuárias. A prática dessas atividades pôde ser confirmada por André Figueiredo Rodrigues, que, ao analisar as concessões de sesmarias para a freguesia da Borda do Campo durante o século XVIII, verificou nos documentos dos sesmeiros e posseiros residentes nos sertões proibidos da Serra da Mantiqueira, que 76,19% das atividades produtivas destes proprietários estavam relacionadas à agricultura e a pecuária<sup>103</sup>.

As fazendas localizadas na região dedicavam-se ao cultivo de milho, feijão, arroz, mandioca, algodão e até trigo. E embora a cultura do milho fosse amplamente difundida entre os proprietários, não se constituiu como o único cultivo praticado nestas roças e ranchos. As propriedades contavam ainda com hortas e pomares compostos principalmente de bananeiras, goiabeiras, marmeleiros e pessegueiros. Essa diversificação no cultivo dos alimentos era essencial, uma vez que estes produtos alimentavam os viajantes e os animais que se deslocavam pelo Caminho Novo<sup>104</sup>.

A cana-de-açúcar foi outra cultura bastante disseminada, sendo utilizada principalmente para produção de aguardente e rapadura. Já a fabricação de açúcar, por demandar a existência de um engenho mais estruturado e ser muito dispendiosa, não se encontrava muito presente na região. Em muitos domicílios notava-se também a presença de gado vacum, cavalos, bestas, porcos e ovelhas, animais essenciais tanto para o transporte de mercadorias quanto para produção de lã que favorecia a produção doméstica de fios e panos<sup>105</sup>.

Contudo, apesar das diversas atividades produtivas presentes nos ranchos e nas roças que compunham a região, os proprietários dedicavam-se principalmente ao comércio interno, que reabastecia os viajantes que percorriam o Caminho Novo. Não obstante, os fluxos comerciais estabelecidos entre Minas Gerais e suas Capitanias vizinhas, em especial o Rio de Janeiro, possibilitava às tropas que percorriam este Caminho em direção às minas que trouxessem entre suas mercadorias toda sorte de gêneros, como por exemplo: artigos de luxo, alimentos vindos do Reino, tecidos finos, ferramentas, chumbo, ferro, escravos e toda variedade de secos e molhados<sup>106</sup>.

As freguesias situadas às margens do Caminho Novo, como era o caso da Borda do Campo, foram se desenvolvendo e se expandindo ao longo do século XVIII, sobretudo,

---

<sup>103</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*, 2002. p. 37.

<sup>104</sup> RESENDE, Edna. *Os senhores do Caminho Novo*, 2009. p. 129.

<sup>105</sup> RESENDE, Edna. *Op. cit.*, p. 130.

<sup>106</sup> *Idem*, p.134.

devido aos grandes investimentos nos setores agrícolas e pastoris presentes na região. Com o decorrer dos anos, esses investimentos e a consequente ampliação das demandas por esses produtos, os quais, além de abastecer as áreas mineradoras complementavam também as produções locais, fez-se possível a expansão da exportação destas mercadorias para regiões mais longínquas como Rio de Janeiro e São Paulo.

Assim, a região da Borda do Campo foi gradualmente adquirindo um caráter mais estável, fazendo com que já no ano de 1773 ocorresse a primeira petição feita pelos moradores dessa freguesia, solicitando que a Borda fosse elevada à categoria de vila<sup>107</sup>. Os habitantes argumentavam que muitos eram os perigos que os indivíduos daquela região enfrentavam pelos caminhos da freguesia, além da extrema dificuldade de se chegar à cabeça do Termo (atual cidades de São João Del Rei), o centro comercial e creditício da Comarca do Rio das Mortes<sup>108</sup>. Contudo, somente anos mais tarde a população dessa região teve seu pedido atendido pelo governador da Capitania.

Em 1791, Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, mais conhecido como Visconde de Barbacena, elevou a freguesia da Borda do Campo à condição de vila. Assim, no ano supracitado o Arraial da Igreja Nova de Campolide, depois Freguesia da Igreja Nova de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, e posteriormente conhecida como Freguesia da Igreja Nova da Borda do Campo ou simplesmente Borda do Campo, deu origem à vila de Barbacena. Desde sua criação, a vila de Barbacena sofreu diversas alterações, principalmente na primeira metade do século XIX. No ano de 1833, a Resolução do Conselho da Província de Minas Gerais criou a Comarca do Paraibuna, cuja sede era a vila de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, fazendo com que a partir daquele ano esta vila fosse retirada da jurisdição da Comarca do Rio das Mortes e passasse a pertencer a Comarca do Paraibuna<sup>109</sup>.

Na próxima seção, buscaremos discutir a respeito da queda da produção aurífera nas minas, destacando a consequente importância que as atividades agropecuárias passaram a representar nesse novo contexto. Posteriormente, demonstraremos como as mudanças que estavam ocorrendo no cenário mineiro em meados do século XVIII afetaram diretamente a

---

<sup>107</sup> Para a elevação de uma freguesia à condição de vila fazia-se necessária a avaliação de alguns pontos principais, como por exemplo: a regularidade de suas ruas, a beleza de suas igrejas e o perfil de seus habitantes. Somente com todas essas conjunturas favoráveis uma localidade poderia então ter a oportunidade de se tornar uma vila. Para maiores informações, ver: OLIVEIRA, P. M. A formação de vilas no final do século XVIII na Capitania de Minas Gerais. In: Encontro *Regional de História da ANPUH – MG*, 2004, Juiz de Fora. Anais. p. 5.

<sup>108</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga. Poder e privilégios: a criação da vila de Barbacena (1791) nos quadros do império ultramarino português. In: *Mal-estar e Sociedade*. Ano IV. n. 6. Barbacena – janeiro/ junho, 2011. p. 23.

<sup>109</sup> LACERDA, Antônio. H. D. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades – Os Ferreira Armonde (1751-1850)*. 1 ed. Juiz de Fora: Funalfa, 2013. p. 37.

Comarca do Rio das Mortes, fazendo-se refletir também nas localidades mais distantes desta região. Por fim, buscaremos entender como se deu o processo inicial de ocupação de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina.

### 1.3 – O processo de ocupação da Serra da Mantiqueira

Durante muito tempo, predominou a ideia de que a economia oitocentista de Minas Gerais havia sido caracterizada por uma estagnação secular, que teve início no terceiro quartel do século XVIII, quando a extração aurífera começou a declinar. Segundo essa visão, o ouro, principal fator econômico existente nas minas, deixou de existir e fez com que a região passasse por uma longa fase de involução. De acordo com Celso Furtado, a derrocada do ouro acabou por resultar na regressão da economia, a qual voltou a ter como principal alicerce a produção agropecuária de subsistência<sup>110</sup>.

Todavia, as pesquisas realizadas entre os anos de 1980 e 1990, além questionarem essa decadência, destacaram que o dinamismo da economia mineira se manteve mesmo após a diminuição da produção aurífera<sup>111</sup>. Os autores dessas pesquisas ressaltaram que, entre os anos de 1830 e 1870, Minas Gerais cresceu em ritmo mais acelerado que o nacional, elevando sua participação na população brasileira. Este crescimento demográfico, representado tanto pela imensa população livre quanto pelo elevado número de cativos presentes na Província, sugerem por si só que no período em que muitos alegavam uma suposta “decadência”, Minas Gerais encontrava-se, na verdade, em plena expansão econômica.

Já se consolidou na historiografia dos últimos anos a grande importância que as atividades voltadas para o mercado interno exerceram nas Gerais. Por esse motivo, segundo Carla Carvalho de Almeida, a noção de decadência econômica deve ser analisada com bastante cautela, pois, apesar da efetiva queda na produção aurífera sentida já nos finais da década de 40 do século XVIII, grande era a diversificação das atividades produtivas presentes

---

<sup>110</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, 1976. p. 91-93.

<sup>111</sup> Nesse sentido, ver os trabalhos de: MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, 1982; CANO, Wilson & LUNA, Francisco Vidal. A reprodução natural dos escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. In: *Cadernos IFCH – UNICAMP*, vol. 10. 1-14, 1982; SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero (Org.) *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/ USP. p. 103-155, 1986; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, 1988.

nessa região, o que além de evidenciar o dinamismo interno da Capitania refuta a ideia de um período de “involução” mesmo após a crise da produção aurífera<sup>112</sup>.

No decorrer da segunda metade do século XVIII, as atividades agrícolas e pastoris passaram a desempenhar papel preponderante na economia mineira. A produção aurífera que até então se destacava como o cargo chefe da economia, cedeu lugar a diversas outras atividades econômicas presentes em Minas Gerais desde os primórdios da sua ocupação. Tais atividades tornaram-se a alternativa mais viável para os habitantes da região, os quais passaram a se dedicar principalmente a produção de gêneros alimentícios para o abastecimento interno.

Como podemos perceber, as atividades desenvolvidas em Minas Gerais tiveram capacidade suficiente para sustentar o dinamismo econômico da região, bem como de produzir o capital necessário para a importação dos escravos que incrementaram a população cativa da Capitania durante todo o século. Certamente, a crise do ouro não gerou a decadência econômica de Minas, mas com certeza provocou significativas mudanças nesse espaço. A diminuição da extração do ouro afetou os rendimentos e as oportunidades de expansão dos negócios na tradicional região mineradora, e fez com que nesse período os indivíduos até então concentrados na região das minas começassem a se deslocar para outras partes que compunham as Gerais.

Como consequência dessa rearticulação econômica e populacional, o peso das quatro Comarcas existentes na Capitania se alterou sensivelmente, tanto no que se refere à proporção de indivíduos que nelas se encontravam, quanto no que diz respeito a sua importância para a administração colonial. A Comarca do Rio das Mortes, que desde sua formação atuava como o centro abastecedor das regiões mineradoras, especializou-se ainda mais nesse setor, tornando-se a região mais importante economicamente da Capitania.

Obviamente que a queda da produção aurífera teve impacto direto sob todas as Comarcas mineiras, mas afetou majoritariamente a Comarca do Rio das Mortes. Esta Comarca começou a ser ocupada já no último quartel do século XVII, e era formada pelos Termos de São João Del Rei, São José Del Rei, Barbacena, Campanha, Baependi, Jacuí, Tamanduá e Queluz<sup>113</sup>. Embora a área geográfica correspondente ao Rio das Mortes tenha sofrido inúmeras modificações e reduções no decorrer dos anos, essa região seguiu durante

---

<sup>112</sup> ALMEIDA, Carla Carvalho. De Vila Rica ao Rio das Mortes, 2006. p. 137.

<sup>113</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de A. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*, 2002, p. 31-33.

tudo o século XIX como um importante centro de atividades econômicas, políticas e administrativas da Província de Minas Gerais.

No entanto, importa-nos ressaltar que ainda que a ocupação da Comarca do Rio das Mortes tenha se iniciado no final do século XVII, somente no último quartel do século XVIII teve sua população acrescida de forma significativa, sobretudo em decorrência da crescente importância que as atividades agropecuárias começaram a adquirir na Capitania mineira. Assim, já no início do século XIX, a Comarca do Rio das Mortes se configurava como a mais extensa em área habitada, sendo também a mais populosa da Província. O quadro abaixo revela-nos dados sobre a população das Comarcas de Vila Rica, Rio das Mortes, Rio das Velhas e Serro Frio:

**Quadro 1: Crescimento da população total e % de escravos da Capitania de Minas Gerais por Comarca (1767-1821)**

1767				1821		
COMARCAS	Pop. Total	Escravos	% escravos	Pop. Total	Escravos	% escravos
Vila Rica	60.249	38.647	64,1	75.573	29.936	35,6
Rio das Mortes	49.485	28.891	54,3	213.617	84.995	39,8
Rio das Velhas	69.328	43.027	62,1	141.312	45.297	32,1
Serro Frio	29.538	18.038	61,1	83.592	26.640	29,5

Fonte: ALMEIDA, Carla Carvalho. *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822.* (Tese de Doutorado em História) Niterói, UFF, 2001. p. 53.

O quadro elaborado por Carla Almeida permitiu-nos constatar que, embora todas as Comarcas presentes em Minas Gerais tenham sofrido um acréscimo em sua população total durante os anos de 1767 a 1821, a Comarca do Rio das Mortes foi a que mais se destacou. Sua população total de 49.485 no ano de 1767 passou para 213.617 indivíduos livres e escravos em 1821. Todavia, faz-se necessário perceber que, ainda que a população cativa presente nessa Comarca também tenha aumentado em números absolutos, passando de 28.891 mancipios em 1767 para 84.995 escravos no ano de 1821, a porcentagem de escravos no conjunto da população total sofreu significativo decréscimo. Dos 49.485 indivíduos presentes na Comarca no ano de 1767, 54,3% eram escravos. Já em 1821, dos 213.617 habitantes somente 39,8% eram cativos. Estes números e porcentagens possibilitou-nos concluir que

nesta Comarca houve, sobretudo, o crescimento da população livre, fossem esses indivíduos brancos ou livres de cor<sup>114</sup>, e a diminuição da população escrava como um todo.

Com a diminuição da extração aurífera, as regiões voltadas para as atividades agropecuárias passaram a concentrar a maior parte da população livre presente nesse espaço. Nesse contexto, a Comarca do Rio das Mortes apareceu como um espaço privilegiado das transformações pelas quais passava a Capitania no século XVIII. Desde os primórdios de sua ocupação, essa Comarca caracterizava-se principalmente pelas atividades agrícolas e pastoris voltadas para o abastecimento<sup>115</sup>, fazendo com que já no ano de 1782 o desembargador José João Teixeira Coelho escrevesse:

“A Comarca do Rio das Mortes é a mais vistosa e a mais abundante de toda a Capitania em produção de grãos, hortaliças e frutos ordinários do país, de forma que, além da própria sustentação, prove toda a Capitania de queijos, gados, carnes de porco e etc”<sup>116</sup>.

De acordo com Carla Almeida entre os anos de 1767 a 1776 todas as Comarcas de Minas Gerais tiveram um aumento em sua população. Contudo, nesse período os maiores índices verificados foram na Comarca do Rio das Mortes e na Comarca do Rio das Velhas<sup>117</sup>. Já entre os anos de 1767 a 1821, período representado no quadro acima exposto, a autora constatou um crescimento de 158,05% na Comarca do Rio das Mortes, o que representa um crescimento médio de 3,5% por ano<sup>118</sup>. Tais dados muito coadunam com as informações apresentadas por Alexandre Cunha, que ao analisar a Comarca do Rio das Mortes entre os anos de 1808 a 1820 verificou o mesmo percentual de crescimento<sup>119</sup>.

Da mesma forma, segundo as análises de Laird Bergad, a Comarca do Rio das Mortes em 1821 concentrava a maior parte da população livre de toda Minas Gerais. Para Bergad, esse alto percentual justificar-se-ia principalmente pelo deslocamento de homens e mulheres

---

<sup>114</sup> Nas primeiras décadas do século XIX o Brasil possuía a maior população livre de cor de todas as sociedades escravistas da América. Para maiores informações sobre o crescimento e a inserção dos livres de cor na sociedade mineira ver: KLEIN, Herbert. S; PAIVA, Clotilde. A. Libertos em uma Economia Escravista: Minas Gerais em 1831. In: *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 27, n.2, p. 309-335, 1997.

<sup>115</sup> SILVA, Marcos Flávio. *Subsistência e poder: a política de abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 235.

<sup>116</sup> COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Coleção Mineirinha. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 79.

<sup>117</sup> Tal crescimento pode ser observado no quadro 1 (Crescimento da população total da Capitania de Minas Gerais por comarcas 1767-1776) no artigo “De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas Colonial”. Nesse sentido, ver: ALMEIDA, Carla Carvalho. *De Vila Rica ao Rio das Mortes*, 2006. p. 139.

<sup>118</sup> ALMEIDA, Carla Carvalho. Op. cit., 2006. p. 139.

<sup>119</sup> CUNHA, Alexandre. Paisagem e população: algumas vistas de dinâmicas espaciais e movimentos das populações nas Minas no começo do dezenove. In: *Anais eletrônicos do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP*, Ouro Preto, 2002. p. 17.

de outras partes da Capitania<sup>120</sup>, pois a grande disponibilidade de terras para ocupação, agricultura e criação funcionou como um mecanismo de atração para estes indivíduos. Nas palavras do autor:

”(...) os distritos municipais, áreas de agricultura e criação de animais aonde havia terra disponível no início do século XIX, possuíam a maior concentração de população branca da Capitania e eram claramente os destinos mais importantes dos migrantes brancos, provavelmente originários das áreas tradicionais da mineração (...)”<sup>121</sup>.

Os estudos supracitados permitiu-nos perceber que intensas e expressivas eram as transformações que estavam ocorrendo na Comarca do Rio das Mortes nesse período. O crescimento da população livre, composta tanto por homens e mulheres brancos quanto pelos livres de cor, levou Douglas Libby a afirmar que:

“Se é que houve uma crise da mineração – e este não é um ponto pacífico a historiografia mineira -, ela eclodiu com bem mais força nos urbanos de Vila Rica e Mariana e em boa parte dos seus respectivos termos. E se havia uma região que mal sentiu os efeitos de tal crise era a Comarca do Rio das Mortes, já acomodada em abastecer um amplo mercado interno que incluía a cidade do Rio de Janeiro e adjacências e todo o vasto interior da própria Capitania de Minas Gerais”<sup>122</sup>.

A vasta e diversificada produção de alimentos, principal característica da Comarca do Rio das Mortes, permitiu que ao longo do século XVIII esta região atuasse como o maior centro de abastecimento da Capitania, sendo a grande responsável por reabastecer um amplo mercado interno e externo. Além das atividades agropecuárias, a disponibilidade de terras fez com que muitos dos homens e mulheres antes inseridos na região mineradora passassem a se estabelecer nas regiões mais interioranas das Gerais. Assim, no final do século XVIII, indivíduos das mais diversas origens e condições sociais aos poucos foram se dirigindo para as áreas mais distantes da Capitania, contribuindo também para a ocupação da Serra da Mantiqueira.

As localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina foram descobertas no bojo das ocupações gerais da região mineira, ou seja, ainda no contexto dos primeiros descobertos auríferos. Segundo Mônica Ribeiro de Oliveira, o primeiro registro de batismo relativo a essas

---

<sup>120</sup> BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004. p.188.

<sup>121</sup> BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica*, 2004. p. 186.

<sup>122</sup> LIBBY, Douglas. *As Populações Escravas das Minas Setecentistas*, 2007. p. 430.

cinco localidades foi documentado no ano 1708<sup>123</sup>, mas sua efetiva ocupação somente ocorreu no final do setecentos. Como vimos, buscando evitar os constantes assaltos e contrabando de mercadorias nas estradas ditas “não oficiais”, a Coroa portuguesa proibiu o acesso a algumas áreas da Capitania, fazendo com que as terras do sertão da Mantiqueira passassem a ser conhecidas como “áreas proibidas”.

Contudo, como explicamos anteriormente, mesmo à revelia das proibições, muitos foram os indivíduos que percorreram essas estradas e acabaram por se estabelecer nesse local. Cabe-nos lembrar também que além da ineficaz administração da Coroa, essas localidades caracterizavam-se principalmente por serem áreas de fronteira aberta e em constante amplitude de suas extensões, o que acabava por facilitar a inserção de homens e mulheres brancos, livres de cor e também de escravos. Essas cinco localidades encontravam-se mais afastadas dos grandes núcleos mineradores do século XVIII<sup>124</sup>, e caracterizavam-se inicialmente pela ausência de um espaço político administrativo<sup>125</sup>.

As localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina atravessaram quase todo o século XVIII com dificuldades de ocupação, visto que esses problemas somente começaram a ser sanados no final deste período, com a rearticulação econômica e populacional decorrente da queda da produção aurífera. Além do mais, no momento em que a produção aurífera começou a declinar, as atividades agropecuárias se tornaram ainda mais importantes, fazendo com que muitas das áreas até então pouco povoadas se tornassem altamente atrativas, especialmente para aqueles indivíduos que desejavam se dedicar a produção de alimentos e criação de animais.

Os locais que detinham terras em abundância passaram a ser cada vez mais valorizados, e entre os anos de 1740 e 1770 o governo ordenou a doação de centenas de sesmarias<sup>126</sup>. Segundo Mônica Ribeiro de Oliveira, no período supracitado a concessão destas sesmarias acabou por estimular a abertura de picadas e trilhas entre as propriedades anteriormente estabelecidas na Serra da Mantiqueira, e na medida em que esses limites eram expandidos, ampliava-se também a fronteira econômica com a abertura de estradas e linhas de comunicação antes inexistentes<sup>127</sup>.

---

<sup>123</sup> OLIVEIRA, Mônica, Ribeiro. *Famílias dos Sertões da Mantiqueira*, 2012. p. 102.

<sup>124</sup> Os principais núcleos mineradores do século XVIII eram: Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto), Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo (atual cidade de Mariana) e Rio das Velhas (Sabará). Para maiores informações ver: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*, 1982.

<sup>125</sup> OLIVEIRA, Mônica, Ribeiro. *Famílias dos Sertões da Mantiqueira*, 2012. p. 102.

<sup>126</sup> OLIVEIRA, Mônica, Ribeiro. *Op. cit.*, p. 102.

<sup>127</sup> *Idem*, p. 103.

Como consequência, nos finais do século XVIII a Serra da Mantiqueira recebeu dezenas de emigrantes portugueses provenientes tanto da região do Minho, noroeste de Portugal e arcebispado de Braga e Viana, quanto de portugueses originários dos Açores e Madeira. Esses estrangeiros, assim como os nacionais paulistas e fluminenses provenientes de Parati, Pindamonhangaba e Taubaté, estimulados pelo livre acesso a terra e também pela ausência de uma fiscalização mais rígida por parte das autoridades<sup>128</sup>, dirigiram-se para os sertões da Mantiqueira, e aos poucos foram ocupando as cinco localidades por nós analisadas.

Por fim, importa-nos destacar ainda que, paralelo a este processo formal de doações de sesmarias, houve espaço também para fixação daqueles homens e mulheres menos abastados e dispostos a arrendar terras para produção agropastoril em menor escala, ou mesmo em se estabelecer em pequenas roças com suas famílias. Além do mais, como destacou Mônica Ribeiro, a possibilidade de se tornar um proprietário de terras nestas localidades, mais afastada dos grandes núcleos mineradores, mas próxima às estradas de escoamento de mercadorias, figurava-se como uma boa oportunidade<sup>129</sup>, tanto para os indivíduos mais pobres quanto para os grandes proprietários que para lá se dirigiam.

#### **1.4– A composição sociodemográfica de cinco localidades que compunham a Serra da Mantiqueira**

No decorrer desta seção nos dedicaremos a apresentar a composição sociodemográfica de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, cinco localidades que emergiram dos registros paroquiais de batismo que dispúnhamos para a Freguesia da Borda do Campo. Assim, por meio do exame da Lista Nominativa de Habitantes para o ano de 1831, buscaremos apresentar as principais características da população livre e escrava que se encontravam presentes nesse espaço, bem como a estrutura de posse cativa que se configurou nesse local no ano de análise em questão.

Como já mencionamos anteriormente, “Borda do Campo” foi a denominação genérica dada a toda região do alto da Serra da Mantiqueira, em que se inicia o planalto de Minas Gerais<sup>130</sup>. Nesse sentido, importa-nos esclarecer que buscaremos analisar a cinco localidades

---

<sup>128</sup> OLIVEIRA, Mônica. Ribeiro. *Famílias dos Sertões da Mantiqueira*, 2012. p. 103.

<sup>129</sup> OLIVEIRA, Mônica. Ribeiro. *Op. cit.*, 2012. p. 106.

<sup>130</sup> MASSENA, Nestor apud OLIVEIRA, Mônica. *Negócios de Família*, 1999. p. 95.

supracitadas como uma forma de representar essa região, afastando da análise toda e qualquer pretensão de estar abarcando a totalidade desse espaço. Todavia, antes de apresentarmos os resultados numéricos obtidos, acreditamos ser extremamente importante discorrer um pouco sobre a estrutura e a relevância da fonte documental por nós utilizada para confecção do presente capítulo.

As Listas Nominativas de Habitantes também conhecidas como censos ou recenseamentos demográficos são fontes de grande valia para os historiadores, pois permitem a estes conhecer os mais diversos aspectos de uma dada população. A partir desse documento, o pesquisador consegue ter acesso a uma gama de informações, tais como: o número de chefes de domicílio, porcentagem de chefes homens e mulheres, brancos e livres de cor, a idade, a qualidade e a condição dos mesmos, o número de filhos presentes em cada domicílio, a estrutura das famílias, a presença de agregados e demais parentes, bem como a ocupação que era desempenhada por cada um desses indivíduos.

No que se refere à população cativa, essa fonte documental possibilita-nos verificar a estrutura de posse existente na localidade, examinando o número de escravos que se encontravam presentes em cada um dos domicílios analisados. Permite-nos verificar também a origem destes cativos, a idade, o estado conjugal e também o ofício desenvolvido por cada um deles. Em síntese, consideramos as Listas Nominativas uma fonte de análise privilegiada, pois pode vir a proporcionar uma visão geral acerca da estrutura de um determinado local, permitindo ao pesquisador melhor conhecer e entender a organização especial e social desse ambiente. A imagem abaixo nos permite visualizar melhor como eram estruturados estes recenseamentos populacionais:

**Figura 2: Lista Nominativa de Habitantes – 1831**

Lista nominativa								
Data: 10/8/1831			Categoria Eclesiástica: Filial - s/inf.			Topônimo Atual: Santana do Garambêu		
Distrito: Santana do Garambêu			Freguesia: Freguesia de Conceição do Ibitipoca			Categoria Administrativa: Sede municipal		
Categoria Administrativa: Distrito de paz						Município Pertencente: Santana do Garambêu		
Termo: São João del Rei								
Comarca: Comarca do Rio das Mortes								
"Q. = Quarteirão", "F. = Fogo", "Nº. = Número."								
Q	F	Nº	Nome	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
1.	1.	1.	Jeronimo da Silva Pereira	56	parde	Casado	S/ inf.	lavrador
		2.	Clara Maria do Espirito Santo	48	parde	Casado	S/ inf.	fiadeira
		3.	Clara Maria	25	parde	Solteiro	S/ inf.	fiadeira
		4.	Maria Thereza de Santa Anna	24	parde	Solteiro	S/ inf.	fiadeira
		5.	Vecencia Ferreira	22	parde	Solteiro	S/ inf.	fiadeira
		6.	Jetrudes Maria	13	parde	Solteiro	S/ inf.	fiadeira
		7.	Anna Joaquina	7	parde	S/ inf.	S/ inf.	
		8.	Victoriano da Silva Pereira	16	parde	Solteiro	S/ inf.	lavrador
		9.	Manoel da Silva Pereira	14	parde	Solteiro	S/ inf.	lavrador
		10.	Manianno da Silva Pereira	12	parde	Solteiro	S/ inf.	lavrador
		11.	Francisco da Silva Pereira	10	parde	Solteiro	S/ inf.	lavrador
		12.	Joaquim da Silva Pereira	8	parde	S/ inf.	S/ inf.	

Imagem retirada do site <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

De maneira geral, as Listas Nominativas tendiam a apresentar a mesma estrutura. Como podemos perceber, exibiam os fogos (domicílios)<sup>131</sup> divididos por quarteirões e números. Cada fogo vinha com sua numeração na frente e em cada quarteirão havia um número X de fogos. Normalmente, o primeiro nome a ser listado era o do chefe do domicílio, fosse ele homem ou mulher, branco ou livre de cor. Em seguida, vinha o nome do cônjuge e, posteriormente, o nome dos filhos e das filhas. Após a descrição da filiação, apareciam os escravos e também os agregados. Esta disposição, embora fosse bastante recorrente, podia apresentar variações, como por exemplo, a Lista Nominativa referente à Ibertioga. No censo referente a essa localidade foram listados primeiro todos os homens livres que se encontravam presentes no domicílio, seguido pelas mulheres adultas e crianças e posteriormente pelos escravos e agregados.

Os recenseamentos dos anos de 1831 e 1832 foram os mais extensos levantamentos populacionais realizados em Minas Gerais. As Listas foram feitas para diversas áreas da região mineira e apresentaram a cobertura de quase 85 mil domicílios espalhados por mais de 300 localidades da Província. Estima-se que esses números respondam a cerca de 10% da população brasileira e cubram entre 60% a 65% do contingente populacional de Minas Gerais em meados do século XIX<sup>132</sup>.

O estado de relativo desconhecimento sobre a população mineira que caracterizou os primeiros anos de sua formação foi perdendo espaço para uma noção menos obscura das dimensões populacionais presentes na Província. Tal mudança foi fomentada, sobretudo, pelas iniciativas dos governos locais e centrais para a obtenção de um maior controle e registro sobre os indivíduos presentes em Minas Gerais e também no restante do Brasil. Ao longo dos anos, muitos desses censos foram preservados, e no transcurso das últimas três décadas as Listas Nominativas de Habitantes de 1831-32 constituíram-se como a base de dados demográficos mais utilizada por pesquisadores da história de Minas Gerais na primeira metade do século XIX<sup>133</sup>.

---

<sup>131</sup> De acordo com Clotilde Andrade Paiva, fogo é um termo português que foi utilizado durante o século XIX para se referir a um domicílio. Nesse sentido ver: PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. (Tese de Doutorado em História) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 59. Dessa forma, tomando como base o texto supracitado, importa-nos destacar que no presente trabalho optamos por utilizar as expressões “fogos”, “domicílios” e “propriedades” como sinônimos, de modo a representar uma unidade produtiva.

<sup>132</sup> GODOY, Marcelo Magalhaes; PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura populacional da Província de Minas Gerais. In: *Revista Brasil. Estado e População*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 161-191, jan./jun. 2010. p. 162.

<sup>133</sup> GODOY, Marcelo Magalhaes; PAIVA, Clotilde Andrade. Op. cit., 2010. p. 162.

Tais fontes ampliaram de forma significativa o conhecimento acerca da população mineira. Não obstante, como qualquer outro tipo de fonte histórica, a utilização das Listas Nominativas deve ser precedida de críticas e questionamentos que abordem a consistência interna e externa desse tipo de documento, estabelecendo certos limites e possibilidades para sua utilização. Apesar de serem baseados na efetiva contagem da população de uma dada localidade, os primeiros arrolamentos demográficos realizados pelo governo tiveram sua qualidade limitada por vários fatores relativos ao seu contexto histórico.

Segundo Tarcísio Botelho, os capitães-mores (administradores municipais) e também os vigários paroquiais, principais responsáveis pelos levantamentos locais da população, acabavam por não contabilizar a população como um todo, pois, além dos muitos homens que se encontravam em recrutamento militar na época em que estes censos foram elaborados, muitas eram as áreas demasiadamente rurais e isoladas da Província. Tais fatores acabavam por gerar uma subcontagem dos habitantes, fazendo com que nem sempre os números que eram registrados refletissem a verdadeira somatória dos indivíduos presentes nestes locais<sup>134</sup>.

A exatidão dos documentos também era também comprometida pelos próprios interesses das autoridades locais, porque o receio de uma subdivisão e do conflito entre as instâncias administrativas fez com que muitos dos recenseadores acabassem por omitir o verdadeiro tamanho da população. A tais fatores somava-se, ainda, a falta de preparo técnico dos envolvidos na organização do trabalho demográfico e também a ausência de coordenação entre os agentes<sup>135</sup>.

Além desses problemas mais gerais, alguns documentos apresentavam também certas vicissitudes particulares. A título de exemplo, podemos citar as principais dificuldades com as quais tivemos de lidar durante a análise desta fonte documental. Nas Listas Nominativas por nós analisadas as informações referentes aos laços de parentesco que uniam os indivíduos presentes no fogo fizeram-se ausentes. E nenhum destes documentos permitiu-nos afirmar com precisão se os indivíduos presentes naqueles domicílios eram filhos, irmãos, tios, pais ou mesmo agregados. Outro problema foi a falta de informação no que diz respeito à ocupação desempenhada por estes indivíduos, pois, dentre as cinco Listas Nominativas analisadas, somente em uma foi-nos possível verificar o ofício dos homens e mulheres, fossem eles livres ou cativos.

---

<sup>134</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e nação no Brasil do século XIX*. (Tese de Doutorado em História) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 18.

<sup>135</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Op. cit., 1998. p. 19-20.

Por fim, importa-nos ressaltar que as informações contidas nas Listas Nominativas de Habitantes fazem referência a um momento específico no tempo e no espaço. Portanto, os dados que serão apresentados no próximo tópico deste trabalho não podem ser utilizados para caracterizar os anos anteriores ou mesmo posteriores a 1831. Dessa forma, o número de habitantes, o percentual de indivíduos livres e livres de cor, o número de escravos e todos os demais dados informativos fazem alusão somente à data supracitada.

Feitas as ressalvas necessárias, cabe-nos agora apresentar as principais características sociodemográficas encontradas nas cinco localidades por nós analisadas. Ao somar os domicílios presentes nos cinco documentos, deparamo-nos com um total de 525 fogos. Destes 525 domicílios, 132 estavam localizados em Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, 129 em Santa Rita do Ibitipoca, 90 em São Domingos da Bocaina, 89 em Ibertioga e 85 em Santana do Garambéu.

#### 1.4.1 – A população livre:

Ao analisar as Listas Nominativas referentes às localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, foi-nos possível constatar que a população livre encontrava-se assim dividida:

**Quadro 2 – População livre - 1831**

<b>LOCALIDADES</b>	<b>LIVRES</b>	
<b>N.S. da Conceição de Ibitipoca</b>	691	25,7%
<b>Santa Rita do Ibitipoca</b>	652	24,2%
<b>Santana do Garambéu</b>	514	19,1%
<b>São Domingos da Bocaina</b>	420	15,6%
<b>Ibertioga</b>	413	15,4%
<b>TOTAL</b>	<b>2690</b>	<b>100%</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

A localidade de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca concentrou o maior número de indivíduos livres (Quadro 2). De acordo com Afonso de Alencastro, cada Termo ou Município possuía uma sede jurídico-administrativa que se localizava no distrito mais

importante<sup>136</sup>. No caso do espaço por nós analisado, supomos ter sido localidade de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca o núcleo mais relevante, visto que além de concentrar a maior porcentagem de homens e mulheres livres, era também a sede da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, o único símbolo do poder metropolitano que foi instituído naquele espaço<sup>137</sup>.

Na concepção de Sérgio da Mata, a dimensão religiosa constituiu-se como o principal espaço de sociabilidade e integração entre os indivíduos, fazendo com que nas Minas setecentistas a vinculação existente entre religiosidade e a formação dos espaços protourbanos no território fosse uma constante<sup>138</sup>. Dessa forma, tomando como base as afirmações do autor supracitado, aventamos a hipótese de que a presença da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca muito pode ter contribuído para o desenvolvimento e ocupação dessa localidade, que era formada tanto por indivíduos brancos, quanto por homens e mulheres livres de cor (Quadro3).

Como vimos anteriormente, as dificuldades de ocupação pelas quais passaram essas cinco localidades foram sendo minimizadas no decorrer dos anos, em especial entre 1740 e 1770. Durante esse período, a concessão de sesmarias realizada pela Coroa portuguesa, e as facilidades encontradas para se estabelecer em uma área de fronteira aberta e sem uma fiscalização rígida por parte das autoridades, fez com que um conjunto de pessoas das mais diversas origens e condições sociais fosse aos poucos se fixando nesse espaço. Aqueles indivíduos, provenientes tanto da região das minas quanto do processo de imigração iniciado em Portugal nos finais do século XVII e início do século XVIII, foram os grandes responsáveis pela formação e ocupação das localidades por nós analisadas.

Por meio das Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831, tornou-se possível perceber que nesse espaço houve a formação de uma sociedade bastante heterogênea, marcada pela presença de homens e mulheres brancos e também pela presença dos livres de cor, como os pardos, africanos, crioulos e mestiços<sup>139</sup>. O quadro abaixo nos permite perceber a

---

<sup>136</sup> GRAÇA FILHO, Afonso. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*, 2002. p. 48.

<sup>137</sup> OLIVEIRA, Mônica. Ribeiro. *Famílias dos Sertões da Mantiqueira*, 2012. p. 107.

<sup>138</sup> MATA, Sérgio. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais*. Brasil, Século XVIII-XIX. Berlim: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002. p. 92.

<sup>139</sup> A denominação de “não brancos livres”, “livres de cor”, “livres não brancos”, são algumas das designações empregadas para classificar os indivíduos pardos, crioulos, africanos, mestiços e cabras livres. Nesse sentido, ver: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no Sudeste escravista — Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995; MACHADO, Cacilda. *Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX*. In: *Topoi*. v. 9, n. 17, jul-dez. 2008. p. 45-66.

proporção de indivíduos livres brancos e livres de cor presentes em cada uma das cinco localidades:

**Quadro 3 – Indivíduos Brancos e Livres de cor - 1831**

LOCALIDADES	BRANCOS LIVRES		LIVRES DE COR		TOTAL (Por localidade)
<b>N.S. da Conceição de Ibitipoca</b>	363	52,5%	328	47,5%	691
<b>Santa Rita do Ibitipoca</b>	384	58,9%	268	41,1%	652
<b>Santana do Garambéu</b>	207	40,3%	307	59,7%	514
<b>São Domingos da Bocaina</b>	320	76,2%	100	23,8%	420
<b>Ibertioga</b>	184	44,5%	229	55,5%	413
<b>TOTAL (Geral)</b>	<b>1458</b>	<b>54,2%</b>	<b>1232</b>	<b>45,8%</b>	<b>2690</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

\*Importa-nos ressaltar que, para classificar os indivíduos em livres ou livres de cor, utilizamos como critério as informações contidas nas Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831. Dessa forma, a designação “livres de cor” pode englobar tanto àqueles indivíduos que nunca foram escravos, ou seja, que já nasceram livres, quanto os homens e mulheres libertos que se encontravam presentes nas localidades analisadas no ano em questão.

Como podemos perceber, dos 2690 indivíduos livres presentes nas localidades, 1458 eram brancos e 1232 livres de cor. Os homens e mulheres livres de cor representaram neste contexto 45,8% da população livre total, sendo-nos possível afirmar que quase a metade da população livre que se encontrava presente nesse espaço era constituída por indivíduos pardos, africanos, crioulos e mestiços livres<sup>140</sup>.

A localidade de São Domingos da Bocaina foi o núcleo que concentrou a maior proporção de indivíduos brancos livres, uma vez que estes representaram 76,2% de sua população local. O predomínio de brancos livres pôde ser notado também, ainda que em menor proporção, nas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca e Santa Rita do Ibitipoca, correspondendo a 52,5% e 58,9% respectivamente. Situação díspar foi encontrada em Santana do Garambéu e Ibertioga, cujo percentual de indivíduos livres de cor correspondeu a 59,7% e 55,5% de suas populações locais. Isso significa dizer que nessas duas localidades o número de pardos, africanos, crioulos e mestiços livres foi superior ao número de indivíduos brancos.

<sup>140</sup> Os termos “pardos”, “africanos”, “crioulos” e “mestiços” livres foram empregados na análise tendo como base os dados que foram apresentados nas Listas Nominativas de 1831.

No entanto, ainda que a presença dos indivíduos livres de cor se fizesse sentir de forma mais evidente e representativa em algumas localidades, a presença dos pardos, africanos, crioulos e mestiços livres foi uma constante. Dessa forma, tomando como base os dados apresentados no quadro três, aventamos a hipótese de que a Serra da Mantiqueira foi um espaço propício tanto para a admissão, quanto para o estabelecimento desta parcela da população.

De acordo com Sheila de Castro Faria, a capacidade de se locomover foi uma possibilidade vivenciada tanto pelos indivíduos livres, fossem eles brancos ou livres de cor, quanto pelos homens e mulheres egressos do cativeiro<sup>141</sup>. Ao estudar a Freguesia de São Salvador dos Campos dos Goytacazes no Rio de Janeiro, a autora constatou que esta parcela da população permanecia por muito pouco tempo em um mesmo lugar, e que, ao se movimentar, estes indivíduos buscavam se fixar principalmente em áreas de fronteira aberta em expansão, uma vez que nestes locais o acesso a terra e a posse de escravos lhes eram mais exequíveis<sup>142</sup>.

Segundo a autora supracitada, mesmo sendo essas áreas perigosas e ainda não desbravadas, muitos ex-escravos e seus descendentes viam naqueles locais a possibilidade de praticar uma produção autônoma, bem como de se estabelecer longe do domínio de senhores e proprietários de terras, mesmo que para isso fosse necessário correr relativo perigo de vida. Dessa forma, no que diz respeito à Freguesia de São Salvador, Castro Faria pôde perceber que as áreas de fronteira aberta foram ocupadas primeiramente por aqueles homens e mulheres livres de cor, e, a posteriori, pelos grandes proprietários rurais que, por meio da doação de sesmarias, ampliavam os limites de suas terras e se estabeleciam em grandes unidades produtivas<sup>143</sup>.

Por ser o a Serra da Mantiqueira uma área de fronteira aberta e sem um controle efetivo por parte das autoridades administrativas, torna-se possível supor que essas cinco localidades atraíu e recebeu muitos dos pardos, africanos, crioulos e mestiços livres que se deslocavam em busca de melhores oportunidades. No entanto, como não dispomos de fontes suficientes para comprovar a hipótese acima levantada, tal como procedeu Sheila de Castro Faria em seus estudos referentes à Freguesia de São Salvador no Rio de Janeiro, no que tange as cinco localidades por nós analisadas permaneceremos apenas no campo das especulações.

---

<sup>141</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em momento*, 1998. p. 114.

<sup>142</sup> FARIA, Sheila de Castro. Op. cit., 1998. p. 114.

<sup>143</sup> Idem, p. 128-129.

Demonstrada a presença de homens e mulheres livres de cor nas cinco localidades, resta-nos ainda analisar a proporção de indivíduos pardos, africanos, crioulos e mestiços que foram encontrados. Nesse sentido, o quadro abaixo nos fornece uma visão geral acerca dessa parcela da população:

**Quadro 4 – Indivíduos Livres de cor - 1831**

LOCALIDADES	AFRICANOS		CRIoulos		PARDOS		MESTIÇOS		TOTAL
<b>N.S. Conceição de Ibitipoca</b>	9	2,7%	41	12,5%	261	79,6%	17	5,2%	328
<b>Santana do Garambéu</b>	45	14,7%	75	24,4%	187	60,9%	-	-	307
<b>Santa Rita do Ibitipoca</b>	11	4,2%	32	11,9%	225	83,9%	-	-	268
<b>Ibertioga</b>	15	6,6%	27	11,8%	187	81,6%	-	-	229
<b>São Domingos da Bocaina</b>	2	2%	6	6%	92	92%	-	-	100
<b>TOTAL (Geral)</b>	<b>82</b>	<b>6,6%</b>	<b>181</b>	<b>14,7%</b>	<b>952</b>	<b>77,3%</b>	<b>17</b>	<b>1,4%</b>	<b>1232</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

Dos 1232 indivíduos livres de cor, 952 eram pardos, o que significa dizer que os pardos representaram 77,3% dessa parcela da população. Outro dado que nos chamou atenção foi o número de africanos livres encontrados, pois ainda que esses homens e mulheres correspondessem a apenas 6,6% da população livre de cor que se encontrava presente nessas cinco localidades, somaram 82 indivíduos<sup>144</sup>.

As alforrias foram um importante elemento do sistema escravista brasileiro, e devem ser analisadas levando-se em consideração as transformações sofridas por esta instituição ao longo dos anos, bem como as particularidades de cada região que compunha a Colônia e Império do Brasil<sup>145</sup>. Durante o século XVIII, Minas Gerais concentrou a maior proporção de indivíduos livres de cor do país, fazendo com que esse segmento da população, composto tanto pelos libertos quanto pelos nascidos livres, fosse superior ao número de indivíduos

<sup>144</sup> Já na primeira metade do século XIX, o tráfico atlântico de escravos passou a ser considerado como uma atividade ilícita, e todos os cativos africanos que foram apreendidos como mercadorias desse comércio, passaram a ser enquadrados sob a designação de “africanos livres”. Para maiores informações, ver: BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1976; CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985; SOUSA, Jorge Luís Prata. *Africano livre ficando livre: trabalho, cotidiano e luta*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 1999;

<sup>145</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. As alforrias em Minas Gerais no século XIX. In: *Varia História* (UFMG. Impresso), Belo Horizonte, v. 23, p. 61-76, 2000. p. 61.

brancos, suplantando também a população cativa existente na Província no decorrer do século XIX<sup>146</sup>.

O elevado percentual de livres de cor presente nas Gerais fomentou a necessidade de melhor se conhecer e caracterizar essa parcela da população, em especial os egressos do cativo<sup>147</sup>. No entanto, como objetivo do presente capítulo consiste em apresentar a estrutura sociodemográfica de cinco localidades que estavam situadas na Serra da Mantiqueira, não vamos nos deter a essa questão, e a discussão acerca do número de africanos livres encontrados poderá ser abordada em pesquisas futuras.

Não obstante, acreditamos que mais importante do que as porcentagens de indivíduos pardos, africanos, crioulos e mestiços encontrados em Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, é a percepção de que, no contexto da escravidão brasileira, a cor/ qualidade da pele poderia indicar também o lugar social ocupado esses indivíduos em seus meios de convivência. Nesse sentido, tomando como base a afirmação de que a cor/ qualidade da pele era uma categoria imprecisa, e que podia variar conforme a região e a delimitação temporal adotada<sup>148</sup>, consideramos extremamente importante discorrer um pouco sobre os significados e as particularidades dos termos de classificação que foram adotados para designar essa parcela da população.

De acordo com Silvia Lara, em determinados contextos os livres de cor eram caracterizados por palavras que apontavam critérios classificatórios baseados na cor ou na mestiçagem, sendo constantemente designados como pardos, mulatos, cafuzos, cabras, pretos e negros<sup>149</sup>. Tais nomenclaturas, além de levar em consideração a tonalidade da pele do indivíduo, era também uma das formas utilizadas para afasta-los do “mundo dos brancos livres”, visto que:

“(…) a cor branca podia funcionar como sinal de distinção e liberdade, enquanto a tez mais escura indicava uma associação direta ou indireta com a escravidão. Ainda que não se pudesse afirmar que todos os negros, pardos e

---

<sup>146</sup> LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José Del Rey em 1795. In: *Revista Brasileira de Estudos da População, Campinas*, v. 17, n.1/2, p. 17-46, 2000. p. 18.

<sup>147</sup> Nesse sentido, ver: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Op. cit., 2000; LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde. Op. cit., 2000.

<sup>148</sup> Para maiores informações ver: LIBBY, Douglas C; FRANK, Zephyr L. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. In: *Revista Brasileira de História*, v. 29, nº 58, 2009, p.383-415.

<sup>149</sup> LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 143.

mulatos fossem ou tivessem sido necessariamente escravos, a cor era importante elemento de identificação e classificação social<sup>150</sup>.

Dessa forma, ser designado como “preto” ou “negro” significava principalmente ser nascido na África e carregar consigo o estigma da escravidão. O africano preto poderia até chegar a ser livre, mas levaria consigo para sempre a marca de seu passado cativo<sup>151</sup>. Segundo Mary Karasch, embora o termo preto fosse comumente usado para denominar os escravos africanos, não esteve vinculado somente aos mesmos, uma vez que ocasionalmente este termo poderia vir a representar também os negros nascidos no Brasil<sup>152</sup>.

Obviamente, os termos e as designações de nomenclaturas variavam conforme a região e o período analisado. A título de exemplo, podemos mencionar o trabalho de Douglas Libby, que ao analisar a documentação referente à vila de São José Del Rei, constatou que em Minas Gerais os crioulos livres e escravos eram todos aqueles indivíduos nascidos no Brasil, independente de qual fosse a origem dos pais. Não obstante, ao analisar a população cativa presente no Rio de Janeiro, a Capitania mais próxima e vinculada a Minas, o autor comprovou que nesta região somente os filhos de mães africanas nascidos no Brasil eram designados como crioulos<sup>153</sup>, sendo esta a principal condição para serem listados como tal.

A designação de pardo, tal como a dos crioulos e africanos, também variou conforme a localidade e o contexto no qual foi empregada. Cacilda Machado, ao estudar a Vila de São José dos Pinhais no Paraná na passagem do século XVIII para o século XIX, constatou um expressivo número de indivíduos livres de cor. Dentre esse conjunto de homens e mulheres houve a supremacia dos pardos, levando a autora a concluir que especificamente para aquela região o termo pardo foi utilizado para designar os indivíduos nascidos na localidade, sendo todos os demais estrangeiros recenseados como negros<sup>154</sup>.

Já no contexto analisado por Sheila de Castro Faria, o termo pardo apresentou um duplo significado, uma vez que tanto poderia indicar uma miscigenação, quanto se referir a filhos ou descendentes de crioulos, mesmo que de cor negra<sup>155</sup>. Da mesma forma, ao pesquisar os documentos da primeira metade do século XIX, Hebe Mattos identificou

---

<sup>150</sup> LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas*, 2007. p. 144.

<sup>151</sup> LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 41- 63. p. 48.

<sup>152</sup> KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 37.

<sup>153</sup> LIBBY, Douglas. *A empiria e as cores*, 2010, p. 51.

<sup>154</sup> MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 127.

<sup>155</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em momento*, 1998. p. 138.

denominações semelhantes, pois novamente o termo pardo foi utilizado tanto como o indicativo de mestiçagem, quanto da descendência crioula<sup>156</sup>. Para Mattos, a cor, mais do que caracterizar e definir a tonalidade da pele de um indivíduo, representou o lugar social ocupado por este na sociedade. Assim, nas palavras da autora:

“Pardo foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos especialmente sinalizando para a ascendência europeia de alguns deles, mas ampliou sua significação quando se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não era mais cabível a classificação de “preto” ou de “crioulo”, na medida em que estas tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo”<sup>157</sup>.

De fato, cor e lugar social eram elementos que estavam intimamente ligados. Tanto o é que, de acordo com Hebe Mattos, tornar-se pardo nem sempre era uma tarefa fácil, pois mais do que a tonalidade da pele fazia-se necessário um reconhecimento social, o qual somente poderia vir a ser alcançado por meio de alianças, redes de amizade e posição econômica<sup>158</sup>. A relação existente entre cor e lugar social foi também abordada por Roberto Guedes, que, ao analisar os indivíduos de cor em Porto Feliz no século XIX, pôde perceber que a mudança de cor encontrava-se diretamente relacionada à mobilidade econômica. Segundo Guedes, a cor da pele de um indivíduo dependia, dentre outros fatores, das estratégias de trabalho, das relações familiares e das inserções em redes de socialização<sup>159</sup>.

Tais estudos permitiu-nos concluir que, mais do que representar a tonalidade da pele de um indivíduo, a cor/qualidade foi a grande responsável por demarcar a posição social ocupada pelos homens e mulheres livres de cor na sociedade. E, justamente por isso, a maior parte dos termos empregados para referenciar a cor/qualidade de uma dada população eram também os grandes responsáveis por indicar o lugar social destes indivíduos.

#### 1.4.2 – A população escrava:

De acordo com as Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831, as localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina contavam com a presença de 2062

---

<sup>156</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*, 1995. p. 105.

<sup>157</sup> MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2000. p. 16-17.

<sup>158</sup> MATTOS, Hebe Maria. Op. cit., 1995. p. 35.

<sup>159</sup> FERREIRA, Roberto Guedes. *Egressos do Cativo: trabalho, família aliança e mobilidade social: Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008. p. 45.

escravos, entre eles crianças, adultos e idosos. O quadro cinco nos permite identificar o número de escravos que se encontravam presentes em cada uma das localidades supracitadas:

**Quadro 5 – Número de Escravos – 1831**

<b>LOCALIDADES</b>	<b>ESCRAVOS</b>	
<b>Santa Rita do Ibitipoca</b>	628	30,5%
<b>N.S. da Conceição de Ibitipoca</b>	438	21,2%
<b>Ibertioga</b>	403	19,5%
<b>São Domingos da Bocaina</b>	306	14,8%
<b>Santana do Garambéu</b>	287	14%
<b>TOTAL</b>	<b>2062</b>	<b>100%</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

A localidade de Santa Rita do Ibitipoca concentrou o maior contingente cativo da Serra da Mantiqueira, com 628 escravos. Em sequência aparecem os núcleos de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca e Ibertioga, com 438 e 403 mancípios respectivamente. De acordo com as constatações de Sheila de Castro Faria, Cacilda Machado e Iraci del Nero da Costa, ainda que a aquisição de um ou mais cativos estivesse ao alcance de todos os homens e mulheres livres da sociedade, fossem esses indivíduos brancos ou livres de cor, essa foi uma realidade vivenciada mais comumente pelo primeiro grupo<sup>160</sup>.

Nesse sentido, torna-se interessante perceber que as localidades de Santa Rita do Ibitipoca e Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, além de apresentarem os dois maiores contingentes cativos (Quadro 5), possuíam também uma maior proporção de homens e mulheres brancos dentre os indivíduos que compunham suas populações locais (Quadro 3). Já a localidade de Santana do Garambéu, onde os homens e mulheres livres de cor representaram 59,7% de sua população local (Quadro 3), foi também o núcleo em que se constatou a menor concentração de escravos (Quadro 5).

Situação diferente foi encontrada na localidade de Ibertioga. Sua população local era formada por 55,5% de indivíduos livres de cor (Quadro 3), entre eles pardos, africanos e crioulos (Quadro 4). No entanto, essa localidade apresentou a terceira maior concentração de cativos, com 403 mancípios. Assim, dada à peculiaridade observada nessa localidade,

<sup>160</sup> Os indivíduos brancos, normalmente, dispunham de meios mais eficazes para alcançar a posse de escravos. Nesse sentido, ver: FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em momento*, 1998. p. 102-103; MACHADO, Cacilda. *Cor e hierarquia social no Brasil escravista*, 2008. p. 52; COSTA, Iraci. *Arraia Miúda*, 1992. p. 59.

optamos por analisar, de forma separada, os 89 domicílios que compunham esse núcleo no ano de 1831:

**Quadro 6: Ibertioga – Posse de escravos/  
Chefes Brancos e Livres de cor - 1831**

LOCALIDADE	TOTAL DE FOGOS	CHEFES BRANCOS		CHEFES LIVRES DE COR		SEM ESCRAVOS		COM ESCRAVOS	
Ibertioga	89	Homens: 32		Homens: 38		Branco: 9		Branco: 32	
		Mulheres: 9		Mulheres: 10		Livres de Cor: 43		Livres de Cor: 5	
		<b>41</b>	<b>47%</b>	<b>48</b>	<b>53%</b>	<b>52</b>	<b>58%</b>	<b>37</b>	<b>42%</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

O quadro seis permitiu-nos constatar que, embora nesse núcleo houvesse um expressivo número de cativos, esta mão de obra esteve concentrada majoritariamente nas mãos dos chefes de domicílio brancos, pois dos 48 proprietários livres de cor apenas cinco apresentaram a posse de um ou mais cativos. No que se refere aos 41 chefes de domicílio brancos, apenas nove não contavam com a presença do elemento mancipio em suas residências, sendo todos os demais 32 homens e mulheres detentores de ao menos um cativo. Tais números muito coadunam com as constatações de Iraci da Costa ao afirmar que os pretos e pardos aparecem mais frequentemente representados no conjunto dos não proprietários de escravos<sup>161</sup>.

Após apresentar a proporção de cativos que se encontravam presentes em cada uma das localidades por nós analisadas, nos dedicaremos a verificar o perfil desses mancipios, atentando-nos em especial para análise acerca da origem e sexo, bem como da presença de escravos infantes, adultos e idosos. Sabe-se hoje que o Brasil é notadamente reconhecido como o país que recebeu o maior contingente de escravos transportados da África<sup>162</sup>. E Minas Gerais, embora situada no interior do país, a partir do século XVIII devido à descoberta do ouro na região e a consequente exploração destas riquezas minerais, acabou por se tornar uma das “margens do Oceano Atlântico”, estando a partir de então indissolúvelmente ligada ao continente africano.

<sup>161</sup> COSTA, Iraci. *Arraia Miúda*, 1992. p. 59.

<sup>162</sup> FREIRE, Jonis. Crescimento da população cativa em uma economia agroexportadora: Juiz de Fora (Minas Gerais) século XIX. In: *Revista de História (USP)*, v. v.1, p. 245-283, 2012. p. 249.

Minas Gerais é considerada ainda hoje como uma das maiores importadoras de escravos dentre todas as Províncias brasileiras até o fim do tráfico atlântico em 1850<sup>163</sup>. No início da década de 1980, abriu-se um caloroso debate acerca da reposição da mão de obra cativa nas Gerais. Roberto Borges Martins afirmou, com base em estimativas elaboradas através dos dados extraídos de Mapas de População de 1819 e 1822, que Minas Gerais fora um maciço importador de escravos até meados do século XIX, perdendo em proporção somente para Cuba<sup>164</sup>. Para Martins, o crescimento da população mancipia da Província devia-se inteiramente à importação, inexistindo quaisquer indícios de crescimento vegetativo no território, pois, de acordo com esse estudioso, os africanos continuaram entrando no país mesmo após a lei de 1831 que proibia o tráfico de escravos<sup>165</sup>.

Os argumentos de Borges Martins foram veementemente contestados por Francisco Vidal Luna e Wilson Cano, que apontavam a necessidade de se pensar no papel da reprodução natural no crescimento da população mancipia. Estes autores ressaltavam que a imensa população escrava existente em Minas Gerais no século XIX não teria sido fruto somente das maciças importações de africanos, uma vez que já no início da década de 1830 o número de cativos oriundos da África havia começado a declinar, enquanto que o índice de mancipios crioulos e o consequente equilíbrio sexual existente entre estes escravos tornavam-se cada vez mais evidentes em todo território<sup>166</sup>.

Da mesma forma, ao estudar o distrito de Vila de Montes Claro no século XIX através das Listas Nominativas de Habitantes, registros paroquiais de batismo e inventários *post-mortem*, Tarcísio Botelho pôde perceber um aumento da população de origem nacional face à de origem africana e, dentre esta população de origem nacional, um maior equilíbrio entre os sexos dos mancipios. Com base nesses indícios, o autor propôs a hipótese de que a população mancipia de Montes Claros era capaz de se reproduzir naturalmente, não sendo os proprietários presentes na região dependentes somente do tráfico de escravos, uma vez que conseguiam manter suas escravarias também por meio do crescimento vegetativo<sup>167</sup>.

Embora estes novos estudos apontassem a possibilidade do crescimento da população cativa presente em Minas Gerais ter ocorrido também por meio da reprodução natural,

---

<sup>163</sup> Nesse sentido, ver: MARTINS, Roberto. B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, 1982.

<sup>164</sup> MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. In: *A economia mineira no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

<sup>165</sup> MARTINS, Roberto Borges. Op. cit., 1980.

<sup>166</sup> LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH/UNICAMP, outubro, 1983.

<sup>167</sup> BOTELHO, Tarcísio R. *Famílias e Escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. p. 76.

nenhum dos autores assumiu uma postura tão radical e enfática quanto à de Laird Bergad. Este estudioso desenvolveu profundas pesquisas sobre a forma pela qual a população escrava de Minas Gerais se reiterou ao longo dos séculos, destacando que o aumento demográfico dos escravos encontrados nas Gerais durante o século XIX foi em grande parte o resultado da reprodução natural existente em nosso território<sup>168</sup>.

Para Bergad, a Província mineira teria importado cativos africanos apenas em pequenas quantidades, uma vez que em determinados momentos o comércio de escravos africanos se deu por meio do tráfico interprovincial. Embasado na análise de inventários *post-mortem* que foram levantados entre os anos de 1707 e 1888, Bergad constatou que a queda da produção aurífera a partir de 1760 foi a grande responsável pelo quase encerramento da importação de escravos, promovendo e estimulando assim a reprodução natural entre os cativos. Segundo o autor, já na virada do século XIX os escravos nascidos no Brasil superavam os cativos africanos em todas as regiões de Minas<sup>169</sup>, sendo o mercado escravocrata entendido apenas como uma “efêmera reanimação” em pequena escala<sup>170</sup>.

Já na perspectiva de Douglas Libby e Grimaldi, mais proveitoso do que discutir sobre o embate “reprodução natural x reprodução via tráfico”, seria a realização de trabalhos que se dedicassem a entender qual foi a contribuição desempenhada por ambos os mecanismos de reposição desta mão de obra. De acordo com os autores, era preciso levar em consideração a possibilidade de que, já na década de 1820, tanto a importação quanto o crescimento vegetativo contribuíssem juntos para o aumento do contingente escravo mineiro, não se sobressaindo um em detrimento ao outro<sup>171</sup>.

Da mesma forma, Clotilde Paiva e Afonso Alencastro ressaltaram a importância de se pensar na conjuntura formada tanto pelo tráfico Atlântico quanto pela reprodução natural, uma vez que ambos fizeram-se presentes na realidade econômica mineira<sup>172</sup>. Argumentos semelhantes foram destacados também por Eduardo França Paiva, ao afirmar que essas duas possibilidades de reposição da mão de obra cativa podiam não ser excludentes, mas, sim, complementares. De acordo com o pesquisador:

---

<sup>168</sup> BERGAD, Laird. W. *After the Mining Boom: demographic and economic aspects of slavery in Minas Gerais, Brazil: Mariana, 1750-1808*. Latin American Research Review, v. 31, n. 1, p. 67-97, 1996.

<sup>169</sup> BERGAD, Laird. W. Op. cit., 1996. p. 67-97.

<sup>170</sup> BERGAD, Laird. W. *Escravidão e história econômica de Minas Gerais, 1720-1880*, 2004. p. 201.

<sup>171</sup> LIBBY, Douglas C.; GRIMALDI, Márcia. Equilíbrio e Estabilidade: economia e comportamento em um regime escravista, Minas Gerais no século XIX. In: *Papéis Avulsos*, n.7, p. 26-43, dezembro 1988.

<sup>172</sup> PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, 1996; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*, 2002.

“O tráfico africano abastecia todas as categorias, mas nas maiores, além dos cativos importados, houve uma grande quantidade de nascimentos. Isto aponta para uma prática comum de formação de famílias dentro das posses de cada senhor e para a reprodução natural da mão de obra como importante estratégia de renovação e ampliação dos contingentes indivíduos de mancipios”<sup>173</sup>.

Este vivo debate acerca das origens da população escrava presente em Minas Gerais continua a avançar. Nas últimas duas décadas dos anos 80, a utilização de novas fontes e novas metodologias de pesquisa possibilitou que as investigações históricas progredissem consideravelmente. Há hoje um consenso historiográfico pautado na compatibilidade existente entre o tráfico e a reprodução natural, uma vez que um não excluía necessariamente o outro. Todavia, importa-nos ressaltar que o maior percentual de cativos africanos ou crioulos encontrados em uma dada localidade muito revelava sobre os mecanismos de reposição da mão de obra cativa que foram utilizados.

Não obstante, torna-se necessário destacar também que o número de cativos africanos e nacionais podia variar conforme a abrangência do período analisado, o tamanho das posses e também devido às características sociais e econômicas de cada localidade em específico. No que se refere às cinco localidades por nós analisadas, as Listas Nominativas de 1831 permitiram-nos constatar a presença de escravos africanos, crioulos, pardos e mestiços. O quadro sete apresenta-nos a origem dos cativos de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina:

**Quadro 7 – Origem da População cativa – 1831**

LOCALIDADES	Africanos		Crioulos		Pardos		Mestiços		TOTAL
Santa Rita do Ibitipoca	247	39,2%	324	51,8%	57	9%	-	-	628
N.S. da Conceição de Ibitipoca	217	49,6%	207	47,3%	12	2,7%	2	0,4%	438
Ibertioga	179	44,4%	192	47,6%	32	8%	-	-	403
São Domingos da Bocaina	81	26,5%	170	55,5%	55	18%	-	-	306
Santana do Garambéu	141	49,1%	134	46,7%	12	4,2%	-	-	287
<b>TOTAL</b>	<b>865</b>	<b>41,9%</b>	<b>1027</b>	<b>49,8%</b>	<b>168</b>	<b>8,2%</b>	<b>2</b>	<b>0,1%</b>	<b>2062</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014

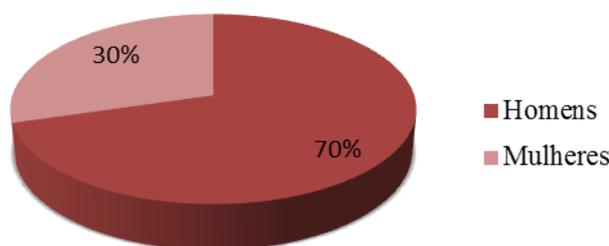
<sup>173</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 147.

Dos 2062 escravos contabilizados, 865 eram africanos, 1027 crioulos, 168 pardos e apenas dois mestiços. Os africanos representaram 41,9% da população cativa total, e os nacionais somaram 1197 mancípios, visto que os crioulos, pardos e mestiços eram escravos nativos. Isso significa dizer que os escravos nacionais representaram 58,1% dos cativos que se encontravam presentes em Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina no ano de 1831.

No que diz respeito ao sexo dos escravos, as Listas Nominativas de 1831 permitiu-nos constatar um elevado percentual de homens entre os cativos africanos. Nesse sentido, conforme a afirmação de Stuart Schwartz, um dos principais efeitos do tráfico de escravos na estrutura demográfica de uma determinada localidade era o desequilíbrio sexual a favor dos cativos do sexo masculino, sendo a proporção de escravas mulheres sempre inferior ao número de homens<sup>174</sup>. De acordo com Manolo Florentino, o maior percentual de homens africanos em idade produtiva podia ser o indicativo de que o tráfico de escravos foi uma das vertentes utilizadas para a reposição da mão de obra mancípi<sup>175</sup>, tendo em vista que o comércio transatlântico de escravos privilegiava, sobretudo, a importação de africanos homens jovens e adultos.

Dos 865 africanos contabilizados nos censos populacionais de 1831 (Quadro 7), 609 eram homens e apenas 256 eram mulheres. O gráfico abaixo nos permite melhor visualizar esses números em termos de porcentagem:

**Gráfico 1: Escravos Africanos  
(Sexo) - 1831**



Fonte: Lista Nominativa de 1831.

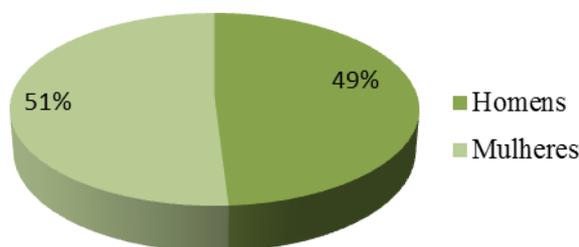
<sup>174</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*, 2001. p. 286-290.

<sup>175</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 50-60.

Os homens africanos somaram 70% dos cativos oriundos da África, e as mulheres representaram apenas 30% desses mancípios. Dessa forma, tomando como base os resultados encontrados, tona-se possível inferir que pelo menos no momento em que as Listas Nominativas de 1831 foram elaboradas, o tráfico de escravos contribuía de maneira substancial para a composição das escravarias presentes na Serra da Mantiqueira. Não obstante, ainda que o elevado percentual de africanos homens possa ser o indicativo de que a reposição via tráfico foi um dos mecanismos utilizados para a manutenção e/ou mesmo para a ampliação das posses cativas, não podemos desconsiderar a superioridade numérica dos cativos nacionais, tão pouco o relativo equilíbrio sexual encontrado entre esses mancípios.

Dos 1197 escravos nativos, entre eles crioulos, pardos e mestiços, 587 eram homens e 610 eram mulheres. Em termos de porcentagem isso significa que nesse contexto as mulheres representaram 51% dos cativos contabilizados, e os homens soaram 49% dos mancípios nacionais.

**Gráfico 2: Escravos Nacionais  
(Sexo) - 1831**



Fonte: Lista Nominativa de 1831

O maior equilíbrio sexual verificado entre os cativos nacionais pode ser um forte indício de que a reprodução natural também foi utilizada como um dos mecanismos de reposição da mão de obra escrava local<sup>176</sup>. Além disso, outra característica que nos permitiu inferir que a reprodução natural esteve presente e influenciou significativamente o crescimento da população mancíпия de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita

<sup>176</sup> A esse respeito, ver: MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAFESP. Annablume, 1999, p. 262; PAIVA, Clotilde Andrade; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. In: *Anais do VII Seminário Sobre a Economia Mineira*. Diamantina (MG), 6 a 10 de junho de 1995, vol. 1, p. 103.

do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, foi a superioridade de crianças nacionais (crioulos, pardos e mestiços) entre os infantes listados.

**Quadro 8 – Crianças cativas: nacionais e africanas - 1831**

LOCALIDADES	CRIANÇAS CRIOULAS	CRIANÇAS PARDAS	CRIANÇAS MESTIÇAS	CRIANÇAS AFRICANAS	TOTAL DE CRIANÇAS COM ATÉ 14 ANOS		TOTAL DE ESCRAVOS (Geral)
Santa Rita do Ibitipoca	143	23	--	26	192	30,6%	628
N.S. C. de Ibitipoca	108	6	1	33	148	33,8%	438
Ibertioga	80	14	--	11	105	26%	403
São Domingos da Bocaina	87	12	--	1	100	32,7%	306
Santana do Garambéu	78	4	--	31	113	39,4%	287
<b>TOTAL</b>	<b>496</b>	<b>59</b>	<b>1</b>	<b>102</b>	<b>658</b>	<b>31,9%</b>	<b>2062</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014

Dos 2062 mancípios contabilizados, 658 eram crianças, o que significa dizer que 31,9% da população cativa presente na Serra da Mantiqueira em 1831 era formada por infantes de até 14 anos de idade. As crianças nacionais (crioulos, pardos e mestiços) perfizeram um total de 556 mancípios, e representaram 84,5% dos infantes contabilizados. As crianças africanas, por sua vez, somaram 102 escravos e representaram 15,5% dos infantes que foram arrolados pelas Listas de 1831.

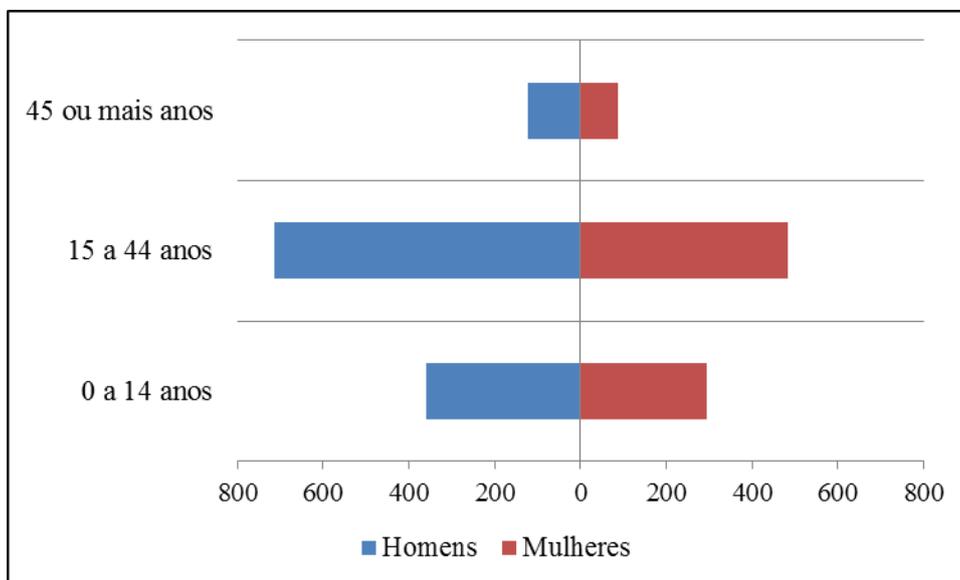
Embora não haja convergência entre os estudiosos sobre em qual faixa etária encontrava-se situada a força de trabalho mais ativa da população mancípia, adotamos o quartel de 15 a 44 anos de idade, sem distinção de sexo ou origem do indivíduo, pois a nosso ver este podia ser considerado o melhor período produtivo dos escravos, fossem eles homens ou mulheres<sup>177</sup>.

Dos 2062 escravos presentes em Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, 658 eram crianças de até 14 anos (Quadro 8), 1193 eram jovens e adultos com idades variáveis entre 15 e 44 anos, e 211 mancípios eram idosos, com idade igual ou superior a 45 anos. Nesse contexto, as crianças somaram 31,9% da população cativa local (Quadro 8), os jovens e adultos

<sup>177</sup> O estudioso Iraci Costa localiza a idade ativa entre 15 e 64 anos. Ver: *Arraia Miúda*, 1992. p.25. Já o pesquisador Carlos Bacellar desloca essa faixa para entre 8 e 50 anos. Ver: BACELLAR, Carlos de Almeida. Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001, p.148. Bergad fala em melhor idade útil para os escravos entre 15 e 40 anos. Ver: BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica*, 2004, p.222. E, por fim, Stuart Schwartz aponta essa faixa para entre 14 e 44. Ver: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988. p. 127.

representaram 57,9% dos escravos contabilizados, e os idosos perfizeram 10,2% desse total. A pirâmide etária abaixo nos permite melhor visualizar os dados numéricos apresentados:

**Gráfico 3: Pirâmide etária dos escravos - 1831**



Fonte: Lista Nominativa de 1831

A superioridade numérica dos cativos jovens e adultos, principalmente no que diz respeito aos escravos do sexo masculino, possibilitou-nos ratificar a hipótese anteriormente levantada, comprovando que, de fato, o tráfico de escravos foi um dos mecanismos utilizados para reposição da mão de obra cativa nas localidades por nós analisadas. Não obstante, o número de crianças crioulas listadas pelo censo de 1831, possibilitou-nos deduzir que, assim como o tráfico de escravos, a reprodução natural também foi responsável pela manutenção e crescimento da população cativa da Serra da Mantiqueira. Dessa forma, torna-se possível afirmar que nas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, a reposição da mão de obra cativa se dava por meio de duas vias distintas, porém não excludentes: a reprodução natural e a reposição via tráfico.

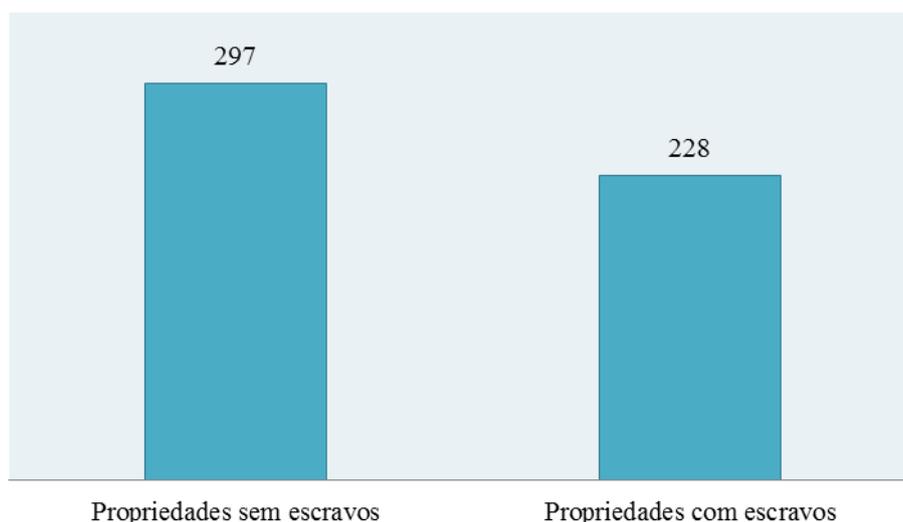
#### 1.4.3 – A estrutura de posse cativa:

Como mencionado no decorrer deste capítulo, o pico de ocupação das terras da Serra da Mantiqueira se deu entre os anos de 1740 e 1770, período no qual esse espaço recebeu um grande afluxo de imigrantes portugueses e também de nacionais paulistas e fluminenses. Os

indivíduos provenientes tanto do reino de Portugal quanto de outras regiões brasileiras, como por exemplo dos próprios centros mineradores, aos poucos, foram ocupando a região. Esses homens e mulheres, das mais diversas origens e condições sociais, formaram um ambiente bastante heterogêneo, propiciando o estabelecimento de pequenas, médias e grandes unidades produtivas.

No entanto, ao analisar a estrutura de posse cativa de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, foi-nos possível perceber que das 525 propriedades analisadas, 297 não contavam com a mão de obra cativa, o que significa dizer que 56,6% dos fogos que compunham essas cinco localidades não possuíam nenhum escravo.

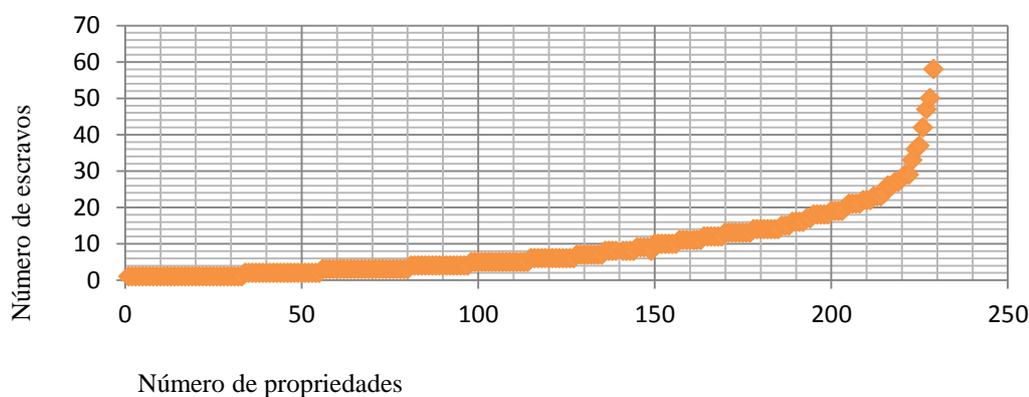
**Gráfico 4: Estrutura de posse cativa - 1831**



Fonte: Lista Nominativa de 1831

Não obstante, a presença de um ou mais cativos pôde ser encontrada em 228 propriedades, as quais representaram 43,4% do total. Entre esses domicílios foi-nos possível constatar a existência de unidades produtivas com um, dois, três, quatro, cinco e até com 58 escravos, embora a estrutura de posse mais recorrente fosse representada por aquelas propriedades que contavam com a presença de um, dois ou três mancipios em sua composição social. O gráfico abaixo nos permite melhor visualizar essa afirmativa:

**Gráfico 5: Estrutura de posse cativa - 1831**



Fonte: Lista Nominativa de 1831

O gráfico cinco permitiu-nos verificar que a estrutura de posse mais recorrente entre as cinco localidades que estavam situadas no Serra da Mantiqueira, foram aquelas propriedades que detinham a presença de um até três escravos. Essas pequenas unidades produtivas representaram 35,5% das 228 propriedades analisadas, e somaram 81 domicílios. O quadro abaixo reúne as informações até aqui apresentadas, sendo-nos possível verificar, em termos numéricos e em porcentagem, as propriedades sem nenhum cativo e a proporção de pequenas – com um até seis escravos –, médias – com sete até 15 mancipios – e grandes propriedades – com 16 ou mais cativos.

**Quadro 9 – Estrutura de Posse cativa - 1831**

LOCALIDADES	Nenhum Escravo		1 a 3 Escravos		4 a 6 Escravos		7 a 10 Escravos		11 a 15 Escravos		16 a 20 Escravos		21 a 30 Escravos		Mais de 30 Escravos		TOTAL																
N.S.C.	70		23		16		10		7		1		4		1		132																
Ibitipoca	67		20		9		6		15		6		4		2		129																
S.Rita	60		12		3		5		4		1		3		2		90																
Ibitipoca	52		10		9		4		4		4		5		1		89																
S.Domingos da Bocaina	48		16		10		3		2		3		2		1		85																
Ibertioga	297		56,6%		81		15,4%		47		9%		28		5,3%		32		6,1%		15		3%		18		3,4%		7		1,2%		525

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014

Durante todo o século XVIII e até meados do século XIX, o escravo era tido como o bem mais valioso que um indivíduo poderia conquistar, pois além dos ganhos produtivos que esta mão de obra poderia vir a proporcionar, a aquisição do mesmo era capaz de promover um ganho social inestimável. Mônica Ribeiro de Oliveira, por meio da análise de uma série de inventários *post-mortem*, destacou que, mesmo nas unidades produtivas mais pobres, os investimentos resultantes do trabalho, apesar de pequenos, eram preferencialmente destinados à compra de escravos<sup>178</sup>. Isso porque a aquisição de um ou mais cativos representava para estes indivíduos, principalmente para os livres de cor, uma forma de mobilidade econômica.

Na Serra da Mantiqueira, o acesso à mão de obra cativa não fez parte da realidade vivenciada por 297 chefes de domicílio, permitindo-nos inferir que nas cinco localidades por nós analisadas, 56,6% das propriedades eram sustentadas majoritariamente pelo trabalho familiar, o qual poderia vir a ser complementado pela ajuda de agregados e parentes. Para Carla Almeida, o grande número de propriedades sem a presença de escravos evidenciava, sobretudo, a importância cada vez maior que o trabalho livre passou a ter na Província<sup>179</sup>. A importância da mão de obra familiar e a preponderância de unidades produtivas sem escravos foi uma constante destacada também por Douglas Libby, que ao analisar os mapas populacionais da Província de Minas Gerais constatou que dos 20.000 domicílios levantados em sua amostra, 66,7% não possuíam escravos em sua composição social<sup>180</sup>.

Herbert Klein e Clotilde Paiva ao analisar os municípios de Campanha e Sabará, Minas Gerais, em 1831, constataram que os domicílios sem escravos compunham 70% do total de fogos analisados<sup>181</sup>. Da mesma forma, o estudioso Iraci da Costa percebeu, através dos dados existentes para a área paulista e mineira, que no final do século XVIII e início do século XIX houve a preponderância de fogos sem cativos, ou seja, dos não proprietários de escravos<sup>182</sup>. Todavia, importa-nos ressaltar que, assim como nós, os autores supracitados utilizaram-se das Listas Nominativas de Habitantes para confecção de suas análises. Esta fonte documental, embora nos possibilite conhecer a dinâmica e a estrutura ocupacional da população presente em uma dada região, apresenta números específicos e que muito se diferenciam dos resultados obtidos por meio de outros tipos de documento, como por exemplo, os inventários *post-mortem*.

---

<sup>178</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família*, 1999. p. 146-147.

<sup>179</sup> ALMEIDA, Carla Carvalho. *Homens Ricos, Homens Bons*. 2001. p. 53.

<sup>180</sup> LIBBY, Douglas C.; GRIMALDI, Márcia. *Equilíbrio e Estabilidade*. 1988. p. 97.

<sup>181</sup> KLEIN, Herbert. S; PAIVA, Clotilde. A. *Libertos em uma Economia Escravista*, 1997. p. 313-315.

<sup>182</sup> COSTA, Iraci. *Arraia Miúda*, 1992. p. 2.

Nesse sentido, Fábio Pinheiro, ao estudar a estrutura de posse de escravos no Termo de Barbacena na primeira metade do século XIX, constatou que 73% dos inventariados por ele analisados possuíam ao menos um cativo<sup>183</sup>. Da mesma forma, Adriano Braga Teixeira pôde perceber, ao abordar a mesma região, que apenas dois dos inventários por ele analisados não contavam com a presença de escravos dentre os bens listados<sup>184</sup>. Tal discrepância numérica pode ser facilmente explicada. Como destacamos anteriormente, os censos populacionais abarcavam a população total de uma dada região, inclusive a ampla camada dos despossuídos que se encontravam presentes no local. Já os inventários *post-mortem* eram confeccionados somente para aqueles homens e mulheres que possuíam algum bem a legar, mesmo que fosse este bem a posse de um único escravo. Portanto, ainda que os inventários fossem uma fonte documental extremamente útil, deixavam de fora da análise uma expressiva parcela da população livre, pois muitos desses indivíduos nada possuíam.

Além disso, cabe-nos ressaltar também que, apesar da discrepância numérica verificada entre as duas fontes documentais supracitadas, Adriano Braga Teixeira e Fábio Pinheiro, ao analisarem a estrutura de posse cativa presente na região da Borda do Campo na primeira metade do século XIX, constataram a supremacia das propriedades que contavam com a presença de um até cinco escravos em sua composição social<sup>185</sup>. Tais resultados ratificaram as afirmações de Francisco Vidal Luna que, ainda no ano de 1718, constatou que a região mineira era formada, majoritariamente, por pequenas propriedades<sup>186</sup>.

A superioridade de pequenas unidades produtivas foi comprovada também por Douglas Libby, que ao analisar a estrutura de posse cativa na Província de Minas Gerais, destacou a primazia das pequenas propriedades, em especial daquelas que contavam com a presença de um a cinco escravos. De acordo com o referido autor, a superioridade quase absoluta das pequenas escravarias pode ser entendida como o legado que o século do ouro deixou às Minas oitocentista, produzindo no território não somente a dispersão da propriedade de escravos por amplos setores da sociedade, como também a ausência de grandes posses cativas<sup>187</sup>.

---

<sup>183</sup> PINHEIRO, Fábio. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos planteis mineiros. Zona da Mata – 1809-1830*. (Dissertação de Mestrado em História) Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 128.

<sup>184</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga. Barbacena Colonial: uma vila mineira a última década dos setecentos. In: *Anais do Primeiro Colóquio do LAHES*. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005. [www.lahes.ufjf.br](http://www.lahes.ufjf.br).

<sup>185</sup> PINHEIRO, Fábio. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos planteis mineiros. Zona da Mata – 1809-1830*, 2007. p. 67; TEIXEIRA, Adriano Braga. Op. cit., 2005. p. 24.

<sup>186</sup> LUNA, Francisco Vidal. *Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais*, 1982. p. 2.

<sup>187</sup> LIBBY, Douglas. O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Júnia (Org.). *Sons, formas, comes e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume, 2008. p. 432-435.

Após demonstrar que nas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina houve a supremacia das pequenas propriedades de escravos, e que a estrutura de posse mais recorrente foi representada pelas unidades produtivas que contavam com a presença de um até três cativos em sua composição social, resta-nos analisar a participação dos indivíduos livres de cor dentre os proprietários.

Como vimos anteriormente, os livres de cor representaram 45,8% da população livre local (Quadro 3). Mas será que na Serra da Mantiqueira esses homens e mulheres também tiveram acesso a mão de obra cativa, ou enquadravam-se majoritariamente no grupo dos não proprietários de escravos? Para melhor responder a essa questão, optamos por analisar a estrutura de posse cativa encontrada entre os proprietários brancos e os livres de cor de forma separada:

**Quadro 10 – Estrutura de posse cativa /  
Proprietários Brancos -1831**

LOCALIDADES	Nenhum Escravo		1 a 3 Escravos		4 a 6 Escravos		7 a 10 Escravos		11 a 15 Escravos		16 a 20 Escravos		21 a 30 Escravos		+ 30 Escravos		TOTAL DE FOGOS
S Rita do Ibitipoca	18		16		9		5		15		5		4		2		74
N.S.C. de Ibitipoca	22		14		12		9		8		1		4		1		71
S.Domingos da Bocaina	40		10		3		4		4		1		3		2		67
Ibertioga	10		6		9		4		3		4		5		1		42
Santana do Garambéu	12		10		7		3		2		4		2		1		41
<b>SOMA</b>	<b>102</b>	<b>34,6%</b>	<b>56</b>	<b>19%</b>	<b>40</b>	<b>13,5%</b>	<b>25</b>	<b>8,5%</b>	<b>32</b>	<b>10,8%</b>	<b>15</b>	<b>5,1%</b>	<b>18</b>	<b>6,1%</b>	<b>7</b>	<b>2,4%</b>	<b>295</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014

**Quadro 11- Estrutura de posse cativa/  
Proprietários Livres de cor – 1831**

LOCALIDADES	Nenhum escravo		1 a 3 escravos		4 a 6 Escravos		7 a 10 Escravos		11 a 15 Escravos		16 a 20 Escravos		21 a 30 Escravos		+ 30 escravos		TOTAL DE FOGOS
N.S. C. de Ibitipoca	47		9		4		1		-		-		-		-		61
S. Rita do Ibitipoca	49		4		1		1		-		-		-		-		55
Ibertioga	42		5		-		-		-		-		-		-		47
Santana do Garambéu	37		5		2		-		-		-		-		-		44
S.Domingos da Bocaina	20		2		-		1		-		-		-		-		23
<b>TOTAL</b>	<b>195</b>	<b>84,8%</b>	<b>25</b>	<b>10,9%</b>	<b>7</b>	<b>3%</b>	<b>3</b>	<b>1,3%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>230</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014

Os quadros acima elaborados permitiu-nos perceber que a ausência do elemento cativo fez-se presente na realidade dois grupos por nós analisados. No que diz respeito à estrutura de posse cativa dos homens e mulheres brancos, constatamos que das 295 propriedades contabilizadas, 102 domicílios não contavam com a presença de nenhum cativo, representando 34,6% do total analisado. As demais 193 unidades produtivas que detinham a posse de ao menos um cativo perfizeram 65,4% do total, sendo-nos possível constatar o predomínio das propriedades que contavam com a presença de um até três cativos. Essas propriedades chegaram a representar 19% do total, somando 56 propriedades (Quadro 10).

Entre os proprietários livres de cor, foi-nos possível verificar que das 230 propriedades analisadas, 195 não contavam com a presença de nenhum escravo, somando 84,8% do total. Entre as 35 unidades produtivas que contavam com a presença de ao menos um cativo, também houve o predomínio dos domicílios com um até três mancípios, os quais chegaram a representar 10,9% do total (Quadro 11). Tais resultados muito coadunam com as constatações de Iraci da Costa, que ao analisar os núcleos populacionais de Vila Rica, Passagem, Mariana, Furquim, Gama e Nossa Senhora dos Remédios, em Minas Gerais, constatou que o grupo dos não proprietários de escravos era formado majoritariamente por homens e mulheres livres de cor, forros e agregados<sup>188</sup>.

De acordo com Sheila de Castro Faria, as condições materiais da grande maioria dos alforriados e de seus desentendes, mesmo daqueles que haviam perdido o estigma da

<sup>188</sup> COSTA, Iraci. *Arraia Miúda*, 1992. p. 59.

cor/qualidade, não tiveram modificações notáveis<sup>189</sup>. A aquisição de cativos não lhes foi uma realidade constante, e muitos deles permaneceram sob a classificação de “despossuídos”. Tais argumentos foram reforçados por Cacilda Machado, que, ao analisar a composição social da freguesia de São José dos Pinhais no Paraná percebeu que comumente os domicílios dos livres de cor eram menores, visto que os homens e mulheres brancos tinham maior capacidade de incorporar parentes, agregados e escravos aos seus domínios<sup>190</sup>.

Todavia, importa-nos perceber que os homens e mulheres livres de cor não estiveram confinados somente aos domicílios sem cativos. Esses indivíduos também foram encontrados em domicílios com escravos, ainda que em menor proporção que os proprietários brancos<sup>191</sup>. Ao analisar os municípios de Campanha e Sabará, Herbert Klein e Clotilde Paiva puderam constatar que os homens e mulheres brancos possuíam, em média, mais cativos do que os proprietários livres de cor. Mas de acordo com os estudiosos, essa distribuição não pode ser considerada uma surpresa, visto que a cor podia indicar uma condição previa de servidão, e conseqüentemente uma fatia menor do capital e da educação que estavam comumente disponíveis aos homens e mulheres brancos<sup>192</sup>.

Obviamente que isso não significa dizer que os livres de cor compunham um grupo marginalizado e sem acesso a recursos<sup>193</sup>. Decerto, possuir um ou mais escravos podia ser um indicativo de distinção social, e embora a aquisição dessa mão de obra fosse mais exequível aos proprietários brancos, muitos homens e mulheres livres de cor também tiveram a oportunidade de ter acesso a esse bem. Não obstante, para além das dificuldades enfrentadas por esses indivíduos, devemos considerar a possibilidade de que nem todos os homens e mulheres pensavam ou agiam de forma similar, e que a aquisição de escravos pode não ter sido a “estratégia” utilizada por alguns desses indivíduos brancos e livres de cor, os quais podem ter buscado outros meios para acumulação de riqueza e prestígio social.

\*\*\*

As Listas Nominativas de Habitantes nos possibilitou conhecer a composição sociodemográfica de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, cinco localidades que se

---

<sup>189</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em momento*, 1998. p.114.

<sup>190</sup> MACHADO, Cacilda. *Cor e hierarquia social no Brasil escravista*, 2008. p. 55.

<sup>191</sup> KLEIN, Herbert. S; PAIVA, Clotilde. A. *Libertos em uma Economia Escravista*, 1997. p. 316.

<sup>192</sup> Os proprietários brancos em geral eram consideravelmente mais ricos do que os de cor em termos de cativos possuídos. Para maiores informações, ver: KLEIN, Herbert. S; PAIVA, Clotilde. *Op. cit.*, 1997. p. 332.

<sup>193</sup> *Idem*, p. 333.

encontravam situadas no alto da Serra da Mantiqueira, região que foi genericamente denominada como Borda do Campo<sup>194</sup>. A análise dessa fonte documental permitiu-nos melhor conhecer a população livre e escrava, bem como examinar a estrutura de posse cativa que se configurou nesse espaço no ano de 1831.

Como vimos anteriormente, dos 525 domicílios analisados, 297 não contavam com a presença de nenhum cativo, o que significa dizer que os não proprietários de escravos representaram 56,6% dos chefes (Quadro 9). Não obstante, em 228 unidades produtivas foi-nos possível observar a presença de ao menos um mancipio (Gráfico 4), sendo as propriedades que contavam com a posse de um até três cativos a estrutura mais recorrente (Gráfico 5), tanto no que se refere aos proprietários brancos (Quadro 10), quanto no que diz respeito aos chefes livres de cor (Quadro 11).

Nesse sentido, torna-se possível afirmar que Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina eram localidades compostas majoritariamente por pequenas unidades produtivas, ou seja, por domicílios que detinham a mão de obra de um até seis escravos. No entanto, como a estrutura de posse modal foi representada por aquelas propriedades que contavam com a presença de um até três cativos em sua composição social, no próximo capítulo nos dedicaremos a examinar, especificamente, os 81 pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira que detinham a posse sob um, dois ou três cativos em suas unidades produtivas.

Decerto, nessas pequenas propriedades a proximidade existente entre escravos e senhores fazia com que as relações entre eles se tornassem bastante complexas, uma vez que, na maior parte dos domicílios, chefes e escravos trabalhavam lado a lado, partilhando muitas das vezes o mesmo teto e alimentação. Os cativos dessas pequenas propriedades tiveram a oportunidade de conviver e de se relacionar diretamente com homens e mulheres brancos, livres de cor e também com escravos<sup>195</sup>, ainda que as hierarquias de valor entre os envolvidos fossem sempre resguardadas.

---

<sup>194</sup> MASSENA, Nestor apud OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família*, 1999. p. 95.

<sup>195</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em momento*, 1998. p. 292.

## **CAPÍTULO 2: SENHORES DE POUCOS ESCRAVOS: POR DENTRO DAS PEQUENAS PROPRIEDADES DA SERRA DA MANTIQUEIRA**

No segundo capítulo desta dissertação, nos dedicaremos a apresentar as principais características das pequenas propriedades de escravos de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, localidades que estavam situadas no alto da Serra da Mantiqueira, região que foi genericamente denominada como Borda do Campo<sup>196</sup>. Como vimos no capítulo anterior, as cinco localidades supramencionadas emergiram dos registros paroquiais de batismo que dispúnhamos para a Freguesia da Borda do Campo, e justamente por isso torna-se importante mencionar novamente, que a presente pesquisa não tem a pretensão de analisar a Serra da Mantiqueira em sua totalidade, mas sim o intuito de melhor compreender e representar essa região através do estudo de cinco localidades em específico.

Ao analisar a composição sociodemográfica das localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina no ano de 1831, constatamos a presença de pequenas, médias e grandes propriedades, além de domicílios que não contavam com a mão de obra de nenhum cativo. Não obstante, ao analisar de forma mais detida as propriedades escravistas presentes nessas cinco localidades, foi-nos possível verificar o predomínio das pequenas unidades produtivas, em especial, a superioridade daqueles domicílios que contavam com a presença um, dois ou três escravos. Dessa forma, por ser esta a estrutura de posse modal encontrada nas cinco localidades por nós analisadas, centraremos nossos esforços de análise nas 81 pequenas propriedades de escravos que contavam com a presença de um até três mancipios em sua composição social.

Nesse sentido, inicialmente, por meio das Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831, buscaremos apresentar os principais aspectos da população livre e cativa que se encontravam presentes nesses pequenos domicílios. A partir da análise dessas 81 pequenas propriedades de escravos tornar-se-á possível responder a algumas questões, como: Qual seria o perfil dos pequenos proprietários de escravos que se encontravam presentes nessas cinco localidades da Serra da Mantiqueira? Quais as principais características da população cativa que compunham esses domicílios? Esses pequenos proprietários buscavam investir

---

<sup>196</sup> MASSENA, Nestor apud OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família*, 1999. p. 95.

referencialmente na compra de quais escravos? Qual seria o papel que o trabalho familiar desempenhou nessas pequenas propriedades?

Em seguida, na última seção que compõe o presente capítulo nos dedicaremos a analisar, de forma específica e a título de exemplo, alguns fragmentos da vida do pardo Brás Antônio Lopes, um dos pequenos proprietários por nós analisados. Dessa forma, a partir da análise da Lista Nominativa de Habitantes buscaremos descrever o perfil deste pequeno proprietário no ano de 1831, comparando os resultados encontrados com os dados presentes no seu inventário *post-mortem*. A análise deste estudo de caso poderá nos possibilitar compreender como esse sujeito conseguiu ascender economicamente, permitindo-nos abordar um tema ainda bastante discutido pela historiografia: a mobilidade econômica de indivíduos livres de cor.

## **2.1 – Os senhores, os escravos, a família e a propriedade**

Para melhor conhecer a estrutura e o funcionamento dessas pequenas propriedades, buscaremos analisar os principais aspectos da população livre e cativa que se encontravam presentes nesses 81 pequenos domicílios. Nesse sentido, para analisar a composição sociodemográfica destes fogos utilizaremos as Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831, a mesma fonte documental que foi empregada na elaboração do primeiro capítulo desse trabalho.

Em Minas Gerais, as Listas Nominativas de Habitantes começaram a ser confeccionadas após a independência de Portugal, momento no qual ocorreu a efetiva preocupação do Estado Nacional brasileiro com sua organização administrativa. O interesse de se conhecer, de forma mais profunda, a população mineira que se encontrava presente no território fortaleceu-se no decorrer da década de 1830, em especial devido à maior autonomia dos governos provinciais, os quais passaram a visar uma melhor organização do aparelho burocrático e também a constituição de um sistema de fluxo de informações estatísticas<sup>197</sup>.

Não obstante, torna-se importante mencionar que, embora a preocupação com o recenseamento da população mineira tenha se intensificado no período supracitado, o mesmo já acontecia anteriormente, ainda que de modo menos intenso. Herculano Mathias, ao trabalhar com o Censo de 1804 elaborado para o núcleo de Vila Rica, destacou que uma das

---

<sup>197</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Família escrava em Catas Altas do Mato Dentro (MG) no século XVIII, 2003. p. 8.

razões determinantes para a elaboração deste trabalho demográfico residiu na necessidade urgente de se recolher fundos que pudessem vir a aliviar as pesadas despesas de Portugal durante os primeiros anos do século XIX<sup>198</sup>.

Tais levantamentos populacionais, além de ajudarem na coleta de fundos e viabilizar um melhor conhecimento acerca da população presente na Província, poderiam ser usados também para atender às finalidades militares<sup>199</sup>. Dessa forma, era função dos capitães mores e também dos párocos locais das inúmeras freguesias e povoados presentes em Minas Gerais, arrolar todos os indivíduos presentes na região, independente de sua cor, origem ou condição social. Esses recenseamentos populacionais traziam informações precisas sobre os moradores que residiam em um determinado fogo, e embora sua confecção pudesse variar conforme a localidade que era encoberta, a estrutura desse registro tendeu a ser bastante regular. Normalmente, o primeiro nome listado correspondia ao chefe do fogo, e na sequência aparecia o nome do cônjuge, dos filhos, e dos demais parentes que por ventura frequentassem a casa. Na maior parte dos casos os escravos eram sempre os últimos a serem listados, e, como os recenseadores buscavam diferenciar principalmente os indivíduos livres dos cativos, a condição destes últimos dificilmente era omitida.

Contudo, ainda que essa fonte documental nos possibilite analisar e conhecer a estrutura sociodemográfica dos domicílios que se encontravam presentes em uma determinada região, muitas são as limitações inerentes à utilização desses documentos<sup>200</sup>. Cabe ressaltar previamente que as restrições aqui mencionadas referem-se especificamente às cinco Listas Nominativas por nós analisadas, o que não significa dizer que tais irregularidades estivessem presentes também na confecção dos censos de outros povoados, distritos ou freguesias. Assim, no que se reporta às Listas Nominativas de Habitantes de 1831 para cinco localidades da Serra da Mantiqueira, foi-nos possível constatar a ausência e a omissão de alguns dados em específico.

Como destacamos acima, se a condição dos escravos dificilmente era obliterada, situação diferente pôde ser notada no que se refere à condição dos homens e mulheres livres de cor, ou seja, do vasto contingente formado pelos pardos, crioulos, africanos e mestiços. A Lista referente à localidade de Santana do Garambéu, por exemplo, não mencionou a

---

<sup>198</sup> MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969. p. 7.

<sup>199</sup> Por meio das Listas Nominativas de Habitantes tinha-se a dimensão exata dos moradores presentes em uma determinada localidade, o que muito facilitava o recrutamento daqueles indivíduos mais jovens e do sexo masculino. Para maiores informações, ver: MATHIAS, Herculano Gomes. *Op. cit.*, 1969. p. 11.

<sup>200</sup> Algumas das limitações e dos problemas inerentes a essa documentação já foram mencionadas no primeiro capítulo deste trabalho.

condição dos indivíduos livres de cor, se livres ou escravos, e no lugar da condição desses homens e mulheres veio constando “sem informação”<sup>201</sup>. A ausência dessa informação nos levou a aventar duas justificativas plausíveis: a primeira seria a falta de cuidado dos recenseadores, os quais tendiam a diferenciar somente os homens e mulheres brancos dos escravos. A segunda seria a constante presença de um passado cativo, marcado, sobretudo, pela tonalidade de pele desses homens e mulheres. Característica que certamente não lhes imputava a condição de “escravo”, mas também não lhes atribuía o *status* de “livre”.

Outro problema detectado nos registros de 1831 foi a ausência de informações referentes à ocupação, ou seja, a atividade que era desempenhada pelos membros do fogo. Infelizmente, apenas em uma das Listas analisadas conseguimos ter acesso ao ofício que era exercido pelos indivíduos, fossem eles livres ou cativos. A omissão desses dados parece ter sido uma constante, sendo destacada também por Marcelo Godoy e Clotilde Paiva. Os autores ressaltaram que, entre as variáveis do Censo de 1831, as informações sobre a ocupação dos habitantes dos domicílios representaram o maior desafio de se trabalhar com esta fonte histórica. Segundo os mesmos, a complexidade das categorias apresentadas, a diversidade dos padrões informativos e principalmente a inexistência de parâmetros ou técnicas dos recenseadores, acabaram por inviabilizar a consistência das informações<sup>202</sup>, criando uma grande lacuna no que se refere às atividades de ocupação desempenhada pelos chefes e demais membros da unidade domiciliar.

No nosso caso em específico, foi-nos possível ter acesso apenas as ocupações que eram desenvolvidas pelos habitantes de Santana do Garambéu, pois para as demais localidades analisadas as Listas Nominativas não apresentaram esses dados. Estamos cientes de que a ausência de tal elemento torna inviável a realização de uma análise mais abrangente acerca da dinâmica do trabalho presente nas pequenas unidades produtivas da Serra da Mantiqueira. Todavia, por meio da contagem das atividades atribuídas aos homens e mulheres livres e cativos da localidade supracitada, buscaremos fornecer ao leitor um panorama, ainda que diminuto, sobre o trabalho que era desenvolvido nessas pequenas propriedades.

---

<sup>201</sup> As Listas Nominativas de Habitantes que utilizamos para elaboração da presente pesquisa encontram-se atualmente transcritas e digitalizadas, sendo disponibilizadas pelo CEDEPLAR. No entanto, com o intuito de confirmar se a omissão dos dados não esteve condicionada a transcrição e digitalização dessas informações, recorreremos aos documentos originais, e percebemos que neles os homens e mulheres livres de cor também haviam sido descritos como “sem informação”.

<sup>202</sup> GODOY, Marcelo Magalhaes; PAIVA, Clotilde Andrade. *Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura populacional da província de Minas Gerais*, 2010. p. 163.

Além de omitir a condição dos livres de cor e as ocupações que eram desempenhadas pelos moradores das localidades, outro dado também esteve ausente. Como já destacamos no primeiro capítulo, em nenhuma das cinco Listas foi-nos possível perceber com exatidão às informações relativas ao parentesco que ligava os demais habitantes do domicílio ao chefe do fogo. Em outras palavras, tornou-se impossível constatar, por exemplo, o número de filhos e também a existência de agregados e demais parentes. O único laço que nos foi possível apurar foi o do cônjuge, o qual aparecia geralmente logo após o nome do chefe do domicílio com o status de “casado”. No que se refere aos demais moradores do fogo, nada podemos comprovar, sendo-nos possível realizar somente algumas suposições.

Contudo, apesar das limitações que já foram apontadas no primeiro capítulo, e também a ausência das informações que foram acima mencionadas, as Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 nos possibilitou analisar a composição sociodemográfica de 81 pequenas propriedades. Destes 81 domicílios, dez estavam localizados em Ibertioga, 12 em São Domingos da Bocaina, 16 em Santana do Garambéu, 20 em Santa Rita do Ibitipoca, e 23 na localidade de Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca.

#### 2.1.1 – Os pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira:

Os fogos dos pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira eram predominantemente chefiados por homens, sendo raras as mulheres que se aventuravam a conduzir uma unidade produtiva por iniciativa própria. Dos 81 proprietários analisados, 63 eram homens e apenas 18 eram mulheres, o que significa dizer que os homens eram os responsáveis por 77,8% das propriedades presentes nas cinco localidades, e as mulheres, por apenas 22,2% destas.

A supremacia masculina na chefia dos fogos pôde ser constatada também por Eni Mesquita de Samara, que, ao estudar a sociedade paulista do século XIX, constatou a primazia dos domicílios chefiados por homens. Segundo a autora, as mulheres foram as responsáveis por apenas um terço dos fogos analisados, havendo entre elas a presença de mulheres viúvas, solteiras e mesmo aquelas com os mandos ausentes<sup>203</sup>. Situação semelhante foi averiguada por Dora Isabel da Costa Paiva, que, ao estudar a região de Campinas a partir do ano de 1829, verificou que as mulheres eram as responsáveis por apenas 23% dos domicílios analisados,

---

<sup>203</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. A Família e os domicílios em sociedades escravistas. (São Paulo no século XIX). In: *Congresso sobre a História da População da América Latina*, 1989, Ouro Preto. Anais. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p. 175.

permitindo-nos concluir que, mesmo com o aumento da chefia feminina ressaltado pela autora, as unidades sob o comando dos homens eram ainda majoritárias<sup>204</sup>.

Da mesma forma, José Luiz de Freitas, analisando as estruturas fundiárias de Jundiá, São Paulo, no século XIX, pôde observar o domínio dos homens atuando como chefes de domicílio. Segundo o autor, no meio rural havia um pequeno número de fogos encabeçados por mulheres, sendo este montante muito mais expressivo nas áreas urbanas da localidade. De acordo com Freitas, a pequena proporção de chefes femininas no meio rural explicar-se-ia por dois motivos principais: o primeiro devia-se ao fato de que muitas destas mulheres poderiam estar agregadas a outros domicílios chefiados por parentes homens. O segundo seria a constante migração realizada pelas mulheres, as quais, em busca de melhores condições de vida, acabavam por se dirigir para as áreas mais urbanas da Província<sup>205</sup>.

O predomínio dos homens atuando como chefes de domicílio foi uma constante também nos estudos de Donald Ramos. Em sua análise sobre os fogos presentes em Vila Rica entre os anos de 1754 a 1838, o autor percebeu que, embora as residências chefiadas por mulheres alcançassem números bastante expressivos na localidade, a presença dos homens na chefia das propriedades era ainda preponderante<sup>206</sup>. Segundo Ramos, diferente da maioria dos homens, as mulheres encontravam maiores dificuldades para formar uma família legítima e atuar à frente de uma propriedade, principalmente se a mesma estivesse situada nas áreas mais rurais da região. De acordo com o autor, a chefia feminina esteve concentrada nas áreas urbanas da Província, uma vez as cidades ofereciam frequentemente as melhores oportunidades de trabalho tanto para as mulheres casadas quanto para as mulheres solteiras, as quais poderiam se dedicar a diversas atividades como as de costura, de venda, e até mesmo as de comércio<sup>207</sup>.

Situação semelhante foi relatada por Romilda Oliveira Alves, que, ao estudar a região de Mariana em Minas Gerais, percebeu que os domicílios das áreas rurais eram chefiados majoritariamente por homens, havendo poucos fogos chefiados por mulheres. Assim como os autores supracitados, Romilda pôde constatar que a maior incidência de domicílios encabeçados por mulheres concentrava-se nos grandes centros urbanos da região. Segundo a

---

<sup>204</sup> COSTA, Dora Isabel Paiva. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Campinas, São Paulo, 1829. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1998, Caxambu, (MG). Anais. Belo Horizonte: ABEP, 1998. p. 55.

<sup>205</sup> FREITAS, José Luiz. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá (1818). In: COSTA, Iraci del Nero (Org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/ USP, 1986. p. 238.

<sup>206</sup> RAMOS, Donald. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. In: *Anais do Congresso sobre a História da população na América Latina*, 1989, Ouro Preto. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p.155.

<sup>207</sup> RAMOS, Donald. Op. cit., p. 161.

autora, a maior concentração de mulheres atuando como chefes nas áreas mais urbanas da Província devia-se, sobretudo, às melhores oportunidades de emprego e à liberdade encontrada nestes locais, fatores que, além de facilitar a sobrevivência e a manutenção dessas mulheres, acabavam por estimular a transferência das mesmas<sup>208</sup>.

Tais argumentos foram ratificados nos estudos de Silvia Brugger, ao analisar a composição dos domicílios presentes em São João del Rei entre os séculos XVIII e XIX. Essa pesquisa permitiu que a autora constatasse que a presença de mulheres atuando como chefes de domicílio foi mais assídua nas áreas urbanas da região<sup>209</sup>, sendo o meio rural marcado principalmente pela chefia masculina. Como bem se sabe, a vida no campo caracterizava-se principalmente pela confecção de tarefas árduas e complexas, sendo o acesso à família uma das condições fundamentais para se garantir a sobrevivência nestas áreas<sup>210</sup>. Nesse sentido, cabe-nos perceber que o viver rural pressupunha a existência de uma unidade produtiva mais complexa do que as necessárias nas áreas urbanas, fatores que acabavam por dificultar e minimizar a presença de propriedades chefiadas por mulheres.

Os estudos acima mencionados coadunam com os resultados por nós encontrados nas cinco localidades da Serra da Mantiqueira, pois as Listas Nominativas de 1831 permitiu-nos constatar a hegemonia masculina entre os 81 pequenos proprietários analisados. Para além da supremacia numérica de homens atuando como chefes de domicílio, verificamos que dos 63 proprietários do sexo masculino, 54 eram casados, seis eram solteiros e apenas três eram viúvos. Situação diferente pôde ser observada ao se analisar as pequenas proprietárias mulheres, pois das 18 chefes de domicílio contabilizadas apenas três eram casadas, nenhuma era solteira e 15 eram viúvas. O quadro abaixo nos permite uma melhor visualização dos números expostos:

---

<sup>208</sup> OLIVEIRA, Romilda Alves. Mulheres solteiras chefes de domicílio: Mariana 1807 -1822. In: *Associação Nacional de História (ANPUH), XXIV Simpósio Nacional de História*. Anais. São Leopoldo, 2007. p. 5.

<sup>209</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume Editora, 2007. p. 57.

<sup>210</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em momento*, 1998. p. 156.

**Quadro 12: Chefes de domicílio: sexo e estado conjugal - 1831**

LOCALIDADES	Homens						Mulheres					
	ESTADO CONJUGAL											
	Casado	%	Solteiro	%	Viúvo	%	Casada	%	Solteira	%	Viúva	%
N. S. da Conceição de Ibitipoca	14	29,9	1	16,6	1	33,3	1	33,3	--	--	6	40
S. Rita do Ibitipoca	14	29,9	2	33,3	--	--	--	--	--	--	4	26,6
S.Domingos Bocaina	11	20,3	--	--	1	33,3	--	--	--	--	--	--
Santana Garambéu	8	14,8	1	16,6	1	33,3	1	33,3	--	--	5	33,3
Ibertioga	7	12,9	2	33,3	--	--	1	33,3	--	--	--	--
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>85,7</b>	<b>6</b>	<b>9,6</b>	<b>3</b>	<b>4,7</b>	<b>3</b>	<b>16,6</b>	<b>--</b>	<b>--</b>	<b>15</b>	<b>83,4</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

\*Importa-nos destacar que o quadro 12 foi elaborado a partir da análise da composição sociodemográfica das 81 pequenas propriedades que contavam com a presença de um até três escravos em sua composição social. Dessa forma, os dados obtidos referem-se ao perfil dos 81 chefes de domicílio que foram encontrados.

O quadro 12 permitiu-nos constatar que, entre os pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira, houve o predomínio dos homens casados atuando como chefes de domicílio, os quais chegaram a somar 85,7% do total dos proprietários homens que foram analisados. A representatividade dos solteiros e dos viúvos foi demasiadamente baixa, perfazendo, respectivamente, 9,6% e 4,7% dos chefes verificados. Entre as mulheres, houve a superioridade das viúvas, que em conjunto representaram 83,4% das chefes de domicílio que foram contabilizadas. As casadas somaram 16,6%, e nenhuma mulher chefe de domicílio foi designada pela Lista com o *status* de solteira.

A nosso ver, a hegemonia dos chefes homens casados, bem como a supremacia das mulheres viúvas, podem ser explicadas pela própria dinâmica local. Como vimos, o Serra da Mantiqueira era uma região mais afastada dos grandes núcleos mineradores do século XVIII, caracterizava-se por ser um ambiente mais rural, e também pelo desenvolvimento de atividades agropecuárias<sup>211</sup>. Muito provavelmente, as atividades agrícolas e pastoris fizeram parte do cotidiano dos pequenos proprietários por nós analisados, fazendo-se extremamente necessária para manutenção da propriedade, da família, e, quando possível, na troca ou aquisição de outros bens e mercadorias através do excedente de produção.

<sup>211</sup> Nesse sentido, ver: RESENDE, Edna. *Ecos do liberalismo*, 2008. p. 63-65; RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*, 2002. p. 37.

A atividade agrícola, mesmo na mais simples roça de subsistência, demandava ao menos a constituição de uma família e o acesso a terra<sup>212</sup>. Assim, para os homens residentes no meio rural a constituição de uma família, de preferência numerosa, era a condição necessária para tirar da terra o sustento de sua casa. Cuidar de um domicílio e principalmente de uma roça era um trabalho árduo e extenso, e muitas eram as atividades a serem realizadas durante o dia, as quais provavelmente mantinham o proprietário ocupado a maior parte de seu tempo. Irrefutavelmente, o auxílio de uma companheira, de filhos e também de alguns escravos poderia vir a facilitar as tarefas executadas, uma vez que o trabalho não ficaria a cargo de um só indivíduo.

O casamento era tido como o grande responsável por constituir uma nova família, a unidade fundamental de trabalho, produção e organização da sociedade civil. De acordo com François Lebrun, as relações conjugais na Europa pré-capitalista eram governadas por uma dicotomia que colocava em lados opostos o amor e o casamento. Na visão do autor, o ato de se casar era entendido como uma das decisões mais importantes na vida de um indivíduo, pois essa união era o primeiro passo na busca por uma maior estabilidade econômica e social, e justamente por isso não poderia ser fruto de uma escolha ditada pelo amor ou por qualquer outro sentimento. Nas palavras de Lebrun:

“Não se trata de unir dois seres que se escolheram livremente, guiados unicamente pelo amor mútuo, mas de aproximar interesses materiais de duas famílias, de fundar um novo lar suscetível de continuar uma linhagem e de assumir um patrimônio”<sup>213</sup>.

Estudos têm demonstrado que, para a população livre, rural e com poucos recursos, o casamento era tido como um meio de se garantir a sobrevivência e também uma maior estabilidade social. Sheila de Castro Faria, ao estudar a região da Paraíba do Sul no agrofluminense entre os anos de 1750 a 1800, constatou que, para a população pobre, o

---

<sup>212</sup> Para maiores informações, ver: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*, 1995; CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata Mineira (séculos XVII e XIX) In: *Núcleo de História Econômica e Demográfica – UFOP*. Mariana: Série Estudos, 1999; CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e Currais: Produção rural e Mercado interno de Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007; CARRARA, Ângelo Alves. Paisagens rurais de um grande sertão: a margem esquerda do médio São Francisco nos séculos XVIII a XX. In: *Ciência e Trópico*. Recife, vol. 29, pp.61-124, 2001.

<sup>213</sup> LEBRUN, François. Atitudes diante do amor e do casamento em sociedades tradicionais. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 175.

casamento tinha como significado mínimo a associação das condições básicas para a sobrevivência no mundo rural<sup>214</sup>.

De acordo com Hebe Mattos, o projeto de vida do homem pobre no mundo rural era tornar-se um lavrador independente, o que basicamente significava ter uma casa, um cercado e uma roça. Todavia, para que esse projeto pudesse ser concretizado, era fundamental o acesso a terra e ao casamento. Os lavradores tendiam a ser casados e vinculados à região em que viviam em proporções muito maiores do que outras categorias ocupacionais, como as de negociantes, oficiais especializados e assalariados agrícolas. O binômio terra e família dependia de laços bem sedimentados na comunidade, sendo o casamento um nódulo extremamente importante para os planos dos pequenos produtores<sup>215</sup>.

As constatações das autoras supracitadas muito corroboram com o pequeno percentual de homens solteiros e viúvos atuando como chefes de domicílio, além de respaldar o elevado número de proprietários casados presente nas cinco localidades da Serra da Mantiqueira. O baixo percentual de proprietários viúvos pôde ser constatado também por Valter Martins, que, ao analisar os pequenos agricultores de Campinas na primeira metade do século XIX, percebeu que poucos eram os homens viúvos que se mantinham em luto ou solitários por muito tempo. Segundo o autor, o acesso às segundas núpcias foi uma constante na vida destes pequenos proprietários, primeiro por uma razão de sobrevivência, e, segundo, pela necessidade da figura materna na criação e educação dos filhos<sup>216</sup>.

Ao que tudo indica, a preocupação em não ficar só pode ter levado muitos dos pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira a recorrerem ao segundo matrimônio, o que provavelmente explicaria a pequena porcentagem dos chefes viúvos encontrados, além de reforçar a extrema magnitude que a instituição do casamento assumiu no meio rural. Já o baixo percentual de chefes solteiros levou-nos a inferir que também para nossos pequenos proprietários, o acesso a terra e ao casamento eram as condições fundamentais para sobrevivência e permanência na localidade.

Além da importância que o casamento assumiu na vida dos pequenos proprietários rurais, a historiografia tem reconhecido essa instituição como sendo o laço responsável por unir indivíduos *iguais*<sup>217</sup>, o que na sociedade setecentista e oitocentista implicava na união de

---

<sup>214</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em momento*, 1998. p. 63-66.

<sup>215</sup> MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio*, 1998. p. 41-42.

<sup>216</sup> MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: Os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850)*. Campinas: Centro de Memória – UNICAMP, 1996. p. 53.

<sup>217</sup> LEBRUN, François. *A Vida Conjugal no Antigo Regime*. Lisboa, Edições Rolim, s/d. LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar*. Record: Rio de Janeiro, 1993;

duas pessoas que tivessem a mesma *qualidade*<sup>218</sup>. Nesta perspectiva, os casamentos traduzir-se-iam principalmente em relações horizontais, sendo raras as uniões firmadas entre indivíduos de condições sociais heterogêneas. Tais argumentos ratificam os resultados encontrados na Serra da Mantiqueira, uma vez que dos 57 homens e mulheres chefes de domicílio arrolados como casados, apenas um estabeleceu laços matrimoniais com indivíduo de outra condição social<sup>219</sup>. Através desses resultados, constatamos que, assim como na maior parte das sociedades do passado, entre os pequenos proprietários por nós analisados a cor/qualidade também orientou a escolha do parceiro.

No que tange ao grupo das 18 chefes de domicílio contabilizadas, foi-nos possível constatar a supremacia das viúvas e o baixo percentual de mulheres casadas. Decerto, várias podem ter sido as circunstâncias que levaram as mulheres a assumir as responsabilidades de um domicílio, como a morte do marido, a ausência momentânea do companheiro, o abandono, o pedido de divórcio, e até mesmo a própria opção pelo não casamento. Todavia, independente de qual fosse o motivo ou a escolha, cabe-nos ressaltar que muitas foram as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, uma vez que estar à frente de um domicílio poderia significar promover o sustento da família e dos demais parentes e agregados por ventura estivessem presentes.

De acordo com a historiografia, a presença de mulheres chefes de domicílio foi mais assídua nas áreas urbanas. Segundo as constatações de Silvia Brugger, a vida nos grandes centros urbanos era geralmente mais acessível a esta parcela da população, não somente pelas melhores oportunidades de trabalho que poderiam ser encontradas, mas também porque nestas áreas o casamento não era visto como o elemento central na vida dos indivíduos<sup>220</sup>. Constatações semelhantes foram apresentadas por Eni Samara, que, ao estudar as áreas mineradoras do século XVIII, destacou a maior flexibilidade social existente naqueles centros. A vida urbana e a concentração de habitantes das mais diversas origens e condições sociais tornava esse espaço um local mais propício aos desvios de condutas, fazendo com que as estruturas domiciliares encontradas fossem bastante diferentes das verificadas nos campos. Na visão da autora, o solteirismo, o concubinato, a ilegitimidade e principalmente o significativo

---

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998; Para o contexto mineiro ver: BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*, 2002.

<sup>218</sup> Sobre a noção de qualidade no mundo colonial, ver: LARA, Silvia H. *Fragmentos setecentistas*, 2007.

<sup>219</sup> Esse casal era formado por um homem branco e uma mulher mestiça, sendo todas as demais uniões instituídas entre indivíduos que possuíam a mesma cor/qualidade. Para maiores informações, ver: Lista Nominativa de 1831. <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

<sup>220</sup> BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*, 2007. p. 82.

número de mulheres atuando como chefes de domicílio, marcavam o quadro social dos grandes centros das Gerais<sup>221</sup>.

A complexidade das áreas rurais acabava por dificultar a existência de mulheres solteiras na chefia dos fogos. Diferente da flexibilidade e das maiores oportunidades verificadas nos grandes centros urbanos, nas áreas mais rurais da região a constituição de uma família tornava-se a opção mais viável tanto para os homens, quanto para as mulheres residentes nestes locais. Interessante notar, que nos três domicílios em que nos foi possível constatar a presença de mulheres casadas atuando como chefe, o nome do marido não foi listado, permitindo-nos inferir que muito provavelmente essas pequenas proprietárias estavam com os mandos ausentes. Nesse sentido, torna-se possível presumir que embora os maridos dessas senhoras tenham migrado, em busca de melhores condições de vida, para uma região economicamente mais dinâmica, essas mulheres ainda se consideravam formalmente ligadas aos seus companheiros.

Na Serra da Mantiqueira, ao menos no que se refere aos pequenos proprietários das cinco localidades por nós analisadas, podemos inferir que a maioria das mulheres que atuavam como chefes de domicílio somente o faziam após a morte de seus maridos, e em alguns poucos casos, na ausência dos mesmos. Essas mulheres tinham a incumbência de cuidar da casa e dos filhos, bem como de salvaguardar os bens da família. Algumas viúvas acabavam por herdar de seus maridos o capital acumulado ao longo de suas vidas, o que muito poderia ajudar no sustento e na manutenção do domicílio dessas proprietárias. O prestígio social do casamento fez com que as mulheres viúvas, e também as mulheres casadas que estavam com os mandos ausentes, pudessem desfrutar de uma estabilidade econômica e social maior do que as das mulheres solteiras. O matrimônio foi, certamente, um dos meios utilizados por essas proprietárias para acumular bens materiais e prestígio social. Fator que não exclui a possibilidade que muitas mulheres viúvas e solteiras tinham de acumular bens e escravos, mesmo sem a presença de um cônjuge ou de outra figura masculina<sup>222</sup>.

No que se refere à idade dos 81 pequenos proprietários analisados, constatamos que entre os homens as idades mais recorrentes variaram entre os 20 e 45 anos, chegando a representar 71,7% dos chefes homens que foram arrolados pelas Listas de 1831. As mulheres apresentaram idade superior a dos homens, pois a maior parte das pequenas proprietárias da

---

<sup>221</sup> SAMARA, Eni de Mesquita 1999. *Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais*. Estudos CEDHAL n° 10, Humanistas, São Paulo, 1999. p. 30.

<sup>222</sup> BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*, 2007. p. 92.

Serra da Mantiqueira possuíam idades variáveis entre 50 e 74 anos (76,3%)<sup>223</sup>. Os números encontrados coincidem com o estado civil desses homens e mulheres, pois, como vimos no quadro 12, 83,4% das mulheres chefes de domicílio eram viúvas e, conseqüentemente, acabavam por assumir chefia de seus lares em idades já mais avançadas. Os homens, majoritariamente casados, apresentaram idades menos elevadas, dado que, ainda jovens, estavam a vivenciar uma fase diferente em seus ciclos de vida<sup>224</sup>.

Além de apresentar informações referentes ao sexo, idade e ao estado conjugal destes pequenos proprietários, as Listas Nominativas de 1831 permitiu-nos averiguar também a cor/qualidade dos chefes de domicílio que estavam presentes nas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina. Assim, foi-nos possível constatar que dos 63 proprietários homens que foram analisados, 47 eram brancos e 16 eram livres de cor. Dentre estes últimos, constatamos a presença de 15 pardos e um crioulo. Já no que se refere às pequenas proprietárias locais, foram contabilizadas oito mulheres brancas e oito mulheres livres de cor, sendo que entre as chefes livres cor havia oito mulheres pardas e duas crioulas:

**Quadro 13: Chefes brancos e livres de cor – 1831**

LOCALIDADES	Homens						Mulheres					
	COR/ QUALIDADE											
	Branco	%	Pardo	%	Crioulo	%	Branca	%	Parda	%	Crioula	%
<b>N. S. da Conceição de Ibitipoca</b>	12	19	3	4,7	1	1,5	2	11,1	5	27,7	--	--
<b>S. Rita do Ibitipoca</b>	12	19	4	6,3	--	--	4	22,2	--	--	--	--
<b>S.Domingos Bocaina</b>	10	15,8	2	3,1	--	--	--	--	--	--	--	--
<b>Santana Garambéu</b>	8	12,6	2	3,1	--	--	2	11,1	2	11,1	2	11,1
<b>Ibertioga</b>	5	7,9	4	6,3	--	--	--	--	1	5,5	--	--
<b>TOTAL</b>	<b>47</b>	<b>74,7</b>	<b>15</b>	<b>23,8</b>	<b>1</b>	<b>1,5</b>	<b>8</b>	<b>44,4</b>	<b>8</b>	<b>44,4</b>	<b>2</b>	<b>11,1</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

\*Importa-nos destacar que o quadro 13 foi elaborado a partir da análise da composição sociodemográfica das 81 pequenas propriedades com a presença de um até três escravos em sua composição social. Dessa forma, os dados obtidos referem-se ao perfil dos 81 chefes de domicílio que foram encontrados.

<sup>223</sup> Dados encontrados na Lista Nominativa de 1831, as quais encontram-se disponíveis no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

<sup>224</sup> Apesar de não existirem dados precisos com relação aos padrões de mortalidade para os séculos XVIII e XIX, os indivíduos com idade superior os 46 anos já poderiam ser considerados idosos. Nesse sentido, ver: BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*, 2007. p. 82.

O quadro 13 permitiu-nos perceber que os pequenos proprietários homens que se encontravam presentes na Serra da Mantiqueira eram predominantemente brancos (74,7%), havendo uma pequena porcentagem de chefes de domicílio pardos (23,8%). Como bem se sabe, a aquisição de bens materiais e escravos também esteve ao alcance dos homens e mulheres livres de cor. Mas ainda que esses indivíduos tivessem a oportunidade de alcançar certa autonomia e mobilidade econômica, decerto, a propriedade de terras, bem como a aquisição da mão de obra cativa foi usualmente mais acessível aos indivíduos brancos<sup>225</sup>.

Mas se a aquisição de bens e escravos também esteve ao alcance dos homens e mulheres livres de cor, pergunta-se: Qual seria o perfil dos cativos que eram adquiridos por esses pequenos proprietários? Seriam estes mancipios predominantemente crianças, mulheres e idosos, por ser a mão de obra mais barata e acessível do mercado? A maior dificuldade enfrentada pelos proprietários livres de cor refletir-se-ia na quantidade de cativos encontrados em seus domicílios? Buscando responder a essas questões, julgamos pertinente analisar as escravarias dos pequenos proprietários brancos e dos pequenos proprietários livres de cor que se encontravam presentes na Serra da Mantiqueira no ano de 1831:

**Quadro 14: Chefes homens brancos e livres de cor: número de escravos por propriedade - 1831**

LOCALIDADES	Chefes brancos						Chefes livres de cor					
	Número de escravos por propriedade											
	1 escravo		2 escravos		3 escravos		1 escravo		2 escravos		3 escravos	
	Nº de chefes	%	Nº de chefes	%	Nº de chefes	%	Nº de Chefes	%	Nº de chefes	%	Nº de chefes	%
N. S. da Conceição de Ibitipoca	6	12,7	3	6,3	3	6,3	1	6,2	1	6,2	2	12,5
S. Rita do Ibitipoca	2	4,2	3	6,3	7	14,8	2	12,5	1	6,2	1	6,2
S.Domingos Bocaina	5	10,6	3	6,3	2	4,2	1	6,2	1	6,2	--	--
Santana Garambéu	5	10,6	3	6,3	--	--	1	6,2	1	6,2	--	--
Ibertioga	3	6,3	2	4,2	--	--	2	12,5	1	6,2	1	6,2
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>44,7</b>	<b>14</b>	<b>29,8</b>	<b>12</b>	<b>25,5</b>	<b>7</b>	<b>43,8</b>	<b>5</b>	<b>31,2</b>	<b>4</b>	<b>25</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

<sup>225</sup> Nesse sentido, ver: COSTA, Iraci. *Arraia Miúda*, 1992; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em momento*, 1998. p. 103; MACHADO. Cacilda. *Cor e Hierarquia no Brasil escravista*, 2008. p. 55.

Dentre os 47 pequenos proprietários brancos (Quadro 13), contabilizamos 21 (44,7%) fogos com a presença de um cativo, 14 (29,8%) com dois escravos e 12 (25,5) com três mancípios. No que se refere à estrutura de posse encontrada entre os proprietários homens livres de cor, verificamos resultados bastante similares em termos de porcentagem (Quadro 14): foram contabilizados sete (43,8%) fogos com a presença de um escravo, cinco (31,2%) com dois cativos e quatro (25%) domicílios com a posse de três mancípios. Tais números permitiu-nos perceber que, tanto nas propriedades dos chefes livres de cor, quanto nos domicílios chefiados por homens brancos, houve a supremacia dos proprietários com a posse de apenas um cativo.

O perfil dos mancípios que se encontravam sob a posse desses indivíduos também apresentou características semelhantes. O quadro 15 e o quadro 16 apresentam, de maneira mais geral, o perfil dos escravos que foram contabilizados nas propriedades dos chefes homens brancos, e o perfil dos cativos que se encontravam sob a posse dos proprietários homens livres de cor:

**Quadro 15: Perfil dos escravos dos pequenos proprietários homens brancos - 1831**

LOCALIDADES	PERFIL DOS ESCRAVOS						
	Sexo		Origem		Idades		
	Homens	Mulheres	Nacionais	Africanos	Crianças (0-14 anos)	Adultos (15-44 anos)	Idosos (45 ou mais)
N. S. da Conceição de Ibitipoca	15	6	11	10	7	13	1
S. Rita do Ibitipoca	15	14	12	17	9	17	3
S.Domingos Bocaina	10	9	16	3	9	10	--
Santana Garambéu	6	5	6	5	3	6	2
Ibertioga	4	3	1	6	3	4	--
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>37</b>	<b>46</b>	<b>41</b>	<b>31</b>	<b>50</b>	<b>6</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014. \*Importa-nos destacar que o quadro 15 foi elaborado a partir da análise da composição sociodemográfica das 47 pequenas propriedades que eram chefiadas por homens brancos. Dessa forma, os dados obtidos referem-se ao perfil dos escravos que se encontravam sob a posse dos 47 chefes de domicílio homens brancos que foram contabilizados nas cinco localidades.

Nas pequenas propriedades chefiadas por indivíduos brancos, contabilizamos um total de 87 cativos, sendo 50 homens e 37 mulheres. Desses mancípios, 46 escravos eram nativos,

isto é, crioulos, pardos ou mestiços, e 41 eram africanos. Havia 31 crianças (0-14 anos), 50 adultos (15-44 anos) e apenas seis mancípios idosos (com idade igual ou superior a 45 anos). Nos domicílios que eram chefiados por homens livres de cor, foi-nos possível constatar um total de 29 cativos, dos quais 18 eram homens e 11 eram mulheres. Nestas propriedades foram contabilizados 17 escravos nacionais e 12 africanos. No que se refere à idade dos mancípios encontrados, foram arrolados oito crianças (0-14 anos), 19 adultos (15-44 anos) e apenas dois escravos idosos (acima de 45 anos). O quadro 16 nos permite melhor visualizar a informações descritas:

**Quadro 16: Perfil dos escravos dos pequenos proprietários homens livres de cor - 1831**

LOCALIDADES	PERFIL DOS ESCRAVOS						
	Sexo		Origem		Idades		
	Homens	Mulheres	Nacionais	Africanos	Crianças (0-14 anos)	Adultos (15-44 anos)	Idosos (45 ou mais)
N. S. da Conceição de Ibitipoca	5	4	8	1	2	7	--
S. Rita do Ibitipoca	5	2	3	4	1	4	2
S.Domingos Bocaina	3	--	2	1	1	2	--
Santana Garambéu	2	1	--	3	1	2	--
Ibertioga	3	4	3	4	3	4	--
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>19</b>	<b>2</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014. \*Importa-nos destacar que o quadro 16 foi elaborado a partir da análise da composição sociodemográfica das 16 pequenas propriedades que eram chefiadas por homens livres de cor. Dessa forma, os dados obtidos referem-se ao perfil dos escravos que se encontravam sob a posse dos 16 chefes de domicílio homens livres de cor que foram contabilizados nas cinco localidades.

Como podemos perceber, as propriedades chefiadas por homens brancos e por homens livres de cor apresentaram características bastante semelhantes, com um relativo equilíbrio sexual entre os cativos, uma pequena superioridade dos escravos nacionais frente aos africanos, e o predomínio de mancípios adultos, ou seja, daqueles indivíduos com idades variáveis entre 15 e 44 anos (Quadros 15 e 16). Em termos de porcentagem, foi-nos possível constatar que 57,5% dos escravos que se encontravam presentes nas propriedades dos chefes brancos eram homens, e 42,5% eram mulheres. Desses mancípios, 52,9% eram nacionais e 47,1% eram africanos. Nesse contexto as crianças somaram 35,6%, os adultos 57,5% e os

idosos apenas 6,9% dos 87 escravos contabilizados. No que se refere aos cativos pertencentes aos proprietários livres de cor, foi-nos possível perceber que os homens representaram 62,1% dos escravos encontrados, e as mulheres 37,9% dos mesmos. Nessas propriedades também houve a superioridade dos mancípios nacionais, que perfizeram 58,6% dos escravos arrolados, enquanto os africanos somaram 41,4%. Desses escravos 27,6% eram crianças, 65,5% eram adultos e apenas 6,9% eram idosos.

No que compete as 18 pequenas proprietárias mulheres que foram contabilizadas (Quadro 13), foi-nos possível perceber uma pequena superioridade das chefes livres de cor, uma vez que essas somaram 55,6% do total (dez proprietárias), enquanto as chefes brancas perfizeram 44,4% (oito proprietárias). O quadro 17 nos permite verificar o número de escravos que se encontravam presentes nos fogos dessas pequenas proprietárias:

**Quadro 17: Chefes mulheres brancas e livres de cor: número de escravos por propriedade - 1831**

LOCALIDADES	Chefes brancas						Chefes livres de cor					
	Número de escravos por propriedade											
	1 escravo		2 escravos		3 escravos		1 escravo		2 escravos		3 escravos	
	Nº de Chefes	%	Nº de chefes	%	Nº de Chefes	%	Nº de chefes	%	Nº de chefes	%	Nº de Chefes	%
N. S. da Conceição de Ibitipoca	--	--	1	12,5	1	12,5	1	10	2	20	2	20
S. Rita do Ibitipoca	1	12,5	--	--	3	37,5	--	--	--	--	--	--
S.Domingos Bocaina	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santana Garambéu	2	25	--	--	--	--	2	20	1	10	1	10
Ibertioga	--	--	--	--	--	--	1	10	--	--	--	--
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>37,5</b>	<b>1</b>	<b>12,5</b>	<b>4</b>	<b>50</b>	<b>4</b>	<b>40</b>	<b>3</b>	<b>30</b>	<b>3</b>	<b>30</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

\*Importa-nos destacar que o quadro 17 foi elaborado a partir da análise da composição sociodemográfica das 18 pequenas propriedades que eram chefiadas por mulheres brancas e livres de cor.

A maior participação de mulheres livres de cor atuando como chefes de domicílio corroboram com os resultados verificados por Romilda Oliveira e Donald Ramos. Romilda Oliveira, ao examinar a região de Mariana entre os anos de 1831-32, constatou que a maior

parte das mulheres chefes de domicílio eram pardas<sup>226</sup>. Donald Ramos, ao analisar a estrutura dos fogos de Vila Rica na primeira metade do século XIX, pôde constatar a maior participação de mulheres mulatas como chefes de domicílio. Para o ano de 1804, o autor verificou que 38,2% dos fogos eram chefiados por mulatas, sendo esta proporção ainda maior em 1838, quando a atuação destas mulheres passou a abranger 52,2% dos domicílios analisados<sup>227</sup>. A maior participação de mulheres livres de cor atuando como chefes de domicílio foi observada também por Vanda Lúcia Praxedes e Dora Costa que, por meio das Listas Nominativas de 1831-32, confirmaram que em Minas Gerais os fogos chefiados por mulheres estavam, principalmente, sob a responsabilidade de pardas e crioulas<sup>228</sup>.

Assim como os escravos pertencentes aos pequenos proprietários homens (Quadros 15 e 16), o perfil dos cativos que se encontravam sob a posse das pequenas proprietárias brancas e livres de cor também apresentaram características bastante semelhantes: houve um relativo equilíbrio sexual entre os cativos, a superioridade numérica dos escravos africanos entre as proprietárias brancas, o predomínio dos cativos nacionais entre as mulheres livres de cor, e a supremacia de mancipios adultos nos dois grupos analisados.

---

<sup>226</sup> Ao analisar as Listas Nominativas de 1831-32, Romilda de Oliveira pôde constatar o predomínio de mulheres pardas atuando como chefes de domicílio. Nos estudos da autora, as pardas representaram 40,4% das chefes analisadas, seguidas pelas negras (33,7%) e pelas mulheres brancas (24,71%). Para maiores informações, ver: OLIVEIRA, Romilda Alves. *Mulheres solteiras chefes de domicílio*, 2007. p. 12.

<sup>227</sup> RAMOS, Donald. *A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto*, 1990. p. 158

<sup>228</sup> PRAXEDES, Vanda Lúcia. *Donas da casa e dos seus: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais. (1770-1870)*. In: *História Econômica e demografia histórica. – Família e cotidiano em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX*. 2003. p. 3; COSTA, Dora Isabel Paiva. *As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais*, 1998. p. 36.

**Quadro 18: Perfil dos escravos das pequenas proprietárias mulheres brancas -**

**1831**

LOCALIDADES	PERFIL DOS ESCRAVOS						
	Sexo		Origem		Idades		
	Homens	Mulheres	Nacionais	Africanos	Crianças (0-14 anos)	Adultos (15-44 anos)	Idosos (45 ou mais)
N. S. da Conceição de Ibitipoca	2	3	4	1	1	2	2
S. Rita do Ibitipoca	5	5	2	8	2	5	3
S.Domingos Bocaina	--	--	--	--	--	--	--
Santana Garambéu	2	2	2	2	1	3	--
Ibertioga	--	--	--	--	--	--	--
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>5</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.  
\*Importa-nos destacar que o quadro 18 foi elaborado a partir da análise da composição sociodemográfica das oito pequenas propriedades que eram chefiadas por mulheres brancas. Dessa forma, os dados obtidos referem-se ao perfil dos escravos que se encontravam sob a posse das oito chefes de domicílio mulheres brancas que foram contabilizados nas cinco localidades.

**Quadro 19: Perfil dos escravos das pequenas proprietárias mulheres livres de cor**

**- 1831**

LOCALIDADES	PERFIL DOS ESCRAVOS						
	Sexo		Origem		Idades		
	Homens	Mulheres	Nacionais	Africanos	Crianças (0-14 anos)	Adultos (15-44 anos)	Idosos (45 ou mais)
N. S. da Conceição de Ibitipoca	6	5	8	3	2	8	1
S. Rita do Ibitipoca	--	--	--	--	--	--	--
S.Domingos Bocaina	--	--	--	--	--	--	--
Santana Garambéu	3	4	4	3	4	3	--
Ibertioga	1	--	--	1	--	--	1
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>2</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.  
\*Importa-nos destacar que o quadro 19 foi elaborado a partir da análise da composição sociodemográfica das dez pequenas propriedades que eram chefiadas por mulheres livres de cor. Dessa forma, os dados obtidos referem-se ao perfil dos escravos que se encontravam sob a posse das dez chefes de domicílio mulheres livres de cor que foram contabilizados nas cinco localidades.

Tais resultados permitiu-nos inferir que, ainda que a aquisição de um ou mais cativos fosse mais frequente entre os homens e mulheres brancos<sup>229</sup>, nas cinco localidades da Serra da Mantiqueira o acesso a mão de obra escrava também fez parte na realidade vivenciada pelos pequenos proprietários pardos e crioulos, fossem eles homens ou mulheres. Nesse sentido, tomando como base a estrutura de posse e o perfil dos mancípios encontrados nos fogos de ambos os grupos sociais analisados, partimos do pressuposto que a principal diferença entre estes chefes não esteve respaldada na distinção econômica, mas, sim, no “estigma” que a cor/qualidade de um indivíduo poderia vir a representar na vida pessoal e principalmente na vida social desses homens e mulheres livres e de cor<sup>230</sup>.

### 2.1.2 – Os escravos das pequenas propriedades da Serra da Mantiqueira:

Ainda hoje, um dos aspectos mais discutidos sobre a escravidão no Brasil diz respeito ao crescimento da população escrava. O tráfico de escravos e a reprodução natural foram os grandes responsáveis pela reposição da mão de obra cativa necessária à manutenção e principalmente à ampliação das escravarias<sup>231</sup>. Decerto, as proporções de cativos importados e o crescimento da população mancípia variavam conforme a região, e também de acordo com o tipo de produção presente em cada propriedade. Nesse sentido, tomando como base o conjunto de proprietários por nós analisados, ou seja, aqueles homens e mulheres que contavam com a posse de um até três cativos em suas unidades produtivas, pergunta-se: Qual seria o perfil dos escravos que estavam sendo adquiridos por estes pequenos proprietários? Como estes indivíduos buscavam repor a mão de obra cativa existente em seus domicílios? O tráfico de escravos foi um mecanismo de reposição utilizado somente pelos grandes

---

<sup>229</sup> Cacilda Machado, ao analisar a região do Paraná constatou que os domicílios dos livres de cor tendiam a ser menores, uma vez que aparentemente os proprietários brancos tinham uma maior capacidade de comportar parentes, agregados e incorporar escravos em suas residências. Nesse sentido, ver: MACHADO, Cacilda. *Cor e Hierarquia no Brasil escravista 2008*, p. 11.

<sup>230</sup> Muitos estudos têm demonstrado que a tonalidade da pele mais do que designar a cor/qualidade de um indivíduo, era a grande responsável por indicar o lugar social e econômico ocupado por esses homens e mulheres pardos, crioulos, africanos e mestiços livres. A designação que era atribuída à cor da pele de um indivíduo poderia depender das estratégias de trabalho, das relações familiares, das inserções em redes de socialização dentre muitos outros fatores. Desta forma, cabe-nos entender a cor/qualidade de um indivíduo não como um atributo fixo, mas sim como um indicador social passível de alterações. Nesse sentido, ver: MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades*, 2008. p. 127; FERREIRA, Roberto Guedes. *Egressos do Cativo*, 2008. p. 45; LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 30; LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas*, 2007. p. 143.

<sup>231</sup> Importa-nos ressaltar que não temos o intuito de discutir sobre qual foi o principal mecanismo utilizado para a reposição da mão de obra cativa em Minas Gerais, visto que este diálogo historiográfico já foi realizado no decorrer do primeiro capítulo deste trabalho. No presente momento, nosso principal objetivo consiste em compreender como se dava a reposição dessa mão de obra nas pequenas unidades produtivas das cinco localidades por nós analisadas, buscando explicações plausíveis e capazes de justificar os resultados encontrados.

proprietários locais, ou esta foi uma realidade vivenciada também pelos pequenos produtores da Serra da Mantiqueira?

De acordo com Jonis Freire, uma das perspectivas historiográficas acerca da reposição da mão de obra cativa é a que busca no tráfico atlântico a resposta para o aumento do número de escravos presentes em uma determinada propriedade. A outra vertente analítica é a que leva em consideração a reprodução natural dos mancipios, afirmando que o aumento do contingente escravo se dava por meio do crescimento vegetativo da população<sup>232</sup>. Mas, segundo as constatações de Freire, isoladamente, nenhuma das duas vertentes mostra-se apropriada para explicar o crescimento da população mancipia em localidades de economia menos aquecida, pois tal crescimento somente poderá ser compreendido se percebermos que esses dois processos se alternavam de acordo com as diferentes conjunturas econômicas e sociais, e que os mecanismos de reposição supramencionados podem não ter sido excludentes, mas, sim, complementares<sup>233</sup>.

Nas pequenas propriedades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina contabilizamos um total de 154 escravos entre crianças, adultos e idosos. Destes cativos, 72 foram arrolados como africanos e 82 como nacionais, dentre eles, 74 crioulos, sete pardos e apenas um mestiço. O quadro abaixo apresenta a origem e a razão de sexo dos cativos encontrados nas 81 pequenas unidades produtivas analisadas:

---

<sup>232</sup> FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil, 2009. p. 83-84.

<sup>233</sup> FREIRE, Jonis. Op. cit., 2009. p. 83-86.

**Quadro 20: Escravos dos pequenos proprietários: origem e razão de sexo - 1831**

LOCALIDADES	ORIGEM E RAZÃO DE SEXO DOS ESCRAVOS							
	Africanos		Crioulos		Pardos		Mestiços	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
N. S. da Conceição de Ibitipoca	10	5	17	12	1	--	--	1
S. Rita do Ibitipoca	20	9	4	11	1	1	--	--
S. Domingos Bocaina	3	1	9	8	1	--	--	--
Santana Garambéu	9	4	3	8	1	--	--	--
Ibertioga	6	5	1	1	1	1	--	--
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>	<b>24</b>	<b>34</b>	<b>40</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>--</b>	<b>1</b>
<b>RAZÃO DE SEXO</b>	<b>200</b>		<b>85</b>		<b>250</b>		<b>0</b>	

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

\*Importa-nos destacar que o quadro 20 foi elaborado a partir da análise da composição sociodemográfica das 81 pequenas escravarias que se encontravam presentes nas cinco localidades por nós analisadas. \* Cabe-nos esclarecer que as razões de sexo são calculadas dividindo-se o número de homens pelo número de mulheres de uma dada população e multiplicando o resultado por cem. Lê-se o resultado como a expressão o número de homens para cada 100 mulheres. Neste sentido, se o resultado for igual ou próximo a 100, podemos concluir o equilíbrio dos sexos; valores menores do que 100 mostram predomínio feminino, enquanto que os valores superiores a 100 revelam predomínio masculino.

Os cativos que compunham as 81 pequenas propriedades por nós analisadas eram predominantemente homens, os quais chegaram a representar 56,5% da população mancípia total, enquanto as mulheres somaram 43,5% dos escravos analisados. No que concerne à origem destes mancípios, verificamos proporções bastante semelhantes entre o número de escravos africanos e nacionais (crioulos, pardos e mestiços), com 72 cativos oriundos da África (46,8%) e 82 mancípios nacionais (53,2%). Houve um maior desequilíbrio sexual entre os africanos, pois dos 72 escravos contabilizados 48 eram homens (66,7%) e apenas 24 eram mulheres (33,3%). Situação distinta pôde ser observada entre os cativos nacionais, uma vez que dos 82 escravos que foram arrolados pelas Listas de 1831, 39 eram homens (47,6%) e 43 eram mulheres (52,4%).

Tais resultados permitiu-nos aventar a hipótese de que tanto o tráfico de escravos quanto a reprodução natural contribuíram de forma significativa para a reposição da mão de obra cativa nas cinco localidades por nós analisadas<sup>234</sup>. Outro indício de que o tráfico de

<sup>234</sup> Estudos têm demonstrado que o maior desequilíbrio sexual existente entre os cativos africanos pode ser considerado como uma consequência direta do tráfico de escravos, visto que através desse comércio buscava-se adquirir principalmente mancípios africanos homens e em idade produtiva. Já o maior equilíbrio sexual verificado entre os cativos nacionais (crioulos, pardos e mestiços) apontam, sobretudo,

escravos e a reprodução natural aturam de forma complementar, pôde ser percebida ao se analisar a idade dos mancípios que se encontravam presente nas pequenas unidades produtivas da Serra da Mantiqueira. Nesse sentido, para melhor analisar o perfil dos escravos, separamos os mancípios listados de acordo com a seguinte classificação: as crianças correspondem a todos aqueles cativos com idades variáveis entre zero e 14 anos; os escravos adultos em idade produtiva foram enquadrados na faixa etária de 15 a 44 anos; e os idosos foram considerados como aqueles mancípios com idade igual ou superior a 45 anos<sup>235</sup>.

**Quadro 21: Faixa etária dos escravos – 1831**

LOCALIDADES	Crianças				Adultos				Idosos			
	Africanas	%	Nacionais	%	Africanas	%	Nacionais	%	Africanas	%	Nacionais	%
N. S. da Conceição de Ibitipoca	3	25	9	75	12	40	18	60	1	25	3	75
S. Rita do Ibitipoca	4	33,3	8	66,7	18	69,2	8	30,8	7	87,5	1	12,5
S. Domingos Bocaina	--	--	10	100	4	33,3	8	66,7	--	--	--	--
Santana Garambéu	3	33,3	6	66,7	8	57,1	6	42,9	2	100	--	--
Ibertioga	2	50	4	50	7	87,5	1	12,5	1	100	--	--
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>24,5</b>	<b>37</b>	<b>75,5</b>	<b>49</b>	<b>54,4</b>	<b>41</b>	<b>45,6</b>	<b>11</b>	<b>73,3</b>	<b>4</b>	<b>26,7</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

\*Importa-nos destacar que o quadro 21 foi elaborado a partir da análise da faixa etária dos 154 escravos que se encontravam presentes nas 81 pequenas escravarias por nós analisadas.

A classificação adotada permitiu-nos constatar que 58,4% dos escravos que se encontravam presentes nos domicílios analisados possuíam idades variáveis entre 15 e 44 anos, isto é, estavam em plena idade produtiva. Entre os africanos, houve o predomínio de mancípios adultos, os quais chegaram a representar 68,1% dos 72 cativos analisados, enquanto as crianças somaram apenas 16,7% dos mesmos. No que diz respeito aos escravos nacionais (crioulos, pardos e mestiços) foi-nos possível perceber um maior equilíbrio entre o número de mancípios crianças e adultos, uma vez que esses cativos representaram 45,1% e 50% dos escravos analisados respectivamente. Mas, se a superioridade de cativos homens

---

para a reprodução natural da população cativa. Para maiores informações, ver: FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>235</sup> Para melhor caracterizar os escravos que se encontravam presentes nas 81 pequenas propriedades analisadas, optamos por seguir a classificação etária utilizada por Stuart Schwartz. Para maiores informações, ver: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*, 1988. p. 127.

adultos e em idade produtiva pode ser o indicativo de que esses pequenos proprietários tiveram acesso ao tráfico de escravos, o predomínio de crianças nacionais (75,5%) (Quadro 21) nos forneceu os subsídios necessários para afirmar que a reprodução natural também foi um dos mecanismos utilizados para manutenção e/ou mesmo ampliação das pequenas escravarias de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina<sup>236</sup>.

Como vimos, a reprodução natural e o tráfico de escravos foram mecanismos complementares, e ambos contribuíram para reposição da mão de obra cativa nas pequenas propriedades analisadas. No entanto, tomando como base o fato de que os domicílios por nós analisados contavam com a presença de um até três cativos em sua composição social, e que nem todos os proprietários que detinham a posse de três mancípios contavam com a presença de um homem, uma mulher e uma criança, como explicar o elevado número de infantes nacionais entre os 154 escravos contabilizados?

Carlos Malaquias, ao analisar os pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, entre o final do século XVIII e meados do século XIX, destacou que muitos dos infantes nacionais (crioulos, pardos e mestiços) poderiam não ter sido gerados nas escravarias por ele analisadas, ou seja, não necessariamente eram o fruto do relacionamento ou do envolvimento entre os cativos, mas, sim, de herança e/ou dotes que haviam sido recebidos por esses pequenos proprietários<sup>237</sup>. Tal assertiva poderia ser empregada também para a Serra da Mantiqueira, mas, como não dispomos de fontes capazes de comprovar essa alegação, permanecemos apenas no campo das especulações.

De acordo com Jonis Freire, a presença de mancípios idosos pode ser considerada como característica de uma população cativa com baixas taxas de fecundidade e/ou altas taxas de imigração, além de poder atuar como o indicador do desenvolvimento da economia local<sup>238</sup>. No que tange as cinco localidades por nós analisadas verificamos que, apesar de pouco expressivo, entre os 154 escravos que foram arrolados pelas Listas Nominativas de 1831, 15 eram idosos, com 11 africanos e quatro cativos nacionais.

Para Freire, o maior número de idosos africanos pode indicar que anteriormente já havia uma predileção por escravos oriundos da África, os quais, apesar das agruras do

---

<sup>236</sup> Para maiores informações, ver: MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*, 1999, p. 262; PAIVA, Clotilde Andrade & BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e espaço no século XIX mineiro*, 1995, p. 103.

<sup>237</sup> MALAQUIAS Carlos de Oliveira. *Trabalho, família e escravidão: os pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do século XIX*. (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte, 2010. p. 141.

<sup>238</sup> FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*, 2009. p. 131-132.

cativo, conseguiram alcançar idades mais avançadas<sup>239</sup>. Além disso, a presença de escravos idosos pode ser o indicativo de que a capacidade mercantil de alguns desses pequenos proprietários era a tal ponto reduzida que eles não conseguiam passar do primeiro ou do segundo mancípio, mantendo-os em suas propriedades até o fim de suas vidas<sup>240</sup>. Já a presença de idosos nacionais possibilitou-nos denotar, novamente, caso os mesmos tenham nascido nas ditas localidades, que a reprodução natural esteve presente entre as estratégias adotadas pelos 81 pequenos proprietários analisados<sup>241</sup>.

O maior percentual de idosos africanos, bem como a presença de crianças e mulheres provenientes da África, poderia nos levar a inferir, tal como constatou Márcia Mendes Motta, que o baixo valor destes cativos no mercado fez com que os pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira buscassem investir suas economias principalmente na compra desses mancípios<sup>242</sup>. Todavia, entre os 154 escravos contabilizados, houve a supremacia de cativos africanos homens e em idade produtiva, o que nos levou a deduzir que os pequenos proprietários por nós analisados buscaram investir também na força de trabalho mais apta e capacitada do mercado, ainda que essa aquisição pudesse demandar mais tempo e esforço. A nosso ver, o predomínio de cativos adultos, em idade produtiva e do sexo masculino, que em síntese, era o melhor investimento que o dinheiro poderia vir a oferecer naqueles tempos<sup>243</sup>, assinala a preferência por escravos imediatamente produtivos, demonstrando-nos que a racionalidade dos pequenos proprietários analisados parece ter sido a do máximo aproveitamento dessa mão de obra, visto que a aquisição de um ou mais mancípios era um grande investimento, principalmente no que diz respeito a esta parcela da população.

Além da preferência por escravos imediatamente produtivos, devemos levar em consideração que o maior percentual de cativos africanos homens e em idade produtiva pode

---

<sup>239</sup> FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*, 2009. p. 131.

<sup>240</sup> Importa-nos destacar que, ainda que essa hipótese pudesse ser comprovada, as Listas Nominativas de Habitantes retratam um momento específico no tempo e no espaço, e justamente por isso, os dados encontrados para o ano de 1831 não necessariamente seriam os mesmos dos períodos anteriores ou dos anos subsequentes a essa data.

<sup>241</sup> Nesse sentido, ver: FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*, 2009. p. 131.

<sup>242</sup> Segundo Márcia Mendes Motta, os escravos africanos homens e em idade produtiva eram considerados mais aptos ao trabalho do que os africanos idosos, mulheres e crianças, tendo, conseqüentemente, um valor aquisitivo mais elevado no mercado. Dessa forma, a autora constatou que a aquisição de cativos homens adultos era pouco recorrente entre a população menos abastada, restando a estes pequenos proprietários a compra de mancípios africanos em idades mais avançadas, bem como de mulheres e crianças. Para maiores informações, ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas "bandas d'além"*, 1989.

<sup>243</sup> Mônica Ribeiro de Oliveira, por meio da análise de uma série de inventários *post-mortem*, constatou que mesmo nas unidades produtivas mais pobres, os investimentos resultantes do trabalho, apesar de pequeno, eram preferivelmente destinados a compra de escravos. Para maiores informações, ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família*, 1999.

ter sido o reflexo das diferentes fases de vida em que se encontravam os 81 pequenos proprietários analisados. De acordo com Herbert Gutman, a idade do proprietário repercutir-se-ia diretamente na composição social de sua escravaria, uma vez que os chefes mais jovens eram mais aptos ao trabalho do que os homens e mulheres com idades mais avançadas<sup>244</sup>. Dessa forma, torna-se plausível supor que um proprietário ainda jovem e no começo de sua vida recorresse com muito mais frequência ao mercado de escravos, visto que o mesmo estava vivendo um momento de investimento e montagem de sua unidade produtiva.

Tal argumento muito condiz com o perfil dos pequenos proprietários por nós analisados, pois como vimos, a maior parte dos domicílios que contavam com a posse de um até três cativos eram chefiados por homens jovens e casados (Quadro 12). Todavia, para além da idade em que se encontrava o proprietário de escravos, devemos levar em consideração o fato de que entre os anos de 1830 e 1831, houve um significativo aumento do número de escravos africanos em todo país<sup>245</sup>. Segundo Laird Bergad, os anos de 1820 e 1830 foram marcados pelo aumento do número de escravos africanos, ou seja, pela a reanimação do comércio escravagista em pequena escala<sup>246</sup>. Dessa forma, embora Bergad considere que a reprodução natural foi a via mais utilizada para reposição da mão de obra cativa em Minas Gerais, destacou que a reanimação do tráfico internacional muito contribuiu para entrada de escravos africanos no período supracitado, o que conseqüentemente se repercutiu nos anos posteriores a esta data. A maior importação de escravos africanos nesse período pôde ser comprovada também por João Fragoso que, ao analisar o tráfico de escravos no século XIX, constatou que entre os anos de 1822 a 1833, Minas Gerais absorveu 48,4% dos escravos que foram despachados pela Corte<sup>247</sup>.

Tomando como base as constatações dos autores supracitados, aventamos a hipótese de que a Comarca do Rio das Mortes, uma das áreas mais dinâmicas de Minas Gerais, pode ter absorvido muitos dos escravos africanos que estavam chegando à região. Dessa forma, ainda que a maior parte dos cativos que chegavam as Gerais fossem logo encaminhados aos os grandes centros da Província, é possível que esse período de importação tenha beneficiado também alguns dos pequenos proprietários presentes na região. Entre os anos mencionados, a

---

<sup>244</sup> GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Pantheon Books [Random House], 1976.

<sup>245</sup> Nesse sentido, ver: BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica*, 2004; FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura*, 1992; FRAGOSO, João; FERREIRA, Roberto Guedes. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. In: BOTELHO, Tarcísio R. (Org.) *História Quantitativa e Serial: um balanço*. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2001, p. 239-278.

<sup>246</sup> BERGAD, Laird W. Op. cit., 2004, p. 201.

<sup>247</sup> FRAGOSO, João Luís. Op. cit., 1992, p. 146- 147.

maior disponibilidade de mão de obra africana pode ter se somado aos esforços e à acumulação de capital dos proprietários menos abastados, fazendo com que a posse de um ou mais cativos africanos, homens e em idade produtiva se tornasse mais exequível.

Ao analisar o estado conjugal dos 154 escravos que foram arrolados pelas Listas Nominativas de 1831, optamos por não contabilizar os 49 infantes nacionais e africanos, ou seja, todos aqueles indivíduos que possuíam idades variáveis entre zero e 14 anos. Nesse sentido, os dados que serão apresentados a seguir referem-se especificamente aos 105 cativos adultos e idosos que se encontravam presentes nas cinco localidades por nós analisadas.

No que se refere aos 60 africanos contabilizados<sup>248</sup>, encontramos 13 africanos casados, 46 solteiros e um sem informação. O quadro 22 permite-nos melhor visualizar o estado conjugal dos cativos africanos que se encontravam presentes nas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina:

**Quadro 22: Estado conjugal: escravos africanos – 1831**

LOCALIDADES	ESTADO CONJUGAL					
	Escravos Africanos					
	Casados		Solteiros		Sem informação	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
N. S. da Conceição de Ibitipoca	--	--	10	3	--	--
S. Rita do Ibitipoca	5	5	11	3	1	--
S.Domingos Bocaina	--	--	3	1	--	--
Santana Garambéu	2	1	5	2	--	--
Ibertioga	--	--	4	4	--	--
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>33</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>--</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

\*Importa-nos destacar que o quadro 22 foi elaborado a partir da análise do estado conjugal dos 60 escravos africanos adultos e idosos que se encontravam presentes nas 81 pequenas escravarias por nós analisadas.

No que tange aos cativos africanos, torna-se possível afirmar que dos 60 escravos analisados, 21,7% foram descritos como casados, 76,7% como solteiros e 1,6% não possuía nenhuma informação acerca do estado conjugal. Entre os mancípios casados foi-nos possível

<sup>248</sup> Para melhor analisar o estado conjugal dos africanos que foram arrolados pelas Listas Nominativas de 1831, optamos por retirar da contagem os 12 infantes que foram contabilizados nos documentos (Quadro 21).

identificar a presença de um escravo viúvo, o qual representou apenas 1,6% do total de africanos analisados. Entre os 45 escravos nacionais (crioulos, pardos e mestiços)<sup>249</sup>, foi-nos possível identificar três cativos casados (6,7%), 41 solteiros (91,1%) e apenas um sem informação (2,2%). O quadro 23 apresenta-nos os dados descritos em termos numéricos:

**Quadro 23: Estado conjugal: escravos nacionais – 1831**

LOCALIDADES	ESTADO CONJUGAL					
	Escravos Africanos					
	Casados		Solteiros		Sem informação	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
N. S. da Conceição de Ibitipoca	--	--	11	9	1	--
S. Rita do Ibitipoca	--	2	3	4	--	--
S.Domingos Bocaina	--	--	4	4	--	--
Santana Garambéu	--	1	1	4	--	--
Ibertioga	--	--	1	--	--	--
<b>TOTAL</b>	<b>--</b>	<b>3</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	<b>1</b>	<b>--</b>

Quadro elaborado com as informações presentes na Lista Nominativa de 1831, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

\*Importa-nos destacar que o quadro 23 foi elaborado a partir da análise do estado conjugal dos 45 escravos nacionais adultos e idosos que se encontravam presentes nas 81 pequenas escravarias por nós analisadas.

Como podemos observar, a maior parte dos escravos que se encontravam presentes nas pequenas unidades produtivas da Serra da Mantiqueira eram solteiros, fossem eles africanos ou nacionais. Os mancipios solteiros chegaram a representar nesse contexto 82,8% dos 105 escravos contabilizados, enquanto os cativos casados perfizeram apenas 15,2% do total. Em ambos os grupos analisados, os cativos designados como “sem informação” eram majoritariamente crianças, e justamente por isso, não foram englobados na análise.

Certamente, as oportunidades de se conhecer um parceiro e constituir uma família foram mais acessíveis aos escravos pertencentes a grandes escravarias, uma vez que o elevado número de cativos presentes nestas propriedades acabava por facilitar a convivência e fomentar a busca por companheiros dentro da própria senzala<sup>250</sup>. De forma inversa, nas

<sup>249</sup> Para melhor analisar o estado conjugal dos cativos nacionais que foram arrolados pelas Listas Nominativas de 1831, optamos por retirar da contagem os 37 infantes que foram contabilizados nos documentos (Quadro 21).

<sup>250</sup> A historiografia tem demonstrado que as grandes propriedades escravistas ofereciam melhores oportunidades para o estabelecimento de uniões legítimas entre os escravos. Nessas grandes escravarias, encontrar um parceiro era mais viável, pois as opções de escolha eram maiores, fazendo com que o número de escravos casados fosse

pequenas unidades produtivas, as chances de se encontrar um parceiro dentro da própria senzala eram bastante reduzidas, dado que poucos eram os cativos que se encontravam presentes nestes domicílios<sup>251</sup>. Dentre os escravos que compunham as 81 pequenas propriedades por nós analisadas, apenas 16 (15,2%) cativos foram designados como casados, número pouco expressivo se levarmos em consideração que o universo de nossa pesquisa abrangeu um total de 105 mancípios.

Mas será que esta pequena proporção de escravos casados pode ser explicada apenas como o reflexo das dificuldades que eram vivenciadas pelos escravos que se encontravam presentes nessas pequenas propriedades? Tomando como base o fato de que nosso estudo abarcou somente aquelas unidades produtivas que detinham a presença de um até três cativos em sua composição social, torna-se possível afirmar que, decerto, uma das explicações para o baixo percentual de escravos casados encontra-se nas dificuldades que esses homens e mulheres vivenciavam na hora de encontrar um parceiro dentro da própria senzala. No entanto, ainda que nessas pequenas propriedades as chances de se unir a um companheiro fossem minimizadas pelo próprio número de escravos disponíveis, acreditamos que muitos outros fatores podem ter contribuído para a pequena porcentagem de escravos casados.

Partimos do pressuposto de que, muito provavelmente, os 16 escravos que foram listados como casados foram assim designados porque tiveram a oportunidade de legitimar seus relacionamentos, isto é, conseguiram que suas uniões fossem legalmente sancionadas pela Igreja Católica<sup>252</sup>. Não obstante, a existência de outros escravos com algum tipo de relacionamento afetivo não pode ser descartada. Muitas das vezes, devido às impossibilidades de se consagrar a união perante a Igreja<sup>253</sup>, esses mancípios foram vistos e descritos pelos

---

mais elevado. Nesse sentido, ver: MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres*, 1999. p. 251-253; LUNA, Francisco Vidal. Observações sobre casamento de escravos em São Paulo (1829). IN: *Anais do VI Encontro de Estudos Populacionais Olinda*, 1988, v.3, p. 226; TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2001, p. 111; FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas*, 1997. p. 93; SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor*, 1999. p. 75.

<sup>251</sup> Para maiores informações, ver: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias*, 1994. p. 143; MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres*, 1999. p. 257-259; SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor*, 1999. p. 82, dentre outros.

<sup>252</sup> Apenas aqueles homens e mulheres cativos que tivessem suas relações devidamente oficializadas por uma instituição religiosa alcançavam o *status* de “casados”. Ou seja, para que a união fosse legalmente aceita era preciso contar com as bênçãos oficiais da Igreja Católica. Nesse sentido, ver: FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*, 2009. p. 138; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*, 1998, p. 60; SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*, 1999, p. 47.

<sup>253</sup> Estudos têm demonstrado que os constantes entraves burocráticos impostos à legitimação dos matrimônios entre a população cativa provocou a perda de interesse dos escravos pelas formas católicas de união. Além do alto custo monetário, os trâmites para a realização de um casamento entre escravos eram os mesmos exigidos para população livre, sendo necessária a apresentação de alguns documentos, testemunhas e também a realização de alguns rituais. Tais exigências acabavam por dificultar o acesso dos cativos ao matrimônio legal. Para maiores

recenseadores como solteiros, ainda que apresentassem um relacionamento estável e duradouro<sup>254</sup>. Nesse sentido, acreditamos que muitos dos cativos que foram arrolados como solteiros pelas Listas de 1831 poderiam, na verdade, estar se relacionando entre si, mas sem uniões reconhecidas e legitimadas pela Igreja Católica.

Este parece ter sido o caso dos cativos que compunham a reduzida escravaria de Tomás da Silva Braga, homem branco, casado e residente no povoado de Nossa Senhora da Conceição do Ibitipoca. Em 1831, nessa pequena propriedade residia o crioulo Miguel, de 49 anos e intitulado como solteiro, a africana Joana de 27 anos e também listada como solteira, e a pequena Delfina, uma crioulinha de dois anos referenciada como “sem informação”<sup>255</sup>. Situação semelhante pôde ser observada também no domicílio de José Vital Neves, homem branco, casado e residente no mesmo povoado. No ano de 1831, este pequeno proprietário detinha a posse sobre o africano João de 18 anos e sobre a crioula Inocência de 22 anos, ambos intitulados como solteiros. Além dos dois escravos supramencionados, foi-nos possível constatar também a presença do inocente Manoel, um crioulinho de um ano de idade designado como “sem informação”<sup>256</sup>.

A estrutura acima apresentada pôde ser encontrada também em outras oito pequenas propriedades, levando-nos a inferir que, muito provavelmente, nas cinco localidades por nós analisadas havia uniões consensuais que não foram contabilizadas pelos recenseadores que confeccionaram as Listas Nominativas de 1831. Dessa forma, cabe-nos perceber que além da própria dificuldade para se encontrar um parceiro, da restrição em se relacionar com escravos de outras propriedades<sup>257</sup>, da não oficialização dos relacionamentos, bem como a ausência de

---

informações, ver: FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*, 2009. p. 138; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*, 1998; SILVA, Maria Beatriz Nizza. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>254</sup> Robert Slenes destacou que quando as uniões matrimoniais nos moldes cristãos não podiam ser efetivadas, os escravos buscavam constantemente outros meios para formulação de laços familiares, como, por exemplo, a realização de uniões consensuais. Tais uniões, embora não fossem sancionadas legalmente pela Igreja Católica e menos ainda reconhecidas pelos recenseadores da época, poderiam ser igualmente estáveis e duradouras. Nesse sentido, ver: SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*, 1999. p. 67.

<sup>255</sup> Fonte: Listas Nominativas de 1831. Estas Listas encontram-se transcritas e digitalizadas, disponibilizadas pelo CEDEPLAR através do site <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

<sup>256</sup> Fonte: Listas Nominativas de 1831. Estas Listas encontram-se transcritas e digitalizadas, disponibilizadas pelo CEDEPLAR através do site <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

<sup>257</sup> Os senhores de escravos não costumavam permitir que seus mancipios se casassem com cativos pertencentes a outros proprietários, visto que o risco de fugas e conflitos tornava-se comumente mais elevado. Além disso, ao proibir a realização de casamentos com cativos de outras propriedades, os senhores de escravos buscavam evitar a separação forçada dos casais em caso de venda. Como a Igreja Católica era contra a separação de casais cativos, os senhores não costumavam permitir o casamento entre escravos de donos diferentes. Para maiores informações, ver: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*, 1988. p. 313; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*, 1998. p. 314-316; SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor*, 1999. p. 75.

informações inerentes aos próprios documentos, são fatores que muito podem ter contribuído para o baixo percentual de escravos casados nas pequenas propriedades da Serra da Mantiqueira.

Mas, apesar dos empecilhos acima mencionados, foi-nos possível constatar a presença de 13 africanos casados, entre eles sete homens e seis mulheres. No que se refere aos escravos nacionais, três mulheres crioulas foram designadas como casadas, não havendo nenhum homem desse grupo assim qualificado, uma vez que todos os crioulos, pardos e mestiços homens foram arrolados como solteiros ou sem informação. Ao analisar os casais cativos encontrados, foi-nos possível comprovar a existência de cinco uniões endógamas entre africanos e dois matrimônios exógamos entre mulheres crioulas<sup>258</sup> e homens africanos. Entretanto, importa-nos destacar que essas uniões endógamas, por origem, devem ser relativizadas, pois em nenhum dos censos analisadas os recenseadores tiveram o cuidado de anotar as nações às quais os africanos pertenciam, distinguindo-os apenas como escravos “africanos”, “crioulos”, “pardos” ou “mestiços”.

Tais resultados muito se aproximam das constatações realizadas por Robert Slenes que, ao analisar a composição dos casais cativos encontrados em Campinas no século XIX, percebeu que as preferências endógamas conviveram diariamente com a aceitação das práticas exógamas<sup>259</sup>. A nosso ver, o maior percentual de africanos casados justificar-se-ia pelo fato de que, após serem desenraizados de forma violenta pelo tráfico de escravos, esses mancipios tinham pressa em constituir novos laços de sociabilidade<sup>260</sup>. Dessa forma, torna-se possível supor que a maior parte dos africanos que chegavam ao país, fossem eles homens ou mulheres, buscavam encontrar parceiros que lhes permitissem a constituição de uma nova família e também uma maior integração nas escravarias e nas comunidades<sup>261</sup>.

Já os escravos nacionais, muito provavelmente, tiveram que enfrentar impedimentos de outra ordem na hora da escolha do cônjuge. A doutrina católica proibia as uniões entre parentes de até terceiro grau, e, embora a liberação para o casamento entre primos pudesse ser

---

<sup>258</sup> Nas Listas Nominativas por nós analisadas, uma das cativas crioulas listadas como casada não apresentou o respectivo cônjuge, sendo-nos impossível saber a origem do escravo e conseqüentemente constatar a presença de mais uma união endógama ou exógama.

<sup>259</sup> SLENS, Robert W. *Na senzala, uma flor*, 1999. p. 172.

<sup>260</sup> FRAGOSO, João. Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Fatima, Maria, de. (Org). *O Brasil Colonial 1720-1821*. Vol. 3. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 286.

<sup>261</sup> De acordo com Sheila de Castro Faria, a escravidão no Brasil formou comunidades escravas no plural, das quais participavam também os escravos pertencentes às pequenas unidades produtivas. Para maiores informações, ver: FARIA, Sheila Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. In: *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 11, p. 133-157, 2007. p. 145.

obtida através de esmolas, penitências, orações, missas e demais serviços<sup>262</sup>, tal fator pode ter impedido a realização de algumas uniões legítimas entre estes cativos. Assim, além do reduzido número de escravos que se encontravam presentes nas escravarias e da proibição dos senhores no que diz respeito à realização de casamentos com cativos pertencentes a outros proprietários, os escravos nascidos no Brasil tiveram de enfrentar ainda os impedimentos de parentesco, fatores que de certa forma, justificam a baixa representação dos crioulos, pardos e mestiços entre os mancípios casados.

Ademais, importa-nos ressaltar que para ambos os escravos, nacionais e africanos, uma união legalmente oficializada poderia vir a significar a melhoria das condições de trabalho e de moradia. Através do casamento legal, os escravos poderiam conquistar o direito de ter uma roça própria, uma maior autonomia sobre o espaço de moradia, além de melhores oportunidades de ascensão econômica e liberdade<sup>263</sup>. A nosso ver, o escravo era um ser plenamente capaz de intervir em sua condição de cativo, constituir uma família e negociar com seus senhores<sup>264</sup>. Mas, ainda assim, acreditamos que no dia a dia desses sujeitos, tanto os desejos senhoriais quanto as vontades dos mancípios eram levados em consideração, principalmente nas pequenas unidades produtivas. Nessas pequenas propriedades havia uma maior proximidade espacial entre senhores e cativos, fazendo com que esses dois agentes se inserissem diariamente dentro de complexas redes de interesses, buscando sempre as condições de propriedade e de trabalho mais vantajosas para ambos<sup>265</sup>.

---

<sup>262</sup> Os impedimentos católicos se estendiam também às uniões entre padrinhos e afilhados, além dos casos de cópula ilícita com parentes de até quarto grau do cônjuge. Ver: FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*, 1998. p. 59.

<sup>263</sup> Nesse sentido, ver: SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*, 1999; GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo*, 2008.

<sup>264</sup> O estudo sobre a família, o cotidiano e a cultura escrava foi visto como algo inviável até meados da década de 1970. Ao longo do século XIX e boa parte do século XX, a produção historiográfica sobre a escravidão, de uma maneira geral, enfocava a coisificação e vitimização dos escravos, como se os direitos e desejos senhoriais condicionassem por si só a vida no cativo. Predominava a crença na impossibilidade de constituição de laços familiares entre os mancípios, uma vez que o cotidiano nas senzalas era marcado por relações sexuais promíscuas, desregramento e instabilidade. Para maiores informações, ver: FLORESTAN apud SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*, 1999. p. 30-31; PRADO apud SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*, 1999. p.29-30; BASTIDE apud SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*, 1999. p.31; COSTA, Emília Viotti. *Da senzala a colônia*. 3 ed. São Paulo: UNESP, 1998. p. 16. Todavia, já no início da década de 1980, muitos estudos se dedicaram a colocar o sujeito escravo em cena, e mais do que mostrá-lo, estas novas pesquisas buscaram entender e descobrir quem era esse sujeito, atentando-se para os limites e possibilidades que o rodeava. O cotidiano cativo passou a ser analisado para além da violência, instabilidade e promiscuidade, sendo o indivíduo escravo estudado juntamente com suas relações de solidariedade e em sua própria comunidade. Nesse sentido, ver: SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*, 1999; FLORENTINO, Manolo; GÓES, Jose Roberto. *A paz das senzalas*, 1997; FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*, 1998, dentre outros trabalhos.

<sup>265</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 34-37.

### 2.1.3 – A família e a propriedade

A família é a organização social mais antiga da história da humanidade. A partir dela, todos os grupos sociais se organizaram e sobre ela percorreu quase toda a dinâmica cultural produzida pelo homem. A família enquanto instituição social se entrecruza com os costumes, com as necessidades econômicas, e também com os fatores políticos. Destarte, por ser considerada a unidade constitutiva da sociedade, muitos pesquisadores se dedicaram a pesquisar e entender esta instituição, tornando-a um dos principais objetos de interesse multidisciplinar nas Ciências Humanas<sup>266</sup>.

No Brasil, o estudo da família tem atraído um número cada vez maior de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. No campo da História, as análises sobre esta instituição têm se expandido e inúmeros trabalhos têm contribuído de forma significativa para o debate<sup>267</sup>. A recente discussão sobre domicílios e famílias na historiografia brasileira assemelhou-se em alguns aspectos àquele ocorrido no cenário europeu<sup>268</sup>, uma vez que, inicialmente, muitos estudiosos puseram-se a pesquisar a família enquanto uma estrutura predominantemente patriarcal<sup>269</sup>. Por muito tempo, a visão de uma família numerosa, composta de forma hierárquica e centrada na figura do patriarca foi considerada válida e predominante para toda a sociedade brasileira, ignorando-se todas e quaisquer diferenças regionais e temporais.

Todavia, a partir de 1980 novos trabalhos começaram a se destacar. Estas novas pesquisas caracterizaram-se, sobretudo, pelo maior embasamento empírico e pela utilização

---

<sup>266</sup> Nesse sentido, ver: LE PLAY, Frédéric. *La méthode sociale*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1989. 653 p. Edição fac-similada; LASLETT, Peter. Introduction: the history of the family. In: LASLETT, Peter; WALL, Richard (Orgs.). *Household and family in the past time*. Cambridge: University Printing, 1972. p.1-89; MITTERAUER, Michael, SIEDER, Reinhard. *The European family: patriarchy to partnership from the middle Ages at the present*. Chicago: The University of Chicago, 1982.

<sup>267</sup> Nesse sentido, ver: CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993; COSTA, Dora Izabel Paiva. *As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais*, 1998; SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres, povoamento: São Paulo, século XVII*. São Paulo: EDUSC, 2003; BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*, 2007, dentre outros.

<sup>268</sup> No cenário europeu, os primeiros trabalhos que se dedicaram a analisar a instituição familiar e a estrutura dos domicílios colocaram em evidência a noção de família numerosa, com estruturas sociais bastante complexas. Ver: LE PLAY, Frédéric. *La méthode sociale*, 1989. Todavia, esta área do conhecimento ganhou maior consistência com os trabalhos inovadores de Peter Laslett, que juntamente com outros pesquisadores perceberam a pluralidade de arranjos familiares existentes na Europa, comprovando que o modelo de família patriarcal não era a estrutura familiar prevalecente. Para maiores informações, ver: LASLETT, Peter. Introduction: the history of the family, 1972; LASLETT, Peter. *Family life and illicit love in earlier generations: essays in historical sociology*. Cambridge: University Printing, 1977.

<sup>269</sup> Gilberto Freyre e Oliveira Viana são considerados uns dos primeiros estudiosos a tratarem de forma mais detida acerca do papel da família patriarcal e rural na formação social do Brasil. FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*, 1973; VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999.

de diversas fontes quantitativas, como, por exemplo, as Listas Nominativas de Habitantes, os inventários *post-mortem* e os registros paroquiais de batismo. O emprego desses documentos fez com que a visão até então dominante de uma família monolítica começasse a ser questionada, destacando-se a partir de então a multiplicidade de formas e de organizações domésticas existentes na sociedade brasileira.

Mariza Corrêa contestou a visão de uma família extensa e de caráter paternalista como predominante na América portuguesa. Para a autora, a vida familiar colonial era marcada pela diversidade de padrões no que diz respeito à organização familiar, sendo impossível alegar a existência de um único modelo paternalista. Nesse sentido, cabe-nos ressaltar que a autora não negou completamente a existência do modelo patriarcal de família, apenas buscou demonstrar que nem todos os aspectos relacionados à vida econômica, social e política de nossa sociedade encontravam-se centralizados na casa grande<sup>270</sup>.

Da mesma forma, Eni Mesquita de Samara, ao estudar o nordeste açucareiro, constatou que a divisão da sociedade em apenas duas categorias sociais, isto é, senhores e escravos, acabava por esconder a existência de grupos intermediários extremamente importantes para se compreender a complexidade social brasileira. Segundo a autora, a família patriarcal abarcava indivíduos muito além dos que se encontravam presentes na unidade doméstica englobando, por exemplo, agregados de diferentes estratos sociais. Assim, na concepção de Samara, se a família dita extensa e hierárquica poderia vir a reunir indivíduos de diversas camadas sociais, haveria também outras formas de família com estruturas e organizações muito diferentes das que eram encontradas nas grandes propriedades<sup>271</sup>.

No que se refere especificamente a Minas Gerais, muitos estudiosos têm demonstrado que a hierarquia patriarcal não se constituiu como o centro da vida doméstica mineira. Donald Ramos e Iraci del Nero da Costa constataram, por meio das Listas Nominativas de Habitantes, que os domicílios dos antigos núcleos de povoamento da região mineira apresentavam em sua grande maioria estruturas mais simples. Segundo os autores, as famílias encontradas nas Gerais eram pequenas e bastante diversificadas, sendo possível constatar a presença de famílias nucleares, compostas pelo casal e seus respectivos filhos, famílias de solteiros, famílias de viúvos, famílias de mães e filhos sem pais, e até mesmo famílias de escravos<sup>272</sup>.

---

<sup>270</sup> CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira, 1993. p. 15-25.

<sup>271</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres, povoamento*, 2003. p. 43.

<sup>272</sup> RAMOS, Donald. City and country: the family in Minas Gerais, 1804-1838. In: *Jornal of the Family History*, v. 3, n. 4, p. 361-375, 1978; COSTA, Iraci Del Nero. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE-USP, 1981.

Certamente, muitas foram as formas e organizações familiares existentes tanto em Minas Gerais quanto no resto do Brasil. No que se refere as localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, não nos foi possível constatar de forma clara e precisa o tipo de organização familiar que se encontrava presente nas 81 pequenas propriedades analisadas. Como já mencionamos anteriormente, um dos problemas inerentes às Listas Nominativas de 1831 foi a ausência de informações, sendo impossível verificar a descrição do vínculo ou mesmo do laço de parentesco que unia o chefe do domicílio aos demais membros do fogo<sup>273</sup>.

É possível que entre as relações não listadas houvesse agregados<sup>274</sup>, irmãos, pais e até mesmo sobrinhos do chefe do domicílio. Porém, o mais provável é que a omissão dos juizes de paz ocultasse os filhos do chefe ou do casal, pois nos 81 domicílios analisados a idade dos indivíduos sem relação de parentesco explícita com o proprietário apontava para essa direção. Dos 287 indivíduos sem relação de parentesco definida, 171 enquadravam-se na faixa etária de zero a 14 anos, 103 tinham idades variáveis entre 15 e 44 anos, e apenas 13 homens e mulheres apresentaram idade superior a 45 anos. Logo, 59,6% dos indivíduos presentes nos domicílios por nós analisados eram crianças ou adolescentes<sup>275</sup>, característica que nos

---

<sup>273</sup> Como mencionamos no início do presente capítulo, o único laço de parentesco descrito pelas Listas Nominativas de 1831 foi referente ao cônjuge, o qual era facilmente identificado pelo status de “casado”. Sendo assim, conseguimos verificar os respectivos parceiros destes homens e mulheres chefes de domicílio, não nos sendo possível constatar, porém, o vínculo que os pequenos proprietários possuíam com os demais membros do fogo. Fonte: Listas Nominativas de 1831. Estas Listas encontram-se transcritas e digitalizadas, disponibilizadas pelo CEDEPLAR através do site <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

<sup>274</sup> Acreditamos que o *status* de agregado de boa parte da população arrolada pela Lista Nominativa de 1831 tenha sido omitido, pois a presença deste indivíduo foi bastante comum nas sociedades do século XIX. Os agregados podiam ser sustentados pelo chefe familiar e em troca realizar alguns pequenos serviços para os proprietários. Todavia, muitos deles dispunham de recursos próprios e acabavam por contribuir para a manutenção do domicílio. Esses sujeitos podiam pertencer à mesma categoria social do chefe do grupo doméstico, poderiam ser irmãos, sobrinhos ou mesmo afilhados destes proprietários, sendo comum encontrar como agregados até mesmo filhos de ex-escravos alforriados. Nas pequenas propriedades, a presença dos agregados era bastante comum, uma vez que esses homens e mulheres poderiam vir a complementar força de trabalho familiar e escrava, ajudando assim na manutenção e/ou ampliação dos domicílios. Para maiores informações sobre a multiplicidade de sujeitos que eram assim designados e suas possíveis contribuições para a propriedade, ver: SAMARA, Eni de Mesquita. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano*: Itu, 1780-1830. São Paulo: Edusp, 2005; MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000. p. 107; BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780- 1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.220-221; MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos*, 1996. p. 56-58.

<sup>275</sup> Para analisar a população livre presente nesses pequenos domicílios, estabelecemos o mesmo critério de divisão que foi utilizado para verificar a idade dos escravos. Desta maneira, analisamos de forma individual todas as propriedades com até três cativos em sua composição social, e percebemos que em 56 das 81 pequenas propriedades analisadas os indivíduos que não apresentaram ligações explícitas com o chefe do fogo tinham idades variáveis entre zero e 14 anos. Nos demais 25 fogos, constatamos a presença de pessoas adultas, ou seja, aqueles homens e mulheres que se enquadravam na faixa etária de 15 a 44 anos, e também de idosos, sujeitos com idade igual ou superior aos 45 anos. No entanto, não nos foi possível afirmar se estes integrantes eram parentes, como, por exemplo, tios, primos ou mesmo agregados.

permitiu inferir que a maioria das pessoas que não tiveram suas relações de parentesco indicadas pelas Listas de 1831 muito provavelmente eram as filhas e os filhos desses pequenos proprietários.

Tomando como base a hipótese acima levantada, bem como a análise do número de chefes casados, viúvos e solteiros (Quadro 12), podemos deduzir que na Serra da Mantiqueira houve o predomínio da família nuclear<sup>276</sup>, sendo-nos possível constatar também, ainda que em menor número, famílias de viúvos, de solteiros e também aquelas famílias de mães e filhos sem pais. Segundo Maria Luiza Marcílio, durante muito tempo predominou a ideia de que as sociedades agrárias tradicionais caracterizar-se-iam por famílias extensas, nas quais várias gerações de um mesmo grupo familiar viveriam sob o governo de um *pater*. Tais estruturas começariam a se modificar na medida em que essas sociedades fossem se transformando em agrupamentos urbanos industriais, fazendo com que o modelo de família nuclear começasse a se impor sobre a organização familiar até então vigente<sup>277</sup>.

No entanto, a família nuclear composta pelo pai, mãe e filhos solteiros, tomada como produto da industrialização e da vida urbana, já se fazia dominante em grande parte das sociedades agrícolas tradicionais antes do século XIX. Na visão de Marcílio, a família dita conjugal teria sido desde sempre a organização familiar majoritária entre os pequenos agricultores, uma vez que a forte mortalidade que caracterizava a demografia das populações pré-industriais, por si só, não possibilitava a predominância de grupos domésticos onde coexistissem três ou mais gerações<sup>278</sup>.

Essa família, apesar de simples e pouco numerosa, era a célula básica do fogo, ou seja, a base econômica de sobrevivência daqueles homens e mulheres. O casamento e a consequente formação de uma família eram os fatores determinantes para o estabelecimento de uma unidade doméstica de produção, sendo esta a pré-condição para a realização da atividade agrícola independente, principalmente para camada menos abonada da população<sup>279</sup>. A família era a grande responsável pela manutenção do fogo, e implicava diretamente sobre suas possibilidades de produção e consumo, dado que o rendimento dos domicílios era mais ou menos limitado em função da mão de obra e dos recursos disponíveis.

---

<sup>276</sup> A presença proeminente da família nuclear ratifica os resultados encontrados pela maioria dos trabalhos da historiografia brasileira que se dedica a analisar o tema. Para maiores informações ver: ALMEIDA, Ângela Mendes de. Notas sobre a família brasileira. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (org.). *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987; CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira, 1993; SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, dentre outros.

<sup>277</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*, 2000. p. 61.

<sup>278</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. Op. cit., 2000. p. 62.

<sup>279</sup> Nesse sentido, ver: FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em momento*, 1998. p. 155-158; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. 1995. p. 64-67.

A vida no campo estava longe de ser idílica ou romântica<sup>280</sup>, e muitos eram os afazeres que ocupavam a maior parte do tempo desses homens e mulheres. Como os pequenos proprietários apoiavam-se, sobretudo, na mão de obra familiar, as atividades dentro dos fogos eram divididas conforme o sexo, a idade e a força de seus habitantes. A mulher, além de cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos, acompanhava o marido nas atividades do campo, principalmente enquanto os filhos eram pequenos e ainda não conseguiam contribuir com as atividades necessárias para manutenção da propriedade. Nesses pequenos domicílios, o trabalho da mulher era tão importante quanto o do homem e frequentemente se sobrepunha ao dele<sup>281</sup>.

Segundo Alida Metcalf, as circunstâncias sob as quais viviam os pequenos proprietários acabavam por impor uma maior igualdade entre homens e mulheres, uma vez que muitas dessas senhoras, além de cuidar da produção doméstica de utensílios, roupas, cozinha, limpeza e dos filhos, trabalhavam também nos campos junto aos seus maridos, garantindo assim a sobrevivência de suas famílias<sup>282</sup>. Os filhos começavam a trabalhar na roça desde muito novos, e com o avançar do ciclo familiar sua força de trabalho passava a ajudar cada vez mais na manutenção do domicílio. Esse era o momento em que a propriedade contava com um maior número de braços disponíveis, sendo possível, pelo menos durante este período de tempo, pensar em obter mais do que o necessário para a autosubsistência<sup>283</sup>.

Produzir para o mercado, ainda que em pequenas proporções, poderia permitir aos pequenos proprietários a acumulação de algum capital extra, o qual poderia ser posteriormente empregado na compra de um ou mais escravos. A mão de obra cativa poderia vir a ampliar a capacidade produtiva da propriedade, além de ser uma forma de distinção econômica dentro da hierarquia local. Contudo, vale ressaltar que a aquisição de um ou mais cativos não significava que os membros da família deixassem de trabalhar, menos ainda que as atividades cotidianas do domicílio passassem a ser executadas unicamente por estes mancipios. Nas pequenas propriedades, muito provavelmente, os componentes da família trabalhavam ao lado de seus dois ou três cativos nos campos.

Mas, será que a presença dessa mão de obra complementar poderia vir a modificar a organização dos domicílios? A nosso ver, tão importante quanto conhecer o número de

---

<sup>280</sup> Inúmeros poetas do século XVII transmitiam uma ideia deturpada sobre a vida nos campos. Para maiores informações, ver: THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

<sup>281</sup> KUZNESOF, Elisabeth Anne apud MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos*, 1996. p. 49.

<sup>282</sup> METCALF, Alida Christine. *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820*. PHD, University of Texas at Austin, 1983. P. 76.

<sup>283</sup> MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos*, 1996. p. 53.

escravos que se encontravam sob a posse de cada proprietário, é avaliar a capacidade produtiva desses mancípios, ou seja, a utilização desta mão de obra. Como vimos, a maior parte dos escravos que se encontravam presentes nas pequenas propriedades da Serra da Mantiqueira eram homens em idade produtiva, entre eles africanos, crioulos e pardos (Quadro 20). O perfil dos cativos encontrados nos domicílios por nós analisados permitiu-nos inferir que os pequenos proprietários de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, davam preferência à aquisição de escravos imediatamente produtivos, os quais, além de ajudar na manutenção da propriedade, poderiam vir a aumentar a capacidade produtiva da mesma.

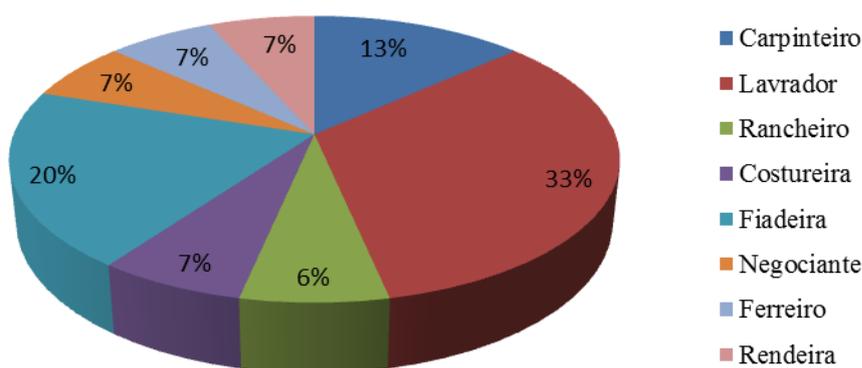
Certamente, a utilização do trabalho cativo poderia vir a contribuir para a manutenção e/ou mesmo ampliação destes fogos, entrando positivamente nos cálculos econômicos dos pequenos proprietários. Mas ainda que os cativos pudessem ajudar na manutenção e na ampliação destas unidades produtivas, a mão de obra familiar foi extremamente relevante para realização das atividades. Obviamente que ao ressaltar a relevância que o trabalho familiar desempenhou nestes fogos, não estamos negligenciando a importante contribuição que o trabalho cativo exerceu para esses pequenos produtores, pois, a nosso ver, os escravos adquiridos representavam não somente uma força de trabalho complementar à familiar, mas também a realidade de um capital acumulado e a futura possibilidade de ampliá-lo.

Nesse sentido, para melhor entender como estava empregada a força de trabalho livre e a força de trabalho cativa nesses fogos, buscaremos analisar a ocupação que era desempenhada pelo chefe de domicílio e também pelos escravos que se encontravam sob a posse desses pequenos proprietários. Infelizmente, apenas uma das cinco Listas Nominativas por nós analisadas fez menção à atividade que era desempenhada pelo chefe do domicílio e seus escravos. Dessa forma, vale ressaltar que os dados que serão apresentados referem-se apenas a localidade de Santana do Garambéu, visto que os documentos alusivos às outras quatro localidades não nos proporcionaram esta informação. Estamos cientes de que a análise das atividades ocupacionais dos habitantes de apenas uma das localidades não será suficiente para demonstrar a multiplicidade das atividades que eram desenvolvidas na Serra da Mantiqueira. No entanto, partimos do pressuposto que os dados coletados muito poderão nos ajudar a entender e conhecer um pouco mais sobre a dinâmica de trabalho e o funcionamento dessas pequenas propriedades.

Entre as 16 pequenas propriedades que compunham a localidade de Santana do Garambéu, foi-nos possível verificar a existência de cinco chefes de domicílio atuando como

lavrador, dois como carpinteiro, um como negociante, um como ferreiro e um como rancheiro. Entre as mulheres, contabilizamos três chefes fiadeiras, uma costureira e uma rendeira. O gráfico seis nos permite melhor visualizar, em termos de porcentagem, as atividades encontradas:

**Gráfico 6: Atividades de ocupação: chefes de domicílio  
(Santana do Garambéu) - 1831**



Fonte: Lista Nominativa de 1831

Infelizmente, a maior parte dos indivíduos livres que compunham as propriedades por nós analisadas não tiveram suas ocupações descritas pelos censos demográficos, sendo-nos impossível analisar as atividades que eram desenvolvidas pelos filhos, agregados e demais parentes que por ventura fizessem parte do domicílio. Temos ciência de que nem todos os trabalhadores do domicílio ocupavam-se da mesma atividade que era desempenhada pelo chefe do fogo, e justamente por isso, importa-nos destacar que não temos o intuito de demonstrar a ocupação do proprietário como uma direção absoluta e imutável, mas, sim, de analisá-la como uma profissão capaz de indicar a atividade na qual o fogo concentrava seus principais esforços produtivos. Decerto, várias outras atividades de suporte eram executadas no interior dessas unidades domésticas, e provavelmente, muitas delas poderiam vir a ser realizadas simultaneamente pelo mesmo trabalhador<sup>284</sup>.

Dentre as atividades que foram declaradas pela Lista Nominativa de 1831, foi-nos possível constatar o predomínio das atividades agropecuárias e de artesanato em tecido e vestuário. Tais resultados muito coadunam com as constatações feitas por Carla Almeida, que,

<sup>284</sup> MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Trabalho, família e escravidão*, 2010. p. 99.

ao analisar as atividades ocupacionais desenvolvidas na Comarca do Rio das Mortes entre os anos de 1780 a 1822, verificou que 78,7% das unidades produtivas estavam ligadas às atividades agropecuárias de produção. De acordo com a autora, as ocupações agrícolas e pecuárias conviveram simultaneamente com outras atividades produtivas, demonstrando não somente a diversidade de produções existente nestas propriedades, mas também o definhamento das atividades ligadas à mineração<sup>285</sup>.

A análise das ocupações desempenhadas por esses indivíduos permitiu-nos verificar que nos fogos cujos chefes dedicavam-se às atividades agropecuárias, os demais integrantes do sexo masculino presentes nas unidades, fossem eles livres ou escravos, tendiam a executar a mesma atividade desempenhada pelo proprietário. Já as mulheres presentes nos domicílios dedicavam-se principalmente às atividades de artesanato em tecido e de vestuário. O setor artesanal empregava predominantemente as esposas, as filhas e as escravas dos pequenos proprietários, as quais, apesar de se dedicarem a esta atividade em específico, muito provavelmente não eram dispensadas das demais tarefas existentes na propriedade.

Segundo Francisco Andrade, o setor de artesanato, comumente representado pelas fiadeiras, costureiras e rendeiras, tinha participação bastante expressiva nas regiões mais rurais da Capitania. Ao estudar a região de Mariana no século XIX, o autor pôde comprovar que a maior parte das mulheres livres presentes nos domicílios dedicava-se as atividades ligadas ao setor têxtil<sup>286</sup>. Da mesma forma, Douglas Libby, analisando o mapa de população correspondente ao período de 1831-1840 para cidade de Mariana, observou que mais de 50% das mulheres livres da região executavam atividades ligadas ao artesanato em tecido e vestuário<sup>287</sup>.

De acordo com Douglas Libby, a produção doméstica de fios constituiu-se como uma das principais atividades de transformação durante boa parte do século XIX, e foi por meio dela que muitas mulheres obtiveram recursos para ajudar na manutenção de seus domicílios. Na visão do autor, a elevada participação de mulheres e meninas nesse ramo de atividade chegou a superar numericamente qualquer outra categoria profissional, contribuindo de maneira significativa para a construção de uma indústria têxtil nas Minas oitocentista<sup>288</sup>. Além do mais, o desenvolvimento das atividades de costura e artesanato fez com que as importações provinciais de artigos de ferro, tecidos grosseiros de algodão e produtos de couro

---

<sup>285</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial 1750-1822*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2010. p. 82.

<sup>286</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A Enxada Complexa*, 1994. p. 79.

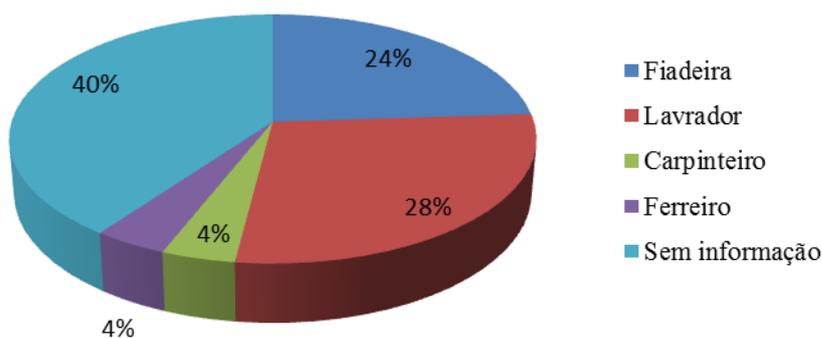
<sup>287</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, 1998. p. 187.

<sup>288</sup> LIBBY, Douglas Cole. Op. cit. 1998. p. 147.

fossem reduzidas, permitindo que a economia provincial liberasse recursos para outras importações, como por exemplo, a de escravos<sup>289</sup>.

No que se refere aos 25 escravos que foram contabilizados nas pequenas propriedades de Santana do Garambéu (Quadro 20), dez não apresentaram nenhuma informação acerca da atividade ocupacional desenvolvida. Dentre os outros 15 cativos, nove eram homens e seis eram mulheres. Entre os homens havia sete escravos lavradores, um carpinteiro e um ferreiro. No que diz respeito às mulheres, todas as seis foram descritas como fiadeiras. O gráfico sete apresenta os dados supracitados em termos de porcentagem:

**Gráfico 7: Atividades de ocupação: escravos  
(Santana do Garambéu) - 1831**



Fonte: Lista Nominativa de 1831

Entre os homens cativos, a ocupação de lavrador foi preponderante. Já entre as mulheres destacou-se o ofício de fiadeira. Tais resultados demonstram a importância que a produção agropecuária e as atividades de artesanato e vestuário exerceram na localidade, absorvendo também a maior parte dos escravos analisados. O trabalho manual desempenhado pelas cativas, bem como as atividades de roça desenvolvidas pelos escravos, poderia vir a complementar a renda domiciliar dos pequenos proprietários, contribuindo, assim, para manutenção desses domicílios. Todavia, apesar das ocupações específicas declaradas nas Listas, dificilmente um escravo dedicava-se a apenas uma atividade produtiva dentro da unidade. Uma das principais características dessas pequenas propriedades era a extrema diversificação do trabalho, fazendo com que a mão de obra cativa fosse empregada em uma

<sup>289</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*, 1998. p. 349.

gama de atividades cotidianas, ou em outras palavras, tendia-se ao máximo aproveitamento da força de trabalho disponível.

Aventamos a hipótese de que, de maneira geral, entre os pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira, a versatilização do trabalho escravo em diversos outros serviços era visto como uma alternativa de sobrevivência, através da qual se tornava possível alcançar uma maior rentabilidade deste trabalhador. Dessa forma, não era raro que escravos ditos ferreiros, carpinteiros, costureiras ou fiadeiras exercessem também outras atividades, contribuindo com o trabalho nos campos, nos pastos e também com os afazeres domésticos.

Contudo, ainda que a força de trabalho dos cativos fosse empregada em inúmeras outras atividades, ter um ofício declarado era ainda uma forma de distinção. Os escravos com alguma especialização tinham seu valor monetário elevado, eram mais valorizados no mercado e podiam também prestar serviços a terceiros<sup>290</sup>. Muitos eram os senhores que buscavam qualificar seus cativos em algum ofício específico, uma vez que os rendimentos proporcionados por eles eram significativamente mais elevados. Os escravos capazes de atuar em algum setor de atividade eram mais lucrativos aos seus senhores, pois, além de contribuir para manutenção da propriedade, poderiam ter seus serviços alugados a outros proprietários, ampliando, assim, a renda capital do domicílio<sup>291</sup>.

Por fim, importa-nos ressaltar que mesmo com a ausência de dados e todos os demais problemas relatados no decorrer deste capítulo, as Listas Nominativas de 1831 permitiu-nos realizar o estudo sociodemográfico de 81 pequenas propriedades que se encontravam em cinco localidades que compunham a Serra da Mantiqueira. Por meio da análise desses domicílios, que contavam com a presença de um até três cativos em sua composição social, foi-nos possível concluir que, para os pequenos proprietários de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos, o importante nem sempre foi o número de cativos que se encontravam presentes em seus domicílios, mas, sim, as atividades que esses trabalhadores poderiam vir a realizar no interior dessas propriedades.

---

<sup>290</sup> OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador: 1790-1890. São Paulo: Corrupio, 1988. p. 86.

<sup>291</sup> Estudos têm demonstrado que, além de contribuir para a maior rentabilidade dos pequenos proprietários, ter um ofício específico de ocupação poderia vir a ajudar estes escravos na obtenção de suas alforrias. Como na maior parte dos casos a carta de alforria era comprada, salvo as ocasiões em que as mesmas eram concedidas ou previstas em testamento, aqueles cativos capacitados em alguma atividade profissional comumente seriam os trabalhadores com maiores oportunidades e condições de pagar pela sua liberdade. Nesse sentido, ver: MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos*, 1996. p. 61-62.

Muitas das vezes, a presença de apenas um escravo em boa condição de saúde e apto ao trabalho poderia vir a contribuir muito mais para lógica de produção daquela propriedade do que a presença de três ou mais mancipios crianças e idosos, por exemplo. Dessa forma, não nos causa estranheza o fato de que a maioria dos pequenos proprietários analisados buscassem investir principalmente na compra de escravos homens e em idade produtiva, visto que o pilar de sustentação dessas pequenas propriedades encontrava-se na complementariedade existente entre a mão de obra cativa e o trabalho familiar.

### **CAPÍTULO 3: BATISMO E COMPADRIO: LAÇOS ESPIRITUAIS, SOCIAIS E POLÍTICOS NA SERRA DA MANTIQUEIRA**

Valorizado por todos os grupos sociais, o batismo deve ser entendido como o fundamento de toda a vida cristã, especialmente para os católicos. De acordo com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*<sup>292</sup>, esse sacramento, além de ser considerado como a porta de entrada para a Igreja Católica, era visto como a grande oportunidade de salvação da alma. No decorrer dos séculos XVIII e XIX, a vida religiosa ocupou uma posição central na sociedade, fazendo com que os aspectos espiritual e sagrado do batismo fossem visto como um dos principais elementos que compunham a vida na comunidade. Esse rito de passagem era tido como essencial a todos os indivíduos, independente de sua cor, origem ou classe social.

O batismo era considerado como o momento em que uma pessoa virava um ser espiritual e ganhava uma nova família, sendo a primeira relação social estabelecida após aquela formada pelo nascimento biológico<sup>293</sup>. A nova família encabeçada pelos padrinhos, seria a grande responsável pela educação espiritual do batizando, além de ajudar na educação moral e ética do sujeito. Todavia, ainda que perante aos olhos da Igreja a principal função dessa família espiritual fosse a de reafirmar a fé católica e difundir a prática cristã, os laços sagrados exerciam também uma função social e política, estabelecida não pela doutrina religiosa em si, mas pela comunidade e pela tradição.

O batismo, além de se apresentar como o principal rito da religião católica, tinha também a incumbência de criar laços sociais<sup>294</sup>. De acordo com Stephen Gudeman, paralelo à função sagrada desempenhada por esta instituição, o apadrinhamento era também um importante mecanismo social, capaz de estender os laços familiares e ligar pessoas da mesma condição social ou até mesmo de classes sociais diferentes<sup>295</sup>. O aspecto social do batismo fornecia aos envolvidos uma gama de possibilidades, fazendo com que a relação estabelecida entre os pais do infante, os padrinhos e a criança batizada variasse conforme os interesses pessoais, econômicos e políticos dos sujeitos.

---

<sup>292</sup> CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide 5º arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de sua Majestade: propostas, e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. 1 ed. Lisboa, 1719 e Coimbra, 1720. São Paulo: Typografia 2 de Dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853.

<sup>293</sup> RAMOS, Donald. Teias Sagradas e Profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. In: *Vária História*, n 31. Janeiro, 2004. p. 51.

<sup>294</sup> GUDEMAN, Stephen. The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person, Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland (1971), 47.

<sup>295</sup> GUDEMAN, Stephen. Op. cit., p. 48.

A dupla função exercida pelo compadrio foi destacada também por Renata Finkler Johann. Segundo a autora, o batismo possuía duas faces bastante distintas: a face espiritual, voltada para esfera do sagrado e do religioso; e a face social, voltada para as relações e vínculos estabelecidos por meio desta instituição<sup>296</sup>. Para Johann, a cerimônia de batismo foi a grande responsável por unir os pais, os padrinhos e os batizados, e além de criar uma relação espiritual, constituía-se à vista da comunidade como um importante vínculo social, capaz de auferir ganhos políticos e também econômicos aos atores envolvidos.

A nosso ver, além do aspecto espiritual e religioso, o compadrio deve ser estudado também em suas dimensões sociais e políticas, sendo entendido como uma instituição capaz de ampliar as relações sociais e os círculos relacionais de indivíduos livres e cativos. No presente capítulo, nos dedicaremos a analisar as relações de compadrio estabelecidas entre os pequenos proprietários de cinco localidades da Serra da Mantiqueira, analisando também as relações que foram firmadas entre os escravos que se encontravam sob a posse desses 81 chefes de domicílio. Vale ressaltar que, embora nossa análise reconheça a função espiritual e sagrada desempenhada por esta instituição, buscaremos priorizar o aspecto social deste rito, isto é, perceber as motivações e as estratégias que nortearam as escolhas pelos padrinhos nessas pequenas unidades produtivas.

Os registros paroquiais de batismos são uma importante ferramenta de estudo. A análise desses documentos apresenta mais uma oportunidade para melhor conhecer a vida e a mentalidade dos indivíduos que viveram em Minas Gerais no século XIX. Ao buscar entender o comportamento dos pequenos proprietários e dos cativos que se encontravam sob a posse desses indivíduos, deparamo-nos com algumas questões: Quem os pequenos proprietários estariam escolhendo como padrinho e madrinha de seus filhos? Será que a relação de compadrio poderia ser firmada com proprietários residentes em outras localidades? E no que tange a população cativa? Quem os escravos estariam escolhendo como padrinho e madrinha de seus filhos? Buscariam firmar relações horizontais, estendendo os laços entre seus iguais, ou optariam pelas relações verticais, dando preferência a indivíduos livres?

Buscaremos responder a tais questões no decorrer do presente capítulo, mas, antes de apresentar os resultados encontrados, cabe-nos expor, de forma breve e sucinta, a importância e a metodologia por nós adotada durante a coleta, análise e cruzamento dessa fonte documental. Os registros paroquiais de batismo apresentam-se ainda hoje como uma das

---

<sup>296</sup> JOHANN, Renata Finkler. *Na Trama Dos Escravos De Sua Majestade: o batismo e as redes de compadrio dos cativos da real feitoria do Linho Cânhamo (1788-1798)*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010. p. 47.

formas mais concretas para se conhecer e entender as escolhas que regiam a vida de diversos atores sociais no passado brasileiro. Elaborados no Brasil segundo as instruções tridentinas, tais registros foram adaptados nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, e tinham como principal objetivo “arquivar” o parentesco espiritual que se contraía no sacramento de batismo<sup>297</sup>. De caráter obrigatório a todos os indivíduos que compunham a sociedade, a confecção dos documentos ficava sob a responsabilidade dos próprios párocos locais. Os clérigos, além de realizar a cerimônia, após o rito de batismo encarregavam-se de registrar as informações referentes aos pais, padrinhos e batizados nos livros de assentos paroquiais.

Utilizados inicialmente pelos genealogistas, o uso dos registros paroquiais como fonte de pesquisa se intensificou com o advento da demografia histórica<sup>298</sup>. A partir de então, muitos estudiosos passaram a utilizar essa fonte documental, contribuindo sobremaneira para o melhor entendimento das relações de poder, das redes de amizade e, principalmente, dos vínculos que eram estabelecidos entre senhores e escravos. Ricos em informações, esses registros nos possibilitam conhecer a idade, o nome do batizando, o nome dos pais, o nome dos padrinhos, o local onde o batismo havia sido realizado, o ano em que este rito havia sido celebrado e até mesmo a condição jurídica dos envolvidos. Tais informações, além de nos permitir conhecer as escolhas e as estratégias adotadas pelos homens e mulheres livres e cativos presentes na localidade, ajudam-nos entender a dinâmica social e política da sociedade analisada.

Segundo Carlo Ginzburg, os registros de batismo tendiam a seguir um formato praticamente invariável, sendo a padronização uma de suas principais características<sup>299</sup>. Essas fontes seriais, universais e cronológicas foram de grande utilidade para as pesquisas demográficas, engendrando uma documentação individual e coletiva de grande importância para a História Social<sup>300</sup>. Contudo, embora o padrão serial e uniforme dos documentos muito ajude na coleta e análise de suas informações, não basta ao pesquisador possuir um enorme

---

<sup>297</sup> Importante destacar que, embora a principal função do registro de batismo fosse a de marcar a relação e o compromisso espiritual firmado entre o batizando e os padrinhos, esses documentos eram constantemente utilizados para finalidades civis e jurídicas como comprovação de origem, paternidade, estado matrimonial e também para comprovação de posse. No que tange à população escrava, o batismo não significava apenas o certificado de nascimento e inserção no mundo cristão, mas, principalmente, o reconhecimento oficial dos direitos do proprietário sobre sua posse. Nesse sentido, ver: VENANCIO, Renato Pinto. *Compadrio e rede familiar entre forras de Vila Rica, 1713-1804*. In: *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba, Novembro de 2003, p. 598.

<sup>298</sup> BURGUIÈRE, A. A demografia. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 59.

<sup>299</sup> GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. p. 64.

<sup>300</sup> BASSANEZI, M. S. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (Orgs.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141-172.

conjunto de registros quantitativos se o mesmo não souber como usá-los, explorá-los ou mesmo interrogá-los. Essas fontes podem ser um importante instrumento de pesquisa, desde que o estudioso entenda sua estrutura, perceba suas limitações, e se esforce não em comprovar tendências já consensuais na historiografia, mas, principalmente, em produzir novos conhecimentos.

Os registros paroquiais de batismo podem ser cruzados com diversas fontes históricas, tais como: inventários *post-mortem*, testamentos e também com as listas nominativas de habitantes. De acordo com Carlos Bacellar, o cruzamento dos assentos paroquiais de batismo com as listas nominativas permitiria ao pesquisador melhor conhecer seu objeto de estudo, abrindo espaço para novas perspectivas e análises. Segundo esse estudioso, por meio do cruzamento das informações contidas nesses dois documentos históricos, seria-nos possível identificar com maior clareza quem eram os compadres livres, quantos escravos esses indivíduos possuíam, quem eram os padrinhos mais populares, dentre outros diversos aspectos. Tal análise permitir-nos-ia conhecer não somente os grandes proprietários locais, requisitados pela sua relevância econômica e política, mas também aqueles homens e mulheres tidos como importantes para população cativa e também pelos segmentos menos favorecidos da sociedade<sup>301</sup>.

Ademais, por meio do cruzamento dos registros paroquiais de batismo e das listas nominativas, seria-nos possível lançar mão de um olhar mais instigante sobre a questão da vizinhança, verificando se os pais, padrinhos e afilhados eram de fato vizinhos próximos ou não. Tal metodologia nos possibilitaria entender a dimensão geográfica do batismo, percebendo não somente as relações estabelecidas entre propriedades vizinhas, mas também a existência de laços que ultrapassavam a barreira espacial existente entre as localidades mais próximas. No que se refere aos laços firmados com homens e mulheres livres, as listas nominativas poderiam vir a nos fornecer importantes informações acerca da condição social, faixa etária, estado civil e outros dados característicos da vida e do perfil desses padrinhos e madrinhas<sup>302</sup>.

Dessa forma, para melhor conhecer o comportamento, as escolhas e as estratégias dos proprietários e dos cativos que se encontravam presentes nas pequenas unidades produtivas de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, buscaremos realizar o cruzamento entre os registros

---

<sup>301</sup> BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. p. 1-11. p. 5-6.

<sup>302</sup> BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Op. cit., 2011. p. 5-6.

paroquiais de batismo e as Listas Nominativas de Habitantes de 1831. A metodologia por nós adotada consistiu em cruzar o nome dos 81 pequenos proprietários presentes nos censos de 1831, com cerca de 9000 registros de batismo que foram coletados na Cúria Metropolitana de Juiz de Fora e no Arquivo da Arquidiocese de Mariana. Estes assentos paroquiais encontram-se atualmente transcritos e digitalizados, compondo um extenso banco de dados que foi confeccionado pela professora doutora Mônica Ribeiro de Oliveira e demais integrantes do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Os assentos paroquiais coletados referem-se a Serra da Mantiqueira, região que foi genericamente denominada como Borda do Campo<sup>303</sup>. O primeiro registro de batismo por nós coletado corresponde ao ano de 1708 e o último ao ano de 1898. Esse banco de dados começou a ser confeccionado no ano de 2005, sendo a transcrição dos 9000 registros finalizada em 2009. Os quatro anos de trabalho permitiram-nos agrupar, em um mesmo arranjo, importantes informações acerca das escolhas e das estratégias adotadas tanto pela população livre quanto pela população cativa desta região, possibilitando-nos conhecer e entender os vínculos que foram estabelecidos por estes indivíduos ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Como destacamos anteriormente, os registros paroquiais de batismo permite-nos ter acesso a uma gama de informações: o nome dos pais da criança, o nome do batizando, o nome do padrinho e da madrinha, o ano do batizado, o local em que o rito havia sido realizado, a condição jurídica e social dos envolvidos e, no caso do batizado de escravos, possibilita-nos verificar também o nome do proprietário dos cativos. Para que todas essas informações pudessem ser devidamente computadas, separamos o banco de dados em 32 colunas<sup>304</sup>. Entretanto, acreditamos que relatar a função e os dados presentes em cada uma destas 32 colunas, tornaria essa parte do trabalho demasiadamente extensa e cansativa. Dessa forma, buscando facilitar a compreensão acerca da estrutura de nosso banco de dados, optamos por apresentar e descrever apenas as colunas mais importantes<sup>305</sup>.

---

<sup>303</sup> MASSENA, Nestor apud OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família*, 1999. p. 95.

<sup>304</sup> As 32 colunas do Banco de Dados de Batismo encontram-se disponíveis no Anexo III.

<sup>305</sup> Cabe-nos esclarecer que ao apresentar as informações contidas em apenas algumas das colunas que compunham nosso banco de dados, não estamos negligenciando a importância ou a relevância das demais informações contidas nos registros paroquiais de batismo. As colunas as quais não iremos mencionar durante a explicação trazem informações acerca da naturalidade do pai e da mãe do batizando, o nome dos avós paternos e maternos, o nome do padre que realizou a cerimônia, dentre outros informes que embora muito contribuam para o melhor conhecimento deste rito, apresentam-se para nossa análise como informações de segunda ordem, ou seja, não interferem na análise de nosso objeto de estudo.

A primeira coluna corresponde ao número da ficha de batismo, a segunda refere-se à legitimidade ou a ilegitimidade do batizando, sendo computados com um X todos aqueles indivíduos descritos pela fonte como ilegítimos. A terceira coluna permite-nos perceber se o batizando era adulto ou criança, sendo todos os adultos indicados com um X. A quarta coluna apresenta o nome do pai do batizando, seguido pela condição do mesmo, se livre, escravo ou forro. A sexta coluna intitulada como OB P (observações pai) apresenta informações como a cor, profissão, e outros dados que por ventura aparecessem no registro. Entretanto, ainda que nesta fileira algumas características pessoais do pai do batizando pudessem ser verificadas, a principal função dela era a de informar o nome do proprietário do escravo, isso nos casos em que o batizando era filho de pais cativos, e também nas situações em que o batizando era um mancípio adulto.

O nome da mãe do batizando aparece na décima quarta coluna, sendo posteriormente apresentada sua condição e demais informações acerca desta mulher. Tal como na coluna OB P, a coluna OB M (observações mãe), além de apresentar elementos como a cor e a profissão, permitiu-nos identificar, caso a criança batizada fosse filha de mãe escrava, quem era o proprietário desta cativa. A vigésima terceira coluna possibilitou-nos conhecer o nome do batizando, e as demais informaram a data e também o local onde a cerimônia de batismo havia sido realizada. Logo em seguida, temos acesso ao nome do padrinho e da madrinha, sendo a última coluna, intitulada como OB P/M (observações padrinho e madrinha), a grande responsável por nos fornecer as informações acerca dos “pais espirituais” que foram selecionados. Por meio desta última coluna conseguimos verificar se os padrinhos eram casados entre si, a condição destes sujeitos, a cor, o nome do proprietário dos mesmos, caso esses sujeitos fossem escravos, dentre outras muitas informações.

Apresentada a estrutura do banco de dados de batismo, resta-nos ressaltar ainda os cuidados que se fizeram necessários ao longo da análise e cruzamento das fontes. Devido à opulência de informações reunidas no banco de dados supramencionado, alguns procedimentos tiveram de ser adotados. Como o cruzamento entre estas duas fontes documentais foi realizado tendo como base o nome dos 81 pequenos proprietários das Listas Nominativas de 1831, a primeira precaução por nós adotada foi a de eliminar todos os nomes simples encontrados, englobando na análise somente aqueles homens e mulheres que possuíam mais de um sobrenome. Dessa forma, todos os proprietários que detinham a posse de um até três cativos e que possuíam somente o primeiro nome, como exemplo, Maria

Tereza, João Manoel, José Francisco, foram automaticamente descartados do cruzamento, evitando-se, assim, a presença de homônimos.

Além de realizar o cruzamento somente com aqueles indivíduos que possuíam um ou mais sobrenome, buscamos verificar também a existência de outros dados que apresentassem informações correspondentes com elementos presentes nas Listas de 1831. Por exemplo, quando o nome de um pequeno proprietário aparecia na coluna do pai do batizando, procuramos verificar também o nome do cônjuge, a fim de constatar se o nome da esposa era ou não condizente com o nome que estava presente no censo demográfico. O mesmo pôde ser feito com as pequenas proprietárias mulheres e com os escravos. Dessa maneira, ao perceber que o pai e/ou a mãe do batizando tinham como proprietário algum de nossos 81 chefes de domicílio, foi-nos possível verificar a correspondência entre o nome dos cativos no assento de batismo, e o nome dos mancípios que se encontravam sob a posse desses senhores no ano de 1831<sup>306</sup>.

Tal como os nomes, as datas também exigiram demasiada cautela e atenção. Como no banco de dados de batismo o primeiro registro coletado refere-se ao ano de 1708 e o último ao ano de 1898, ao identificar o nome de um de nossos pequenos proprietários nas colunas de pai, mãe, padrinho, madrinha, observações pai, observações mãe, bem como nas observações dos padrinhos, fez-se necessário observar a data em que a cerimônia havia sido realizada. Após verificar a data em que o batismo havia sido celebrado, buscamos comparar essa data e a idade dos chefes de domicílio. Como as Listas Nominativas apresentaram a idade que esses proprietários tinham no ano 1831, calculamos a diferença entre ambas as datas, obtendo-se, assim, a idade dos indivíduos no momento em que havia sido realizado o batismo. Obviamente, houve casos em que a data do batismo não era compatível com a idade dos homens e mulheres por nós selecionados, tratando-se de indivíduos muito jovens ou excessivamente idosos. Os registros em que a data da celebração do batismo não foi condizente com a idade desses pequenos proprietários foram automaticamente excluídos, pois claramente tratava-se de outros indivíduos.

Tais ponderações, embora necessárias, acabaram por restringir o número de assentos paroquiais por nós coletados. Assim, levando-se em consideração tais medidas de precaução,

---

<sup>306</sup> Estamos cientes de que a Lista Nominativa de Habitantes de 1831 representa um momento único no tempo e no espaço, e que, portanto, todas as informações presentes nessa fonte são passíveis de mudança. Ao longo dos anos, os proprietários podem ter se casado novamente, alterando assim o nome de seus respectivos cônjuges. Escravos podem ter sido vendidos, outros adquiridos, fazendo com que em alguns dos casos analisados os nomes presentes em ambas às fontes não fossem condizentes. Devido a essa limitação inerente às Listas Nominativas, o nome do cônjuge e dos escravos foi verificado levando-se em consideração as possíveis mudanças que poderiam vir a ocorrer ao longo da vida destes indivíduos.

foi-nos possível encontrar apenas 68 registros. Contudo, ainda que os documentos encontrados não englobem a totalidade de nossos pequenos proprietários, a análise destes 68 registros paroquiais de batismo nos possibilitou verificar os laços de compadrio firmados por indivíduos livres e cativos em cinco localidades da Serra da Mantiqueira.

### **3.1. As relações de compadrio**

O batismo e o motivo da escolha dos padrinhos têm se revelado um fenômeno importante para se compreender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas que regiam a vida de senhores e escravos no Brasil. O estudo do compadrio tornou-se uma importante ferramenta para historiografia brasileira, sendo possível por meio da análise desta instituição compreender um pouco mais acerca das relações estabelecidas entre os diferentes grupos sociais que compunham a sociedade do passado. Muitos foram os estudos que se dedicaram a analisar e compreender as relações de compadrio firmadas entre senhores e escravos em diferentes regiões do Brasil. Tais análises permitiu-nos perceber a importância que o compadrio assumiu na sociedade, além da influência que exerceu nas escolhas e nas relações estabelecidas tanto entre a população livre quanto entre os cativos presentes em nosso país.

De acordo com Sílvia Brugger, o compadrio era o grande responsável pela extensão dos laços sociais firmados por um indivíduo. Por meio dessa instituição, tanto senhores quanto cativos poderiam vir a apadrinhar um número infinito de afilhados, incorporando à sua parentela inúmeras unidades familiares. O apadrinhamento permitia o estabelecimento de laços bastante sólidos, fazendo com que pessoas das mais diferentes condições sociais passassem então a se reconhecer como parentes<sup>307</sup>. Segundo Brugger, outra vantagem do compadrio seria a de que, diferentemente das alianças matrimoniais, o batismo não possuía implicação de “ordem patrimonial”<sup>308</sup>, ou seja, embora o afilhado pudesse ser beneficiado pelo padrinho, não era necessariamente seu herdeiro, e, portanto, não precisaria ser incluído na partilha dos bens.

Na visão de Renato Pinto Venâncio, Maria José Ferro Souza e Maria Teresa Gonçalves Pereira o sacramento do batismo implicava automaticamente na constituição de laços com uma nova família espiritual. Assim sendo, para além dos privilégios econômicos, políticos e

---

<sup>307</sup> BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Padrinhos de Muitos Afilhados: um estudo do significado do compadrio em São João del Rei, Séculos XVIII e XIX*. In: *ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003. p. 13.

<sup>308</sup> BRÜGGER, Sílvia. *Op. cit.*, 2003. p. 7.

sociais que poderiam advir desta união, caberia aos envolvidos assumir também alguns compromissos e deveres, os quais deveriam ser respeitados por ambas as partes. Segundo os autores supracitados, enquanto o padrinho possuía a função de proteger e ensinar a doutrina cristã, ao seu afilhado caberia agir conforme os padrões de obediência, fidelidade e reverência a seu “protetor”<sup>309</sup>, fazendo com que essa união fosse pautada pelo respeito e pela reciprocidade.

Segundo Stuart Schwartz, as relações de compadrio poderiam vir a reforçar os laços de parentesco já existentes, solidificar relações com pessoas de classe social semelhante ou mesmo estabelecer laços verticais entre indivíduos socialmente desiguais<sup>310</sup>. Tais características tornavam o compadrio uma instituição eminentemente hierárquica, fazendo com que, mesmo quando estes vínculos fossem estabelecidos entre pares de um mesmo grupo social, essa relação continuasse sendo pautada pelas expectativas, interdependência e desigualdades existente entre os indivíduos envolvidos, constituindo-se assim como um elo de “mão-dupla”<sup>311</sup>.

Dessa forma, cabe-nos ressaltar que embora tal relação estipulasse algumas obrigações e deveres entre os envolvidos, indubitavelmente beneficiava ambos os lados. Para os afilhados, encontrar-se sob os cuidados e a proteção de um indivíduo era uma forma de expandir seus contatos e, conseqüentemente, seus laços de amizade, fosse por meio de relações horizontais ou verticais<sup>312</sup>. No que se refere aos padrinhos, entendemos que um apadrinhamento era sempre bem quisto, pois além de não interferir na divisão dos bens, ter afilhados era um “capital político” de considerável importância<sup>313</sup>.

Certamente, durante os séculos XVIII e XIX essa instituição assumiu uma relevância e um significado maior do que tem hoje em dia. O compadrio foi um poderoso mecanismo de socialização, acessível a todas as camadas sociais, sendo largamente procurado e difundido entre os cativos. Por meio do compadrio, os escravos procuravam construir relações de

---

<sup>309</sup> VENANCIO, Renato Pinto; SOUZA, Maria José Ferro; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v 26, n 52, p. 273-294, 2006.

<sup>310</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*, 2001. p. 266.

<sup>311</sup> Nesse sentido, ver: BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Padrinhos de Muitos Afilhados*, 2003. p. 7; DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*. (Dissertação de Mestrado em História) UFJF, Juiz de Fora, 2010. p. 174.

<sup>312</sup> Quando o batizado era estabelecido entre indivíduos da mesma condição social como, por exemplo, entre escravos, livres, ou livres de cor, firmava-se uma relação “horizontal”. Quando o compadrio era estabelecido entre sujeitos de diferentes classes sociais como, por exemplo, um livre atuando como padrinho de um escravo, era firmado uma relação de cunho “vertical”. Para maiores informações, ver: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os compadres e as comadres de escravos*, 2011. p. 9.

<sup>313</sup> Nesse sentido, ver: BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Padrinhos de Muitos Afilhados*, 2003. p. 13.

solidariedade e reciprocidade com pessoas de diversas condições sociais e também entre seus iguais, ampliando e construindo novos espaços de convivência. Todavia, ainda que essa instituição permitisse aos cativos ultrapassar de modo mais fácil e frequente algumas barreiras, expandindo seu leque de oportunidades e escolhas, esse rito guardava ainda certas balizas e padrões.

Um dos aspectos mais discutidos nos estudos sobre o apadrinhamento de escravos refere-se à possibilidade, ou não, de se interpretar os vínculos de compadrio estabelecidos entre senhores e cativos como sendo um reforço da família patriarcal<sup>314</sup>. Seguindo esta linha de pensamento, Kátia Mattoso pressupunha ser bastante recorrente a prática de senhores batizarem seus próprios cativos, uma vez que o estabelecimento desses vínculos, além de harmonizar a relação existente entre ambos, teria a função de “complementar a sociedade brasileira baseada na família extensa, ampliada e patriarcal”<sup>315</sup>.

Muitos foram os trabalhos que se dedicaram a analisar as relações de compadrio estabelecidas entre senhores e cativos na sociedade brasileira. No entanto, tais estudos têm demonstrado que raramente os senhores apadrinhavam seus próprios mancipios, pois os vínculos espirituais e de proteção, estabelecidos no ato do batismo, seriam incompatíveis com a relação de exploração e submissão existente entre estes dois sujeitos. Stephen Gudeman e Stuart Schwartz, ao estudar os laços de compadrio firmados entre os escravos do Recôncavo baiano no final do século XVIII e início do XIX, não constataram nenhum caso em que o proprietário serviu como o padrinho de seus próprios escravos<sup>316</sup>. A ausência dessa prática pôde ser comprovada também por José Roberto Góes que, ao analisar as relações de compadrio entre os escravos da freguesia rural de Inhaúma no Rio de Janeiro, durante a primeira metade do século XIX, não registrou nenhum caso em que o senhor apareceu atuando como o padrinho de seus próprios cativos<sup>317</sup>.

Ana Lugão Rios, ao analisar 2.668 registros de batismo referentes à Paraíba do Sul no período de 1872 a 1888, constatou que apenas 0,32% dos escravos batizados naquele período

---

<sup>314</sup> A imagem da família patriarcal baseava-se na concepção de que todos os integrantes da residência, ou seja, a esposa, os filhos, os parentes, os agregados e até mesmo os escravos encontravam-se sob a proteção e as ordenações de um patriarca onipotente. Por muito tempo, a família patriarcal foi considerada como o único arranjo familiar existente, desconsiderando-se os demais arranjos parentais presentes no Brasil colonial. Nesse sentido, ver: FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, 1963; FARIA, Sheila de Castro. *Família*. In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

<sup>315</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 132.

<sup>316</sup> GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 42. Ver também: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*, 1988. p. 333.

<sup>317</sup> GÓES, José Roberto. *O Cativo Imperfeito*. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória/ES, Lineart, 1993. p. 56.

tiveram como padrinho e madrinha seus próprios senhores<sup>318</sup>. Da mesma forma, Sílvia Brugger, em estudo sobre as escolhas dos compadres e comadres dos cativos de São João del Rei entre os anos de 1736 a 1850, percebeu que 150 infantes foram apadrinhados pelos próprios proprietários, sendo este total correspondente a somente 1,08% de todos batizados realizados durante aquele período<sup>319</sup>.

Tais estudos, embora apresentem resultados diferentes, demonstram a pequena recorrência e até mesmo a inexistência desses casos, levando-nos a entendê-los não como a regra, mas como uma exceção e/ou uma excepcionalidade. Contudo, importa-nos destacar que se por um lado era raro um senhor apadrinhar o seu próprio cativo, por outro, foi bastante comum a presença de homens e mulheres livres atuando como padrinho e madrinha de escravos que pertenciam a outros senhores. Stuart Schwartz, ao analisar os laços de compadrio que foram firmados entre os escravos da Bahia em meados do século XVIII, chegou à conclusão de que 70% dos batismos contavam com a presença de pelo menos um padrinho livre<sup>320</sup>. Segundo o autor, esses números acabaram por comprovar que entre os cativos também valia o imperativo social de se escolher como padrinho e madrinha, homens e mulheres com *status* superior ao do batizando, ou seja, a predileção dos pais por compadres e comadres hierarquicamente superiores na escala social.

O predomínio de padrinhos e madrinhas livres pôde ser constatado também por Sílvia Brugger. Ao analisar os registros de batismo dos escravos de São João del Rei entre os anos de 1730 a 1850, a autora percebeu que, além dos vínculos de amizade e solidariedade inerentes ao compadrio, este rito também poderia viabilizar ganhos sociais, políticos e econômicos. A supremacia dos laços verticais levou a autora a concluir que o compadrio foi o elemento fundamental na construção das relações de poder, e na estruturação das redes sociais que organizavam a vida cotidiana naquela sociedade<sup>321</sup>. Para Brugger, o compadrio constituiu-se, para todos os grupos sociais e especialmente para os cativos, como uma aliança “para cima”, ou seja, como uma forma de se obter ganhos<sup>322</sup>.

Tal como os autores supracitados, Cacilda Machado, ao estudar as relações de compadrio entre os escravos de São José dos Pinhais no Paraná, percebeu que 70% das crianças cativas que foram batizadas tiveram como padrinho e madrinha pessoas livres e/ ou

---

<sup>318</sup> RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição* (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920) (Dissertação de Mestrado em História) Niterói: UFF, 1990. p 56-59.

<sup>319</sup> BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*, 2007. p. 318.

<sup>320</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*, 2001. p. 98.

<sup>321</sup> BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Padrinhos de Muitos Afilhados*, 2003. p. 11.

<sup>322</sup> BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*, 2002. p. 322.

libertas<sup>323</sup>. De acordo com a autora, a escolha por padrinhos livres poderia vir a significar uma melhor oportunidade para se obter vantagens políticas, sociais e mesmo econômicas, tanto para as crianças quanto para os pais<sup>324</sup>. Segundo Machado, escolher um padrinho livre, isto é, tornar-se compadre de outros proprietários escravistas, poderia ser uma forma de se estreitar os laços com as propriedades onde seus parentes escravos viviam. Após constituir esse vínculo, a casa do padrinho tornar-se-ia para o escravo batizado um local de fácil acesso, permitindo “a comunicação e a convivência com a escravaria e os agregados das casas senhoriais, muitos deles seus parentes”<sup>325</sup>.

Padrões diferentes acerca da condição jurídica dos padrinhos foram constatados por Tânia Kjerfve e Sílvia Brugger. Em trabalho conjunto, as estudiosas se dedicaram a analisar os assentos de batismo da região de Campos no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII, comprovando uma ligeira preferência por padrinhos e madrinhas escravas. Segundo as autoras, a preferência em se estabelecer relações horizontais, ou seja, com indivíduos da mesma condição social do batizando, pode ser o indicativo de que os laços de compadrio funcionavam também “como uma possibilidade de substituição ou ampliação da família escrava e, num sentido mais amplo, de formação de uma comunidade negra no Novo Mundo”<sup>326</sup>.

Constatações semelhantes foram apontadas por Manolo Florentino e Roberto Góes. Os registros de batismo da região agrofluminense, entre os anos de 1817 a 1842, demonstraram a supremacia de padrinhos e madrinhas cativas e, conseqüentemente, o estabelecimento de

---

<sup>323</sup> MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, AHNPU, vol. 26, nº. 52, jul-dez, 2006. p. 72.

<sup>324</sup> Esses ganhos políticos, sociais e econômicos tinham natureza bastante diversa, podendo abranger os mais variados aspectos da vida dos envolvidos. Segundo Stuart Schwartz, a preferência dada pelos cativos a indivíduos livres no momento da escolha dos padrinhos de seus filhos mostra que, entre outros motivos, havia a esperança de uma possível alforria das crianças batizadas. Tais argumentos foram reforçados por Renato Pinto Venâncio e Lana Lima, ao demonstrarem que a pia batismal foi o principal local para se declarar a alforria dos inocentes no Rio de Janeiro no século XIX. A concessão das alforrias foi pesquisada também por Douglas Libby e Tarcísio Botelho. Ao analisarem os registros de batismo da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, eles verificaram que, embora reduzidas, as taxas de alforrias concedidas na pia batismal eram mais altas do que o ritmo de libertação da população escrava como um todo. Tais estudos nos permitem inferir que ainda que esta fosse uma prática pouco recorrente, era uma oportunidade tangível na vida destes cativos, fator que provavelmente colaborou para a alta proporção de padrinhos livres contabilizados nos estudos supracitados. Para maiores informações, ver: STUART SCHWARTZ. *Segredos Internos*, 1988. p. 312; LIMA, Lana Lage da Gama & VENÂNCIO, Renato Pinto. Alforrias de crianças escravas no Rio de Janeiro do século XIX. In: *Revista Resgate*, n. 2, p. 26-34, 1991. p. 27; LIBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Filhos de Deus: Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de N. S. do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. In: *Varia Historia*, nº 31, p. 71-87, Janeiro de 2004. p. 78.

<sup>325</sup> MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos, 2006. p. 73.

<sup>326</sup> KJERFVE, Tânia Nery & BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, p. 223-238, 1991. p. 229-231.

laços horizontais entre os municípios analisados. Na visão destes historiadores, a preferência por compadres e comadres escravos justificar-se-ia pela constante inserção de estrangeiros no cativeiro. Para Florentino e Góes, a chegada de municípios africanos gerava um clima generalizado de tensão nas senzalas, fazendo com que a escolha por padrinhos escravos pertencentes à mesma propriedade fosse utilizada como um mecanismo de paz, proteção e formação de laços entre os conviventes do cativeiro<sup>327</sup>.

Todavia, para além dos vínculos de compadrio estabelecidos entre os próprios companheiros de senzala, Florentino e Góes apontaram também para a existência de laços de parentesco espiritual que foram firmados com municípios de outros fogos. Na visão desses estudiosos, diferente das relações de compadrio estabelecidas entre cativos residentes em uma mesma escravaria, a eleição por padrinhos escravos de outras propriedades poderia representar a tentativa de se ampliar o raio das alianças políticas e sociais através do batismo, expandindo também as possibilidades de convivência e as redes de amizade<sup>328</sup>.

A opção por padrinhos cativos residentes em outras propriedades pôde ser constatada também nos estudos de José Roberto Góes. Ao pesquisar a freguesia rural de Inhaúma (RJ) na primeira metade do século XIX, o autor constatou que 66,6% dos padrinhos eram cativos, sendo a maior parte desses “pais espirituais” pertencentes a outros domicílios. Segundo o estudioso, na sociedade em voga, as relações de compadrio se davam predominantemente entre escravos de diferentes senhores, revelando a existência de uma relação de parentesco entre os membros das comunidades escravas existentes naquela região<sup>329</sup>.

Decerto, os estudos supracitados permitiu-nos compreender que, independente do perfil jurídico dos padrinhos, se livre ou escravo, o batizado foi uma instituição amplamente difundida e procurada pelos cativos. Entretanto, alguns questionamentos devem ainda ser considerados. Quem eram os verdadeiros responsáveis pela eleição dos padrinhos? Tal seleção ficaria a cargo dos próprios cativos, ou seria influenciada também pelos interesses de seus proprietários? A escolha por padrinhos livres e/ou cativos justificar-se-ia apenas pelos interesses dos envolvidos, ou abarcaria também fatores externos, como a região e o tamanho da propriedade?

Muitos foram os fatores internos e externos que influenciaram a escolha dos padrinhos. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* foram incisivas ao determinar que a decisão acerca do compadre e da comadre que fossem nomeados pelo pai,

---

<sup>327</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*, 1997. p. 158.

<sup>328</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *Op. cit.*, 1997. p. 159-160.

<sup>329</sup> GÓES, José Roberto. *O Cativeiro Imperfeito*, 1993. p. 127.

pela mãe ou pela pessoa cujo cargo estivesse a criança batizada deveria ser respeitada pelos párocos. Não obstante, algumas determinações deveriam ser cumpridas. O padrinho eleito deveria ser maior de 14 anos e a madrinha ter idade superior a 12 anos, salvo aqueles que obtivessem uma licença especial da Igreja. Não seria permitida a presença de mais de um padrinho e mais de uma madrinha, tal como não seria admitida juntamente a compleição de dois padrinhos e duas madrinhas. Não era permitido que os pais apadrinhassem os próprios filhos, e também não poderiam servir de “pais espirituais” os infiéis, os hereges, os excomungados, os surdos e os mudos<sup>330</sup>.

Sendo assim, apesar das imposições estabelecidas, de acordo com as *Constituições*, a eleição dos padrinhos ficavam a cargo dos pais ou responsáveis pela criança. Contudo, é bastante difícil determinar quem realmente escolhia o compadre e a comadre dos filhos das escravas. Segundo Carlos Bacellar, muitos estudiosos negligenciaram esta questão, partindo da premissa de que, ao contrário do casamento, no qual o senhor teria grandes interesses em direcionar a escolha dos parceiros conjugais de seus cativos, sua interferência nos batismos era pouco relevante, sendo a cerimônia regida principalmente pela vontade dos pais do infante<sup>331</sup>.

Díspar a essa ideia, Bacellar acreditava que de alguma maneira os senhores acabavam por influenciar nas escolhas dos compadres de seus cativos. Na visão do autor, a cerimônia de batismo não lhes era totalmente indiferente, uma vez que além de se constituir como um documento comprobatório de posse, era por meio desse rito que seus escravos e indivíduos externos a seus domínios firmavam relações e ampliavam suas redes de convivência, fossem estes vínculos verticais ou horizontais<sup>332</sup>. Dessa forma, ao investigar os registros de batismo dos escravos africanos de São Luiz do Piratininga entre o final do século XVIII e início do século XIX, Bacellar inferiu que as escolhas não partiam única e exclusivamente dos pais do rebento. Para esse estudioso, sem dúvida alguma a eleição dos padrinhos levava em

---

<sup>330</sup> Segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, a decisão dos pais ou do responsável pelo infante deveria ser respeitada. Contudo, caso o batizando fosse já adulto, a este caberia a responsabilidade pela escolha de seu padrinho e madrinha espiritual. Para maiores informações, ver: MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivência do compadrio (Minas Gerais, 1720-1750). In: *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 11, p. 36-54, 2010; MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. As redes de parentesco em uma sociedade escravista em formação: o compadrio na primeira metade do século XVIII (Minas Gerais). In: MOLLO, Helena Miranda; SILVEIRA, Marco Antônio. (Org.). *Termo de Mariana: história e documentação*, volume III. 1ed. Ouro Preto: Editora UFOP, 2010, v. III p. 35-52; MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. As relações de parentesco ritual em uma sociedade escravista: compadres, padrinhos e afilhados no cotidiano mineiro da primeira metade do século XVIII. In: *XIII Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina, 2008.

<sup>331</sup> BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos, 2011. p. 3.

<sup>332</sup> BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Op. cit., 2011. p. 3.

consideração a posição dos pais, mas irrefutavelmente tais escolhas eram induzidas também pelo proprietário dos cativos.

Cacilda Machado e Luís Farinatti corroboram com as afirmações acima expostas. Ao estudar os registros de batismo dos cativos presentes em São José dos Pinhais (PR), Machado destacou ser preciso admitir que ambos os atores envolvidos interviam na escolha do padrinho e da madrinha da criança batizada. Segundo a autora, o papel do senhor não poderia ser menosprezado neste processo, pois pelo menos algum grau de controle sob a socialização de seus cativos ficava a cargo deste proprietário<sup>333</sup>. Farinatti complementa os argumentos da pesquisadora ao destacar que:

“(…) como tudo que era importante para os cativos, o momento de batizar os filhos se constituía em um espaço para negociações com os senhores. A presença senhorial certamente se fazia sentir, mesmo nos casos de escolhas mais autônomas, aparecendo como um limitante”<sup>334</sup>.

Embora tais indícios sejam ainda incipientes, podemos citar, a partir da bibliografia pesquisada, um caso particular em que parece ser possível perceber a influência do senhor no momento da escolha dos padrinhos de seus cativos. Ao analisar os assentos paroquiais de batismo de Vila Rica no final do século XVIII e início do século XIX, Donald Ramos constatou um caso de batismo coletivo de seis escravos, todos com o mesmo casal de padrinhos livres. Segundo o autor, tal episódio apresenta-se como uma situação típica de imposição da vontade do senhor no momento da escolha dos compadres de seus mancipios, uma vez que muito provavelmente esse casal de padrinhos teria sido eleito não pelos pais das crianças batizadas, mas, sim, pelo próprio proprietário<sup>335</sup>.

O exemplo averiguado por Ramos confirma a posição defendida por Bacellar, Machado e Farinatti. A situação supramencionada permite-nos inferir que as escolhas poderiam ser influenciadas também pelo proprietário do escravo, o qual devido ao seu poder e autonomia seria capaz de limitar as escolhas e desejos de seus cativos, elegendo como padrinhos dos infantes batizados indivíduos de seu próprio círculo de convivência. Evidentemente, esta é uma questão ainda não consensual na historiografia, e muitos são os estudos e análises que devem ser elaborados a partir deste enfoque. Entretanto, partimos do pressuposto de que ambos os anseios, vontades e interesses poderiam vir a ser atendidos,

---

<sup>333</sup> MACHADO, Cacilda. *As muitas faces do compadrio de escravos*, 2006. p. 67.

<sup>334</sup> FARINATTI, Luís. *Os compadres de Estevão e Benedita: Hierarquia social, compadrio e escravidão do sul do Brasil. (1821-1845)*. In: *XXVI Simpósio Nacional de História. Anais*. São Paulo: ANPUH. 2011. p. 14.

<sup>335</sup> RAMOS, Donald. *Teias sagradas e profanas*, 2003, p. 41-68. p. 52.

sendo um processo pautado principalmente pela constante negociação entre senhores e escravos.

Como podemos perceber, tanto as imposições eclesiásticas, quanto os interesses políticos, econômicos e sociais dos senhores poderiam vir a interferir no processo de escolha dos padrinhos dos escravos na pia batismal. Todavia, além desses dois elementos, outros fatores acabavam por condicionar as escolhas dos compadres. Uma questão importante a ser considerada é a percepção de que as próprias condições da escravaria, ou seja, o tamanho da propriedade poderia vir a influenciar diretamente o comportamento dos escravos na hora do batismo.

Nesse sentido, muitos estudos têm apontado para o fato de que os cativos pertencentes a pequenos proprietários tendiam a preferir padrinhos livres para seus filhos<sup>336</sup>. Maria de Fátima Neves, por exemplo, ao investigar o compadrio na região de São Paulo entre os anos de 1801 a 1810, constatou que a preferência por padrinhos livres ou escravos estava associada ao tamanho das escravarias. Segundo a autora, os mancípios residentes em pequenas propriedades buscavam como compadre e comadre de seus rebentos indivíduos livres e externos à sua morada. Já em escravarias maiores, os laços de compadrio eram firmados preferencialmente entre os escravos da mesma unidade, indicando assim a tentativa de se ampliar as redes de amizade e solidariedade com seus iguais<sup>337</sup>.

A relação entre o tamanho da propriedade e a escolha dos padrinhos foi defendida também por Tarcísio Botelho que, ao analisar os registros de batismo da freguesia de Montes Claros (MG), confirmou que a eleição dos “pais espirituais” estava condicionada à dimensão da unidade produtiva. De acordo com o autor, nas escravarias menores a tendência era encontrar padrinhos escravos pertencentes a outros senhores, ou mesmo a escolha por compadres livres residentes em outros fogos. Para Botelho, nas pequenas propriedades as chances de se encontrar um padrinho e uma madrinha dentro da própria senzala eram bastante reduzidas, pois o número de cativos era demasiadamente pequeno<sup>338</sup>. Assim, restava aos mancípios procurar alternativas de convívio e redes de amizade para além dos limites da própria propriedade.

---

<sup>336</sup> Nesse sentido, ver: FERREIRA, Roberto Guedes. *Na pia batismal: família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. (Dissertação Mestrado em História): Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000; NEVES, Maria de Fátima. Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX. In: *História e População*. São Paulo: ABEP/IUSSP/CELADE, 1989; NASCIMENTO, Washington Santos. Famílias escravas, libertos e a dinâmica da escravidão no sertão baiano (1876-1888). In: *Afro-Ásia - Centro de Estudos Afro-Orientais – FFCH/UFBA*, Salvador, n. 35, 2007.

<sup>337</sup> NEVES, Maria de Fátima. Op. cit., 1989. p. 26.

<sup>338</sup> BOTELHO, Tarcísio R. *Famílias e escravarias*, 1994. p. 96.

Tal como os autores supracitados, Robert Slenes pôde constatar que nas regiões onde predominavam as grandes escravarias, o número de escravos apadrinhando escravos era bastante significativo. Segundo o autor, as grandes propriedades forneciam maiores possibilidades para se encontrar um compadre dentro da própria senzala, permitindo aos cativos utilizar o parentesco espiritual como uma estratégia para criar laços horizontais e expandir seus meios de socialização. Situação diferente esteve presente nas pequenas propriedades, as quais, devido ao reduzido número de escravos, obrigavam estes mancípios a recorrer a padrinhos e madrinhas externos a seus fogos, sendo estes “pais espirituais” majoritariamente livres<sup>339</sup>.

Os estudos de José Roberto Góes coadunam com esta tendência. Segundo o autor, nas grandes escravarias do Rio de Janeiro os padrinhos das crianças cativas eram preferencialmente os seus próprios companheiros de senzala. O inverso pôde ser observado ao se analisar às pequenas unidades produtivas da freguesia rural de Inhaúma, nas quais o autor registrou que a maior parte dos infantes batizados teve como padrinho e madrinha indivíduos livres ou libertos<sup>340</sup>. Os mesmos resultados foram encontrados por Stuart Schwartz e Ana Lugão Rios, ao perceberem que o tamanho da posse influenciava diretamente nas escolhas dos padrinhos, e que, enquanto nas grandes senzalas os vínculos de parentesco espiritual eram constituídos entre os próprios cativos, nas menores propriedades a tendência era a escolha por compadres livres<sup>341</sup>.

Com base nos estudos acima mencionados, torna-se latente afirmar que para se compreender as escolhas e o comportamento dos cativos no momento do batismo, devemos levar em consideração fatores muito além dos próprios interesses dos escravos e também de seus senhores. O processo de escolha de padrinhos e madrinhas foi diretamente influenciado pelo cativo. Além disso, segundo Jonis Freire, o fato de pertencer a uma pequena ou a uma grande escravaria, bem como a sua localização em áreas urbanas ou rurais, e ainda a sua integração ou não à *Plantation*, eram alguns dos muitos elementos que poderiam vir a interferir e mesmo explicar as opções adotadas pelos escravos durante a confecção do rito de batismo<sup>342</sup>.

---

<sup>339</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*, 1999. p. 70.

<sup>340</sup> GÓES, José Roberto. *O Cativo Imperfeito*, 1993. p. 102.

<sup>341</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*, 2001. p. 123; RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição*, 1990. p. 56-59.

<sup>342</sup> FREIRE, Jonis. *Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888)*. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*. Caxambu – MG. Setembro de 2004. p.7.

A configuração da escravaria, sem dúvida alguma, influenciou na escolha dos cativos. Dessa forma, cabe-nos entender que a seleção dos padrinhos esteve ligada a vicissitudes demográficas, econômicas e históricas, e que a formação das relações de compadrio, assim como tudo mais na escravidão, refletia as relações essenciais de poder estabelecidas pelos indivíduos que ali residiam<sup>343</sup>. Portanto, a vida, as escolhas e também as estratégias que eram adotadas tanto pelos senhores quanto pelos mancípios, foram continuamente moldadas e restritas pelo poder do sistema social e econômico vigente em cada sociedade.

Tendo em vista esse conjunto de variáveis, buscaremos apresentar os resultados obtidos por meio da análise dos 68 registros paroquiais de batismo de cinco localidades da Serra da Mantiqueira. Ao longo dos anos, muitos foram os estudiosos que se dedicaram a analisar os laços de compadrio firmados entre senhores e cativos em grandes escravarias<sup>344</sup>. Entretanto, muitos pesquisadores têm apontado para a necessidade de melhor se compreender os vínculos que envolveram os pequenos escravistas, de modo a mapear as práticas do compadrio também nas pequenas unidades produtivas<sup>345</sup>. Dessa forma, por meio desse estudo, pretendemos contribuir com os novos diálogos e pesquisas que tomam como objeto de análise as pequenas propriedades, e os laços espirituais que foram estabelecidos pelos indivíduos que ali viviam.

Não obstante, como vimos no primeiro capítulo desse trabalho, embora nas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina houvesse o predomínio de pequenas unidades produtivas, em especial daquelas propriedades que contavam com a presença de um até três cativos em sua composição, havia também a existência de médias e grandes escravarias. Nesse sentido, consideramos extremamente importante apresentar, primeiro, os dados mais gerais da região, e posteriormente passar a analisar, em específico, os registros paroquiais referentes aos 81 pequenos proprietários por nós analisados.

No âmbito geral, na Serra da Mantiqueira entre os anos de 1708 e 1898 foram batizadas 8809 (97,9%) crianças e apenas 191 (2,1%) adultos. Dessas 8809 crianças, 2269 eram escravas e 45 eram forras. Entre os adultos, 182 foram descritos como escravos crioulos ou africanos, e apenas nove não apresentaram informações acerca da origem. Das 8809 crianças batizadas nesse período, 1920 eram ilegítimas, sendo que entre esses infantes 1109

---

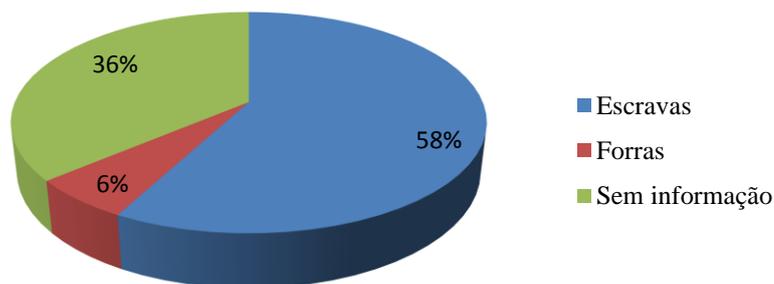
<sup>343</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*, 1988. p. 292.

<sup>344</sup> Nesse sentido, ver: SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*, 1999; GÓES, José Roberto. *O Cativo Imperfeito*, 1993; FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas*, 1997, dentre outros.

<sup>345</sup> Nesse sentido, ver: BACELLAR, Carlos Almeida Prado. *Os compadres e as comadres de escravos*, 2011; MACHADO, Cacilda. *As muitas faces do compadrio de escravos*, 2006.

eram escravos, 115 eram forros e 696 não apresentaram nenhuma informação<sup>346</sup>. O gráfico oito nos permite melhor visualizar as informações descritas em termos de porcentagem:

**Gráfico 8: Crianças ilegítimas batizadas na Serra da Mantiqueira (1708 - 1898)**

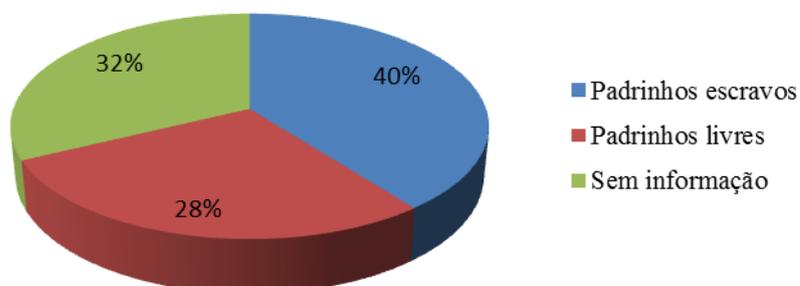


Fonte: Banco de Dados de batismo

Dos 2269 registros referentes ao batismo de crianças escravas, legítimas e ilegítimas, foi-nos possível perceber que em 897 casos, os pais desses infantes deram preferencia a padrinhos também cativos. Esses “pais espirituais” nem sempre eram casados ou pertenciam a mesma escravaria, sendo comum a escolha de padrinhos escravos que se encontravam sob a posse de diferentes senhores. Em 641 registros, os padrinhos selecionados como “pais espirituais” eram livres, e assim como os compadres cativos, esses indivíduos nem sempre eram casados ou pertenciam a mesma família. Infelizmente, 731 registros não apresentaram nenhuma informação referente aos padrinhos, sendo-nos impossível comprovar se os mesmos eram livres ou escravos. O gráfico nove nos mostra os resultados encontrados em porcentagem:

<sup>346</sup> Para melhor apresentar o panorama geral da Serra da Mantiqueira, optamos por incluir no gráfico oito também as crianças forras que foram batizadas no período de 1708 a 1898.

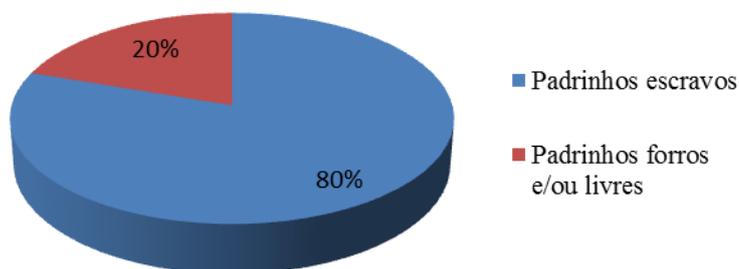
**Gráfico 9: Padrinhos de crianças escravas batizadas na Serra da Mantiqueira (1708-1898)**



Fonte: Banco de Dados de batismo

No que diz respeito aos 191 adultos que foram batizados nesse período, o banco de dados permitiu-nos perceber, de forma nítida, a preferência por padrinhos também cativos, pois dos 182 adultos que foram descritos como escravos, 146 escolheram como “pais espirituais” indivíduos da mesma condição social, e apenas 36 cativos tiveram padrinhos forros e/ou livres.

**Gráfico 10: Padrinhos de escravos adultos batizados na Serra da Mantiqueira (1708-1898)**



Fonte: Banco de Dados de batismo

### 3.1.1 – As relações de compadrio estabelecidas entre os escravos das pequenas propriedades da Serra da Mantiqueira:

Os registros de batismo alusivos aos 81 pequenos proprietários por nós analisados permitiu-nos verificar as relações de compadrio estabelecidas entre a população livre, e também entre a população cativa que se encontrava presente nas pequenas propriedades de cinco localidades da Serra da Mantiqueira. Contudo, devido à metodologia por nós adotada, ou seja, o cruzamento entre o nome dos 81 homens e mulheres que detinham a posse de um até três cativos com o banco de dados de batismo, foi-nos possível ter acesso, principalmente, às escolhas e às relações que foram estabelecidas pelos pequenos chefes de domicílio. No que tange aos cativos, somente conseguimos verificar a preferência por padrinhos livres e/ou escravos quando o nome do proprietário do mancipio que estava sendo batizado aparecia nos campos OB P (observações pai), OB M (observações mãe) ou OB P/M (observações padrinho e madrinha).

Ao realizar o cruzamento dos nomes que foram retirados das Listas Nominativas de 1831 com o banco de dados de batismo, foi-nos possível encontrar apenas 68 registros. Desses 68 registros, somente nove faziam referência às escolhas empreendidas pelos cativos que se encontravam presentes nessas pequenas propriedades. Dentre estes registros, não constatamos nenhum caso em que o batizando fosse um cativo já adulto, sendo todos os documentos analisados referentes ao batismo de crianças mancipias. Dessa forma, a partir desses nove registros de batismo, foi-nos possível analisar a escolha dos padrinhos das crianças e também a atuação desses cativos como compadres e comadres de escravos que pertenciam a outros proprietários.

No que concerne à escolha dos compadres, os registros de batismo permitiu-nos constatar a superioridade de padrinhos livres, pois em cinco dos nove documentos analisados, os “pais espirituais” escolhidos foram homens e mulheres livres. A título de exemplo podemos citar o registro de batismo referente ao filho dos escravos que pertenciam ao proprietário Tomás da Silva Braga, residente na localidade de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca. Tomás da Silva Braga apareceu na Lista Nominativa de 1831 listado como casado, designado como branco e possuidor de três cativos<sup>347</sup>. No ano de 1846, seus escravos Miguel e Joana de Nação escolheram como padrinho e madrinha de seu filho, o pequeno Manoel, o

---

<sup>347</sup> Fonte: Cruzamento realizado entre as Listas Nominativas de 1831, disponibilizadas pelo CEDEPLAR através do site <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>, e do banco de dados de batismo.

proprietário José Antônio Machado e sua esposa Constança Maria de Jesus, ambos residentes na localidade de Santa Rita do Ibitipoca, e que, de acordo com a Lista Nominativa, contavam com a presença de 18 escravos em sua propriedade.

Estamos cientes de que nossa amostra documental é bastante limitada, sendo-nos impossível afirmar que entre os cativos pertencentes às pequenas propriedades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, houve de fato a preferência por padrinhos e madrinhas livres. Não obstante, como bem se sabe, as relações de compadrio envolviam não somente o batizando e os “pais espirituais” da criança, mas também os pais biológicos e até mesmo o proprietário desses cativos. Dessa forma, torna-se possível supor que as alianças verticais, isto é, a busca por compadres livres, além de ampliar o convívio destes escravos com indivíduos de um *status* superior aos seus, poderia vir a significar a possibilidade de se obter ganhos políticos, econômicos e sociais tanto para os infantes quanto para os pais biológicos, mas, também para o proprietário desses mancípios<sup>348</sup>.

Nesse sentido, torna-se interessante observar que dos cinco casos em que os rebentos batizados tiveram como padrinhos homens e mulheres livres, em quatro, os indivíduos selecionados como compadres detinham a posse de dez ou mais escravos<sup>349</sup>. Tais dados permitiu-nos aventar a hipótese de que os cativos dos domicílios por nós analisados buscavam se relacionar com médios (sete a 15 escravos) e grandes proprietários (16 ou mais cativos), fosse por vontade própria ou por interesse de seus próprios senhores.

Em apenas dois registros de batismo, os cativos pertencentes aos pequenos proprietários por nós analisados escolheram como “pais espirituais” de seus filhos indivíduos da mesma condição social. Tal situação pôde ser verificada na pequena propriedade de Antônio José Rodrigues, homem branco, casado, residente na localidade de Santa Rita de Ibitipoca e que em 1831 detinha a posse sob três mancípios<sup>350</sup>. Em 1810, seus escravos Antônio e Tereza escolheram como padrinho e madrinha de sua filha, a crioula Ana, dois cativos que pertenciam ao proprietário Manoel Francisco Pires. Este proprietário, de acordo

---

<sup>348</sup> RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição*, 1990. p. 56-59; RAMOS, Donald. *Teias sagradas e profanas*, 2003. p. 52-54.

<sup>349</sup> Fonte: Cruzamento realizado entre as Listas Nominativas de 1831, disponibilizadas pelo CEDEPLAR através do site <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>, e do banco de dados de batismo.

<sup>350</sup> Fonte: Cruzamento realizado entre as Listas Nominativas de 1831, disponibilizadas pelo CEDEPLAR através do site <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>, e do banco de dados de batismo.

com a Lista de 1831, residia na localidade de Ibertioga, era um homem branco, casado e detinha a posse sob 26 escravos.

Decerto, a pequena quantidade de escravos que se encontravam presentes nas propriedades por nós analisadas limitou a escolha de padrinhos no interior da própria escravaria, fazendo com que a opção por compadres e comadres externos ao domicílio se tornasse a alternativa mais viável a esses cativos. Ainda assim, torna-se interessante observar que nesses dois casos, os vínculos de compadrio também foram firmados com escravos pertencentes a médias e grandes propriedades. Provavelmente, muitos dos parentes destes mancipios poderiam estar presentes nestas propriedades, pois o número de cativos que ali viviam era demasiadamente maior. No entanto, a hipótese de que os escravos buscaram se relacionar com mancipios pertencentes a médios e grandes proprietários visando melhores vantagens sociais e políticas não deve ser descartada, visto que o caráter hierárquico do compadrio esteve presente tanto nos laços verticais, quanto nas relações horizontais estabelecidas nesse rito<sup>351</sup>.

Mas além da superioridade de padrinhos livres, e dos dois casos em que os compadres escolhidos eram também cativos, a análise dos registros paroquiais permitiu-nos compreender que as práticas de compadrio podiam diferir consideravelmente de uma propriedade para outra. Mesmo dentro das pequenas unidades produtivas muitos foram os arranjos possíveis, os quais provavelmente variaram de acordo com a composição e a dimensão de cada escravaria, dos interesses e das relações entre senhores e escravos, e também de acordo com as redes e os conflitos variáveis em cada caso<sup>352</sup>. A multiplicidade dessas escolhas pôde ser observada por meio da análise do registro de batismo dos escravos que pertenciam ao proprietário Francisco José da Silva, homem pardo, casado e residente na localidade de Ibertioga.

No ano de 1824, o casal de escravos Domingos e Rosa escolheram como os padrinhos de seu filho o capitão Francisco de Paula e Souza e a escrava Ignácia, que se encontrava sob a posse do proprietário Antônio Francisco. Infelizmente, o nome do padrinho e o nome do proprietário da escrava não foram compatíveis com nenhum dos 525 nomes de chefes de

---

<sup>351</sup> O caráter hierárquico desse rito foi observado por Robert Slenes que, ao estudar a região do Oeste paulista no século XIX, pôde constatar que os escravos que tinham alguma qualificação profissional apadrinhavam mais do que os escravos “de roça”. Segundo o autor, esse fato explicar-se-ia principalmente pelo caráter hierárquico do compadrio, presente também entre as relações horizontais que compunham esse rito. Para maiores informações, ver: SLENES, Robert W. A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX. In: *População e Família*. São Paulo, v. 1, 1998. p. 79-82.

<sup>352</sup> BACELLAR, Carlos Almeida Prado. Os compadres e as comadres de escravos, 2011. p. 5.

domicílio que compunham as Listas Nominativas de 1831<sup>353</sup>. A incompatibilidade entre os nomes verificados no banco de dados de batismo e os nomes presentes nos censos de 1831, levou-nos a aventar a hipótese de que tais indivíduos poderiam residir em outras localidades que faziam parte da Serra da Mantiqueira, ou mesmo em localidades ainda mais distantes. Dessa forma, dada a ausência dos nomes supracitados, tornou-se impossível verificar a idade, o estado conjugal ou mesmo o número de mancipios que se encontravam sob a posse do capitão Francisco de Paula e Souza, eleito como padrinho, e do proprietário Antônio Francisco, que teve a cativa Ignácia selecionada como madrinha.

No que se refere às escolhas mistas, ou seja, nas situações em que se elegeu como padrinho ou madrinha um indivíduo livre e o outro escravo, a historiografia tem demonstrado que o padrinho homem tendia a ser o favorito na condição de livre<sup>354</sup>. De acordo com Sílvia Brugger e Stuart Schwartz, a figura do padrinho assumiu uma posição central no ritual de batismo, visto que o homem além de atuar como “pai espiritual” do batizando, se responsabilizaria também pela sua proteção e educação espiritual. Dessa forma, ao passo que entre os padrinhos destacava-se a escolha por indivíduos brancos, livres e de posição social mais elevada, dentre as madrinhas era mais frequente a seleção de negras escravas, pertencentes à mesma escravaria que os pais do infante ou a propriedades vizinhas<sup>355</sup>.

Os estudos de Cacilda Machado também confirmaram o papel de destaque assumido pelo padrinho. Ao analisar os registros de batismo referentes à freguesia de São José dos Pinhais (PR), a autora constatou que os rebentos batizados tinham duas vezes mais

---

<sup>353</sup> Como vimos no primeiro capítulo desse trabalho, em sua totalidade, as cinco Listas Nominativas de 1831 analisadas apresentaram a estrutura sociodemográfica de 525 domicílios, sendo-nos possível ter acesso aos nomes destes 525 chefes de domicílio, entre eles pequenos, médios e grandes proprietários. Obviamente que ao selecionar como objeto de estudo aqueles proprietários que detinham a posse de um até três cativos em suas unidades produtivas, nossa análise ficou restrita a somente 81 nomes. Todavia, visto que a escolha por padrinhos e madrinhas poderia vir a abarcar todos os indivíduos presentes nas localidades analisadas, e também externos a elas, ao cruzar o nome dos padrinhos com as Listas de 1831, englobamos na análise os 525 chefes listados. Torna-se importante destacar também que, embora a metodologia por nós empregada leve em consideração apenas o nome do chefe do domicílio, temos plena ciência de que muitos mancipios poderiam estar escolhendo, como padrinho e madrinha de seus rebentos, os filhos e demais parentes destes proprietários. Entretanto, como todos os demais integrantes do fogo, ou seja, a esposa, os filhos, e outros familiares e agregados que por ventura fizessem parte daquela propriedade foram listados sem os seus respectivos sobrenomes, tornou-se impossível realizar o cruzamento entre estas duas fontes contemplando também os nomes destes indivíduos.

<sup>354</sup> Nesse sentido, ver: SILVA, Denise. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. (Dissertação de Mestrado em História) Departamento de História, UFPR, Curitiba, 2004; ÁVILA, Junior Esteves. *Compadrio escravo em Curitiba: um estudo das relações sociais estabelecidas pelos escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1790-1834)*. (Monografia de conclusão de curso). UFPR. Curitiba, 2003; MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades*, 2008.

<sup>355</sup> BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*, 2002. p. 294; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*, 1999. p. 66.

probabilidade de ter uma madrinha escrava e um padrinho livre do que o contrário<sup>356</sup>. Segundo a autora, a preferência por padrinhos livres e madrinhas escravas devia-se ao fato de que ao “pai espiritual” caberia o papel de protetor e também de intercessor no futuro, sendo mais vantajosa a escolha de indivíduos com *status* superior ao do batizando. Já no que se refere ao papel desempenhado pela madrinha, caberia a esta “mãe espiritual”, em caso de morte dos pais do rebento, assumir a responsabilidade pela criação do afilhado, sendo preferível a constituição de laços horizontais<sup>357</sup>.

No entanto, embora os estudos supracitados demonstrem que nos casos em que as escolhas eram mistas havia certa predileção por padrinhos livres e madrinhas escravas, tais “padrões” de comportamento não devem ser vistos ou analisados como uma regra rígida e imutável. A título de exemplo, podemos citar o caso do batizado da infante Claudina. Claudina, Manoel Crioulo e Joana Moçambique eram escravos do proprietário José da Costa Ferreira, homem branco, casado e residente no povoado de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca. No ano de 1843, os cativos deste pequeno proprietário elegeram como “pais espirituais” de sua filha, Francisco e Maria Antônia, ele escravo de Silvério Honório de Rezende e ela, forra parda.

Infelizmente, assim como no caso acima mencionado, o nome do proprietário do escravo escolhido como padrinho não foi compatível com nenhum dos nomes dos chefes de domicílio listados nos censos de 1831, sendo-nos impossível descrever as características pessoais ou mesmo a quantidade de escravos que se encontravam sob a posse deste indivíduo. No que tange à figura da forra parda, eleita como madrinha, ainda que o nome Maria Antônia fosse encontrado dentre as chefes de domicílio presentes nas Listas de 1831, por não dispormos do sobrenome desta mulher, tornou-se impossível afirmar se tratar da mesma pessoa ou não, uma vez que os nomes simples abriam margens para se encontrar muitos homônimos<sup>358</sup>.

Ainda que se trate de uma amostra documental reduzida e limitada, os registros de batismo por nós analisados permitiu-nos inferir que embora as conjunturas sociais, econômicas e políticas de uma determinada sociedade possam vir a favorecer certos tipos de

---

<sup>356</sup> MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos, 2006. p. 61.

<sup>357</sup> MACHADO, Cacilda. Op. cit., 2006. p. 61-63.

<sup>358</sup> Graças à tradição de instabilidade dos nomes existentes entre a população colonial portuguesa, identificar um indivíduo levando-se em consideração somente o seu nome, tornou-se um dos maiores obstáculos dos pesquisadores que trabalham com o cruzamento das Listas Nominativas de Habitantes com outras fontes documentais. Nesse sentido, ver: BACELLAR, Calos Almeida. Criando porcos e arando a terra: família e compadrio entre os escravos de uma economia de abastecimento (São Luís do Paraitinga, Capitania de São Paulo, 1773-1840). In: *3º Encontro escravidão e liberdade no Brasil Meridional. Anais*. Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Universitário Florianópolis – SC, 2007. p. 23.

arranjos, as escolhas por padrinhos e madrinhas livres, escravos ou mistos variavam conforme os interesses e as estratégias de ambos os atores envolvidos, ou seja, de acordo com as vontades de senhores e cativos. Dessa forma, para que as relações de compadrio possam ser devidamente compreendidas e estudadas, mais do que se pensar em “padrões” ou “normas de conduta”, torna-se necessário perceber o limite de atuação de ambos os agentes, e ter o cuidado de se perceber que independente do tamanho da propriedade analisada e das características locais, todos os laços, vínculos e alianças firmados entre os indivíduos eram de mútua chancela.

Os documentos analisados, além de nos permitir verificar a escolha dos cativos por padrinhos livres, escravos ou mistos, apresentaram-nos também informações acerca da legitimidade e ilegitimidade dos infantes batizados. Nesse sentido, importa-nos ressaltar que comumente o rebento era considerado como filho legítimo quando o seu nascimento se dava após o casamento dos pais, o qual deveria ser oficialmente reconhecido pela Igreja Católica<sup>359</sup>. Já os filhos ilegítimos e/ou naturais eram assim identificados quando em seus documentos vinha registrado somente o nome da mãe, frequentemente seguido pelo estado de solteira<sup>360</sup>.

A questão da ilegitimidade escrava é um assunto ainda bastante discutido. Muitos estudiosos se dedicaram a pesquisar este tema, comprovando que um conjunto de variáveis poderia vir a interferir no maior ou menor índice de filhos legítimos e ilegítimos. Uma das explicações mais eficazes foi diagnosticada como sendo o tamanho da propriedade, visto que quanto maior fosse a escravaria, maior seria o índice de legitimidade encontrado entre os cativos<sup>361</sup>. De acordo com tais pesquisas, nas grandes propriedades as mulheres dispunham de maiores e melhores oportunidades para se encontrar um parceiro, bem como de sancionar legalmente suas uniões perante a Igreja. De forma inversa, nas pequenas unidades produtivas, devido ao reduzido número de escravos, fazia-se necessária a busca por parceiros livres ou

---

<sup>359</sup> CUNHA, Maísa Faleiros. A legitimidade entre os cativos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca - Século XIX. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, Caxambu, Setembro de 2004, p.7.

<sup>360</sup> Importa destacar que, durante os séculos XVIII e XIX, foram consideradas como uniões estáveis e legalmente oficializadas somente aqueles matrimônios que contassem com as bênçãos da Igreja Católica. Dessa forma, coube-nos perceber que a questão da ilegitimidade estava diretamente relacionada com a não oficialização dos casamentos, e que, portanto, seriam classificadas como filhos ilegítimos todas aquelas crianças cujos pais não estivessem unidos de acordo com as normas eclesiais. As uniões consensuais, mesmo quando duradouras, não eram reconhecidas pela Igreja, fazendo com que nestes casos o nome do pai da criança não fosse mencionado em seu registro de batismo. Para maiores informações, ver: FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*, 1998. p. 325; MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*, 1990. p. 45; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*, 1988. p. 313; SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor*, 1999. p. 156, dentre outros.

<sup>361</sup> Nesse sentido, ver: SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor*, 1999; MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*, 1990; FERREIRA, Roberto Guedes. *Egressos do cativo*, 2008, dentre outros.

mancípios residentes em outras propriedades, fator que acabava por minimizar o estabelecimento de uniões legítimas<sup>362</sup>.

Contudo, ainda que muitos estudos apontem para o fato de que nas pequenas propriedades o grau de ilegitimidade entre os cativos era consideravelmente mais elevado, torna-se importante destacar que muitas eram as relações estáveis, mas não oficializadas existentes nessas escravarias<sup>363</sup>. Certamente, muitas foram as uniões consensuais estabelecidas por esses cativos, as quais, por não serem sancionadas pela Igreja, acabavam por não constar nos documentos. Dessa forma, cabe-nos perceber que o alto grau de ilegitimidade não foi o reflexo do pequeno índice de relacionamentos duráveis, mas, sim, do baixo reconhecimento dos mesmos. Decerto, muitas foram as imposições e burocracias necessárias para o reconhecimento e legitimação do casamento cativo<sup>364</sup>, e devido a esse motivo, muitos mancípios podem ter permanecido unidos por meio de relações consensuais. Mas para além desses fatores, devemos levar em consideração também, a possibilidade de que alguns mancípios tenham preferido ficar sozinhos ao invés de se casarem.

Infelizmente, não dispomos de dados suficientes para constatar o grau de legitimidade e ilegitimidade entre os cativos que compunham as pequenas escravarias da Serra da Mantiqueira<sup>365</sup>. Ainda assim, dos nove registros de batismo por nós analisados, foi-nos possível identificar seis casos em que as crianças escravas batizadas foram fruto de uniões legalmente oficializadas, e três documentos em que os infantes batizados apareceram no

---

<sup>362</sup> Para maiores informações, ver: SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor*, 1999. p. 131; MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*, 1999. p. 81, dentre outros.

<sup>363</sup> Segundo Tarcísio Botelho, os altos índices de ilegitimidade encontrados nos registros de batismo não significaram, necessariamente, que os filhos estivessem privados do convívio com o pai e a mãe. Ver: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias*, 1994. p. 143.

<sup>364</sup> De acordo com Sheila de Castro Faria, muitos foram os empecilhos enfrentados pelos escravos na hora de legitimar suas uniões. Dentre estes obstáculos, destacavam-se os constantes trames burocráticos, como, por exemplo, a necessidade de se apresentar a documentação de batismo, e também o alto custo despendido por esse procedimento. Ver: Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*, 1998. p. 102-103. Ademais, devemos ressaltar que os documentos em que somente o nome da mãe era mencionado foram frequentes, pois não foram raros os casos em que o senhor ou do próprio pai da criança tinham interesses em ocultar sua origem. Nestas situações, muito provavelmente, o pai poderia pertencer à outra escravaria ou mesmo ser de um *status* social mais elevado, preferindo não revelar ou legitimar a paternidade do infante. Neste caso ver: SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor*, 1999.

<sup>365</sup> A pequena amostra documental da qual dispomos, não nos permitiu averiguar o grau de legitimidade e ilegitimidade dos escravos pertencentes às pequenas propriedades das cinco localidades por nós analisadas. Da mesma forma, devido ao reduzido número de registros, tornou-se impossível ratificar ou refutar a premissa historiográfica de que o *status* de legítimo ou ilegítimo do infante poderia vir a interferir na preferência por padrinhos livres ou cativos. Nesse sentido, importa-nos destacar que estudos têm demonstrado que invariavelmente a questão da legitimidade dos rebentos influenciou os índices de indivíduos livres e escravos que atuaram como compadres dessas crianças. Nesse sentido, ver: BRUGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*, 2007. p. 285-295; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*, 1998. p. 167; VASCONCELLOS, Marcia Cristina. Pais, filhos e padrinhos no sul fluminense, século XIX. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0002-05912014000100005&script=sci\\_arttex](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0002-05912014000100005&script=sci_arttex). Acessado em: 15/05/2014.

banco de dados como ilegítimos. Contudo, ainda que nos documentos examinados o número de crianças legítimas fosse superior ao número de rebentos ilegítimos, devemos levar em consideração que tais documentos demonstraram a realidade de apenas nove das 81 pequenas propriedades analisadas, e que os demais domicílios não necessariamente apresentariam os mesmos resultados e características.

Em três documentos, além de ter acesso a escolha dos cativos por padrinhos livres, escravos ou mistos, foi-nos possível analisar também a atuação destes mancípios como os “pais espirituais” de outros indivíduos. A título de exemplo, podemos citar o caso dos escravos Modesto e Carolina, que encontravam sob a posse do pequeno proprietário Carlos José Dias, homem branco, casado, proprietário de três escravos e residente na localidade de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca. No ano de 1839, os referidos cativos atuaram como os padrinhos do infante ilegítimo Raimundo, filho da escrava africana Maria. A cativa Maria pertencia a Silvéria Honória, mulher branca, viúva, e que além de possuir quatro cativos no ano de 1831, morava na propriedade vizinha a de Carlos José Dias.

O caso acima exposto demonstra-nos que apesar da ilegitimidade do infante Raimundo, a escrava Maria elegeu como os “pais espirituais” de seu filho indivíduos da mesma condição social. Dessa forma, cabe-nos ressaltar novamente que, embora a historiografia demonstre certas tendências e padrões de comportamento<sup>366</sup>, as relações de compadrio poderiam variar segundo os interesses dos proprietários e dos próprios cativos envolvidos, bem como de acordo os arranjos presentes em cada propriedade.

Outro documento que nos permitiu analisar a atuação desses cativos como padrinhos foi o batizado da infante Gertrudes. No ano de 1805, a escrava Teresa, pertencente ao pequeno proprietário Antônio José Rodrigues, homem branco, casado e residente na localidade de Santa Rita do Ibitipoca, foi eleita como madrinha da infante Gertrudes. O padrinho da criança foi o cativo José, pertencente ao pequeno proprietário José do Carmo, homem branco, casado e também residente na localidade de Santa Rita do Ibitipoca. A infante Gertrudes, por sua vez, assim como seus pais João de Nação e Ana crioula, encontravam-se

---

<sup>366</sup> Estudos têm demonstrado que comumente as crianças ilegítimas tinham como padrinhos indivíduos livres, enquanto as crianças legítimas possuíam como compadres homens e mulheres também cativos. Tais mancípios podiam pertencer à mesma propriedade que o infante batizado, ou até mesmo a unidades produtivas vizinhas. Para maiores informações, ver: BRUGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*, 2007. p. 285-295; DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires*, 2010. p.183; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*, 1998. p. 167; VASCONCELLOS, Marcia Cristina. Pais, filhos e padrinhos no sul fluminense, século XIX. Esse artigo encontra-se disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0002-05912014000100005&script=sci\\_arttex](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0002-05912014000100005&script=sci_arttex) Acessado em: 15/05/ 2014.

sob a posse de Francisco Gonçalves Pereira, homem branco, casado, residente na localidade de Santana do Garambéu, e que no ano de 1831 detinha a posse sob oito cativos.

Mais uma vez, foi-nos possível verificar a gama de possibilidades que envolveram as relações de compadrio entre os escravos. Muitos eram os arranjos possíveis, entre eles a nomeação de um padrinho e de uma madrinha pertencentes a diferentes proprietários, bem como a possibilidade de se eleger como “pais espirituais” do infante batizado indivíduos residentes em outras localidades. Tal situação permitiu-nos inferir que, além de ultrapassar os limites da própria propriedade, as relações espirituais poderiam vir a transcender também os próprios limites territoriais, demonstrando-nos que mais do que as vantagens sociais, políticas e econômicas que poderiam advir dessa relação, os vínculos de compadrio permitiram aos escravos agir sob uma maior liberdade, ainda que estas ações fossem pautadas por certos liames, como por exemplo, os interesses e as interferências de seus proprietários.

Em conjunto, os registros de batismo analisados permitiu-nos conhecer um pouco mais acerca das relações de compadrio que foram estabelecidas entre os escravos das nas pequenas propriedades de cinco localidades da Serra da Mantiqueira. No entanto, importa-nos destacar que os trabalhos que se dedicam a entender as práticas do compadrio escravo, de maneira geral, têm nos levado a resultados variados, os quais não nos permitem apontar conclusões definitivas. Nesse sentido, assim como Carlos Bacellar, defendemos a necessidade da realização de pesquisas e análises mais refinadas, especialmente de trabalho que dediquem a realizar o cruzamento entre os registros paroquiais de batismo e outras fontes documentais<sup>367</sup>.

Mas, se o compadrio escravo, apesar de amplamente estudado, carece ainda de muitos estudos e análises, o que dizer das relações de compadrio que foram estabelecidas entre os indivíduos livres presentes na sociedade? Ainda hoje, pouco se conhece acerca das relações de compadrio firmadas entre homens e mulheres livres, seja nos meios urbanos ou nas áreas mais rurais do país. Dessa forma, muitas são as questões a serem respondidas, como por exemplo: Quem esses homens e mulheres estariam escolhendo como os padrinhos de seus filhos? Quem esses indivíduos livres estariam batizando? Quais os interesses que regiam as escolhas e o comportamento desses homens e mulheres?

---

<sup>367</sup> BACELLAR, Calos Almeida. Criando porcos e arando a terra, 2007. p. 14.

### 3.1.2 – As relações de compadrio estabelecidas entre os pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira:

A partir da análise de 59 registros de batismo, que demonstram as escolhas e a atuação dos pequenos proprietários de cinco localidades que compunham a Serra da Mantiqueira, buscaremos conhecer e entender os laços de amizade e solidariedade que foram estabelecidos entre homens e mulheres livres. Mais uma vez, a metodologia utilizada teve como base o nome dos 81 pequenos proprietários por nós analisados. Assim, ao cruzar o nome desses indivíduos com os nomes presentes no banco de dados de batismo, foi-nos possível constatar 22 registros em que estes proprietários apareceram como os pais do infante batizado, permitindo-nos verificar quem esses homens e mulheres estavam elegendo como os padrinhos de seus filhos. Nos demais 37 documentos, tais indivíduos apareceram como padrinhos, sendo que em 15 registros, esses pequenos proprietários atuaram como os “pais espirituais” de crianças cativas.

Nesse sentido, começamos por ressaltar que nas situações em que os pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira apareceram atuando como os “pais espirituais” de crianças cativas, não nos foi possível constatar nenhum caso em que o padrinho do batizando fosse também o seu proprietário. A inexistência de casos em que o proprietário, além de senhor, acabava por exercer também o papel de padrinho do infante reforça a hipótese da incompatibilidade dos papéis de proteger, desempenhado pelo padrinho, e de punir, intrínseca ao senhor, reunidos no mesmo indivíduo<sup>368</sup>.

Dos 15 registros analisados, em cinco foi-nos possível identificar quem eram os proprietários das crianças cativas que estavam sendo apadrinhadas pelos nossos pequenos proprietários<sup>369</sup>. A título de exemplo, podemos citar o caso do pequeno proprietário Antônio Gonçalves Pereira. No ano de 1840, Antônio Gonçalves Pereira, homem branco, solteiro e residente na localidade de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, foi selecionado como o

---

<sup>368</sup> Estudos têm demonstrado que para o senhor, manter vínculos afetivo-religiosos com um de seus escravos poderia representar um forte obstáculo à execução de seus direitos enquanto proprietário. Nesse sentido, a escravidão e o batismo apresentam-se como duas instituições essencialmente conflitantes, justificando-se a quase inexistência de casos em que o senhor era também o padrinho de seus escravos. Todavia, é preciso ressaltar que havia exceções, e embora estas fossem pouco recorrentes, merecem atenção pelo simples simbolismo de sua mera ocorrência. Nesse sentido, ver: GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original, 1998. p. 42; RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição*, 1990. p 56-59; BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal*, 2007. p. 318, dentre outros.

<sup>369</sup> Dentre os 15 registros, em dez documentos os nomes dos proprietários das crianças cativas que estavam sendo batizadas não foram compatíveis com nenhum dos nomes presentes nas Listas Nominativas de 1831, sendo-nos impossível averiguar a idade, o estado conjugal, ou mesmo o número de escravos que se encontravam sob a posse destes indivíduos.

padrinho da infante Maria, filha de José africano e Eva africana, todos pertencentes a Francisco José de Paula. Francisco José de Paula, por sua vez, era um homem branco, casado, residente na localidade de Santana do Garambéu e que, no ano de 1831, detinha a posse sob 19 escravos.

Interessante observar que em todos os documentos nos quais foi possível ter acesso às informações referentes aos senhores das crianças mancípias que estavam sendo batizadas, constatamos a presença de indivíduos que detinham a posse de sete ou mais cativos. Certamente, atuar como o padrinho de um indivíduo, fosse ele livre ou escravo, era sempre um capital político importante<sup>370</sup>. Mas, para além desse fato, o resultado encontrado permitiu-nos aventar a hipótese de que, ao apadrinhar esses cativos, nossos pequenos proprietários poderiam ter a possibilidade de se aproximar também dos senhores desses mancípios, que em todos os casos analisados, eram médios e grandes proprietários. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que atuar como os “pais espirituais” desses infantes, bem como constituir e ampliar as redes de amizade e sociabilidade com os médios e grandes proprietários locais, pode ter sido uma das estratégias utilizadas pelos pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira, visto que o maior convívio e a aproximação entre esses proprietários poderia vir a reforçar as relações entre ambos.

No que se refere ao compadrio de crianças livres, dos 22 registros analisados apenas em sete foi-nos possível ter acesso às informações referentes aos pais das crianças que estavam sendo batizadas pelos nossos pequenos proprietários, pois todos os demais nomes encontrados no banco de dados não foram compatíveis com os dados presentes nas Listas Nominativas de 1831. Assim, ao analisar as principais características dos pais das crianças que foram batizadas pelos pequenos proprietários das cinco localidades por nós analisadas, foi-nos possível identificar quatro registros em que esses homens e mulheres apareceram atuando como os “pais espirituais” dos filhos de médios e grandes proprietários locais<sup>371</sup>. E três registros em que esses pequenos proprietários apadrinharam crianças cujos pais nenhum escravo possuíam<sup>372</sup>.

Mas além de atuar como os padrinhos desses infantes, os registros de batismo permitiu-nos verificar também quem esses pequenos proprietários estavam escolhendo como

---

<sup>370</sup> BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Padrinhos de muitos afilhados*, 2003. p. 13.

<sup>371</sup> Fonte: Cruzamento realizado entre as Listas Nominativas de 1831, disponibilizadas pelo CEDEPLAR através do site <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>, e do banco de dados de batismo.

<sup>372</sup> Fonte: Cruzamento realizado entre as Listas Nominativas de 1831, disponibilizadas pelo CEDEPLAR através do site <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>, e do banco de dados de batismo.

os “pais espirituais” de seus filhos. A título de exemplo podemos citar o caso do pequeno proprietário Miguel Joaquim da Cunha, homem branco, casado, residente na localidade de Santana do Garambéu, e que no ano de 1831 detinha a posse sob apenas um cativo. Em 1826, Miguel Joaquim da Cunha escolheu como o padrinho de seu filho José, o proprietário Antônio de Sá Fortes, homem branco, casado, residente na localidade de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca e detentor de 22 escravos. A figura da madrinha fez-se ausente, e, embora as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* não permitissem a escolha de dois padrinhos e/ou duas madrinhas<sup>373</sup>, este pequeno proprietário escolheu como o segundo padrinho de seu filho o lavrador José Gouvêa da Silva<sup>374</sup>, homem branco, casado, residente na localidade de Santana do Garambéu, e que possuía uma escravaria composta por oito mancípios.

A preferência por dois padrinhos homens ao invés de um homem e uma mulher pôde ser observada também no batizado da filha do pequeno proprietário Domingos Dias Pinto, homem branco, casado e detentor de apenas um cativo. No ano de 1834, a pequena Ignácia teve como padrinho o proprietário José Ignácio de Paula e o proprietário Manoel José de Paula, ambos ausentes nos censos de 1831. Dessa forma, ainda que o nome dos padrinhos não fossem compatíveis com os nomes das Listas Nominativas, sendo-nos impossível apresentar informações referentes a cor/ qualidade, estado conjugal e número de escravos, tais situações permitiu-nos inferir que nem sempre as atuações e as escolhas dos indivíduos respeitavam as leis, e apesar de não serem acontecimentos corriqueiros, torna-se possível supor que em alguns casos os interesses pessoais dos envolvidos se sobrepujam ao sistema jurídico vigente na sociedade.

Infelizmente, nem todos os padrinhos que foram selecionados pelos pequenos proprietários por nós analisados foram compatíveis com os nomes presentes nas Listas de 1831, sendo-nos impossível analisar o perfil desses homens e mulheres. Não obstante, nos casos em que os nomes foram condizentes, foi-nos possível identificar a supremacia de padrinhos detentores de médias e grandes propriedades, além de proprietários que conservavam os postos de alferes, tenente e capitão. Tais dados permitiu-nos deduzir que entre os pequenos proprietários das localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca,

---

<sup>373</sup> As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* foram incisivas ao determinar que não seria permitida a presença de mais de um padrinho e mais de uma madrinha, tal como não seria admitida juntamente a compleição de dois padrinhos e duas madrinhas. Para maiores informações, ver: MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *As redes de parentesco em uma sociedade escravista em formação*, 2010; MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *As relações de parentesco ritual em uma sociedade escravista*, 2008.

<sup>374</sup> Lista Nominativa de 1831. Esta Lista encontra-se atualmente transcrita e digitalizada, disponibilizada no site: <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>. Acessado em: 15/05/2014.

Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, a busca por alianças com indivíduos que detinham um maior prestígio social e político também se fez constante.

Por fim, resta-nos analisar o único caso em que o padrinho eleito detinha a posse de apenas um cativo. O pequeno proprietário Carlos José Dias apareceu diversas vezes em nosso banco de dados, ora como pai, ora como padrinho, ora como proprietário, visto que os cativos que pertenciam a esse indivíduo atuaram como os “pais espirituais” de uma criança escrava que se encontrava sob a posse de outro proprietário. Assim, no ano de 1839, Carlos José Dias escolheu como os padrinhos de sua filha Maria o proprietário Marcelino Dias Pinto e a mãe de Marcelino, Dona Luiza Eugênia de Castro. Marcelino Dias Pinto, o pequeno proprietário eleito como padrinho era um homem branco, casado, e assim como Carlos José Dias, tinha sua residência na localidade de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca.

A situação acima exposta permitiu-nos inferir que, ao escolher como padrinho da infante Maria o pequeno proprietário Marcelino Dias Pinto, Carlos José Dias pode não ter optado em priorizar os ganhos políticos e sociais que poderiam vir a ser decorrentes dessa relação. Diferente da conduta e dos arranjos verificados entre os outros pequenos proprietários locais, Carlos José Dias buscou estender suas redes de amizade e sociabilidade “entre seus iguais”, firmando esse laço espiritual com um indivíduo que além de se encontrar inserido no mesmo patamar hierárquico, era seu vizinho de porta<sup>375</sup>.

Ademais, a análise deste caso em específico permitiu-nos comprovar que os laços de compadrio, para além de unir os padrinhos e a criança batizada, poderiam vir a aproximar também os pais biológicos e os “pais espirituais” do infante. Como vimos acima, em 1839, Marcelino Dias Pinto foi selecionado como o padrinho da infante Maria, filha do pequeno proprietário Carlos José Dias. Carlos José Dias era casado com Constância Eugênia, que, no ano de 1840, somente um ano após o batizado de sua filha, foi eleita como a madrinha de Joana, a filha da única cativa que pertencia a Marcelino Dias Pinto<sup>376</sup>. Certamente, os vínculos de compadrio não eram sempre recíprocos, ou seja, o fato de se eleger um padrinho e uma madrinha para uma criança não significava necessariamente que os indivíduos selecionados

---

<sup>375</sup> O caso acima apresentado permite-nos aventar a hipótese de um possível parentesco existente entre os agentes envolvidos, os quais, através dos laços espirituais do batismo, estariam solidificando suas relações familiares. Contudo, devido à problematização que envolveu os nomes de homens e mulheres ao longo dos séculos XVIII e XIX, bem como a ausência de fontes que nos permita comprovar essa alegação, permanecemos apenas no campo das especulações.

<sup>376</sup> Fonte: Cruzamento realizado entre as Listas Nominativas de 1831, disponibilizadas pelo CEDEPLAR através do site <https://ti.eng.ufmg.br/pop30/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>, e do banco de dados de batismo.

iriam “retribuir” a escolha. No entanto, ainda que o caso acima não possa ser descrito e interpretado como uma norma ou padrão de conduta a ser seguido, não restam dúvidas de que os laços de compadrio acabavam por aproximar e até mesmo unir os sujeitos envolvidos.

Além disso, outro fator que nos chamou atenção durante a análise dos registros paroquiais referentes aos pequenos proprietários presentes na Serra da Mantiqueira, foi a seleção de padrinhos residentes em outras localidades. A nosso ver, o mais provável seria a escolha de vizinhos, ou mesmo de outros moradores residentes na localidade, isto é, de pessoas que estivessem mais próximas e acessíveis no momento da cerimônia do batismo. Todavia, ainda que os documentos analisados não nos permitam apresentar conclusões definitivas, visto que se trata de uma amostra documental demasiadamente reduzida e limitada, tais registros permitiu-nos constatar a possibilidade de se eleger compadres e comadres residentes em outras localidades, mostrando-nos que as possibilidades e as escolhas eram muito mais amplas do que se poderia inicialmente imaginar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa consistiu em analisar as pequenas propriedades de escravos que se encontravam presentes nas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, na primeira metade do século XIX. As cinco localidades supracitadas compunham a Serra da Mantiqueira, região que estava situada em Minas Gerais e que foi genericamente denominada como Borda do Campo<sup>377</sup>.

No primeiro capítulo, a partir da análise das Listas Nominativas de Habitantes, buscamos apresentar as principais características da população livre e cativa existente naquele espaço no ano de 1831. Nesse sentido, foi-nos possível constatar uma grande proporção de homens e mulheres livres de cor, sendo plausível afirmar que quase a metade da população livre daquelas cinco localidades era constituída por indivíduos pardos, africanos, crioulos e mestiços. No que se refere à população cativa, percebemos a maioria de escravos nacionais (pardos, crioulos e mestiços) frente aos africanos. Dentre os africanos, houve o predomínio dos homens, e entre os mancípios nacionais foi-nos possível verificar um maior equilíbrio sexual existente entre os cativos. Ao analisar a idade e a existência de crianças mancípias, constatamos um número maior de escravos jovens e adultos (15 a 44 anos), bem como a presença majoritária de infantes nacionais.

Tais resultados possibilitou-nos inferir que a reposição da mão de obra cativa, nas localidades de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, dava-se por meio de duas vias distintas, porém não excludentes: a reprodução natural e a reposição via tráfico. Não obstante, torna-se importante ressaltar que a predileção pelo tráfico de escravos ou pela reprodução natural dependeu do período de formação das posses, da maior ou menor proximidade com o tráfico transatlântico e também do raciocínio econômico empreendido pelos senhores na busca pelo melhor “modelo” para se garantir manutenção e/ou ampliação de suas escravarias<sup>378</sup>.

Ao examinar a estrutura de posse cativa, percebemos que a maior parte das propriedades analisadas não contava com nenhum mancípio em sua composição social. Ainda assim, entre os domicílios que foram arrolados pelo Censo de 1831, constatamos a existência de pequenas, médias e grandes propriedades. No entanto, as pequenas unidades produtivas

---

<sup>377</sup> MASSENA, Nestor apud OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de Família*, 1999. p. 95.

<sup>378</sup> Nesse sentido, ver: FREIRE, Jonis. Famílias senhorias, estratégias de manutenção e/ou ampliação de posses em escravos: Zona da Mata Mineira, século XIX. In: *Seminário sobre a economia e fontes documentais para o estudo da população e da família*. Diamantina/ Anais. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2008.

foram preponderantes, sendo a estrutura de posse modal representada por aquelas propriedades que detinham de um até três mancípios. Essas pequenas propriedades chegaram a representar 35,5% dos fogos que possuíam de ao menos um cativo e somaram 81 domicílios.

Nesse sentido, tomando como base os resultados averiguados no primeiro capítulo, o segundo capítulo teve como objetivo geral analisar, em específico, as 81 pequenas propriedades com um até três cativos. Dessa forma, começamos por examinar o perfil desses pequenos proprietários, e, a partir das Listas Nominativas de 1831, foi-nos possível perceber que os chefes de domicílio eram predominantemente homens, sendo pouco expressivo o número de mulheres que se dedicavam a chefiar uma pequena propriedade de escravos. Entre os chefes do sexo masculino, houve a supremacia de proprietários casados, e entre as mulheres, a superioridade de chefes viúvas. Os pequenos proprietários homens eram predominantemente brancos, havendo uma pequena porcentagem de chefes pardos. Situação díspar pôde ser observada entre as pequenas proprietárias mulheres, visto que o número de chefes livres de cor foi superior ao número de chefes brancas.

Interessante observar que, entre os escravos que compunham as 81 pequenas propriedades por nós analisadas, também houve o predomínio de homens, principalmente entre os cativos africanos. Mais uma vez, foi-nos possível constatar um maior equilíbrio sexual existente entre os escravos nacionais, com proporções bastante equivalentes entre homens e mulheres. Tais resultados permitiu-nos aventar a hipótese de que tanto o tráfico de escravos quanto a reprodução natural contribuíram de forma significativa para a reposição da mão de obra cativa nas pequenas propriedades da Serra da Mantiqueira.

Outro indício de que o tráfico de escravos e a reprodução natural aturam de forma complementar pôde ser percebida ao se analisar a idade dos mancípios presentes nessas pequenas unidades produtivas, uma vez que a maior parte desses cativos tinham idades variáveis entre 15 e 44 anos, isto é, estavam em plena idade produtiva. Dessa forma, podemos inferir que os pequenos proprietários de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina também buscaram investir na força de trabalho mais apta e capacitada do mercado, ou seja, em escravos imediatamente produtivos.

No que se refere ao estado conjugal desses mancípios, observamos um pequeno percentual de escravos casados e um elevado número de cativos solteiros. Como bem se sabe, as oportunidades de se conhecer um parceiro e constituir uma família foram mais acessíveis

aos escravos pertencentes a grandes escravarias, já que o elevado número de cativos presentes nestas propriedades acabava por facilitar a convivência e fomentar a busca por companheiros dentro da própria senzala<sup>379</sup>. Decerto, nas pequenas escravarias, as chances de se encontrar um parceiro dentro da própria senzala eram bastante reduzidas, dado que poucos eram os cativos desses domicílios<sup>380</sup>. No entanto, ainda que nas pequenas propriedades as chances de se unir a um companheiro fossem minimizadas pelo próprio número de escravos disponíveis, acreditamos que outros fatores podem ter contribuído para a pequena porcentagem de escravos casados, como, por exemplo, a existência de uniões consensuais, as dificuldades enfrentadas para se legitimar uma união perante a Igreja, bem como a vontade dos próprios senhores, os quais não costumavam permitir que seus escravos se relacionassem com cativos pertencentes a outros proprietários<sup>381</sup>.

Ademais, no segundo capítulo, refletimos sobre a complementariedade existente entre a mão de obra familiar e o trabalho cativo, ambos essenciais para manutenção e sobrevivência dessas pequenas unidades produtivas. Infelizmente, apenas a Lista Nominativa alusiva à localidade de Santana do Garambéu apresentou informações referentes aos ofícios que eram desempenhados por senhores e cativos. Dessa forma, ainda que os resultados encontrados não nos permitam demonstrar a multiplicidade das atividades que eram desenvolvidas na Serra da Mantiqueira, os dados coletados possibilitou-nos conhecer um pouco mais acerca da dinâmica de trabalho e do funcionamento dessas pequenas propriedades.

Tanto entre os senhores, quanto entre os cativos do sexo masculino, houve o predomínio de atividades agrícolas. Entre as mulheres, foi-nos possível constatar a supremacia de atividades ligadas ao artesanato em tecido e vestuário, setor que chegou a empregar a maior parte das esposas, filhas e também das escravas que pertenciam a esses pequenos proprietários. Dessa forma, ainda que as atividades ligadas ao setor agrícola tenham envolvido a maior parte dos domicílios, certo é que o setor de atividades artesanais e o de transformação foram também bastante expressivos.

---

<sup>379</sup> Para maiores informações, ver: MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres*, 1999. p. 251-253; LUNA, Francisco Vidal. Observações sobre casamento de escravos em São Paulo, 1988, v.3, p. 226; TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana*, 2001, p. 111; FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas*, 1997. p. 93; SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor*, 1999. p. 75.

<sup>380</sup> Nesse sentido, ver: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias*, 1994. p. 143; MOTTA, José Flávio. Op. cit., 1999. p. 257-259; SLENES, Robert W. Op. cit., 1999. p. 82, dentre outros.

<sup>381</sup> Nesse sentido, ver: FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*, 2009. p. 138; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*, 1998, p. 60; SLENES, Robert W. Op. cit., 1999, p. 47; SILVA, Maria Beatriz Nizza. *História da Família no Brasil Colonial*, 1998.

No terceiro e último capítulo do presente trabalho, dedicamo-nos a analisar as relações de compadrio que foram estabelecidas nas pequenas propriedades. Nesse sentido, começamos por verificar as escolhas que foram empreendidas pelos cativos que pertenciam aos pequenos proprietários por nós analisados. O estudo dos Registros Paroquiais de Batismo possibilitou a identificação de uma maior proporção de padrinhos livres, ainda que, em alguns casos, os compadres selecionados pelos pais do batizando fossem também de origem cativa. Interessante observar que, em todos os registros analisados, os padrinhos selecionados pertenciam a outras propriedades, fossem esses indivíduos livres ou mancipios. Decerto, a pequena quantidade de escravos que se encontrava nas propriedades por nós analisadas limitou a escolha de padrinhos no interior da própria escravaria, fazendo com que a opção por compadres e comadres externos ao domicílio se tornasse a alternativa mais viável a esses cativos.

A análise dos Registros Paroquiais de Batismo permitiu-nos compreender que as práticas de compadrio podiam diferir consideravelmente de uma propriedade para outra, pois, sem dúvida alguma, a configuração da escravaria muito influenciou a escolha dos cativos. Dessa forma, cabe-nos entender que a seleção dos padrinhos esteve ligada a vicissitudes demográficas, econômicas e históricas, e que a formação das relações de compadrio, assim como tudo mais na escravidão, refletia as relações essenciais de poder estabelecidas pelos indivíduos que ali residiam<sup>382</sup>.

No que se refere às relações de compadrio que foram estabelecidas entre a população livre, nos Registros Paroquiais de Batismo analisamos as escolhas e a atuação dos pequenos proprietários das cinco localidades que compunham a Serra da Mantiqueira, possibilitando-nos melhor conhecer e entender os laços de amizade e solidariedade que foram estabelecidos entre esses homens e mulheres. Nesse sentido, começamos por ressaltar que nas situações em que os pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira apareceram atuando como os “pais espirituais” de crianças cativas, não sendo constatado nenhum caso em que o padrinho do batizando fosse também o seu proprietário.

De maneira geral, os pequenos proprietários analisados atuaram como os “pais espirituais” de crianças mancipias que pertenciam a médios ou grandes proprietários locais. De fato, atuar como o padrinho de uma criança, fosse ela livre ou cativa, era um “capital político” de considerável importância<sup>383</sup>. No entanto, partimos do pressuposto de que exercer a função de padrinho e/ou madrinha desses infantes pode ter sido uma das estratégias

---

<sup>382</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos*, 1988. p. 292.

<sup>383</sup> Nesse sentido, ver: BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Padrinhos de Muitos Afilhados*, 2003. p. 13.

utilizadas pelos pequenos proprietários da Serra da Mantiqueira, visto que os laços de compadrio poderiam vir a ampliar o convívio entre ambos os sujeitos, bem como a reforçar as relações sociais e políticas existentes entre ambos os proprietários.

Mas além de atuar como os padrinhos desses infantes, os Registros de Batismo permitiu-nos verificar também a quem esses pequenos proprietários estavam escolhendo como os “pais espirituais” de seus filhos. Nesse sentido, identificamos a supremacia de padrinhos detentores de médias e grandes propriedades, além de proprietários que conservavam os postos de alferes, tenente e capitão. Tais dados permitiu-nos deduzir que, entre os pequenos proprietários de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, Santa Rita do Ibitipoca, Ibertioga, Santana do Garambéu e São Domingos da Bocaina, a busca por alianças com indivíduos que detinham um maior prestígio social e político também foi uma constante.

Outro fator que nos chamou atenção durante a análise desses registros foi a possibilidade de se elegerem padrinhos residentes em outras localidades. Tais situações foram observadas tanto entre a população escrava, quanto entre os pequenos proprietários analisados, demonstrando-nos as oportunidades de escolhas eram muito mais amplas do que se poderia inicialmente imaginar. Dessa forma, cabe-nos perceber que a vida, as escolhas e também as estratégias que foram adotadas por senhores e cativos foram continuamente moldadas e restritas pelo poder do sistema social e político vigente em cada sociedade, sendo-nos impossível apontar “normas” ou “padrões” de comportamento previamente definidos.

## REFERÊNCIAS:

### Fontes primárias digitalizadas:

“Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 de Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca”. Disponibilizada pelo CEDEPLAR através do site:

<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>.

“Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 de Santa Rita do Ibitipoca”. Disponibilizada pelo CEDEPLAR através do site:

<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>.

“Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 de Ibertioga”. Disponibilizada pelo CEDEPLAR através do site:

<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>.

“Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 de Santana do Garambéu”. Disponibilizada pelo CEDEPLAR através do site:

<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>.

“Listas Nominativas de Habitantes para o ano de 1831 de São Domingos da Bocaina”. Disponibilizada pelo CEDEPLAR através do site:

<http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/principal.php?popline=listasNominativasOriginais>.

Banco de Dados de Batismo – Documentos da Cúria Metropolitana de Juiz de Fora e do Arquivo da Arquidiocese de Mariana. (1708-1898), organizado pela Professora Dr(a) Mônica Ribeiro de Oliveira.

CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide 5º arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de sua Majestade: propostas, e aceitas em o Sínodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. 1 ed. Lisboa, 1719 e Coimbra, 1720. São Paulo: Typografia 2 de Dezembro de Antônio Louzada Antunes, 1853.

### Fontes Bibliográficas:

ABRAMOVAY, Ricardo. Duas Visões do Campesinato. In: *Revista de Estudos Econômicos*, n.2, v.20, 1990.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. Notas sobre a família brasileira. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (org.). In: *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.

ALMEIDA, Carla Carvalho. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1780*. (Dissertação de Mestrado). UFF – Niterói, 1994.

\_\_\_\_\_. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. In: *Locus* (Juiz de Fora), v. 11, 2006.

\_\_\_\_\_. *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822*. (Tese de Doutorado em História) Niterói, UFF, 2001.

\_\_\_\_\_. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial 1750-1822*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2010.

ALMEIDA, Carla Carvalho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Conquista do centro-sul: fundação da Colônia de Sacramento e o “achamento” das Minas. In: FRAGOSO, João Luís; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Brasil Colonial, 1580-1720*. vol. 2. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

AMORIM, Maria Norberta. *As diferenças de comportamento demográfico no Antigo Regime: o caso de Ronfe (Guimarães) e Poiães (Freixo)*. In: Revista de Guimarães, n° 103, 1993.

\_\_\_\_\_. *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*. Braga, Universidade do Minho, 1991.

ANASTASIA, Carla. Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas matas gerais da Mantiqueira (1783- 1786). In: PRIORE, Mary del (Org). *Revisão do paraíso*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ANASTASIA, Carla; LEMOS, Carmen. Vila Rica: ocupação improvisada. In: *Oficina da Inconfidência*, Ouro Preto, v. 1, n. 0, p. 26-41. dez 1999.

ANDRADE, Francisco Eduardo. *A enxada complexa: Roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. (Dissertação de Mestrado). FAFICH/ UFMG. Belo Horizonte, 1995.

\_\_\_\_\_. *A invenção das Minas Gerais: Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2008.

ANDRADE, Leandro Braga. *Senhor ou Camponês? Economia e Estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1821-1850*. (Dissertação de Mestrado). PPGH/ FAFICH- UFMG – Belo Horizonte, 2007.

ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. USP, 1982.

ÁVILA, Junior Esteves. *Compadrio escravo em Curitiba: um estudo das relações sociais estabelecidas pelos escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (1790-1834)*. (Monografia de conclusão de curso). UFPR. Curitiba, 2003.

BACELLAR, Calos Almeida. Criando porcos e arando a terra: família e compadrio entre os escravos de uma economia de abastecimento (São Luís do Paraitinga, Capitania de São Paulo, 1773-1840). In: *3º Encontro escravidão e liberdade no Brasil Meridional. Anais.* Universidade Federal de Santa Catarina. Campus Universitário Florianópolis – SC, 2007.

\_\_\_\_\_. Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.* São Paulo, julho 2011.

\_\_\_\_\_. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba séculos XVIII e XIX.* São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001.

BARICKMAN, Bert. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780- 1860.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BASSANEZI, M. S. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (Orgs.) In: *O Historiador e suas fontes.* São Paulo: Contexto, 2009.

BASTOS, Wilson de Lima. O Caminho Novo para os Campos Gerais. In: *Do Caminho Novo dos Campos Gerais à atual BR – 135.* Juiz de Fora: Imprensa Universitária da UFJF, 1975.

BERGAD, Laird. W. *After the Mining Boom: demographic and economic aspects of slavery in Minas Gerais, Brazil: Mariana, 1750-1808.* Latin American Research Review, v. 31, n. 1, p. 67-97, 1996.

\_\_\_\_\_. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888.* Bauru: EDUSC, 2004.

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1976.

\_\_\_\_\_. *História da América Latina: América Latina Colonial.* vol. 2. Trad: Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: EDUSP, 2004.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. As alforrias em Minas Gerais no século XIX. In: *Varia História* (UFMG. Impresso), Belo Horizonte, v. 23, p. 61-76, 2000.

\_\_\_\_\_. Família escrava em Catas Altas do Mato Dentro (MG) no século XVIII. In: *Anais da V Jornada Setecentista.* Curitiba: 2003.

\_\_\_\_\_. *Famílias e Escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX.* Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. *População e nação no Brasil do século XIX.* (Tese de Doutorado em História) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do Capitalismo.* Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

\_\_\_\_\_. *Civilização Material Economia e Capitalismo, Séculos XV- XVIII*. 1ª ed. (Tradução Telma Costa) São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas Patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. *Padrinhos de Muitos Afilhados: um estudo do significado do compadrio em São João del Rei, Séculos XVIII e XIX*. In: *ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História*. João Pessoa, 2003.

BUARQUE, Sérgio Holanda. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1977.

BURGUIÈRE, A. A demografia. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

CAMPOS, Maria Verônica. *Governo de mineiros: de como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado, 1693-1737*. (Tese de Doutorado em História). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

CANABRAVA, Barreiros Eduardo. *Área geográfica da inconfidência*. In: *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*. 2.ed. vol, 3. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 4 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

CANO, Wilson & LUNA, Francisco Vidal. A reprodução natural dos escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. In: *Cadernos IFCH – UNICAMP*, vol. 10. 1-14, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. As concepções acerca do “Sistema Econômico Mundial e do Antigo sistema Colonial”; a preocupação obsessiva com a “Extração de excedente”. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARRARA, Ângelo Alves. Camponês: uma controvérsia conceitual. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes; OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA, Oséias de. (Org.). In: *História Agrária: propriedade e conflito*. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2009.

\_\_\_\_\_. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata Mineira (séculos XVII e XIX) In: *Núcleo de História Econômica e Demográfica – UFOP*. Mariana: Série Estudos, 1999.

\_\_\_\_\_. *Minas e Currais: Produção rural e Mercado interno de Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

\_\_\_\_\_. Paisagens rurais de um grande sertão: a margem esquerda do médio São Francisco nos séculos XVIII a XX. In: *Ciência e Trópico*, Recife, vol. 29, pp.61-124, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHAYANOV, Alexander. *La Organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COELHO, José João Teixeira. Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais. In: *Coleção Mineirinha*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

COSTA, Antônio. G. As Estradas Reais para as Minas na Cartografia Histórica do Brasil. In: *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. CALAES, Gilberto. D; FERREIRA, Gilson. E. (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

COSTA, Dora Isabel Paiva. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Campinas, São Paulo, 1829. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1998, Caxambu, (MG). Anais. Belo Horizonte: ABEP, 1998.

COSTA, Emília Viotti. *Da senzala a colônia*. 3 ed. São Paulo: UNESP, 1998.

COSTA, Iraci Del Nero. *Arraia Miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP editores, 1992.

\_\_\_\_\_. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE-USP, 1981.

CUNHA, Alexandre. Paisagem e população: algumas vistas de dinâmicas espaciais e movimentos das populações nas Minas no começo do dezenove. In: *Anais eletrônicos do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP*, Ouro Preto, 2002.

CUNHA, Maísa Faleiros. A legitimidade entre os cativos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Franca - Século XIX. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, Caxambu, Setembro de 2004.

DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

\_\_\_\_\_. *Os Burgueses e a burguesia na França*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*. (Dissertação de Mestrado em História) UFJF, Juiz de Fora, 2010.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: família e fortuna no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. Família. In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

\_\_\_\_\_. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. In: Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 11, p. 133-157, 2007.

FARINATTI, Luís. Os compadres de Estevão e Benedita: Hierarquia social, compadrio e escravidão do sul do Brasil. (1821-1845). In: *XXVI Simpósio Nacional de História*. Anais. São Paulo: ANPUH. 2011.

FERREIRA, Roberto Guedes. *Egressos do Cativo: trabalho, família aliança e mobilidade social: Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

\_\_\_\_\_. *Na pia batismal: família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. (Dissertação Mestrado em História): Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João; FERREIRA, Roberto Guedes. Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833. In: BOTELHO, Tarcísio R. (Org.) *História Quantitativa e Serial: um balanço*. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2001.

FRAGOSO, João. Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Fatima, Maria, de. (Org). *O Brasil Colonial 1720-1821*. Vol, 3. 1º Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1992.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREIRE, Jonis. Crescimento da população cativa em uma economia agroexportadora: Juiz de Fora (Minas Gerais) século XIX. In: *Revista de História (USP)*, v. v.1, p. 245-283, 2012.

\_\_\_\_\_. Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888). In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP. Caxambu – MG. Setembro de 2004.

\_\_\_\_\_. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. Famílias senhorias, estratégias de manutenção e/ou ampliação de posses em escravos: Zona da Mata Mineira, século XIX. In: *Seminário sobre a economia e fontes documentais para o estudo da população e da família*. Diamantina/ Anais. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2008.

FREITAS, José Luiz. O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá (1818). In: COSTA, Iraci del Nero (Org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/ USP, 1986.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 12 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

FURTADO, Celso. *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

\_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GODOY, Marcelo Magalhaes; PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura populacional da Província de Minas Gerais. In: *Revista Brasil. Estado e População*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 161-191, jan./jun. 2010.

GÓES, José Roberto. *O Cativo Imperfeito*. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória/ES, Lineart, 1993.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002.

\_\_\_\_\_. Pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, 1730-1850. In: *II Colóquio em História Agrária - Juiz de Fora. Campos e disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007.

GUDEMAN, Stephen. The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person, Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, 1971.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Liana Maria. *Agricultura e Caminhos de Minas (1700-1750)*. In: Revista do Departamento de História da FAFICH/UFMG, 1986.

GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Pantheon Books [Random House], 1976.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória política do Brasil: 1500 -1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JOHANN, Renata Finkler. *Na Trama Dos Escravos De Sua Majestade: o batismo e as redes de compadrio dos cativos da real feitoria do Linho Cânhamo (1788-1798)*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

KARASCH, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KJERFVE, Tânia Nery & BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766)*. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, p. 223-238, 1991.

KLEIN, Herbert. S; PAIVA, Clotilde. A. *Libertos em uma Economia Escravista: Minas Gerais em 1831*. In: *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 27, n.2, p. 309-335, 1997.

LACERDA, Antônio. H. D. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades – Os Ferreira Armonde (1751-1850)*. 1 ed. Juiz de Fora: Funalfa, 2013.

LAGUARDIA, Rafael Martins. *Dos Dízimos a Demarcação de Terras: Geoprocessamento aplicado aos Módulos Rurais (Juiz de Fora, séculos XVIII-XIX)*. (Tese de Doutorado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG, 2015.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LASLETT, Peter. Introduction: the history of the family. In: LASLETT, Peter; WALL, Richard (Orgs.). *Household and family in the past time*. Cambridge: University Printing, 1972.

\_\_\_\_\_. *Family life and illicit love in earlier generations: essays in historical sociology*. Cambridge: University Printing, 1977.

LE PLAY, Frédéric. *La méthode sociale*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1989.

LEBRUN, François. *A Vida Conjugal no Antigo Regime*. In: LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de Caso da Oligarquia de Base Familiar*. Record: Rio de Janeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. *Atitudes diante do amor e do casamento em sociedades tradicionais*. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984,

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação - O abastecimento da Corte na formação política do Brasil -1808-1842*. 2 ed. São Paulo: Edições Símbolo, 1993.

LIBBY, Douglas Cole. *A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX*. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton

Cesar (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010.

\_\_\_\_\_. As Populações Escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar. In: RESENDE, Maria. E. L; VILLALTA, L. C. *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas 01. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007.

\_\_\_\_\_. O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Júnia (Org.). *Sons, formas, comes e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo: Annablume, 2008.

\_\_\_\_\_. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas Cole; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Filhos de Deus: Batismos de crianças legítimas e naturais na Paróquia de N. S. do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. In: *Varia Historia*, nº 31, p. 71-87, Janeiro de 2004.

LIBBY, Douglas Cole; FRANK, Zephyr L. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. In: *Revista Brasileira de História*, v. 29, nº 58, 2009.

LIBBY, Douglas C.; GRIMALDI, Márcia. Equilíbrio e Estabilidade: economia e comportamento em um regime escravista, Minas Gerais no século XIX. In: *Papéis Avulsos*, n.7, p. 26-43, dezembro 1988.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José Del Rey em 1795. In: *Revista Brasileira de Estudos da População*. Campinas, v. 17, n.1/2, p. 17-46, 2000.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LIMA, Lana Lage da Gama & VENÂNCIO, Renato Pinto. Alforrias de crianças escravas no Rio de Janeiro do século XIX. In: *Revista Resgate*, n. 2, p. 26-34, 1991.

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais (1718). In: BARRETO, A.E.M. et al. *História Econômica: Ensaio*, São Paulo, IPE/USP, p. 25-41, 1982.

\_\_\_\_\_. Observações sobre casamento de escravos em São Paulo (1829). In: *Anais do VI Encontro de Estudos Populacionais*. Olinda, 1988.

LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH/ UNICAMP, outubro, 1983.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

\_\_\_\_\_. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, AHNPU, vol. 26, nº. 52, jul-dez, 2006.

\_\_\_\_\_. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, na passagem do século XVIII para o XIX. In: *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 9, p. 45-66, 2008.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. As redes de parentesco em uma sociedade escravista em formação: o compadrio na primeira metade do século XVIII (Minas Gerais). In: MOLLO, Helena Miranda; SILVEIRA, Marco Antônio. (Org.). In: *Termo de Mariana: história e documentação*, volume III. 1ed. Ouro Preto: Editora UFOP, 2010.

\_\_\_\_\_. As relações de parentesco ritual em uma sociedade escravista: compadres, padrinhos e afilhados no cotidiano mineiro da primeira metade do século XVIII. In: *XIII Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina, 2008.

\_\_\_\_\_. Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivência do compadrio (Minas Gerais, 1720-1750). In: *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 11, p. 36-54, 2010.

MALAQUIAS Carlos de Oliveira. *Trabalho, família e escravidão: os pequenos produtores de São José do Rio das Mortes, de fins do século XVIII a meados do século XIX*. (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/ UFMG, 1982.

\_\_\_\_\_. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego á escravidão numa economia não-exportadora. In: *A economia mineira no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: Os pequenos agricultores em Campinas (1800-1850)*. Campinas: Centro de Memória – UNICAMP, 1996.

MATA, Sérgio. *Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais*. Brasil, Século XVIII-XIX. Berlim: Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2002.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais: Vila Rica – 1804*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.

MATTOS, Hebe Maria. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. Campesinato e escravidão. In: Mattos, Hebe Maria; FRAGOSO, João Luís; SILVA, F. C. T. (Org.) *Escritos sobre História e Educação: Homenagem a Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/ Faperj, 2001.

\_\_\_\_\_. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no Sudeste escravista — Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

\_\_\_\_\_. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2000.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

METCALF, Alida Christine. Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820. PHD, University of Texas at Austin, 1983.

MITTERAUER, Michael, SIEDER, Reinhard. The European family: patriarchy to partnership from the middle Ages at the present. Chicago: The University of Chicago, 1982.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAFESP. Annablume, 1999.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. *Pelas bandas d'além: fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região de policultura*. Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado, 1989.

NASCIMENTO, Washington Santos. Famílias escravas, libertos e a dinâmica da escravidão no sertão baiano (1876-1888). In: *Afro-Ásia - Centro de Estudos Afro-Orientais – FFCH/UFBA*, Salvador, n. 35, 2007.

NEVES, Maria de Fátima. Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX. In: *História e População*. São Paulo: ABEP/IUSSP/CELADE, 1989.

NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). Ed. 6ª. São Paulo: HUCITEC, 1995.

OLIVEIRA, Luís Henrique. *Nas malhas da incerteza: comportamento camponês e estratégias camponesas na freguesia de Guarapiranga (1750-1820)*. UFJF. Juiz de Fora. 2006.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador: 1790-1890. São Paulo: Corrupio, 1988.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Famílias dos Sertões da Mantiqueira. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XLVIII. p. 100-115, 2012.

\_\_\_\_\_. *Negócios de Família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870*. (Tese de Doutorado em História). Rio de Janeiro: Niterói, Universidade Fluminense, 1999.

OLIVEIRA, P. M. A formação de vilas no final do século XVIII na Capitania de Minas Gerais. In: *Encontro Regional de História da ANPUH – MG*, 2004.

OLIVEIRA, Romilda Alves. Mulheres solteiras chefes de domicílio: Mariana 1807 -1822. In: *Associação Nacional de História (ANPUH) - XXIV Simpósio Nacional de História*. Anais. São Leopoldo, 2007.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. (Tese de Doutorado em História) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAIVA, Clotilde Andrade & BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e espaço no século XIX mineiro: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. In: *Anais do VII Seminário Sobre a Economia Mineira. Diamantina (MG)*, 6 a 10 de junho de 1995.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso. Ocupação do espaço, formas de produção e território: uma nota sobre a formação territorial de Minas Gerais. In: *Revista Científica da FAMINAS*. – v. 1, n. 2 (maio/agosto), 2005.

PINHEIRO, Fábio. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos planteis mineiros. Zona da Mata – 1809-1830*. (Dissertação de Mestrado em História) Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

PRADO, Caio Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. Donas da casa e dos seus: mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais. (1770-1870). In: *História Econômica e demografia histórica*. – Família e cotidiano em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX. 2003.

RAMOS, Donald. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. In: *Anais do Congresso sobre a História da população na América Latina*, 1989, Ouro Preto. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

\_\_\_\_\_. City and country: the family in Minas Gerais, 1804-1838. In: *Jornal of the Family History*, v. 3, n. 4, p. 361-375, 1978.

\_\_\_\_\_. Teias Sagradas e Profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. In: *Vária História*, n 31. Janeiro, 2004.

RESENDE, Edna Maria. Flagrantes do cotidiano: um olhar sobre o universo cultural dos homens livres pobres em São João del-Rei, 1840-1860. In: *II Simpósio Escravidão e mestiçagem: Histórias comparadas- ANPUH*, 2006.

\_\_\_\_\_. *Ecoss do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)*. (Tese de Doutorado em História). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. Os senhores do Caminho Novo: notas sobre a ocupação da Borda do Campo no século XVIII. In: *Mal-Estar e Sociedade*, v. 1, p. 121-143, 2009.

RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição* (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920) (Dissertação de Mestrado em História) Niterói: UFF, 1990.

RODRIGUES, André. Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 46. p. 253-270, 2003.

\_\_\_\_\_. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. (Dissertação de Mestrado em História) – FFLCH, USP, São Paulo. 2002.

ROMEIRO, Adriana. A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas setecentistas*. v. 1, Belo Horizonte: Autêntica/ Companhia do Tempo, 2007.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, dentre outros.

\_\_\_\_\_. A Família e os domicílios em sociedades escravistas. (São Paulo no século XIX). In: *Congresso sobre a História da População da América Latina*, 1989, Ouro Preto. Anais. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

\_\_\_\_\_. *Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais*. Estudos CEDHAL nº 10, Humanistas, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. *Família, mulheres, povoamento: São Paulo, século XVII*. São Paulo: EDUSC, 2003.

\_\_\_\_\_. *Lavoura Canavieira, Trabalho Livre e Cotidiano: Itu, 1780-1830*. São Paulo: Edusp, 2005.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

\_\_\_\_\_. *Segredos internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Denise. *Plantadores de raiz: escravidão e compadrio nas freguesias de Nossa Senhora da Graça de São Francisco do Sul e de São Francisco Xavier de Joinville – 1845/1888*. (Dissertação de Mestrado em História) Departamento de História, UFPR, Curitiba, 2004.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. Uma fazenda histórica – Borda do Campo. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* - Rio de Janeiro, t. 72, n. 120, p. 127-151, 1909.

SILVA, Marcos Flávio. *Subsistência e poder: a política de abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

SLENES, Robert W. A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX. In: *População e Família*. São Paulo, v. 1, 1998.

\_\_\_\_\_. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero (Org.) *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/ USP. p. 103-155, 1986.

\_\_\_\_\_. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava-Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUSA, Jorge Luís Prata. *Africano livre ficando livre: trabalho, cotidiano e luta*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 1999.

SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Barbacena Colonial: uma vila mineira a última década dos setecentos. In: *Anais do Primeiro Colóquio do LAHES*. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005. [www.lahes.ufjf.br](http://www.lahes.ufjf.br).

\_\_\_\_\_. Poder e privilégios: a criação da vila de Barbacena (1791) nos quadros do império ultramarino português. In: *Mal-estar e Sociedade*. Ano IV. n. 6. Barbacena – janeiro/ junho, 2011.

\_\_\_\_\_. *População, Sistema Econômico e Poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial, Barbacena, 1791/1822*. (Dissertação de Mestrado em História) Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana 1850-1888*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2001.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

VASCONCELLOS, Marcia Cristina. *Pais, filhos e padrinhos no sul fluminense, século XIX*. Site: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S000205912014000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S000205912014000100005&script=sci_arttext). Acessado em: 15/05/ 2014.

VASCONCELOS, Diogo. *História Antiga das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

VENANCIO, Renato Pinto. *Caminho Novo: a longa duração*. In: *Vária História*. Belo Horizonte, UFMG, n. 21, p.161-189, 1999.

\_\_\_\_\_. Compadrio e rede familiar entre forras de Vila Rica, 1713-1804. In: *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba, Novembro de 2003.

VENANCIO, Renato Pinto; SOUZA, Maria José Ferro; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v 26, n 52, p. 273-294, 2006.

VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999.

WILLEMS, Emilio. *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1947.

ZAMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: USP, 1990.

**ANEXOS:**

**Anexo I:**



Anexo II:



**Anexo III:****Variáveis do Banco de Dados de Batismo:**

<b>1-</b> Número da Ficha	<b>17-</b> Avô materno
<b>2-</b> Batizados Ilegítimos	<b>18-</b> Avó materna
<b>3-</b> Adultos batizados	<b>19-</b> Naturalidade avós maternos
<b>4-</b> Nome do Pai	<b>20-</b> Observações AM (Avós maternos)
<b>5-</b> Condição do pai	<b>21-</b> Batizando
<b>6-</b> Observações pai	<b>22-</b> Data
<b>7-</b> Naturalidade do pai	<b>23-</b> Data do Batismo
<b>8-</b> Domicílio	<b>24-</b> Condição do batizando
<b>9-</b> Avô paterno	<b>25-</b> Padre
<b>10-</b> Avó paterna	<b>26-</b> Localidade
<b>11-</b> Naturalidade avós paternos	<b>27-</b> Observações BT (Batizando)
<b>12-</b> Observações AP (Avós paternos)	<b>28-</b> Padrinho
<b>13-</b> Nome da Mãe	<b>29-</b> Madrinha
<b>14-</b> Condição da mãe	<b>30-</b> Origem PM (Padrinho/ Madrinha)
<b>15-</b> Observações mãe	<b>31-</b> Observações PM (Padrinho/ Madrinha)
<b>16-</b> Naturalidade da mãe	<b>32-</b> Número do livro de registro